

João Ferron

A vida passo a passo

histórias de imigrantes
(Famílias Ferron, Feron e Ferrão)



Edição
Fac-similar

méritos
editores

João Ferron



Edição
Fac-similar

A vida
passo a passo

histórias de imigrantes
(Famílias Ferron, Feron e Ferrão)

*Collecção Histórias
de Exulias* 1

Passo Fundo
2006

méritos
editora

2006 - Versão livro em papel

2023 - Versão fac-similar em ebook/PDF

© Livraria e Editora Méritos Ltda.

Rua do Retiro, 846

Passo Fundo - RS

CEP 99074-260

Página na internet: www.meritos.com.br

E-mail: sac@meritos.com.br

Charles Pimentel da Silva

Editor

Helena Rotta de Camargo

Revisão de textos

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998.

Partes deste livro podem ser reproduzidas desde que citados o título da obra, o autor, a editora e os demais elementos de referência bibliográfica, conforme as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

F396v A vida passo a passo: Família Ferron, Feron e
Ferrão / João Ferron. -Passo Fundo:
Méritos, 2006.
350 p. - (Coleção Histórias de famílias, v.1)

1. Memória 2. História da Família Ferron
3. Literatura histórica 4. Biografia Família Ferron
I. Título II. Coleção

CDU: 869.0(81)-94

Catálogo na fonte: bibliotecária Marisa Miguellis CRB10/1241

2006 - Versão livro em papel - ISBN 85-8976-916-X

Impresso no Brasil

*Quem somos?
Quero saber de onde venho e
para onde vou.
Não quero passar pela vida
sem saber quem sou!*

Primeiramente, dedico este livro a Deus, e a Ele agradeço por essa fonte inesgotável de força para enfrentarmos os grandes desafios que se apresentam em nossas vidas.

É essa fonte de luz que ilumina os passos que damos em nossas vidas, durante nossa caminhada.

Também dedico este trabalho a meus bisavós, Giovanni e Luígia Ferron (in memoriam), e a seus descendentes que, com muito trabalho, também fizeram a América e a história de nossa gente.

A meus avós, Florindo (Laurindo) e Fortunata (in memoriam); a meus pais Octavio e Aurora (in memoriam); a meu pai que nunca escreveu nada nem sabia ler, pois era analfabeto. Em sua época, não teve oportunidade de estudar, tinha que trabalhar para ajudar meu avô no sustento da família, mas era dotado de uma cabeça boa e inteligente. Sabia manejar as ferramentas com muita dedicação. Tarefa pesada nunca lhe pôs medo.

Dedico a minha esposa Ivone (in memoriam).

Também dedico este trabalho a todas as pessoas que me apoiaram, ajudaram, incentivaram e participaram do I e II Encontro da Grande Família, em Passo Fundo, em 2002 e 2004.

E a meus filhos, Luciana, Silvana e João Octavio, que muito me apoiaram e me incentivaram, também ofereço esta obra, com meu carinho.

Prefácio à coleção

A Editora Méritos lança a *Coleção Histórias de Famílias*, procurando resgatar antigos costumes e ressignificar novos, através do incentivo à contação de histórias de geração para geração, ao repasse de valores, mitos e anseios entre famílias.

O que se quer com isso é sensibilizar os descendentes das antigas gerações da importância da união familiar e da exaltação de exemplos de luta pela vida, que formaram a base social em que crescemos e vivemos.

Acreditamos que o fortalecimento da família seja uma das melhores alternativas de investimento social, pois é nela que formamos parte de nosso caráter, o qual vai nos guiar por um mundo de oportunidades diversas, que vão exigir o máximo de discernimento do que é certo ou errado. Ler histórias de famílias nos faz capazes de ensaiar ações e situações em nossas próprias vidas, e, conseqüentemente, nos torna mais aptos a planejar melhores caminhos rumo ao progresso e à felicidade. Ainda, livros de família contribuem para as histórias local e regional quando registram fatos locais que a história geral suprime.

Dentro dessa linha, a Editora Méritos pretende editar, reeditar e publicar esse tipo de conhecimento em forma de coleção, que tem por seu primeiro número este livro.

Passo Fundo, inverno de 2006.

Charles Pimentel da Silva
Editor de livros

Apresentação

A idéia de escrever um livro sobre a memória da família Ferron nasceu pequena, mas conforme ia escrevendo, no período de 2002 a 2005, as lembranças iam surgindo, e assim foram sendo registradas no papel sem muita preocupação lingüística. Posteriormente, receberam a colaboração da professora, poetisa e cronista Helena Rotta de Camargo, no sentido de organizá-las e aperfeiçoá-las. Entretanto, o livro foi escrito em linguagem simples, clara e direta, uma vez que é dirigido especialmente às pessoas da grande família Ferron, já que traça um panorama mais ou menos amplo da trajetória de nossa família.

Relato algumas estórias, fatos e acontecimentos que, ao longo de nossas vidas, digo “nossas”, porque se trata da trajetória de vida de meu avô Florindo, meu pai Octavio e, principalmente, de minha própria vida, passo a passo.

Os fatos, muitos até pitorescos, os acontecimentos e estórias extraordinárias, realmente aconteceram em nossas vidas e nas comunidades onde crescemos, estudamos e labutamos por nossa sobrevivência e bem-estar.

Por uma questão de educação, foram mudados os nomes de algumas pessoas que participaram de alguns episódios que narrei aqui, para não ferir a integridade de ninguém.

Coloquei-as aqui para que se tornem vivas as coisas simples que aconteceram no passado, para que não morram como morreram e foram sepultadas tantas outras, ricas de acontecimentos e fatos, enterradas com nossos avós, tios e demais antepassados da família, que certamente enriqueceriam em muito os nossos registros.

Passo Fundo, outono de 2006.

João Ferron

Sumário

I - A SAGA DOS ANTEPASSADOS

<i>A emigração européia para o Brasil</i>	17
<i>Causas da imigração italiana</i>	20
<i>Os imigrantes no Sul</i>	22

II - A EMIGRAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS

<i>Em busca do passado</i>	27
<i>Vida dura, mas divertida</i>	29
<i>A vida dos italianos no Rio Grande do Sul</i>	30
<i>Pequenas histórias de desbravadores</i>	31
<i>Apostando no futuro</i>	32

III - NONOAI: UMA HISTÓRIA DE AVANÇOS E RECUOS

<i>Fundação da colônia</i>	40
<i>Origem do nome</i>	40
<i>Organização e desenvolvimento</i>	42
<i>A revolução de 1893 e a decadência</i>	43
<i>Recuperação importante</i>	45
<i>Mártires do rincão gaúcho</i>	47
<i>Nova decadência</i>	51
<i>Chacina no Faxinal dos Lopes</i>	52

IV - TRABALHO E RESISTÊNCIA

<i>Plantando raízes</i>	55
<i>Cabana: primeira morada de meus pais</i>	58
<i>Uma pedra e uma explosão</i>	60
<i>Vida nova e diferente</i>	63
<i>Capela São Roque e seus fundadores</i>	64
<i>O protegido de São João Batista</i>	66
<i>Peripécias de uma vida dura</i>	68
<i>Uma perda irreparável</i>	69
<i>O insistente sonho com a fortuna</i>	71
<i>A ilusão da terra prometida</i>	72
<i>O milagre do salvamento e da acolhida</i>	76
<i>O conforto dos irmãos</i>	80
<i>O ataque das formigas ruivas</i>	80
<i>Uma noite de desespero</i>	82
<i>Um coice de desmaiar</i>	84
<i>Cara a cara com a serpente</i>	85
<i>O cuidado com as melancias</i>	87
<i>Revivendo o passado</i>	89

V - VIVÊNCIAS E REMINISCÊNCIAS

<i>O sítio da minha infância</i>	91
<i>Dramas e travessuras da meninice</i>	93
<i>A panela de ouro</i>	93
<i>Um sonho extraordinário</i>	95
<i>Casamento: uma comemoração ruidosa e festiva</i>	101
<i>Mudança: diversão, transtornos e novidades</i>	101
<i>Outra vez na roça</i>	104
<i>Brincadeira sim, molecada não</i>	107
<i>Tios também faziam arte</i>	107
<i>Assombração que metia medo</i>	109
<i>A primeira escola</i>	113
<i>Surra de cinta: um meio de educar</i>	114
<i>José e Paulina: uma vida de fé</i>	116

VI - A GRANDE FAMÍLIA

<i>Morada e roças novas - esperanças renovadas</i>	119
<i>Casa própria e terra nossa</i>	122
<i>Os tombos necessários para que a vida continue de pé</i>	124
<i>Gramado dos Loureiros: origem e história</i>	125
<i>Origem do nome</i>	127
<i>À queima-roupa</i>	128
<i>A criação do município</i>	131
<i>Escola: só nas folgas</i>	134
<i>Cachaça, mel e roçado</i>	135
<i>Lembranças da infância</i>	137
<i>A rodada do cavalo tordilho</i>	140
<i>O carpinteiro exímio</i>	141
<i>E a família crescia</i>	142
<i>Desentendimento fraterno</i>	144
<i>Um tiro pelo roçado</i>	145
<i>O peão e o baile</i>	146
<i>Educação e repressão</i>	148
<i>Amigos de verdade</i>	150

VII - DA CASA PATERNA PARA O MUNDO

<i>Meu primeiro emprego</i>	151
<i>Jovem e desdentado</i>	155
<i>Milico, sim senhor</i>	157
<i>O gringo da serra</i>	157
<i>O velório do tenente</i>	161
<i>Causos de caserna</i>	163
<i>Escola regimental</i>	164
<i>Natal de porre</i>	165
<i>A cadeia</i>	165
<i>Isto aconteceu comigo</i>	168
<i>A Revolução de 1964</i>	170
<i>A viagem de retorno</i>	173
<i>O abandono do ninho</i>	175

VIII - PROFISSÃO DE RISCO E DE SERVIÇO AO CIDADÃO

<i>A guinada pretendida</i>	177
<i>Foi só um susto</i>	181

<i>O casamento</i>	184
<i>A febre do tifo</i>	186
<i>Prosseguimento dos estudos</i>	188
<i>Uma viagem interminável</i>	189
<i>A perda de minha mãe</i>	190
<i>Os filhinhos de papai</i>	192
<i>O voo forçado</i>	194
<i>Em terra de machões</i>	195
<i>Tropelias de um soldado impaciente</i>	198
<i>O sururu</i>	201
<i>Uma galinha azul</i>	203
<i>Associação de moradores</i>	206
<i>A Igreja</i>	209
<i>Curso preparatório</i>	213

IX - CONQUISTAS E LÁGRIMAS

<i>O nascimento do herdeiro</i>	215
<i>Vivências familiares e profissionais</i>	217
<i>Em lugar de festa, dor e compromisso</i>	219
<i>A doença da Ivone</i>	221
<i>O casamento do Alvenir</i>	225
<i>O dia fatal</i>	226
<i>Os boatos</i>	229
<i>Nas mãos da polícia</i>	230
<i>A força dos parentes</i>	231
<i>Indagação</i>	233
<i>Finalmente, a transferência</i>	234
<i>A vitória da lei</i>	238
<i>Um pequeno empurrão</i>	239
<i>Um pedido e um testamento</i>	240

X - BUSCAR SOLUÇÕES E ENCONTRAR PROBLEMAS

<i>Tentativa de reorganizar a vida</i>	243
<i>Um novo início de vida</i>	245
<i>Encontro de casais com Cristo</i>	247
<i>O Chevete 78</i>	249
<i>Pai e filha trancados no quarto</i>	250
<i>Doença e morte</i>	251
<i>Acompanhamento médico</i>	251
<i>Um corpo caído no chão</i>	252
<i>Outra vez, o quarto trancado</i>	253
<i>De arma em punho</i>	254
<i>A separação</i>	256
<i>A verdadeira história</i>	257
<i>Mãos à obra!</i>	258
<i>Vida nova e bola para a frente</i>	259

XI - A VOLTA ÀS ORIGENS

<i>A vida continua</i>	261
<i>Nova remoção</i>	264
<i>Retorno a Nonoai e outras peripécias</i>	265
<i>A morte do velho</i>	268

XII - A SERVIÇO DA COMUNIDADE

<i>A Vila Planaltina e seus antigos moradores.....</i>	273
<i>Nascimento e batismo.....</i>	274
<i>Participação na vida da Igreja.....</i>	275
<i>Escotismo.....</i>	277
<i>Acampamento Internacional.....</i>	279
<i>As maratonas.....</i>	285
<i>As Santas Missões.....</i>	286

XIII - VIAGENS, PASSEIOS E CONTRATEMPOS

<i>Tropeços na vida afetiva.....</i>	289
<i>Passeio no Estado vizinho.....</i>	291
<i>Primeira cirurgia.....</i>	293
<i>Segunda cirurgia.....</i>	293
<i>Microcirurgias.....</i>	294
<i>Viagem a Pinheiro Machado.....</i>	295
<i>Visita à cidade histórica de Piratini.....</i>	297
<i>Conhecendo Pedras Altas.....</i>	298

XIV - 130 ANOS DEPOIS

<i>O Brasil do século XXI.....</i>	303
<i>Recordar é viver.....</i>	305
<i>Festividades.....</i>	307
<i>A terra prometida.....</i>	308

XV - LENDAS E FATOS PITORESCOS

<i>Experiência em terra distante.....</i>	311
<i>Causos de gaúcho e de baiano.....</i>	312
<i>Dois pescadores e uma jibóia.....</i>	314
<i>A volta de trem.....</i>	315
<i>A lição de um menino.....</i>	315
<i>Uma vila de italianos.....</i>	317
<i>O ataque inesperado.....</i>	317
<i>A bergamoteira perseverante.....</i>	319
<i>Novos desafios, novos problemas.....</i>	321
<i>A denúncia.....</i>	321
<i>A fuga.....</i>	323
<i>A origem do nome.....</i>	324

XVI - O RESGATE NECESSÁRIO

<i>Pesquisas e buscas.....</i>	327
<i>I Encontro da Grande Família.....</i>	328
<i>Bandeiras.....</i>	332
<i>A continuidade do trabalho.....</i>	334
<i>II Encontro da Grande família.....</i>	335
<i>Como nasceu este livro.....</i>	340

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	345
----------------------------------	-----

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	349
---	-----

Capítulo I

A saga dos antepassados

A EMIGRAÇÃO EUROPÉIA PARA O BRASIL

A emigração européia para o Brasil iniciou-se no século XIX, durante o reinado de Dom Pedro II. Os emigrantes provinham de diversos países. Os primeiros a chegar foram os alemães, seguidos dos italianos, cinqüenta anos mais tarde. Por fim, vieram também os poloneses.

As primeiras famílias italianas chegaram em nosso país em 1875, mas a imigração continuou nos anos seguintes, com o ingresso de mais e mais famílias de todas as regiões da Itália.

Os principais portos de desembarque eram o do Rio de Janeiro e o de Santos.

A maior parte das famílias viajava em navios cargueiros, fretados pelos governos brasileiro e italiano. Muitos dos viajantes eram alojados nos porões, onde, segundo a história, se despejava uma camada de sal grosso no piso, com o fim de desinfetá-lo. Depois, as pessoas eram amontoadas, como se carrega hoje o gado e os suínos, em trens e em caminhões boiadeiros.

A viagem que cortava o cordão umbilical, entre as famílias e sua pátria-mãe, e entre elas e os parentes que ficavam para trás,

talvez para sempre, levava-os, todavia, em direção a uma nova pátria, que os aguardava do outro lado do oceano. A travessia, cheia de percalços e privações, demorava de trinta a quarenta dias.

Os que eram casados traziam, além da esposa e dos filhos, alguns poucos pertences e pequenas lembranças. E, claro, também muita saudade e esperança.

Essa gente toda passou por verdadeiras aventuras, durante o longo percurso entre os dois continentes: o europeu e o americano, e mal conseguia pressentir as tremendas dificuldades que enfrentaria após o desembarque.

Quanto à Itália, o regime político da época se revelava complicado e difícil, quase sem perspectivas de uma vida decente para os pobres. Enquanto os abastados enriqueciam cada vez mais, as classes média e baixa empobreciam rapidamente. Sobretudo os que viviam da agricultura e da pecuária já não dispunham de terra para o plantio e o pastoreio. Nem tampouco de trabalho que lhes garantisse o sustento.

A situação política e o regime de governo não lhes possibilitavam outra alternativa. Era emigrar para a América, ou morrer na miséria.

Partiram, pois, em busca de dias melhores, famílias inteiras, de diversas regiões da Itália, principalmente do Norte.

Assim que desembarcavam no Brasil, iam sendo cadastrados pelo Governo local e encaminhados a seu destino. Essa gente, tão desamparada e humilde, sem pátria e sem teto, só sabia trabalhar e, por sinal, muito bem. Eram corajosos lutadores. Seres humanos, por excelência.

Muitos dos casais com filhos permaneceram nas fazendas de café, no estado de São Paulo. Outros ficaram acantonados ou alojados nas senzalas, junto com os escravos, aguardando o prometido assentamento. Uma espera que às vezes se prolongava por mais de um ano.

Um grande número dos que caíram nas mãos dos coronéis do café reviveram a dor, o sofrimento e as injustiças praticadas em sua pátria. Os donos da riqueza brasileira usavam os italianos como mão-de-obra escrava, caso típico de escravidão branca, como ficou conhecida na região de São Paulo, onde se instalaram as primeiras levas.

Entretanto, e felizmente para outros, o Governo pretendia povoar certas regiões desertas do Sul do país. Por isso, a fim de assentar os italianos no Rio Grande do Sul, delimitou áreas em quatro colônias. E, conforme iam chegando novos contingentes de imigrantes, para lá iam sendo encaminhados. Mesmo assim, muitos ainda preferiram permanecer em São Paulo.

Segundo os historiadores, o surto imigratório da Europa para o Brasil, no século XIX, que partiu, predominantemente, da Alemanha e da Itália, teve desdobramentos múltiplos. Os números e fatos confirmam a importância de que se revestiu esse processo, tanto para os que emigraram quanto para os povos que lhes deram guarida.

No caso italiano, entre os anos de 1875 e 1900, cerca de um milhão e quarenta mil imigrantes se estabeleceram em terras brasileiras. Mas continuou chegando gente até por volta de 1905.

Nesse período, como já se viu no presente relato, quase toda a Europa vivia um contexto de liberalismo que favorecia o capitalismo e a burguesia. As terras, o bem mais valioso naqueles tempos, passavam, gradativamente, para as mãos dos grandes latifundiários que, por todos os meios, forçavam os pequenos proprietários a vender suas propriedades. Tornavam-se assim dependentes dos primeiros, mudando-se para as cidades, onde engrossavam as fileiras dos desempregados, dos serviços desqualificados, da mão-de-obra barata. O resultado significou sua total dependência dos industrialistas, ou sua marginalização econômica e social.

Tanto na cidade como no campo, a vida dessa população pobre pode ser retratada na expressão que segue, muito comum entre os primeiros imigrantes italianos, no Rio Grande do Sul: "*Formággio, non guin taio. Botiro, non guin tiro. Purina, poquetina. Scoró, fino al colo.*" Isto significa: "Queijo, não corto. De manteiga, não me sirvo. Requeijão, só um pouco. Soro, até o peçoço."

Ora, o queijo era um alimento precioso e só existia na mesa dos ricos e patrões. Os empregados não podiam servir-se dele. A manteiga era produto raro e em pequena quantidade. Ela só deliciava o paladar dos afortunados. O requeijão, por não ser apreciado pelos nobres, podiam comer, mas pouco, para que todos os empregados pudessem provar. E o soro, este sim, era à vontade e com polenta, pois havia em grande quantidade e não tinha valor comercial nem doméstico.

CAUSAS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA

Para melhor entender este trabalho e a pesquisa sobre a família Ferron e sua descendência, faz-se necessário conhecer os motivos que levaram tantas famílias do Norte da Itália a enfrentar um êxodo tão intenso, em direção aos países americanos, mais especificamente o Brasil.

Para o governo italiano, a emigração até representava um auxílio, e não lhe interessava reprimi-la, já que trazia grandes vantagens e soluções ao poder econômico e político. Com a redução da população pobre, não havia necessidade de reformas radicais e significativas, e evitava-se as aglomerações urbanas que poderiam, num futuro próximo, provocar profundas mudanças e até revoluções sociais.

Entre as principais causas que desencadearam o processo emigratório, merecem citação:

1. As guerras de unificação da Itália com todos os seus males: ocupação sucessiva pelo exército; danos à propriedade; desrespeito à dignidade da família; devastação das plantações; aumento da miséria em toda a parte.
2. O horror da guerra e o pesado serviço militar imposto aos jovens italianos, pelo período de três anos.
3. A situação de pobreza dos agricultores (eram 8.550.000 em 1881), dos quais apenas a sexta parte possuía terras. Para os demais não havia sequer esperança de um dia se tornarem proprietários.
4. A propaganda interna das nações americanas interessadas na imigração, com o intuito de povoarem suas áreas desocupadas e contarem com mão-de-obra barata. O Brasil era uma dessas nações, apresentando-se como “a terra da promessa”, que acenava com facilidades e enriquecimento rápido.
5. A alta taxa de natalidade na Itália, um país de reduzidas dimensões geográficas, impossibilitado, física e socialmente, de abrigar as novas gerações.

A maior parte das famílias italianas do Norte tinham, como única opção de sobrevivência, a emigração para a América. Es-

sas famílias eram nada mais nada menos que um contingente excedente de pessoas que a Itália não fazia questão de manter. Seriam hoje, aqui no Brasil, os nossos colonos sem terra. Porém, sem o componente que observamos nesses novos deserdados da sorte. Parece até que o problema se transformou numa verdadeira indústria. Quanto mais o Governo assenta, através da reforma agrária, mais sem-terra aparecem, invadindo as propriedades alheias.

A imigração italiana para o Brasil deu-se em duas etapas distintas. A primeira leva dirigiu-se, especialmente, para a região dos cafezais, em São Paulo, o grande produtor dessa cultura, estreitamente ligada ao objetivo do sistema escravocrata brasileiro, o qual aos poucos vinha se esgotando.

Os proprietários dos cafezais precisavam de força braçal que atendesse as necessidades das novas frentes que se abriam. Quanto maior o número de braços disponíveis, tanto mais barata se tornaria a cafeicultura e mais fácil seria lidar com ela, pois caso alguém reclamasse ou pretendesse maior remuneração, poderia ser facilmente substituído. Entretanto, essa tarefa de substituir a mão-de-obra escrava não foi favorável para os heróicos imigrantes, cuja história demonstra claramente o calvário pelo qual passaram em solo paulistano. Na ilusão de encontrar a terra prometida, se depararam muitas vezes com outro tipo de escravidão: a exploração, que significava para eles a perda da própria dignidade pessoal e familiar.

O segundo grande fluxo de italianos dirigiu-se para o Sul do país, de modo especial para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Foi uma etapa com objetivos diferentes da anterior, embora em muitos aspectos ambas se assemelharam bastante.

A propaganda pró-imigração era bem conduzida pela política brasileira. E muitos italianos tomaram o rumo do Brasil, na esperança de encontrar terras abundantes e férteis. O Governo imperial custeava as despesas da viagem e, uma vez aqui, os colonos recebiam terras para trabalhar e prover seu sustento. A atração do eldorado era enorme: transporte gratuito da Europa até as colônias, hospedagem e assistência durante os primeiros tempos, instrumentos de trabalho e sementes para o plantio, assistência médica e religiosa, instrução para as crianças e, por fim, a venda a crédito de um lote de colônia. Diante de tais atrativos e motivações,

os italianos partiam de sua pátria com o coração transbordando de esperança e fé no futuro.

Todavia, nem sempre, ao chegarem aqui encontravam o que a propaganda anunciava. Quase nunca a realidade correspondia à sonhada “*cucagna*”. Frequentemente, defrontavam-se aqueles pobres aventureiros com situações péssimas e desesperadoras, que levavam muitos ao arrependimento. Infelizmente, tarde demais. O retorno à terra-mãe era definitivamente impossível.

OS IMIGRANTES NO SUL

No Rio Grande do Sul, as condições não foram tão adversas como as vividas por seus compatriotas nas fazendas de café. Os colonos que para cá vieram foram melhor recebidos, e o melhor de tudo, tratados como agricultores livres.

Na terra gaúcha, tanto italianos como alemães, sentiam-se mais próximos das suas origens. Recebiam sua pequena gleba, onde poderiam produzir as culturas que conheciam e sustentar a família através do trabalho digno.

Isso lhes garantia certa liberdade, bem como um senso de propriedade que lhes fazia muito bem, já que na terra natal essa conquista lhes fora usurpada. Muitos deles escreviam a seus parentes, na Itália, expressando seu contentamento, às vezes até com jocosas manifestações: “*Qua se pol pissare in tel suo*” (Aqui se pode urinar no que é da gente). Dessa forma se vangloriavam de ser senhores do seu nariz e do seu espaço.

A história de nossos bisavós e avós só será bem entendida, se for vista no seu contexto histórico, isto é, pelo viés da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Aqui eles foram os principais atores do espetáculo do crescimento, e os primeiros a se radicar, durante muitos anos, no solo de algumas regiões até então inóspitas e desabitadas. Seu maior empenho foi fazer deste torrão a sua segunda pátria que, embora adotiva, passou a representar uma nova terra natal, por proporcionar-lhes um novo nascimento, bem mais promissor do que aquele oferecido pela terra que os renegou.

Oficialmente, a colonização italiana no Brasil e no Rio Grande do Sul teve início em 1875, estendendo-se mais ou menos até o ano de 1905. Durante esse período, registraram-se várias etapas na localização e fixação dos imigrantes.

Foi o povoado de Nova Milano, na região de Caxias do Sul, o primeiro marco da colonização italiana em solo gaúcho, pois foi ali que se fixaram as três primeiras famílias, vindas de Milão. Por isso eram denominados “milaneses”.

A segunda fase imigratória compreende as colônias de Antônio Prado e Roça Reúna (que depois se denominou Alfredo Chaves e hoje é Veranópolis) localizadas na margem direita do Rio das Antas. Essa última corrente se deu entre 1884 e 1894, quando a região chegou a ter 23 mil habitantes, quase a totalidade dos imigrantes italianos. Por reunir tanta gente, foi chamada de Roça Reúna.

Foi o próprio Governo imperial que determinou aos novos contingentes de italianos que atravessassem o Rio das Antas e se estabelecessem na outra margem, devido à grande demanda desses estrangeiros, que aumentava ano após ano. Foi, portanto, nesse local, que fundaram a nova colônia que mais tarde se chamaria Alfredo Chaves.

A chegada dos primeiros italianos no Rio Grande do Sul ocorreu entre 1875 e 1885. Esse é o marco do início da colonização.

A posição geográfica da colônia e a riqueza do solo representavam esperança de crescimento e prosperidade. Apesar de sua distância e do seu isolamento, o desenvolvimento foi rápido e surpreendente.

O destino final dos imigrantes italianos em nosso estado se baseou na necessidade de povoar espaços de pequena ou nenhuma densidade demográfica. As terras disponíveis se localizavam em regiões bastante acidentadas, de terras dobradas, de serras e montanhas, consideradas sem muita utilidade. Eram habitadas por índios, pois os gaúchos, em sua maioria estancieiros, não se interessavam por essas terras, uma vez que não se prestavam para a criação de gado.

O Imperador D. Pedro II pretendia povoar a região com gente de sangue novo, com ambição de progredir e conquistar novos horizontes. Gente que tivesse coragem e perseverança para transformar uma região íngreme, pedregosa e desabitada, numa colônia produtiva.

Como os imigrantes vinham de uma região semelhante à serra gaúcha, principalmente os que desceram do Norte italiano, próximo aos Alpes, representavam o colonizador ideal para desbravar as matas daquelas paragens.

As regiões do estado a serem ocupadas foram divididas em quatro colônias.

A primeira a receber imigrantes foi a de Caxias do Sul. A segunda, a de Vila Isabel (Linha Geral), hoje Bento Gonçalves. A terceira, denominada Conde d'Eu (depois Garibaldi), mais tarde se espalhou pela Colônia Roça Reúna (depois Alfredo Chaves e, por fim, Veranópolis). A quarta colônia foi a de Silveira Martins (região de Cachoeira do Sul).

Quanto à região de Bento Gonçalves, *selvaggia ed aspra e forte* (selvagem e áspera e forte), antes de chamar-se Vila Isabel, era conhecida pelo nome de Cruzinha, em virtude de uma pequena cruz de madeira que ladeava a estrada, mais ou menos no local da atual agência do Banco Pelotense. Conta-se que ali foi sepultado um alemão que fazia parte de uma companhia de traçadores de estradas, a qual, partindo de Lagoa Vermelha e Capoeiras (Nova Prata), daí descia para a Roça Reúna (Veranópolis), seguindo pela serra das Antas e Cruzinha, até Montenegro.

A colônia foi fundada com o nome de Imperatriz Dona Isabel, mais tarde trocado para Bento Gonçalves, chefe da Revolução de 1835. Os primeiros imigrantes entraram no local em 24 de dezembro de 1875, quase todos tirolezes que, em pouco tempo, ocuparam toda a estrada geral e quase toda a Linha Leopoldina.

Com o ingresso dos imigrantes, teve início a povoação de Dona Isabel, enquanto as outras Linhas iam sendo rapidamente colonizadas, embora em menor número, por famílias do Vêneto, sobretudo de Vicenza, Treviso, Lombardia, Cremona e Mantua.

A primeira missa, em Dona Isabel, foi celebrada pelo Pe. Bartolomeo Tiecher. Ordenado sacerdote em Trento, deixou aquela diocese na companhia de 700 emigrantes trentinos, entre os quais seus pais e irmãos, em 24 de outubro de 1875. Em 29 do mesmo mês, no Havre, e logo depois no vapor Franciois I.

Chegaram no Rio de Janeiro em 1º de dezembro, sendo a família transferida para um outro navio (vapor Werneck). Desembarcaram em Porto Alegre, no dia 13 de dezembro.

Só o Pe. Bartolomeo permaneceu no Rio de Janeiro, designado como capelão da colônia de Santa Maria de Soledade ou Forromeco. Ali conseguiu nomeação eclesiástica, partindo então, via Montenegro e Cai, para seu lugar de destino, onde aportou no dia 23.

Em março de 1876, visitou Conde D'Eu e ali encontrou muitos emigrantes destinados à colônia Dona Isabel, que aguardavam a distribuição de terras. Improvisou então um altar com os caixotes e baús dos italianos, e celebrou, no dia 21 de março, no meio da estrada, a primeira missa colonial. No dia seguinte, prosseguiu até a Linha Figueira de Mello, no interior de Conde D'Eu. Lá chegando, já noite feita, os moradores lhe ofereceram como ceia um punhado de pinhões, e como leito um *jirau* em um rancho de galhos e taquaras.

Também neste local, num altar improvisado, celebrou missa ao ar livre para os colonos que foram recebê-lo.

Numa segunda excursão, no mês de setembro, visitou novamente as colônias de Conde D'Eu, Dona Isabel e Linha Geral.

No ano seguinte, esteve mais duas vezes nessas localidades, e ainda nas léguas de Caxias I e II. Pe. Tiecher considerava importante levar àquela gente, tão distante de sua terra e tão desamparada, seu conforto espiritual e sua palavra de fé e coragem.

Os relatos narram que, no ano de 1925, o Pe. Bartolomeo Tiecher ainda vivia, e com muita saúde, na cidade de Torres, litoral do Rio Grande do Sul. Administrou a paróquia deste município, com todo o seu zelo de pastor de almas. Foi também um estudioso e apaixonado pela Botânica e publicou valiosos trabalhos sobre a flora rio-grandense.

Em 1876, e por dois anos seguidos, visitou a região colonial de Dona Isabel o Pe. Domenico Munari, certamente um dos primeiros sacerdotes italianos que chegaram à colônia. Ele foi nomeado pelo bispo como capelão, sem tempo de permanência e sem designação fixa, no dia 06 de junho de 1887, e foi prestar ao povo da colônia a primeira assistência espiritual, após a sua partida da pátria-mãe.

Em 09 de janeiro de 1878, foi nomeado capelão da região de Dona Isabel o Pe. Giovanni (João) Menegotto.

A primeira igreja da nova paróquia, denominada Santo Antonio, foi erguida com tábuas brutas, em 1876, por Giuseppe Giovanni, que também alojou em sua casa o Pe. Menegotto, durante dois anos. Em 1877, começou-se outra igreja, construída em alvenaria e concluída no ano seguinte. Três anos depois, deu-se início à construção da atual igreja da Paróquia Santo Antonio, que levou mais ou menos quatro anos para ficar pronta.

O Pe. Menegotto foi um sacerdote zeloso e austero, originário de Calon/Pádua, e regeu a paróquia, desmembrada de Estrela e canonicamente ereta, de 6 de agosto de 1884 até sua morte, em 11 de fevereiro de 1911.

Obs.: Este mesmo padre foi quem casou os filhos de meu bisavô Giovanni: Sylvio Antonio e Severina em 1885/1886. Também foi ele que batizou Florindo e Helena Ferron em 1886 e 1891.

Gente de profunda fé e religiosidade, homens acostumados ao trabalho, sem medo de enfrentá-lo, por mais duro que fosse, os imigrantes passaram esses princípios de vida para seus descendentes, que hoje povoam todo o Rio Grande e o Sul do país.

Realmente, D. Pedro não estava errado.

Eis aí o exemplo para ser visto, admirado e seguido: Caxias, Bento Gonçalves, Garibaldi, Veranópolis. Além da extraordinária conquista, os italianos cobriram essas colônias, hoje prósperas cidades, de um novo colorido, imprimindo sua marca e fundindo sua identidade com a dos brasileiros do Sul.

Um século depois dessa aventura extraordinária, os gaúchos se tornaram cidadãos preparados, tanto intelectual como profissionalmente, nas mais diversas áreas de atuação. E os ensinamentos aprendidos com os imigrantes ainda influenciam a vida de nosso povo, quer na indústria e no comércio, quer na gastronomia e nas artes. Trata-se de uma realidade incontestável, presente no cotidiano dessa nova sociedade.

Assim se forjou a herança deixada por nossos antepassados, que podemos considerar como a base da cultura gaúcha, muito mais européia que nativa.

Já se passaram várias gerações. Já se foram nossos troncos familiares. Mas o seu legado permanece vivo e palpitante, em cada peito e em cada sobrenome que conhece e reverencia a sua história.

Capítulo II

A emigração e seus desdobramentos

EM BUSCA DO PASSADO

Como descendente de italianos por parte de pai, e de espanhóis por parte de mãe, e curioso dos fatos que acompanharam a trajetória de meus antepassados, fazia algum tempo que me movia o desejo de saber quem somos, donde viemos, de que região da Itália provieram os Ferron, os Pozza, os Muraro, os Orso, e onde teria sido o berço de meus antepassados.

Em janeiro de 2002, comecei efetivamente a pesquisar, buscando informações. Movia-me o interesse de conhecer nossa história e nossas raízes. A tarefa partiu, nesta primeira etapa, de buscas sobre meu bisavô e meu avô paternos, sobre o local onde nasceram, quantos filhos geraram e quantos irmãos tiveram. Por meio de informações e dicas obtidas com parentes, através de telefonemas, cartas e e-mails, encontrei pistas que me levaram a inúmeras descobertas. Entre elas, o nome de meu bisavô, que se chamava Giovanni (João) Ferron.

Giovanni Ferron, filho de Antônio Ferron e Mathea Pozza, nasceu em 9 de março de 1836, em Orgiano, na província de Vicenza. Casou-se em 10 de fevereiro de 1863, em San Germano dei Birici, também em Vicenza, com Luigia (Luíza) Muraro - filha de Antônio



Fonte: Álbum de família.

Casal de bisavós imigrantes: Giovanni Ferron e sua esposa Luigia Muraro Ferron.

Muraro e Anastacia Orso -, nascida em 1º de novembro de 1844, na mesma localidade de San Germano.

Ainda na Itália, o casal Giovanni e Luigia tiveram sete filhos: Silvio Antonio, Severina Giuseppina, Antonio, Livio, Tomaso, Maria e Elizabetha Benvenuta.

Como as condições em que viviam na terra-mãe não eram das mais favoráveis, o sonho de dias melhores foi o principal motivo que os impeliu a partir para a longínqua América.

Com sua prole numerosa, e cheios de entusiasmo e esperança no futuro, meus bisavós emigraram para o Brasil, desembarcando em 23 de outubro de 1883, na cidade do Rio de Janeiro, onde a família permaneceu por mais ou menos um ano.

No ano seguinte, Giovanni Ferron, com a família e outros imigrantes, desceu para o Rio Grande do Sul, estabelecendo-se na região de Vila Isabel, hoje Bento Gonçalves. Ali se fixaram e criaram raízes, no seu pedaço de chão tão sonhado e buscado, desde as longínquas *plagas* de além-mar .

Logo se revelou neles o espírito desbravador que os fez atravessar o oceano, em navios fretados e superlotados, à procura do desconhecido. A possibilidade de encontrar, nas distantes terras do Brasil, a prosperidade e a fortuna, fascinava esses destemidos estrangeiros e fortalecia o sonho de se tornarem donos de um pedaço de terra, o seu mais entranhado objetivo.

Foi em Bento Gonçalves, na serra gaúcha, que, em 14 de março de 1886, nasceu Florindo (Laurindo) Ferron, o oitavo filho de Giovanni e Luigia, que viria a ser meu avô paterno. E, em 2 de janeiro de 1891, (data de registro, encontrado nos assentamentos da Mitra Diocesana, em Caxias do Sul, em 2004), veio ao mundo, na mesma localidade, minha tia-avó, Helena Ferron, a última filha do casal.

Deus seja louvado de geração em geração. O seu nome seja bendito, reverenciado e respeitado, por todas as famílias descritas neste relato ou nominadas nestas páginas !

VIDA DURA, MAS DIVERTIDA

Em certa ocasião, meu bisavô Giovanni e outro senhor da família Minetto saíram da região de Bento Gonçalves e atravessaram o Rio das Antas, puxando um burrico carregado de tralhas. Pretendiam montar um acampamento na região de Nova Prata, que na época se chamava Capoeiras. Levavam mantimentos, panelas e demais utensílios necessários a uma empreitada mato adentro.

Ali chegando, escolheram o melhor local para acampar, acomodar-se e fazer a roça. A primeira providência foi descarregar o burro, amontoar os apetrechos, derrubar um pinheiro e fazer tabuinhas para cobrir o rancho. Ali ficariam abrigados das intempéries, durante as lidas do roçado e também no período da colheita. Toda a bagagem foi amontoadada num espaço vazio, do lado oposto àquele em que deveria cair o pinheiro selecionado. O burro, por sua vez, foi amarrado mais distante.

Com a coragem que lhes era peculiar, puseram mãos à obra. Enfiaram a lâmina do machado e do serrote no dito pinheiro, e revezaram-se no serviço até molhar a camisa, tal era o esforço que a tarefa exigia. Só que na hora da queda aconteceu o inesperado. A imponente araucária resolveu cair do lado contrário ao planejado e desandou em queda repentina, justamente sobre seus trens amontoados numa clareira de mato. Perderam-se assim todo o equipamento de trabalho e os mantimentos do rancho. Ficaram só com a roupa do corpo. Nem panela nem comida nem forro para dormir. Por sorte se salvaram o burro e os dois aventureiros.

Diante do inusitado incidente, não lhes restou outra saída senão montar no burrichó e voltar pelas picadas afora, descer a Serra das Antas, atravessar o rio, subir a mesma serra na margem oposta, até alcançar a *Linha geral*, onde moravam. Rebuscaram-se então novamente com tudo o que necessitavam para refazer o acampamento, e retornaram a fim de prosseguir no trabalho. Percalços sempre houve na vida dos italianos, mas, com sua coragem e determinação, sempre souberam enfrentá-los, até com esportividade e bom humor.

A VIDA DOS ITALIANOS NO RIO GRANDE DO SUL

Quando o maior contingente de imigrantes desembarcou no Rio Grande do Sul, se dirigiu para a região da serra, onde permaneceram por um período, num grande acampamento. Ali ficavam as mulheres e os filhos menores, enquanto os homens se embrenhavam nos matos para ajudar na medição de seus lotes.

Começaram de imediato a construir pequenas cabanas, com madeira bruta e lascada, na base da cunha e do malho. E as moradias tinham que ser de dois andares, porque havia muito bicho por ali: tigres, cobras e outros animais ferozes.

Na parte de cima ficavam as camas, para que pudessem dormir mais sossegados, longe do perigo. Para alcançar o sótão erguiam uma escada, facilitando o acesso à parte superior.

Depois de todos estarem acomodados para o repouso noturno, a escada era puxada por uma corda, para que ficasse suspensa. Se assim não fizessem, os animais também poderiam surpreendê-los. Não era brincadeira, não. Existiam animais selvagens que realmente atacavam as pessoas. E todo o cuidado era necessário.

Não bastasse isso, os italianos tinham que varar a noite com uma fogueira acesa, para evitar que as feras se aproximassem. Sua sabedoria natural lhes dizia que a maioria delas respeita o fogo.

Assim que os abrigos ficavam prontos, cada colono (se assim podiam ser chamados aqueles pobres diabos) ia buscar a mulher, os filhos e parentes, e com eles se embrenhava mato adentro, através de picadas abertas a facão, foice e machado, a fim de tomar posse do rancho.

Uma vez alojados num local mais seguro, eles só alimentavam duas certezas. A primeira era do intenso trabalho e sacrifício que os aguardava. E a segunda era da infalível proteção de Deus. O povo italiano sempre foi movido por uma força surpreendente, uma esperança e uma fé inabaláveis. No seu íntimo, imperava o convencimento de que, sem a ajuda do céu, era impossível sobreviver naquele fim de mundo, longe da civilização e de qualquer recurso.

PEQUENAS HISTÓRIAS DE DESBRAVADORES

“Partir é morrer um pouco”, diz o adágio, mas é melhor partir que morrer, retruca Carrara.

Tão logo unificada a Itália, os italianos eram muitos, muito pobres e estavam extremamente descontentes. Talvez por essa razão os governos europeus fizeram pressão sobre o governo brasileiro para que em 1888 fosse abolida a escravidão. A demanda de mão-de-obra criada com a liberação dos escravos pôde ser satisfeita com a imigração de trabalhadores dos países do velho continente, que certamente ficaram muito felizes por livrarem-se de uma massa de miseráveis que poderia provocar sérios tumultos.

— Que coisa entendeis por uma nação, senhor ministro? É a massa dos infelizes?

— Plantamos e ceifamos o trigo, mas nunca provamos o pão branco. Cultivamos a videira, mas não bebemos o vinho. Criamos animais, mas não comemos a carne.

— Apesar disso, vós nos aconselhais a não abandonarmos a nossa pátria?

— Mas é uma pátria a terra em que não se consegue viver do trabalho?

[Resposta de um italiano a um ministro de Estado de seu país, a propósito das razões que estavam ditando a emigração em massa] (www.imigrantes.com.br)

com.br)

Certo dia, um dos moradores da nova colônia, quando já tinha feito a primeira colheita de milho, aprontou uma pequena moagem e levou-a até o lugarejo chamado Vila Isabel.

Só lá existia um moinho que transformava o milho em farinha, indispensável para a polenta, o alimento mais precioso na mesa dos italianos.

Assim que a farinha estava pronta e ensacada, o colono seguiu seu caminho de volta para casa. Mas, antes de chegar, o inesperado aconteceu. Desandou uma chuva torrencial, que empapou a farinha que ele levava no saco.

Tais atrapalhos eram freqüentes no dia-a-dia de cada um dos imigrantes. Dessa vez, ao chegar com a farinha, ela já havia virado polenta, sem ir para a panela e sem passar pelo fogo.

O que fizeram então os coitados, para salvar seu único alimento do dia? – Estenderam um pano, espalharam a farinha sobre ele e aguardaram que ela secasse.

Em outra oportunidade, um chefe de família teve que ir até a vila, a fim de buscar remédios e outros gêneros de primeira necessidade. Sua mulher estava para dar à luz e ficou sozinha no rancho, rezando para que o marido não demorasse, ou pelo menos que estivesse em casa antes da noite.

Entretanto, a pobre mulher, no meio da tarde, longe de tudo e de todos, entrou em trabalho de parto. Apavorada e sofrendo muitas dores, não tinha a quem recorrer, naquele momento de tanta fragilidade de sua condição feminina. O único ser vivo e domesticado que existia por lá, perto do rancho, era um porco, num chiqueiro improvisado.

Mas logo nesse dia a onça resolveu atacar o pobre animal, indefeso e manso. O animal gritava nas garras do felino, e a jovem mulher, além do seu próprio drama, ainda se sentia impedida de socorrê-lo. E mais: apesar das dores de parto, intensas e freqüentes, teve que se manter calada e imóvel no interior da cabana, implorando à Virgem Maria, para que a fera fosse embora e o marido retornasse logo, são e salvo.

APOSTANDO NO FUTURO

*A*qui começa a história de Florindo, meu avô paterno, nascido em Bento Gonçalves, em 1886.

Foi na Igreja Corpo de Deus, em Vale Vêneto, região da Quarta Colônia, que ele casou, em 4 de agosto de 1906, com Fortunata Pre-



Fonte: Álbum de família.

Avós: Florindo (Laurindo) e Fortunata.

viatti, nascida em 15 de maio de 1888, e filha de Antonio Previatti e de Elvira Sarturi.

Também nessa localidade nasceram os filhos mais velhos do novo casal: Ernesto João, em 10 de setembro de 1907; e Modesto, em 6 de maio de 1909.

Passado algum tempo, Florindo decidiu ir embora para São Paulo e fixou residência com sua família em Itararé, onde permaneceu durante vários anos. Ali tiveram mais cinco filhos: Cezira, Paulina, Alexandre, Acácio e, em 15 de abril de 1919, Octavio, o sétimo de seus descendentes.

Na terra são-paulina, inesperadamente, o chefe da família foi acometido de uma grave enfermidade, sendo aconselhado por seu médico a regressar para o Sul, cujo clima seria mais propício à sua saúde.

Por essa razão, depois de algumas décadas, Florindo e Fortunata deixaram para trás a cidade paulista, enfrentando, com as sete crianças, outra viagem longa e penosa até o planalto do Rio Grande do Sul. Seu destino agora foi o interior de Passo Fundo, mais precisamente, a Vila Rosso, no distrito de São Roque.

Octavio era bebê de colo, quando vieram de São Paulo. E o registro de seu nome é importante, porque o objetivo principal deste livro consiste no resgate da vida desse personagem e de seus descendentes.

A partir de 1922, mais cinco filhos vieram completar o grupo familiar. Receberam os seguintes nomes: Orlando, Alfredo, Alvino,



Diocese de Caxias do Sul

Rua Os 18 do Forte, 1771 Centro CEP 95001-970 Caxias do Sul - RS
Caixa Postal 59 - Fone/Fax (54) 214-5388 www.diocesedecaxias.org.br

CERTIFICO que no Livro N° 4 de assentamentos de Batismo
da PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO - BENTO GONÇALVES
de Caxias do Sul à folha 78 Número: 104 acha-se o seguinte:
A 30 de Março de 1886 na
PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO - BENTO GONÇALVES
foi batizado(a) **FLORINDO FERRON**
Nascido(a) em 14 de Março de 1886
filho(a) de: João Ferron
Luiza Munaro
Padrinhos Jucundo Segatto
Philomena Rosa
Celebrante Pe. João Menegotto
O Pároco Pe. João Menegotto
Anotações

E nada mais consta.

Caxias do Sul, 6 de Outubro de 2004



Taxa R\$ 25,00

Pe. Arduino Lazzari

Pe. Arduino Lazzari
Ecônomo da Diocese

Fonte: Mitra Diocesana de Caxias do Sul - RS.

Certidão de nascimento de Florindo.

Santina e Palmira, a décima segunda e também a *rapa do tacho*. Como eram expressivas as irmandades setenta anos atrás!

No povoado gaúcho referido, Octavio cresceu e viveu até os 14 anos. Mas, em decorrência das precárias condições da época, o jovem não foi alfabetizado nem frequentou a escola. As crianças, sobretudo os meninos, eram obrigados a ingressar cedo nas lides da lavoura, sem tempo para brincar ou estudar.

Paróquia "Corpo de Deus"

DIOCESE DE SANTA MARIA
CGC 95.615.266/0089-97

Praça da Matriz - Tel. (055) 289 1104
CEP 97.225-000 - VALE VÊNETO - RS

C E R T I D ã O

Certifico que no livro TOMO II- a partir de 1878 de assentamentos de REGISTRI FAMILII da Igreja "CORPO de DEUS" – MUSEU do IMIGRANTE ITALIANO de VALE VÊNETO –RS- BRASIL às fl. 118 acha-se o seguinte: FERRON FIORINDO filho Ferron Giovanni e de Muraro Luiza nasceu em BENTO GONÇALVES no dia quatorze de março de mil oitocentos e oitenta e seis (14/03/1886) . Casou no dia quatro de agosto de mil novecentos e seis (04/08/1906), com PREVIATTI FORTUNATA em VALE VÊNETO-RIO GRANDE do SUL- BRASIL.

E nada mais consta.



VALE VÊNETO, 03 de agosto de 2005



Laura G. S. Pivetta
Laura G. S. Pivetta
Secretária paroquial

SERVIÇO NOTARIAL-FAXINAL DO SOTURNO/RS
Reconheço por verdadeira a(s) firma(s) de

Laura G. S. Pivetta
Pivetta

EM TESTEMUNHO VERDADE
Faxinal do Soturno de 03 de 2005

X Elso Baptista- Tabelião
Tiago Baptista- Substituto-Emol RS 2,00

Fonte: Igreja Corpo de Deus, Vale Vêneto - RS.

Certidão de casamento de Florindo e Fortunata.

Vida dura a dos imigrantes e seus filhos, que tinham na enxada e no arado, manejados de sol a sol, seu ganha-pão e também seu entretenimento.

VALE VÊNETO, 03 de agosto de 2005

Prezado João

Saudações

Seguem alguns dados que o Sr. pediu;

- a) HELENA , filha de Giovani e Luiza., nasceu no dia 1º de janeiro de 1890, em Bento Golçalves, e casou com Domingos Minetto, em Vale Vêneto, no dia 29 de julho de 1912.
- b) ERNESTO, nasceu dia 10 de setembro de 1907, em Vale Vêneto
- c) MODESTO, nasceu dia 07 de janeiro de 1909, em Vale Vêneto.

GIOVANI FERRON -FI. 110

Filho de Antonio Ferron e de Mattea Pozza, nasceu no dia 08 de março de 1836 em ORGIANO-ITÁLIA.

Casou no dia 10 de fevereiro de 1863 em SÃO GERMANO-ITÁLIA

Taxa - R\$ 30,00

Um abraço Laura G.S. Pivetta

Fonte: Igreja Corpo de Deus, Vale Vêneto - RS.

Carta informativa de nascimentos solicitada e recebida pelo autor.

Em Passo Fundo, Octavio viveu com seus pais até 1932, quando o casal Florindo e Fortunata decidiu tentar a vida na Vila de No-noai, em Linha São Sebastião, município de Palmeira das Missões.



Fonte: Álbum de família.

Ao avós Florindo e Fortunata, em São Paulo, com os dois filhos mais velhos: Ernesto e Modesto. Cezira e Paulina, a de colo, já nasceram em São Paulo.

III

Capítulo

*Nonoai:
uma história de
avanços e recuos*



Fonte: Foto do autor, 2005.

Carroça em que João Cipryano da Rocha Loires trouxe sua família e a mudança, de Xanxerê (SC) para Nonohay (RS).

FUNDAÇÃO DA COLÔNIA

O povoado de Nonoai (na época, Nonohay), no nordeste do Rio Grande do Sul, segundo considera e reconhece a história regional, foi fundado por João Cypriano da Rocha Loires, em 1838. Ele ali se estabeleceu, ocupando o cargo de diretor do aldeamento indígena Caingangue ou Coroados. Ficou residindo na vila e casou-se na capela de São João Batista, aos 12 de maio de 1872, com Brásilísia de Oliveira Lima, dando origem ao tronco gaúcho da família Rocha Loires. (Informações colhidas no livro *Esboço Histórico de Nonoai*, de José Mazocato, p. 12.)

A fundação se deu devido à necessidade de abertura de uma estrada que conduzisse os tropeiros do centro-leste do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), que vinham à procura de gado no Rio Grande do Sul. Tal estrada encurtaria o trajeto e tornaria mais fácil a travessia, no estado do Paraná, para o mercado mear nordestino.

João Cypriano, que residia em Xanxerê/SC, partiu para o porto Goyo-En, e de lá para Erechim, descendo para Passo Fundo. Dali acompanhou o rio do mesmo nome até a zona das Missões, ao lugar chamado Serrinha, e, margeando sempre o referido rio, foi dar no toldo indígena dos caingangues ou coroados, cujo cacique era o índio Nonoai, que recebeu sem hostilidade o fundador. Este expôs ao cacique suas pretensões, as quais foram pacificamente aceitas por ele e sua tribo, que se comprometeram a mudar-se para o oeste, deixando livre o local da futura estrada, com a condição de que os brancos os respeitassem. Tudo foi acertado e começou assim a futura vila de Nonoai.

ORIGEM DO NOME

Dom Miguel de Aguilas saiu das margens do Rio Turvo, caudaloso afluente do Uruguai, na região de Três Passos, cumprindo roteiro feito pelo padre superior dos jesuítas da Redução de São Miguel, com a finalidade de descobrir novos ervais e novas riquezas.

O desbravador Dom Miguel ia acompanhado por índios guaranis, cuja língua dominava inteiramente.

Chegando à margem direita do Rio Turvo, encontraram ervais maravilhosos, mas foram atacados pelos caingangues, ocasião em

que todos os guaranis foram mortos, sobrevivendo apenas Dom Miguel, que se tornou então prisioneiro dos vitoriosos.

Essa situação perdurou por muito tempo, até ele conseguir, por fim, a confiança da tribo, ensinando aos índios a manusear o facão. Também aprendeu a língua caingangue e foi por eles apelidado de Fondengue, palavra de cunho pejorativo. Além disso, o chefe da aldeia, índio Tandu, permitiu que Fondengue ficasse em liberdade, porém vigiado de longe.

Fondengue provou ser guerreiro de confiança, recebendo como recompensa várias mulheres, as mais bonitas dentre as índias. Foi ainda nomeado chefe caingangue.

Duas de suas mulheres deram-lhe filhos, um cada uma, mais ou menos da mesma idade. Aos 20 anos, eram fortes, robustos e valentes. Mas só receberiam o nome da tribo, quando praticassem algum ato de coragem. Um deles conseguiu então matar um tigre, e recebeu o nome de Ming que, na língua deles, quer dizer *tigre*.

Em Santa Catarina viviam os índios botocudos, enquanto os cainganges habitavam a área situada entre o Lajeado Tigre, o Rio Passo Fundo e o Rio Uruguai.

Os botocudos atravessaram o Rio Uruguai, com a intenção de expulsar os cainganges. O cacique Fondengue planejou então o ataque aos invasores, enviando seu filho Ming e os guerreiros armados de facão, tacape, lanças e flechas.

O outro filho de Fondengue, que ainda não tinha nome, possuía uma amante da tribo guarani, a qual fora aprisionada pelos cainganges e, por não dominar a língua deles, acompanhou as outras mulheres até o local do combate. Seu amante, o índio sem nome, fora atingido com um golpe de tacape por um botocudo. E ela, a índia guarani, que falava mal o caingangue, quando viu seu amor ferido e caído, saiu correndo e gritando “Nonohay. Nonohay”...

Na linguagem caingangue a palavra “nono” significa *dormir*, e “hay”, *ferimento*. Aglutinando os dois termos, resulta a palavra “Nonohay”, que quer dizer *dormindo ferido*.

Após o restabelecimento do índio sem nome, foi ele batizado de Nonohay, tornando-se cacique do recém-criado toldo que funciona até os dias de hoje. A cidade recebeu o nome de Nonohay, em homenagem a esse bondoso cacique.

ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O comércio de mueres criou a necessidade de abrir uma estrada, que saía de Passo Fundo, passando pelo Rio Uruguai no Porto Reúno (Goyo-En), e seguindo por Xanxerê, rumo a São Paulo.

O porto Goyo-En tornou-se o ponto de parada dos tropeiros. Com o passar do tempo, ergueu-se nas proximidades uma povoação. Era Nonoai, a dezoito quilômetros da divisa, que teve rápido e bom desenvolvimento. Praticamente virou um centro de negócios e uma das principais povoações do norte do estado.

O primeiro coletor de impostos foi Cirilo de Linhares, vindo de Cachoeira do Sul, em 1847. O vilarejo crescia rapidamente, e já recebia alguns imigrantes vindos da Europa. Entre eles, os Sperry, os Winckler, os Lajus, os Almeida e os Moura.

Em 1865, por ter contribuído com a defesa da pátria, na Guerra do Paraguai, a vila foi elevada à categoria de município, através do ato governamental nº 257, de 20 de junho de 1890. De 1875 até 1939, foi desmembrada do território de Passo Fundo área suficiente para a formação de sete municípios. Somente em 1959 constituiu-se



Fonte: Foto do autor, 2003.

Situação atual, a partir da década de 1970, com a construção de duas pontes: em primeiro plano, sobre o Rio Uruguai, e ao fundo, em segundo plano, sobre o Rio Passo Fundo. Acabou assim o trabalho das barcas que faziam a travessia.

novamente o município de Nonoai, no nordeste do Rio Grande do Sul, próximo à divisa com Santa Catarina.

Por volta de 1893, o município tornou-se palco de diversos combates pelas forças que atacavam o governo e pelas que o defendiam. Foram batalhas muito sangrentas que acarretaram à região profundos prejuízos, em todos os aspectos. A população ficou em situação desoladora e a cidade quase sem condições de sobrevivência. Por essa razão, ainda naquele ano, devido à precariedade em que se encontrava, a municipalidade foi extinta, passando a vila a pertencer ao município de Palmeira das Missões.

Segundo os moldes republicanos, a instalação do município atual se deu efetivamente em 16 de setembro de 1892, sendo Frederico Guilherme Kurtz seu primeiro intendente.

Trinta e nove anos mais tarde, em 1931, Nonoai voltou a pertencer ao município de Palmeira das Missões, tendo seu território ampliado, até a data de 27 de julho de 1939, quando, com a criação do município de Sarandi, passou a pertencer a este, até 1959.

O vilarejo prosperava. Logo começou a contar com diversas olarias, prédios de alvenaria, várias ruas calçadas, bons hotéis, boates e comércio. Mas, apesar do progresso, não fora instalada ainda a Câmara Municipal, nem a sede do município. Com a instalação de uma linha de telégrafo, de Passo Fundo até Nonoai, seu desenvolvimento cresceu ainda mais.

A REVOLUÇÃO DE 1893 E A DECADÊNCIA

 vila de Nonoai não foi nada menos que uma grande vítima da revolução. Totalmente destruída pelos revolucionários maragatos, que cometeram as maiores barbáries com seus adversários, os chimangos, duramente perseguidos. Os que não conseguiram fugir foram sacrificados. As habitações da cidadezinha transformaram-se em escombros. Não ficou aí um só habitante, e a cidade foi invadida por animais, como graxains, raposas, ratos, macacos e vários outros.

Eis um relato de José Pinto de Camargo (de apelido *soldado Juca*), que permaneceu escondido em uma gruta de pedra nas proximidades, por dois anos: “Os índios colorados que viviam na região não foram atacados durante a revolução, pelas forças revolucionárias ou legalistas”.



Fonte: Hotel de
Nonoai.

Cascada das
Andorinhas
em Nonoai.

João Batista Lajus, por sua vez, descreveu o ocorrido, dizendo que ele próprio se serviu dos índios para fugir das forças governistas, permanecendo, durante todo o período de lutas, escondido nas matas, às margens do Rio da Várzea. Era um entusiasta da causa revolucionária. E como não fora capturado, os adversários levaram seu pai, Batista Lajus, e um cunhado. Conduziram-nos até o lugar denominado Canhafé e os degolaram. Os corpos foram deixados para repasto de aves e bichos.

João Batista, porém, passou até o término da revolução às margens do Rio da Várzea, onde descobriu as águas termais de Iraí, na época denominadas *Água do Mel*. Quando terminou o conflito, voltou a residir em Nonoai.

RECUPERAÇÃO IMPORTANTE

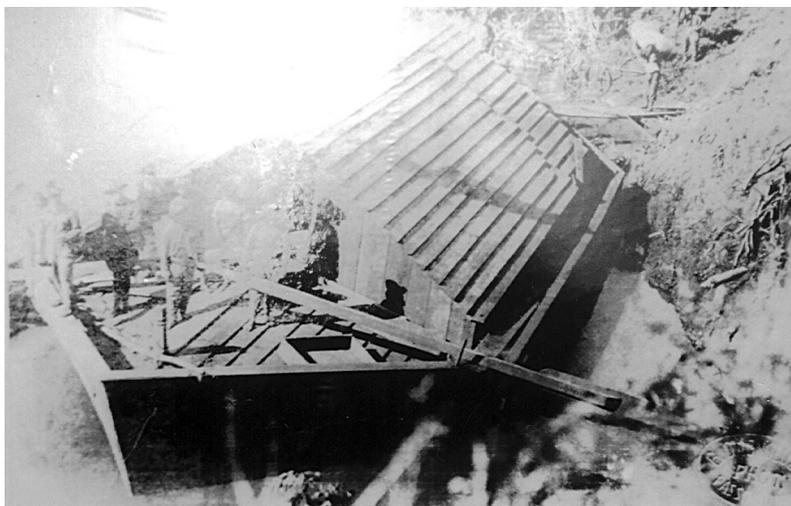
Com o fim da revolta, os ex-habitantes, que haviam fugido do massacre, começaram a retornar.

O comércio do oeste catarinense tinha uma única via de acesso para o sul: a estrada que passava pela vila de Nonoai. Os tropeiros ou comerciantes de mulas, que interromperam seus negócios por causa das contendas, reiniciaram suas atividades, vindo o povoado a tornar-se o principal pólo de crescimento da região. Dentro de pouco tempo, os horrores da guerra foram sendo esquecidos, voltando a vila a ter a mesma influência de antes.

Os Winckler, Lajus, Moura, Sperry, Neckel e Müller foram os primeiros habitantes a retornar à vila, uma vez que a maioria dos moradores que ali viviam desapareceram. Uns morreram, outros foram assassinados, e muitos mudaram do local para nunca mais voltar.

Logo foi restabelecida a Coletoria Estadual e o Cartório Distrital. Também foi nomeado o novo subprefeito. Nessa época, Nonoai pertencia a Palmeira das Missões. O povoado voltou a seu ritmo normal. As famílias que mais sofreram com a revolução foram os Lajus e os Aguiar, com seus chefes sacrificados.

Na cascata das Andorinhas, no Rio Tigre, também em área do município, encontraram-se inúmeras ossadas resultantes do massacre durante aquele período negro, as quais, se presume, foram jogadas no perau. Até as crianças assistiam às matanças de homens e animais.



Fonte: Museu de Nonoai.

Foto de uma primitiva embarcação chamada Pirágua.

Quando a vila, surpreendentemente, conseguiu se reerguer, reativou-se o comércio da erva-mate, que era remetida para a República da Argentina, por via fluvial. Os ervateiros construíram jangadas, piráguas e barcos, para essa travessia pelo leito do Rio Uruguai. Depois da erva, foi a vez do açúcar, da rapadura e da cachaça.

E, mais tarde, com o início da extração, também toras de madeira de lei, como o cedro e outros, desceram o rio em direção ao país vizinho, especialmente à cidade de São Tomé.

Finalmente, instalaram-se as grandes serrarias que liquidaram com os pinhais da região. A maior parte dessa madeira, serrada ou não, teve o mesmo destino das anteriores.

O povo de Nonoai teve grande participação nessa atividade, inclusive meu pai, Octavio, que trabalhou muitos anos em serrarias e na condução de balsas. Na volta de lá os balseiros traziam diversas mercadorias que o povo da vila e das redondezas necessitava.

Assim, até 1912, o município cresceu. A estrada de ferro do sul do país chegava a Passo Fundo nessa época. E muitos habitantes da colônia de Nonoai se mudaram para o planalto gaúcho, sobretudo

após a abertura da nova estrada do Goyo-En a Erechim. Tudo isso fez com que mudasse o ritmo do desenvolvimento. Além da coletoria, já havia no local um escritório do Banco Pelotense e casas de comércio atacadista.

MÁRTIRES DO RINCÃO GAÚCHO

Após tantos sofrimentos e agitações, Nonoai começou a conhecer dias melhores. Por volta de 1915, recebeu seu primeiro pároco. Mais precisamente, em 15 de dezembro de 1915, Dom Miguel de Lima Valverde, bispo de Santa Maria, nomeou aquele que seria o pastor de almas em Nonoai, o padre Manoel Gomez Gonzalez, que se estabeleceu na paróquia em 29 de dezembro daquele ano.

O padre Manoel nasceu em São José de Ribarlana, Província de Pente Vedra, Galícia, na Espanha, em 29 de maio de 1877. Após os estudos no seminário, foi ordenado em 24 de maio de 1902, havendo trabalhado em diversos países e povoados, inclusive em Portugal, antes de vir para o Brasil. No Rio Grande do Sul, foi vigário em Soledade, de onde o transferiram para Nonoai.

Uma das primeiras preocupações do vigário foi reativar a vida religiosa entre os paroquianos. Mas se empenhou também em dar impulso e esperanças ao apostolado da oração, organizar a catequese das crianças, criar escolas de primeiras letras, onde ele mesmo lecionou de graça. Interessou-se ainda pelo desenvolvimento material da freguesia. Reformou a igreja matriz, construiu a casa canônica e abriu um hotel atendido por seu cunhado, Quinto Gil Puga, vindo da Espanha.

Dotado de índole mansa, conseguiu que seu povo recebesse em seus corações a chama da fé e da piedade cristã. Em 1923, foi incumbido de administrar também a comunidade de Palmeira das Missões. Durante a revolução, presenciou muitos horrores nos sertões do Alto Uruguai, mas, mesmo assim, não arredou pé.

O padre Manoel atendia seus fiéis em toda a região, andando sobre o lombo de burros e acompanhado por seu coroinha, Adílio Daronch. Em 1924, quando dirigia a paróquia de Palmeira, que estava sem titular, estendeu seu apostolado até o Alto Uruguai, onde visitou Braga, a colônia militar, e, a caminho de Três Passos,

recebeu o chamado dos colonos de origem alemã, para celebrar a santa missa e lhes administrar os sacramentos.

Padre Manoel não era político e sim um apóstolo do evangelho. Nessa missão, incumbiu-se de enterrar alguns mortos abandonados no campo de combate pelos adversários. Em Palmeira das Missões, pregava contra o barbarismo, a violência e a vingança dos grupos políticos; rogava e apelava a todos, para que a paz e o mútuo respeito reinassem entre eles. Por isso ficou marcado.

Assim, apesar dos avisos que recebera da gente de bem e de seus amigos, para que não fosse a Três Passos, onde correria risco de vida, não deixou de levar sua palavra de fé e cumprir seu dever sacerdotal. Entretanto, a três quilômetros do local denominado Feijão Miúdo, aconteceu o que se previa: ele e o coroinha foram atacados pelos bandidos, que os arrastaram mato adentro e os amarraram a um pé de açoita-cavalo. Nesse local, foram assassinados a tiros, em 24 de maio de 1924, uma quarta-feira. Seus corpos, que só foram encontrados na sexta-feira, não haviam sofrido qualquer ataque ou dano, por parte dos animais da mata, e não apresentavam sinais de decomposição nem mau cheiro. No domingo seguinte, receberam uma sepultura digna, em Três Passos, sendo mais tarde transladados para o local do martírio, junto à mesma árvore que presenciou seu sacrifício.

Passados quarenta anos, com o consentimento do bispo Dom João Hoffmann, que cheguei a conhecer, titular da diocese de Frederico Westphalen e mais tarde de Erechim, o padre Miguel de Cock (que também conheci), teve a iniciativa de organizar, junto à comunidade nonoaiense, uma comissão destinada a recuperar, para a cidade, os restos mortais dos dois mártires.

E, no dia 31 de maio de 1964, depois de percorrer todas as capelas da região evangelizada pelo padre Manoel, exatamente na data em que Nonoai completava o seu aniversário de emancipação político-administrativa, com a presença de diversas autoridades representantes do estado do RS, civis e militares, dos bispos de Passo Fundo e Frederico Westphalen, D. Cláudio Colling e D. João Hoffmann, respectivamente, além de grande número de sacerdotes e cerca de cinco mil pessoas, a cidade de Nonoai, em clima de festa, recebeu os sagrados despojos do padre Manoel Gomez Gonzáles e do sacristão Adílio Daronch. Hoje eles descansam em uma urna mortuária, na igreja local, onde são continuamente visitados por

centenas de romeiros e peregrinos de toda a região. Na parte frontal da igreja matriz Nossa Senhora da Luz, foi erguido um monumento com as estátuas de ambos sobre um burrico, como aquele que os transportava pelos caminhos e sertões do Alto Uruguai.

Para que isso acontecesse, várias prefeituras da região colaboraram. Já se pode contar, nos registros da paróquia, muitas graças e favores comunicados pelos devotos.

O processo de beatificação dos mártires de Nonoai já se encontra no Vaticano. E as romarias acontecem no penúltimo final de semana do mês de maio, sempre com a participação de cerca de trinta mil fiéis.

O autor do presente livro, em suas andanças por Chapecó/SC, em busca de familiares e parentes, com o intuito de resgatar suas origens, encontrou uma tia chamada Virgínia, viúva de Vitor Mar-



Fonte: Foto do autor, fev. 2004.

Minha tia, Virgínia Loureiro de Mello.

tins de Quadros, irmão de sua mãe. Nessa oportunidade, surpreso com o inesperado encontro, ouviu dela relatos interessantes. Mesmo com 87 anos de idade, completados em 2004, narrou ao sobrinho suas histórias e lembranças, referindo com lucidez e exatidão datas e nomes que fizeram parte de seu passado.

Entre outras coisas, recordou a data do nascimento de seu marido (03.06.1911), em Carazinho/RS; e a dela própria (09.07.1917), em Gramado dos Loureiros/ Palmeira das Missões/RS. Também a data do casamento deles (04.04.1930), no mesmo local. Ela era filha de Iandro Loureiro de Mello e Jovelina Veloso de Linhares.

Tia Virgínia citou também o nome do escrivão que oficiou seu casamento (Domingos Justo) e do juiz de paz, que era seu primo (Eusébio de Mello).

E (o mais importante neste relato), contou que foi batizada em 1917, pelo padre Manoel Gomez Gonzáles, um dos mártires do Alto Uruguai, assassinado junto com o sacristão Daronch.

Minha tia Virgínia e meu tio Vitor tiveram quatro filhos: Jorge Martins de Quadros (falecido), José Martins de Quadros (neto), Aurora Martins de Quadros e Nadir Martins de Quadros. Hoje, com 22 netos, 26 bisnetos e 1 tataraneto, tia Virgínia reside em Chapecó/SC, na Rua A, 22-D. O tio faleceu em 18.08.1986, em Maravilha/SC.

Ao pesquisar em livros guardados na secretaria da igreja matriz Nossa Senhora da Luz, em Nonoai, em 13.05.2005, encontrei o assentamento do registro de batismo de Virgínia, no Livro nº 08, fl. 50v., nº 248. O ato foi celebrado em 15 de julho de 1919, na matriz da freguesia de Nonohay, tendo como celebrante o Padre Manoel Gómez Gonzalez, e como padrinhos: João Peliz e Felesbina de Oliveira.

Em 15 de maio de 2005, por ocasião da 41ª Romaria de Nossa Senhora da Luz, e dos 81 anos do martírio do Pe. Manuel e seu coroinha, Adílio Daronch, encontrei duas irmãs de Adílio: Zulmira Daronch Ziani, nascida em 1914, que reside em Porto Alegre, e Anita Daronch Ceretta, nascida em 1917, e residente em Santa Maria. Conversei com elas e também com Jasaleta Ceretta de Barcellos, filha de Anita.

O coroinha Adílio nasceu em 25 de setembro de 1908, em Faxinal do Soturno, distrito de Cachoeira do Sul. Era filho de Pedro

Daronch e de Judith Praxedes Daronch. Em alguns assentamentos mais antigos, se encontra o sobrenome Daronk.

NOVA DECADÊNCIA

Com a ocupação das forças legalistas, na revolução de 1923, aconteceu um novo colapso, embora mais benigno e não tão desastroso como o de 1893.

Em conseqüência, Nonoai parou de progredir e, até 1955, só andou para trás. Em 39, dizia-se que não resistiria por mais cinco anos. Foi quando se criou o município de Sarandi, e Nonoai passou a ser o seu 4º distrito. Devido a esse fato, a coletoria e o escritório do Banco Pelotense se transferiram para a sede do novo município recém-instalado.

Mais de sessenta famílias abandonaram a cidade. Algumas com destino a Chapecó, e outras a Passo Fundo. Houve também os que decidiram se embrenhar no interior, onde havia imensas áreas de terra de propriedade do Governo estadual, sem estradas, sem autoridade, sem ordem. Um verdadeiro covil de malfeitores, na vila e nas matas, os quais empreendiam as piores façanhas, de tristes lembranças.

Nonoai já completara cem anos e parecia ter chegado ao fim de sua existência. Ali ninguém se atrevia a criar algum empreendimento que pudesse dar vida ou reanimar os moradores. No ano de 1939, todos queriam vender suas propriedades, mas não achavam quem as quisesse adquirir. Por essa razão, ali permaneceram as seguintes famílias: Lajus, Sperry, Winckler, Moura, Chagas, Santos, Marchiori, Gosch, Menegol, Calisto, Dal Vitt, Veloso de Linhares, Mello, Carraro, Prestes, Pilatti, Chiamenti, Berthier de Almeida, Fortes, Bossoni, Marques, Muxfeldt, Antunes, Padilha, Bartolomei, Ferreira da Luz, Dal Castel, Pompeu, Necker, Mulinett, Cólvero e Bonotto.

Finalmente, em 15 de abril de 1956, no salão do Clube Recreativo Nonoaiense, na sede do distrito, aconteceu a primeira reunião pró-emancipação. Constam em ata todos os nomes dos que participaram da primeira comissão. Nesse ano, o governador Ildo Meneghetti visitou a vila, percebendo a grande distância entre ela e Sarandi. Por isso solicitou a José Mazocato que trabalhasse em prol da causa emancipatória.

No ano seguinte, ele assumiu a presidência da comissão, a qual enfrentou muita oposição e dificuldades impostas pelos Poderes Executivo e Legislativo do município-mãe. Muitos duelos verbais foram travados. Mas o povo de Nonoai se uniu e o processo foi remetido à Assembléia Legislativa. Considerado hábil e perfeito em suas razões, foi decretado o plebiscito.

Vários outros problemas ainda enfrentou o vilarejo após esse ato, uma vez que Sarandi passou a perseguir, desordenadamente, os mentores da causa. Finalmente, em 27 de janeiro de 1958, a Assembléia Legislativa aprovou, pela segunda vez, a criação do município que, em 30 de janeiro de 1959, pela Lei nº 3695, do Governador do Estado, se efetivou e pôs fim aos litígios.

O município de Nonoai foi instalado em 31 de maio de 1959, e eleito como seu primeiro prefeito, Jair de Moura Calisto, primo de Leonel de Moura Brizola, na época governador do Rio Grande do Sul.

De então em diante, a indústria e o comércio da nova comuna fizeram história, tornando-a conhecida no estado, como capital da rapadura. Produzia e distribuía em todas as regiões. Inclusive exportou para a Argentina, por mais de um século, não só rapadura, mas ainda açúcar mascavo, melado de cana e cachaça.

CHACINA NO FAXINAL DOS LOPES

Em 1925, numa festa de casamento, na localidade denominada Faxinal dos Lopes, após a cerimônia e o banquete, se realizou um baile entre os convidados e familiares. Os noivos eram Belarmino Fidelis de Maciel e Emília Serpa.

Durante a animação da festa, apareceu por lá um Cabo pertencente às forças militares estaduais. Era de cor morena e foi ao baile sem ser convidado, pretendendo entrar de *carancho*, para dançar. Os promotores do evento não consentiram, especialmente por causa da cor do intruso. Disseram-lhe, sem papas na língua: “Aqui negro não entra!”

O Cabo, despeitado, voltou até a sede da corporação ou destacamento. E disse ao comandante, Capitão Juquinha Moura, que lá no tal baile havia um sujeito de nome Josselim Damásio de Oliveira, que era procurado pela polícia. O comandante escutou o relato de seu subordinado e, em seguida, emitiu uma ordem de prisão por escrito. O Cabo deveria comandar uma patrulha organizada. Na

ordem de serviço ficou recomendado que o Cabo retirasse o povo do recinto da festa, para proceder à prisão do suposto delinqüente, para que esta se efetuasse com o máximo de cautela.

Como o comandante da patrulha estava ofendido e com segundas intenções, viu naquela prisão uma possibilidade de vingar-se de todos, por ter sido barrado na entrada do *bailezinho* de casamento.

Chegando ao local, mandou a patrulha se estender em linha, atrás de um pinheiro caído em frente ao local onde o pessoal se divertia e comemorava. Em seguida, ordenou aos comandados que abrissem fogo contra a casa, sem cessar. Ao amanhecer, jaziam no local quinze cadáveres: o noivo, a noiva, e mais treze corpos. Outros treze ficaram gravemente feridos. E o suposto bandido Josselim, que serviu de pretexto para o ataque e a vingança, não se encontrava lá. Segundo testemunha, ninguém o havia visto no local.

O resultado do massacre foi que o comandante Juquinha foi preso e processado por ter autorizado a entrada no recinto, sem motivo. Quanto ao Cabo, alegou, em sua defesa, que apenas cumprira ordens do Capitão. Mas como este houvesse esquecido a ordem no bolso da farda que levava para a lavadeira, foi salvo pelo gongo, pois, no decorrer do processo, serviu de prova diante da Justiça. Ao final da história, o Capitão Juquinha Moura foi absolvido, enquanto o Cabo e alguns companheiros foram condenados e acabaram a vida na penitenciária da capital do estado.

Esta foi uma das últimas tragédias ocorridas em Nonoai, de que se tem conhecimento. Próximo ao lugar, meu pai residiu nos seus últimos anos de vida. (Informações coletadas na *Cartilha sobre a História de Nonoai*. De José Mazocato, Olmiro Loires Sperry e José Newton Sperry.)

A história de Nonoai que foi acrescida ao presente trabalho justifica-se pelo fato de que muita gente que viveu ou vive nesse município, desconhece o seu passado. O objetivo do relato consistiu, portanto, num resgate da história, para que todos os interessados tenham oportunidade de conhecê-la. Principalmente os membros da grande família Ferron.

“As abelhas trabalham na obscuridade. O pensamento se elabora no silêncio e na reflexão. A virtude, a dedicação e a doação aos outros se adquirem no colóquio com Deus.”

(Belguise)

IV

Capítulo



PLANTANDO RAÍZES

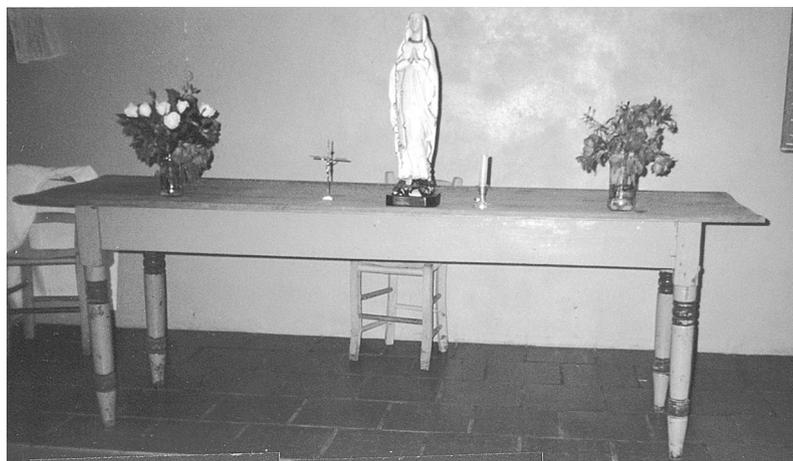
A localidade, onde se estabeleceu definitivamente a família de Seu Florindo, passou, algum tempo depois, a ser conhecida como Linha Ferron.

Durante mais ou menos quatro anos, Octavio morou e trabalhou com o pai. Ao completar 18, já homem feito, voltou para Passo



Fonte: Arquivo de família.

Uma das casas construídas por Ernesto Ferron, no interior de Passo Fundo, 1934.



Fonte: Foto do autor, 2003.

Mesa construída por Ernesto em sua marcenaria junto ao moinho, em fevereiro de 1934, a qual deu de presente a sua irmã Cezira. Em 2003, esta mesa servia como altar em uma capela na Linha Fávero, em Nonoai.

Fundo, por influência de seu irmão mais velho, Ernesto, que ali prosperava como construtor e pretendia amparar o irmão, com quem tinha grande afinidade. Como auxiliar de Ernesto, Octavio não media esforços no aprendizado da nova profissão. De suas mãos rudes e, ao mesmo

Este armário também foi construído por Ernesto, juntamente com a mesa, o qual fazia parte de um jogo de cozinha. Ambos foram doados de presente à irmã Cezira, quando moravam em Passo Fundo, em 1934. Também está servindo como móvel na capela da Linha Fávero.



Fonte: Foto do autor, 2003.



Fonte: Arquivo de família.

Uma das proezas de Eno, filho de Ernesto, carregando sobre seu caminhão uma casa inteira, para trocá-la de lugar, em 1978, na Vila Rosso, no interior de Passo Fundo.

tempo, hábeis no manejo do martelo e do serrote, surgiam casas de moradia, galpões, estrebarias, pocilgas, moinhos. E, além dos trabalhos de carpintaria, lidavam também em serviços de marceneiro e torneiro. Sua pequena indústria provia muitas famílias da região com as ferramentas e os instrumentos necessários ao roçado, ao amanho da terra, ao plantio e à colheita dos grãos.

Trabalhador e interessado por natureza, o jovem irmão aprendeu muito com Ernesto que, por sua vez, enérgico e exigente, teve grande influência na formação do seu caráter. Auxiliando-se mutuamente, ambos adquiriram conhecimento e experiência no ofício de falquejar a madeira e malhar o ferro.

O primeiro moinho construído por eles localizava-se junto a uma sanga, próxima ao campo de futebol do Esporte Clube Flamengo, na Vila Rosso. E a primeira casa de moradia foi a de Ernesto, na mesma vila, no local onde existe hoje um ginásio.

Mas Octavio, de espírito irrequieto e curioso, exerceu por uns dois anos apenas a nova profissão, retornando então, para junto dos pais e demais irmãos, em Nonoai. Lá retomou com eles as atividades agrícolas e os auxiliou na construção de um engenho de cana. Passaram a fabricar então açúcar mascavo e rapaduras, que serviam para abastecer a família, a vizinhança, o comércio de Nonoai e, até mesmo, o de Passo Fundo.

CABANA: PRIMEIRA MORADA DE MEUS PAIS

Na Linha Ferron, tradicional reduto desses italianos em busca da própria identidade, a família de Florindo travou relações de amizade com uma família procedente de Carazinho, que



Fonte: Arquivo de família.

Primeiro moinho, construído por Ernesto e Octavio, Vila Rosso, em Passo Fundo, na década de 1930.

Octavio Ferron pousando para foto em 1941, já casado. Esta mesma foto serviu de ilustração para a capa deste livro, se você olhar bem na capa, vai perceber o rosto e o peito de meu pai mesclados com outra foto.



Fonte: Arquivo de família.

também residia naquela colônia. O novo vizinho, José Martins de Quadros, mais conhecido por *Zeca Martins*, tornou-se grande amigo de Florindo, motivo por que se visitavam freqüentemente. O Seu Zeca tinha três filhas. A mais velha, Otilia, acabou casando-se com Acácio, o 6º filho de Florindo. Com o casamento, as amizades estreitaram-se ainda mais. E, por ocasião do retorno de Octavio, a segunda filha do amigo, de nome Aurora, chamou a atenção do jovem, tão logo se conheceram. Da atração ao encantamento e, por fim, ao namoro, a distância foi curta. No dia 1º de julho de 1939, realizou-se mais um casamento entre as duas famílias. Um acontecimento inusitado, uma vez que todos, noivos, pais, padrinhos e convidados tiveram que se deslocar a cavalo até a Vila Água do Mel, para celebrar a cerimônia nupcial. A vila, que hoje faz parte do município de Iraí, naquela época ainda pertencia a Palmeira das Missões.

Muito breve, Octavio, que por seu temperamento era dado a novidades e aventuras, resolveu construir um rancho às margens do Rio dos Índios, em meio a uma floresta cerrada. A cabana, erguida com varas, capim e folhas de coqueiro, ficava próxima a uma cascata e era encravada nas pedras da rocha.

Uma vez pronta a rústica moradia, mudou-se com sua jovem esposa para aqueles fundões. E, para que Aurora não ficasse só, enquanto ele saía para trabalhar em terras alheias, Octavio encarregou seu cunhado Jorge, ainda guri, de tomar conta da irmã e fazer-lhe companhia.

Durante uma de minhas andanças pela costa do Rio dos Índios e do Uruguai, no interior de Nonoai, com o intuito de buscar dados para melhor ilustrar este relato sobre a história de nossos antepassados, revisitei e fotografei a cascata e a casa de pedra, próximas ao local da cabana que meus pais habitaram logo após o casamento, nos idos de 1939/1940. Fazia mais de quarenta anos que eu não andava por lá. Foi no dia 11 de maio de 2005 que revivi esse passado, com o Nativo, meu irmão mais novo.

UMA PEDRA E UMA EXPLOÇÃO

Quase por acaso, acabei descobrindo uma boa historinha vivenciada por um grupo de moleques, chamados hoje de adolescentes. Foi lá pelas bandas da Linha São Sebastião, uns quatro quilômetros além. Esse lugar mais tarde ficou conhecido como Linha Ferron. O batismo do lugar com esse nome coincidiu com a chegada do meu avô Florindo Ferron, que ali se estabeleceu em 1932, procedente de Passo Fundo.

O que motivou a escolha do nome foi o sobrenome dele e o grande número de filhos. Uns foram para lá casados. Os demais cresceram e também foram casando, indo morar nas redondezas. E formaram uma grande comunidade de adultos e de crianças, pois havia famílias residentes desde muito tempo naquelas paragens. A família Martins de Quadros, por exemplo, oriunda de Carazinho; a família De Fante, de Gramado dos Loureiros, os Ferreira, de Palmeira das Missões; os Serpa, os Prestes, os Müller e muitos outros.

Assim como meu avô, todos com numerosa prole. O fato de existirem muitos gurus gerava um grande entrosamento entre as famílias. Isso também acontecia com os jovens que, por serem quase da mesma idade, formavam parcerias. Para tudo, até para fazer coisas não permitidas. Os pais, na época, eram mais rígidos, tinham mais autoridade sobre os filhos. Se cometessem alguma falta, eram punidos severamente. Mesmo assim, surgindo oportunidade, aprontavam para valer.

O pequeno grupo de amigos inseparáveis descendia de três famílias lá residentes: os Ferron, os De Fante e os Martins de Quadros. Uns oito piazotes, com idade entre 11 e 18 anos, acostumados a andar pelos rios, onde passavam os domingos, pescando e nadando; e pelos matos, caçando e procurando frutos silvestres. Além dessas, havia outras façanhas, algumas inofensivas, outras nem tanto, mas sempre havia uma permanente tentação para o perigoso, pois o que era arriscado dava muito mais prazer.

Em casa, os pais os incumbiam de atividades diárias, durante toda a semana. Por isso, esperavam ansiosamente pelo domingo, quando o grupo se reunia, e aí era só vagabundagem.

Numa das propriedades da família Martins de Quadros, as plantações se estendiam por uma ladeira íngreme, com mais de dois quilômetros de subida, desde o sopé do morro até o topo. A baixada era atravessada pelo Rio dos Índios e praticamente toda cultivada. Na outra divisa da propriedade, corria um riacho, perpendicularmente, formando uma barra com o rio maior. Por essa lavoura cruzava uma picada que dava acesso ao rio, onde a piazada gostava de pescar e se enfiar na água.

Foram incontáveis as vezes em que o grupo por ali andou. E, nesse vaivém, como sempre, engendravam algo novo para levar a cabo suas proezas.

Um belo dia, um dos integrantes da tribo, provavelmente o mais curioso deles, viu uma grande pedra arredondada bem no cume do morro. Devia pesar aproximadamente uma tonelada, e estava com três quartos de seu volume exposto na superfície.

Assim, imaginou um deles, poderiam fazê-la rolar ladeira abaixo, sem precisar de muita escavação. A idéia passou como um raio pelas mentes do grupo, e foi aprovada por unanimidade. Logo, numa assembléia democrática, traçaram o plano de ação, que consistia no seguinte: todos os participantes do empreendimento, em suas horas de folga e nos finais de semana, deveriam participar da tarefa, munidos de ferramentas (picões, cavadeiras, alavancas e outras). Todas as que considerassem necessárias ao êxito da operação.

Tudo acertado, mal conseguiam esperar pelo momento de verem aquele enorme volume rolando, em disparada, pelos flancos do morro.

No dia e horário combinados, puseram mãos à obra, suando a camisa num trabalho clandestino, sem conhecimento dos pais.

Estava tudo calculado, menos as conseqüências e os danos que a mirabolante façanha iria provocar durante sua trajetória. O momento chegou, quando a pedra já estava totalmente livre de obstáculos, em condições de seguir sua viagem rumo ao desconhecido.

Foi então que gritaram em coro: “É agora!”

Todos fizeram sua parte. Uns empurraram com alavancas, outros com bimbarras. Um esforço concentrado que de fato fez a pedra se mexer do lugar. A gurizada nem acreditou no que via. Ao mesmo tempo, vibrou com o sucesso da proeza. Mas quando aquela desvairada começou a ganhar velocidade e saltar loucamente, abrindo crateras por onde passava e saltando de novo, com maior força, os moleques começaram a sentir medo. Todos, sem exceção, emudeceram, suspendendo a respiração. E as atenções se concentraram no evento com mais intensidade, para não perder um único detalhe.

Para surpresa do pessoal, quando a pedra enfurecida e sem rumo chegou perto do riacho, ela não parou, conforme a previsão que fizeram. Pelo contrário, tomou novo impulso e deu um salto ainda maior, passando por cima da sanga. E, encontrando o caminho livre, prosseguiu com a mesma rapidez.

Não pensaram os meninos na hipótese de que ela pudesse adquirir velocidade e desgovernar-se em saltos gigantescos, alcançando o lado oposto da sanga, com a fúria de um terremoto. Ali havia outra propriedade, e uma produtiva lavoura. Além disso, no terreno mais plano, seu proprietário construía um rancho ou galpão, de pau-a-pique e coberto de folhas de coqueiro, no qual armazenava, provisoriamente, toda a colheita de milho das roças próximas.

Claro que a molecada não previu que o paiol do vizinho poderia ser atingido pelo descomunal objeto. Essa hipótese jamais passou pela cabeça de nenhum deles. A brincadeira não tinha a menor intenção de maldade. O grupo simplesmente queria curtir momentos de alegria, satisfação e novidade.

Tiveram muito trabalho, durante horas, talvez até dias, antes de ver aquele vulto rolando sem controle e atingindo, em poucos segundos, a meta não planejada.

Os piás ficaram pasmos, não acreditando no que viam. Foi de fato uma cena cinematográfica. A pedra acertou o galpão em cheio, como um canhão, atravessando-o de um lado a outro. Foi uma explosão imprevista e inesperada. As vigas, o madeirame, a

cobertura, as espigas de milho ali depositadas, tudo voava pelos ares, como se fossem penas ao sabor do vento.

Tanto trabalho e tão pouco tempo de euforia. Depois da catástrofe, sobreveio a preocupação. Os garotos já vislumbravam o que estava por vir, quando seus pais tomassem conhecimento do ocorrido. O prejuízo foi de grande monta. E o proprietário logo deduziu quem seriam os autores do desastre que pôs abaixo o seu paiol atulhado de cereais. De imediato, tratou de procurar o sr. José Martins de Quadros, dono da propriedade vizinha, que provavelmente servira de base para o lançamento daquele projétil tão corpulento e desastroso. Procurou também o Sr. Florindo Ferron, pois tudo indicava que havia no grupo integrantes também da família dele.

Ficou-se sabendo mais tarde que a experiência foi muito dolorosa para todo o time de meninos: como acréscimo a outros castigos menores, foram obrigados a juntar e recolher, espiga por espiga, todo o milho que se esparramou, por longa distância, além do leito do riacho.

Esta estória me foi contada por integrantes daquela artilharia pesada que, por volta de 1940, esteve fazendo experiências em lançamento de torpedos, na Linha Ferron.

A bateria era composta e comandada pelos seguintes oficiais: Orlando, Alfredo e Alvinio Faron (Ferrão), de 18, 17 e 15 anos, respectivamente, meus tios paternos e filhos de meu avô Florindo; Paulino e Jorge, com 18 e 11 anos, tios maternos, filhos do meu outro avô, Zeca Martins; Natalício, Fortunato e Amadeo De Fante (18, 16 e 14 anos), filhos de Tércio De Fante. Na data de hoje (2005), já são falecidos: Orlando, Alfredo e Fortunato. Os demais ainda vivem e podem confirmar a estória. Eu, particularmente, me safei dessa, porque nessa época ainda não estava por lá...

VIDA NOVA E DIFERENTE

Ernesto, o mais velho dos irmãos, continuava em Passo Fundo e viajou a Nonoai para visitar os pais. Na oportunidade, tomou conhecimento da situação de desconforto e penúria em que viviam os recém-casados. Para certificar-se da realidade, deslocou-se até a choupana dos dois. E, inconformado com o que viu, convenceu o

casal de aventureiros a juntar os minguados pertences e voltar com ele para a cidade, a fim de arranjar emprego.

Foi numa casinha humilde, do outro lado da sanga, outra vez na Vila Rosso, defronte ao campo de futebol, que os pombinhos se alojaram. Também morava na casa a família do senhor João Tavares, um hábil contador de estórias que a vila toda gostava de escutar.

Os primeiros dois filhos de Octavio e Aurora nasceram nessa época. Ambos morreram precocemente. A mais velha, Terezinha, nasceu em 20 de abril de 1941, vindo a falecer em 21 de setembro do mesmo ano. Ainda em 1942, no dia 02 de junho, nasceu e faleceu no mesmo dia um menino que recebeu o nome de José. Ambos estão sepultados no cemitério de São Roque.

CAPELA SÃO ROQUE E SEUS FUNDADORES

A capela São Roque, no distrito do mesmo nome, fica distante seis quilômetros da cidade de Passo Fundo.

Em 15 de abril de 1915 (por coincidência, neste dia e mês se comemora o nascimento de meu pai), os senhores que pretendiam a construção de uma igreja nessa localidade, fizeram a doação de um terreno para a diocese, cuja sede se situava em Santa Maria.

Foram estes os benfeitores: Lauro Xavier de Castro, Geraldino de Oliveira Xavier, Dorival Xavier de Castro, Ortência Ribas de Castro e Euthalva Mello de Castro.

Eles procederam à doação, na presença do Pe. J. Rafael Iop que, também por coincidência, foi quem abençoou o matrimônio de meu avô Florindo, em 04 de agosto de 1906, em Vale Vêneto, região da 4ª colônia, em Silveira Martins.

Os doadores passaram a escritura pública de um terreno, medindo 40 metros de frente por 40 de fundos, situado entre um lajeado, que levou o nome São Roque por causa da Capela, e uma olaria, no local denominado Mato dos Bentos, a pouco mais de uma légua da cidade de Passo Fundo. O Padre Iop recebeu a escritura autorizado pelo bispo diocesano e em seu nome.

Serviram de testemunhas na transação: Álvaro Schell de Quadros e Maria Schell Loureiro. Foi oficial do registro, Joaquim Pusa Dauot.

Atualmente, considera-se como fundadores da Capela São Roque os doadores do terreno e mais as famílias de imigrantes recém-chegados a essa localidade.

A construção de uma capela de madeira se iniciou logo em seguida, sendo São Roque homenageado como patrono do altar. O dia do santo padroeiro é comemorado em 16 de agosto.

O templo servia para as famílias de imigrantes, sobretudo as oriundas da região de Cachoeira do Sul, se reunirem nos finais de semana. Era ali que renovavam sua fé e seus filhos eram catequizados.

Pelo que se sabe, no decorrer dos anos, foram chegando mais e mais moradores, também da 4ª colônia. As mais antigas e tradicionais famílias de imigrantes que se instalaram em São Roque tem os seguintes sobrenomes: Lubian, Mainardi, Laimer, Mussini, Previatti, Venturini, Lago, Rosso, Zanotto, Nazari, Casassola e Ferron.



Fonte: Foto do autor, 2003.

Atual capela São Roque, a 6 km de Passo Fundo, no distrito do mesmo nome, construída em 1957, substituindo a antiga que era de madeira.



Fonte: Foto do autor, 2005.

Alicerces e escada que ainda restavam, da casa onde nasci.

Em 1957, foi construída uma nova capela, já de alvenaria e bem mais moderna. Foi nela que fiz minha primeira comunhão.

É interessante ressaltar também que uma parte dos bancos existentes na capela foram construídos por meu tio Ernesto Feron, filho mais velho do avô Florindo, que era marceneiro de profissão.

Estes dados foram coletados por mim junto à secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, no Livro Tombo nº 02, em 17 de agosto de 2005.

○ PROTEGIDO DE SÃO JOÃO BATISTA

Algum tempo depois, Octavio Ferron conseguiu emprego no DAER (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem), um órgão do governo do Rio Grande do Sul, transferindo então seu domicílio para o povoado de Marau, onde ficaria mais próximo de seu local de trabalho.

Aurora, que enfrentava a terceira gravidez, completava, em 23 de junho de 1943, véspera do dia de São João, o nono mês de gesta-



Fonte: Foto do autor, 1997.

Igreja São João Batista, na RS 324, saída para Marau, onde fui batizado, em 9 de julho de 1943.

ção, e foi conduzida por seu marido até Passo Fundo, para que seu parto fosse realizado no hospital.

Hospedaram-se na casa de João Fávero, casado com Cezira, irmã de Octavio.

O bebê, no entanto, não esperou raiar o dia para vir ao mundo. Na madrugada fria do dia 24, Aurora foi acometida pelas dores, e sua cunhada Cezira teve que fazer as vezes de parteira. Além dela, também ajudou no parto a dona Amélia Meira Calherão, tia e madrinha do hoje meu amigo, Pedro Calherão (o Pedrinho). E foi o primo Vitorino Fávero (Vitor), com 11 anos de idade, amigo de Pedro, que, a mando de sua mãe Cezira, foi chamar dona Amélia.

Assim nasceu João, sob o olhar atento, os cuidados e o carinho dos tios, na localidade denominada Capão Bonito, junto à estrada velha entre Passo Fundo e Marau. Um garotinho franzino, de aproximadamente dois quilos, cujo nome foi uma homenagem de seus pais a São João Batista, e também a seu tio João, dono da casa onde nasceu.

O batizado do menino ocorreu na igreja do mesmo nome, na RS 324, na saída para Marau. Os padrinhos foram os tios João e Cezira.

Em terreno próximo à sede atual do Clube Caixeiral Campestre, ainda existem os alicerces da casa onde eu, João, nasci. Em linha reta, minha residência, localizada na Rua Matilde Mazzeron, no bairro Planaltina, dista daquele local apenas uns dois quilômetros.

É a esse filho de Octavio e Aurora que se deve o relato da presente história familiar. São lembranças de fatos e acontecimentos que meu pai contava e ainda estão presentes e vivos na minha memória, além de outros registros e narrativas colhidos entre os irmãos e parentes ainda vivos.

PERIPÉCIAS DE UMA VIDA DURA

*M*eu pai foi funcionário do DAER, de 1941 até 1944, época em que Marau era distrito de Passo Fundo.

Seu principal encargo se constituía na construção e na conservação de pontes, todas de madeira, que ainda não eram comuns as pontes de concreto. A madeira era extraída dos matos da região e falquejada a machado pelos operários do Departamento.

Octavio Ferron era conhecido entre os demais empregados como um perito no trabalho de preparar vigas e barrotes. E alguns episódios pitorescos, sobre a labuta empreendida no transporte e manejo dos troncos, ainda resistem na memória de seus descendentes.



João Ferron (autor), com mais ou menos 2 anos de idade, ainda em Marau, postado ao lado de um Jeep, construído por seu pai Octavio. Em uma das mãos, uma espingarda, e a caça pendurada nas portas do Jeep,

Fonte: Arquivo de família.

Um desses episódios ocorreu durante a construção da ponte sobre o Rio Taquari, na divisa entre Passo Fundo e Marau. Octavio e seu companheiro de tarefa atravessavam o rio sobre uma viga extensa, carregando um volumoso tronco nas costas. Cada um em uma das pontas. Durante a travessia, com certeza difícil e arriscada, o pesado caibro se inclinou na parte traseira, desequilibrando o operário que ia na frente, justamente meu pai. Ele caiu sobre as pedras, no leito do rio, e o enorme fardo sobre ele. Felizmente, não aconteceu o pior. Mas ele permaneceu desacordado durante três dias, e todos reconheceram que se salvou por milagre.

Uma vez concluída a construção das pontes, Octavio passou a trabalhar na serraria de propriedade das famílias Orsatto e Margrin. Ficava adiante de Marau, na estrada antiga de Vila Maria. Outro fato que poderia ser cômico, se não fosse trágico, aconteceu nessa época.

Auxiliado por um colega, papai foi encarregado de fazer um roçado. Para isso, era necessário atear fogo na macega quando estivesse seca e, posteriormente, preparar a lavoura. Segundo o combinado, o companheiro só começaria a queimada depois que seu parceiro estivesse fora do roçado. Mas ele entendeu mal, e tratou de agir rapidamente. As chamas, de grande altura e intensidade, devoraram com rapidez os talos secos, deixando Octavio sitiado pelo fogo. Para sorte dele, uma caneleira não fora derrubada, continuava verde, com sua copada densa. Compelido pelo susto e o pavor de sofrer queimaduras, cortou rapidamente alguns galhos, cobriu a cabeça com eles, depois correu e jogou-se num buraco aberto no chão pelas raízes de um umbu apodrecido. O fogo calcinou tudo em volta, passou sobre seu corpo, sapecou até as folhas que o protegiam. Mas ele, graças a Deus, saiu ileso, sem nenhum ferimento grave.

UMA PERDA IRREPARÁVEL

Tio Ernesto, o carpinteiro exímio da Vila Rosso, teve uma vida curta. O principal legado de trabalho que deixou foram os dois moinhos que construiu. No primeiro, perto do riacho, na própria Vila Rosso, teve a ajuda de meu pai, o irmão a quem devotava grande estima. O outro foi junto ao Rio São Roque, próximo à propriedade da família Brunetto. O esforço do tio Ernesto, na conclusão

dessa obra, foi imenso e admirável. Ele era um homem de estatura mediana, mas rude e pertinaz. Contava somente 37 anos de idade quando caiu doente. Foi repentino o mal que o acometeu, e a família o internou para tratamento, no hospital de Passo Fundo. Ao sentir que perdia as forças e que sua saúde se complicava, manifestou o desejo de falar com Octavio, seu irmão predileto. Dizia que não queria morrer sem conversar com ele. Chamaram então meu pai em Marau. Mas como, naqueles tempos, os meios de transporte eram escassos e, nas estradas, o tráfego era lento e difícil, seu desejo não se concretizou. Quando o irmão chegou ao hospital, Ernesto acabara de falecer, e o segredo que pretendia revelar foi com ele para a sepultura. O passamento se deu em 04 de abril de 1944, provocado, segundo contam, por *estrangulamento do intestino*, ou, em linguagem técnica, por uma diverticulite. Nosso prestimoso tio deixou dois filhos, Ezila e Eno, este com apenas dois anos de idade.

A irreparável e inesperada perda causou um duro golpe no ânimo de Octavio que guardou luto por mais de um ano. Nem a barba aparou durante esse tempo.

Os restos mortais do irmão e tio querido se encontram também no cemitério de São Roque.

Quase um ano depois do falecimento de nosso tio, em 18 de março, no hospital de Marau e aos cuidados do Dr. Elphidio Fialho, nasceu meu irmão Domingos José, conhecido simplesmente por *Guete*, como foi apelidado.



Fonte: Arquivo de família.

Ernesto Ferron antes de falecer, aos 37 anos de idade.

O INSISTENTE SONHO
COM A FORTUNA

*M*eu pai permaneceu residindo e trabalhando em Marau, entre os anos 1942/1945. E foi lá, inesperadamente, durante o descanso noturno, que lhe aconteceu um sonho muito especial. Assim como anos atrás, quando ainda era rapazote no interior de Nonoai, sonhou que estava sentado sobre uma panela de ouro, assim também aqui lhe aconteceu um sonho semelhante. Da primeira vez, fez pouco caso da história. A botija atulhada de moedas brilhantes acabou localizada e arrancada da terra por outra pessoa.

Por ocasião do segundo sonho, já era um homem casado, pai de dois filhos, portanto, com responsabilidades familiares. Além do mais, trabalhava duro de sol a sol, e não dispunha de tempo para se ocupar das coisas do inconsciente.

Foi numa noite de extremo cansaço, após uma árdua e longa jornada de trabalho.

Altas horas da noite, já dormindo um sono profundo e reparador, sobreveio-lhe um novo sonho, que lhe invadia a mente com insistência, mais parecendo um pesadelo. Em sua memória ficou gravada e com clareza esta estranha imagem: um peixe enorme, no qual havia impressa uma numeração, cujos algarismos formavam um milhar.

A visão, como um delírio, passou insistentemente, e por diversas vezes, diante dele. O coitado do homem, que precisava descansar para enfrentar o trabalho pesado do dia seguinte, acordou com aquela cena gravada em sua mente. Por mais que tentasse esquecer, ela continuava a persegui-lo.

Assim foi o dia todo, enquanto se envolvia com seus afazeres. A imagem do peixe com aquele número não o deixava em paz, e reaparecia sempre de novo em sua frente, tão nítida que parecia real.

Tentou esquecer o inusitado sonho e pensar nas suas obrigações, no trabalho que tinha pela frente e que garantia o pão da família. A vida precisava continuar e ele não dispunha de tempo para ocupar-se com bobagens.

Papai até pensou em ir apostar no jogo ou comprar um bilhete de loteria. O número trazido pelo peixe poderia ser um aviso, um sinal de sorte. Entretanto, o serviço era tanto que não lhe dava sequer uma folguinha.

Só no final da tarde, ao encerrar os compromissos do dia, teve tempo para pensar melhor no que deveria fazer. E decidiu ir até a vila, onde havia uma pequena agência lotérica, e apostar na sorte.

Ainda chegou em tempo de adquirir o bilhete e aguardar o sorteio que acontecia no final do dia. Com o coração descompassado, solicitou o tal número escrito no peixe. Queria comprar o bilhete inteiro. Foi então que o vendedor lhe informou que aquele número havia sido vendido alguns minutos antes.

O velho Octavio, o (des)afortunado homem do sonho, ficou inconformado. Não só o bilhete estivera ali, bem próximo dele, como também lhe fugira pela ponta dos dedos.

Para não perder a caminhada, adquiriu outro bilhete, com um número qualquer, e foi-se embora pensativo. O número do peixe não lhe saía da memória.

Ao chegar em casa, comentou com a mãe o acontecido, e tratou de esquecer aquela história.

Todavia, na manhã seguinte, enquanto se dirigia para o trabalho, o velho começou a escutar um foguetório na direção do vilarejo. E os comentários não demoraram a chegar. Como um rastro de pólvora correu a notícia, por toda a redondeza, de que o número que Octavio vira em sonho havia sido premiado na loteria. A vida é mesmo assim, *sorte de uns, azar de outros*.

A ILUSÃO DA TERRA PROMETIDA

*A*inda em Marau, papai trabalhou em serrarias e na construção de casas, junto com um tal de Osmarzinho, muito entendido no ramo de madeiras.

Costumava ele dizer que, em Santa Catarina, quem abrisse uma serraria, ficava rico. E fez a cabeça de um grupo de famílias, que resolveram apostar num investimento tão promissor.

Assim, em meados de 1945, liderados por Osmarzinho, lá se foram várias delas, com seus homens, mulheres e crianças, ao encontro da terra prometida. Saíram de Marau, sabe-se lá como, para desembarcar em Linha Espuma, hoje Linha Santa Lúcia, nas proximidades do Rio Chapecó, a quase 40 quilômetros da cidade que tem esse nome. Atualmente, o povoado faz parte do município de Nova Itaberaba.



Fonte: Foto do autor, 2002.

Na foto, da esquerda para a direita, João Ferron, seu tio materno, Jorge Martins de Quadros, Alvino Ferrão e Deoclides Caon. Esse local mostra onde foi construída a serraria de Osmarzinho, em 1946.

Nem estradas havia, naqueles idos tempos, pelos lugares que percorreram. Sofreram revezes e enfrentaram peripécias de toda ordem. Lá chegando, os migrantes do Rio Grande trataram, antes de tudo, de erguer os ranchos para abrigar as famílias. E, sem descanso, puseram mãos à obra na montagem da auspiciosa serraria.

Certamente, foram intensos e incalculáveis o sofrimento, a luta, as privações, e também a esperança que se renovava a cada novo dia.

Finalmente, a serraria estava de pé e pronta para entrar em funcionamento. Mas a decepção se abateu depressa sobre as serras afiadas, as toras empilhadas e os sonhos de riqueza amontoados no coração. O Rio Espuma, que não passava de uma sanga, não fornecia água suficiente para tocar as máquinas e fazer a serraria produzir. Mal sabiam aqueles arrojados desbravadores que a situação iria piorar ainda mais.

Meu pai tratou de comprar logo, nas proximidades, uma pequena propriedade coberta de mato, onde animais ferozes (tigres, onças, cobras e outros) tocavam quem ousasse invadir seu ter-

ritório. Certo dia, estava ele derrubando mato para plantar uma roça, quando se deparou com um tigre de garras aduncas pronto para dar o bote.

Tudo lá era exuberante. Numa pescaria, no Rio Taquara Grande, papai pegou um dourado que pesava quase dezenove quilos.

Outro acontecimento digno de nota foi a enchente de 1946. Depois de uma longa estiagem, em janeiro daquele ano, o céu abriu suas comportas e despejou água sem parar, elevando consideravelmente o nível dos rios. Muitas balsas carregadas de toras, que deviam ser transportadas para São Borja, no Rio Grande do Sul, e São Tomé, na Argentina, aguardavam a cheia há vários meses, e aproveitariam para descer o rio. As cheias eram necessárias, pois possibilitavam a travessia das balsas rio abaixo. Do contrário, em época de pouca água era impraticável o transporte da madeira. No entanto, fazia muito tempo que as balsas estavam preparadas e suas amarras começavam a apodrecer. Mesmo assim, os balseiros julgaram ser conveniente aproveitar a oportunidade, e largaram o carregamento pelo rumoroso caminho das águas.

Acompanhavam a expedição o balseiro profissional que, por seu grande conhecimento, chamavam de prático, e mais sete peões, entre eles meu pai, Octavio, que era um homem forte, nadador experiente, mas iniciante naquele serviço e ainda muito jovem, com apenas 26 anos de idade.

Em plena viagem, na escuridão da noite, ocorreu uma forte tempestade. De repente, a balsa partiu-se, separando-se em vários pedaços. Os oito homens saltaram para uma pequena canoa que, aos poucos, foi-se afastando da embarcação avariada. A correnteza, a avalanche de água, o negror que cobria tudo, faziam crescer o medo. Desnorteados e dominados pelo pavor, os tripulantes só pensavam numa saída: alcançar a margem. Era a única possibilidade de sobrevivência. E os estrondos do temporal, que tornavam a noite ainda mais tenebrosa, apresentavam-se como a resposta definitiva ao desespero que rondava todos.

Quando Octavio verificou com a mão a altura da água na borda da canoa, sentiu que faltavam poucos centímetros para que ela transbordasse. Ciente de que a situação era de risco iminente e de que o homem que se debatia atrás dele não sabia nadar, previu o desfecho da viagem malograda: era uma tragédia o que estava

acontecendo e talvez ninguém conseguisse escapar dela com vida. Gritou para os companheiros e, naquele exato momento, a canoa começou a afundar. Dali em diante seria *cada um por si e Deus por todos*. Todavia, com meu pai não foi bem assim. Apavorado e no auge do desespero, o colega agarrou-se ao pescoço dele, como quem busca a última tábua de salvação. O valente Octavio, por sua vez, tentava, bravamente, nadar e ajudar o amigo, a fim de não submergirem os dois.

Em dado momento, a situação tornou-se insustentável e papai teve que desvencilhar-se do homem que o agarrava. Mas foi por pouco tempo. O infeliz alcançou-o novamente e, num assomo de pânico, prendeu-se à roupa do companheiro, dificultando-lhe os movimentos.

Transcorria o dia 25 de janeiro, data comemorativa de São Pedro e São Paulo. Octavio, que era um homem de fé, invocou a proteção dos dois grandes apóstolos da Igreja e prometeu santificar para sempre aquele dia, se conseguisse salvar-se. Mais um pouco e o amigo, sem forças para prosseguir na luta, afrouxou definitivamente as mãos e sumiu no turbilhão das águas impiedosas.

Os gritos angustiantes e pedidos de socorro, constantes no início do naufrágio, aos poucos começaram a enfraquecer e diminuir.

Nosso jovem e corajoso balseiro ainda lutou muito, reunindo o que lhe restava de força, persistência e até de esperança. Com heroísmo sobre-humano procurou manter-se na superfície, tomar fôlego e enfrentar a ronda da morte ameaçadora. Os gritos desesperados de socorro voltaram a ecoar novamente, o que aguçava ainda mais seu instinto de sobrevivência.

Quando conseguiu refazer-se do excessivo esforço, Octavio relaxou um pouco e pôs-se a nadar lentamente, disposto a vencer a batalha tão ameaçadora. Já se despira das roupas, que lhe dificultavam os movimentos, e isso lhe deu mais liberdade para enfrentar a fúria da correnteza.

De repente, um remoinho o apanhou, puxando-o de novo para o fundo. Mas ele não perdeu a determinação, continuou brigando com as forças da natureza e, quando voltou à tona, percebeu que havia chegado às quedas, o conhecido Salto do Rio Chapecó. Nesse momento, por obra divina, certamente, enquanto nadava no escuro e em meio à fúria das águas, deu de mão num galho de sarandi,

que alcançou e agarrou com redobrada coragem. Sentiu então que se encontrava próximo da margem e isso lhe reacendeu o ânimo. E continuou, agora com mais tranqüilidade, de braçada em braçada, até tocar a terra firme.

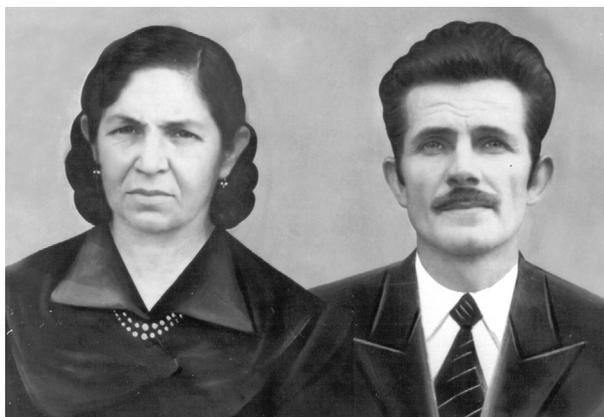
E foi assim, agarrado a um galho providencial e salvador, que o balseiro de primeira viagem venceu a fúria daquela inundação. Devagar, quase vencido pelo cansaço, foi apalpando, às cegas, a mata cheia de espinhos e galhos. Finalmente, sentiu-se no meio de uma roça, e o coração aos pulos se encheu de confiança. Era o fim do pesadelo.

○ MILAGRE DO SALVAMENTO E DA ACOLHIDA

Andando sem pressa, pois precisava restabelecer a consciência dos últimos acontecimentos e recobrar a energia consumida no embate mortal que estava deixando para trás, chegou a uma picada estreita que iria levá-lo, provavelmente, à casa de algum agricultor. Foi o que realmente aconteceu.

Só então se deu conta de que estava nu, e que seria constrangedor encontrar alguém naquelas condições. O barulho da chuva torrencial conduziu-o até uma plantação de bananeiras existente nas proximidades. E ocorreu-lhe a idéia de improvisar uma indumentária com suas folhas. Era um Adão às avessas, pois este não perdera o paraíso, pelo contrário, o havia encontrado com glória e com louvor. Aproveitou um cinto que manteve no corpo e um canivete preso a ele por uma correntinha. Prendeu à cintura algumas folhas da bananeira e, vitorioso como Tarzan, sentiu que poderia apresentar-se ao morador e pedir ajuda.

Era madrugada quando chegou à casa do seu futuro protetor. Diante do cercado, exclamou com voz forte: “Hô de casa!” A primeira resposta foi da cachorrada que investiu na sua direção. Mas, ao perceber o espantinho diante do portão, os cães recuaram, deixando em paz o inditoso forasteiro. O dono da casa apareceu sem demora, cumprimentando-o. Tratava-se de um senhor de origem alemã que trabalhava com plantação de fumo. O estranho visitante, um tanto arreliado pelas condições em que se encontrava, antes de mais nada tratou de desculpar-se e explicar o ocorrido.



Fonte: Arquivo de família.

O casal Octavio e Aurora.

Atencioso, o agricultor mandou um de seus filhos (os quais eram em grande número) buscar uma muda de roupa para o hóspede, depois, reuniram-se no galpão, onde ele passou a relatar, para a família toda, os contratempos da viagem malograda. O experiente homem, que conhecia bem o lugar, admirou-se de Octavio ter escapado com vida, dizendo ser impossível alguém sobreviver àquelas corredeiras perigosas, sobretudo durante a noite.

Em seguida, o anfitrião, percebendo que o sobrevivente do naufrágio tiritava de frio, mandou cortar uma melancia para servir-lhe. Depois, ofereceu-lhe leite. O balseiro, entretanto, receou que a mistura lhe fizesse mal. Mas seu mais novo amigo tranqüilizou-o, afirmando que a fruta servia para aquecer o corpo, ao passo que o leite iria fazê-lo transpirar durante o sono. Que isso era necessário para evitar o resfriado, primeiro passo para a instalação de uma pneumonia.

Era costume entre os colonos de antigamente, sempre com prole numerosa, usar camas de casal para acomodar os filhos, três em cada cama, de modo que, em duas, dormiam seis pessoas. Sem nenhuma cerimônia, o pai de família retirou um dos rapazes da cama e colocou o visitante para dormir entre os outros dois. Assim se aqueceria mais rápido, falou ele, em sua sabedoria inata.



Fonte: Foto do autor, 2006.

Mais ou menos neste trecho do Rio Chapecó, na noite de 25 de janeiro de 1946, aconteceu o acidente com a balsa, quando pereceram cinco pessoas das oito que a tripulavam. A embarcação era construída com toras de cedro.



Fonte: Foto de Vilma Rebequi, 2006.

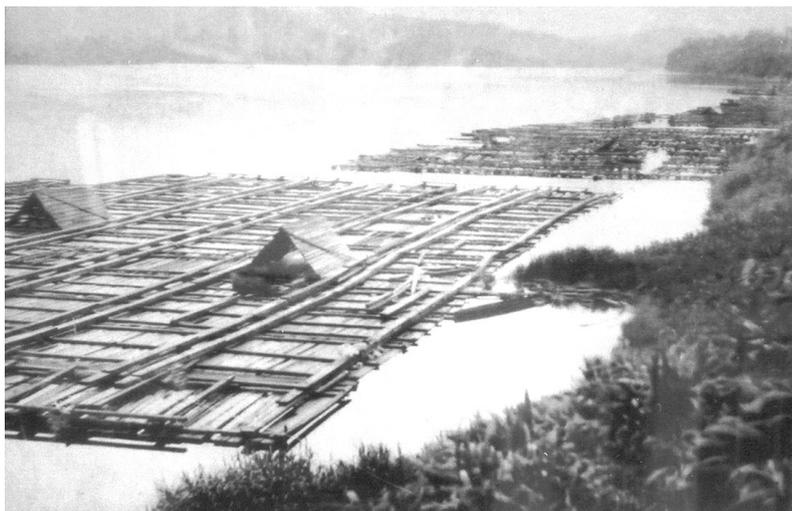
Exatamente no dia em que se completariam sessenta anos do ocorrido, em 25 de janeiro de 2006, eu, João, filho mais velho de um dos sobreviventes, o Otávio, estive, com a graça de Deus, percorrendo a região, onde visitei trechos do Rio Chapecó, próximo ao Rio Uruguai.

A bem da verdade, convém que se diga que os alemães demonstraram espírito fraterno, solicitude e muita compreensão para com o balseiro desconhecido.

No dia seguinte, a pedido do agricultor, meu pai levou-o até o local onde, na madrugada, colocara o pé em terra firme, depois daquela noite tormentosa e dramática, de inesquecível luta pela vida. O antigo morador daquelas bandas conferiu de perto e, olhando para o jovem, que se mostrava ainda mais espantado com o que via à luz do dia, reafirmou:

— Pode rasgar sua certidão de nascimento e contar sua idade a partir de hoje, porque neste dia o senhor nasceu de novo!

É óbvio que o afortunado navegante agradeceu fervorosamente a Deus e a seus santos protetores, São Pedro e São Paulo. Pediu depois à família de alemães que o auxiliasse a atravessar o rio, já que eram mais experientes e conhecedores das suas armadilhas. Teria que ir até São Carlos para ver se encontrava os companheiros, e para todos saberem que ele estava vivo. Tais providências, no entanto, não foram imediatas, e a notícia de que Octavio havia morrido na enchente chegou antes dele à casa de Dona Aurora.



Fonte: Foto cedida por Antônio Carlos Ferrão.

Exemplos de balsa e de como eram montadas, com madeiras serradas. Nas águas do Rio Uruguai transportavam as toras assim que chegassem as enchentes.

Os familiares dela e dos demais balseiros, aflitos e desesperançados, reuniam-se diariamente, à espera de notícias, que já não acreditavam pudessem ser favoráveis. Num desses encontros, a surpresa: Octavio, *vivinho-da-silva*, entrou na sala e correu para os abraços, entre lágrimas de comoção e risos de contentamento.

Na ocasião desses fatos, eu, o filho mais velho, contava com 2 anos de idade, e meu irmão, Domingos José, com 10 meses.

O CONFORTO DOS IRMÃOS

Os tios Modesto e Orlando, que ainda residiam na Linha Ferron, tiveram conhecimento do acontecido, e penalizaram-se pela fatalidade que atingira várias famílias de parentes e amigos.

A fim de levar-lhes conforto, viajaram a cavalo, passando por Planalto e Alpestre, no Rio Grande do Sul, e alcançando Santa Catarina depois de cruzarem o Rio Uruguai, por meio de uma barca, no porto de São Carlos. Chegaram assim à localidade do mesmo nome, onde foram informados de que o irmão Octavio e mais dois outros companheiros sobreviveram ao desastre, enquanto os outros cinco não tiveram a mesma sorte. Até mesmo o prático, que era o *capitão* e comandante da embarcação, foi vitimado pelo infortúnio.

Depois da desastrosa viagem inaugural, a balsa carregada de toras realizou mais 17 viagens pelo Rio Uruguai, desde o Porto Goio-En até São Borja, no Rio Grande do Sul, e São Tomé, na Argentina.

O ATAQUE DAS FORMIGAS RUIVAS

No percorrer a trajetória do meu passado, sobretudo ao trazer à tona recordações de minha infância, algumas vezes pitorescas, outras vezes dramáticas, evoco a memória de meus pais, descrevendo o que eles narravam e como encaravam as peraltices da molecada.

Numa época em que as brincadeiras se restringiam a artefatos de fabricação caseira, a escaladas em árvores, a mergulhos na sanga, a esconderijos no sótão ou no porão, e a mil outras traquinices



Fonte: Foto do autor, 2002.

Foto tirada pelo autor, em janeiro de 2002. Seguindo a seta, nas proximidades dessa estrada, foi onde fui picado pelas formigas ruivas.

no quintal de terra, eu me revelava um menino travesso, inventivo e inteligente, cheio de sonhos e vontade de viver.

Contrariando muitas vezes as ordens dos pais, campeão em fugir de casa, desapareci, certo dia, nos matos da redondeza, sumindo repentinamente das vistas de minha mãe. É evidente que meu sumiço era sempre motivo de susto para a zelosa protetora da gurizada. Eu contava com pouco mais de três anos, e a mãe passou a procurar-me, cada vez mais aflita, à medida que passava o tempo. Já havia vasculhado o matagal próximo e chamado pelo nome sem obter resposta. Desarvorada, sem imaginar onde eu poderia ter ido, enveredou então por uma estrada estreita que passava nas proximidades de nossa casa. Foi quando encontrou um cavaleiro vindo em sentido oposto. O homem percebeu a preocupação de Dona Aurora, escutou seus brados e perguntou-lhe o que estava acontecendo. Ela descreveu o ocorrido e as características da criança desaparecida, descalça e seminua.

O viajante também se preocupou, e começou a perscrutar todo o ambiente em derredor. E percebeu, às margens do caminho, a existência de uma capoeira, baixa e rala, delimitando a estrada.

Voltando-se então para a mãe angustiada, disse-lhe que estava escutando uns gemidos vindos da capoeira. E, de um salto, apeou depressa do cavalo, enveredando com a senhora na direção dos ruídos. Esses se faziam mais fortes à medida que os dois avançavam. Ao cabo de algum tempo, me descobriram finalmente, sentado sobre um formigueiro. Sem atinar, enquanto andava pelas macegas, descuidado como é próprio de uma criança daquela idade, eu pisara sobre um ninho de formigas ruivas, aquelas chamadas de *lavapés*.

Quando as primeiras me picaram, caí de imediato sobre o monte, e ali fiquei chorando, sem tento para escapar da cilada. Como estava longe de casa, ninguém ouvia meu choro. E os traçoeiros bichinhos alojaram-se, um a um, sobre minha pele, até morrerem grudados ao corpo, como é próprio desse tipo de formigas. É claro que esperneei e me debati muito sobre o formigueiro, até que perdi as forças e só conseguia gemer baixinho. Meu corpo virou uma bolha só, tal a toxicidade das minhas agressoras. Minha mãe e o senhor que a acompanhava recolheram-me e levaram-me para casa. Dona Aurora chamou de imediato meu pai que estava no trabalho. Quando este reparou em meu estado lastimável, tratou logo de me levar para atendimento médico.

Acho que foi em São Carlos, a cidade mais próxima da nossa propriedade. Encilharam os cavalos e andaram muitos quilômetros até chegarem ao hospital. Lá narraram o ocorrido, e o profissional, depois de examinar-me, assegurou a meus pais que eu só não morrera devido ao excesso de veneno pelo corpo, o que matou as próprias agressoras e com isso preservou minha vida.

UMA NOITE DE DESEPERO

Quando nossa família mudou-se para a Linha Espuma, em Santa Catarina, existiam poucos moradores no lugar, ao passo que a floresta era abundante e espessa.

Os gaúchos provenientes de Marau que se fixaram na localidade, com o sonho de abrir serrarias e fazer fortuna, nos primeiros tempos, até construírem suas casas, ficaram praticamente acampados nas imediações do rio. Para alcançar a margem oposta, só atravessando por uma pinguela, que não era mais que um tronco de árvore e exigia certa habilidade na travessia.

A uns seis quilômetros de distância, seguindo por uma picada sinuosa e estreita que cortava o sertão, havia um morador nativo, que os novos residentes identificavam simplesmente por *vizinho*.

Em certa ocasião, meus pais foram visitar o novo amigo. Levaram-nos, eu e meu irmãozinho Guete em sua companhia, pois lá também havia crianças de nossa idade.

Ao percorrer a picada, aprendi o caminho, o que acabou se tornando motivo de cuidados para nossos pais.

Um dia, depois de uma chuva forte e prolongada, com o rio crescido até a pinguela, resolvi ir brincar com os amiguinhos do outro lado. Era à tardinha e a mãe não percebeu logo minha ausência. Bandeei-me sozinho, por cima daquele tronco, sem nada para apoiar as mãos e proteger de uma queda. O rio bufava de tanta água que descia rosnando. Mas eu, um garoto atrevido e esperto, fiz a passagem são e salvo, apesar da insegurança e do perigo.

Chegando à casa dos vizinhos, é óbvio que se surpreenderam com a minha visita. Estar ali sozinho era não só um fato estranho, mas uma temeridade, em virtude das circunstâncias. Perguntaram sobre meus pais, e eu, sem nenhum receio, respondi que haviam permitido que eu fosse brincar com os amiguinhos, e que mais tarde também eles iriam lá fazer filó (era assim denominada a visita noturna feita entre vizinhos, a fim de bater papo). Mas os donos da casa ficaram desconfiados. E tiveram a confirmação da minha mentira e desobediência, logo que chegou a noite, pois meus pais não apareceram. Ao contrário, percebendo minha ausência assim que anoiteceu, puseram-se a procurar-me, com todo o grupo de moradores, por todos os cantos, inclusive no rio. As buscas se prolongaram até altas horas, sem nenhum resultado. E os maus pressentimentos geraram incerteza e medo no seio da família Ferron.

Ao mesmo tempo, os vizinhos, sem condições de atravessar o rio na escuridão, vararam a noite preocupados com meus pais, cujo desespero bem podiam imaginar.

Assim que o dia amanheceu, apressaram-se em levar-me para casa, quando a turma do outro lado do rio se preparava para retomar as buscas.

Foi então que veio à tona a história da minha fuga e a mentira que apliquei sobre a visita noturna de meus pais.

Mas o perigo que corri não era só representado pelo rio, também pelas feras que existiam na selva. De boca em boca narravam-

-se casos de arrepiar sobre os animais ferozes que habitavam aqueles ermos e amedrontavam os mais destemidos viajantes. Meu próprio pai contava que, certo dia, ao passar pela picada deserta, deu de cara com um casal de tigres. Ele estancou imóvel, vendo os bichos grunhindo e encarando-o, até virarem as costas e seguirem seu caminho. Em outra oportunidade, meteu-se a caçar por aquelas bandas e deparou-se com outro tigre, que afiava as garras na casca de uma árvore.

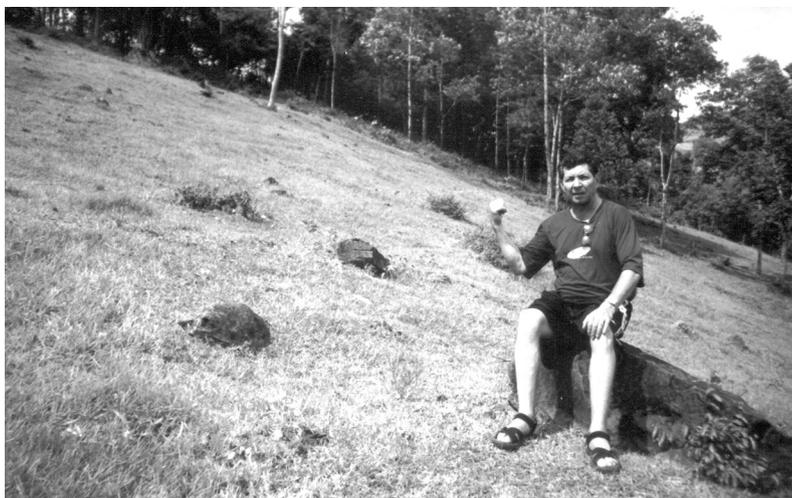
UM COICE DE DESMAIAR

Não sei precisar quanto tempo depois, apliquei outro susto a minha família e seus amigos. Novamente, sem que ninguém percebesse, saí atrás de um cavalo que pastava no potreiro defronte às casas do vilarejo.

Tratava-se de um animal de raça, muito bem cuidado, ferrado nas quatro patas, próprio para *carreiras*.

Só esporadicamente seus donos retiravam-lhe os arreios, largando-o no pasto, em total liberdade.

Ao ver aquele animal reluzente, de porte senhoril e olhar astuto, não resisti à curiosidade e empreendi mais uma de minhas fugas. Sem perder tempo nem medir as conseqüências (sabia lá eu, com aquela idade, que o bicho poderia ser perigoso!), adentrei naquele gramado exuberante e fui atrás do garanhão. Apanhei no chão um pedaço de pau e, sem delongas, comecei a cutucar o cavalo. Ele não gostou da brincadeira e jogou as patas traseiras contra minhas *fuças*. Foi tão forte o golpe que caí longe e desmaiei, naquele descampado onde não passava uma viva alma. Enquanto o danado seguiu pastando tranqüilamente, eu permaneci por longo tempo deitado, com a cara quebrada, ao passo que minha mãe andava de um lado a outro, angustiada, à minha procura. Só no fim da tarde, quando a família e os vizinhos se reuniram na varanda da casa, para discutir o prosseguimento das buscas e as providências a serem tomadas, observaram o cavalo pastando no potreiro, alheio ao drama que viviam. De repente, viram um vulto levantando-se do chão e caindo por várias vezes sucessivas. Prestaram mais atenção e se deram conta de que o vulto não era ninguém mais senão eu. O grupo saiu correndo em meu socorro e assustou-se com o que viu. O atendimento teria de ser rápido, e não havia médico nas



Fonte: Foto do autor, 2002.

Foto tirada pelo morador da localidade. Segundo ele, o poteiro ainda seria o mesmo, e é mais ou menos onde esteve sentado o local em que levei um senhor coice de um cavalo, que foi de desmaiar.

proximidades. Como o caso era sério, foi no lombo de outro cavalo que me levaram até o hospital mais próximo. Recordo que o médico apanhou uma ferramenta semelhante a uma pequena alicate, abriu meus olhos, examinou-os, e falou a meu pai que, graças a Deus, nada de grave acontecera, só um leve afundamento no lado esquerdo do crânio. Foi o local em que o animal acertou o coice, rasgando o couro cabeludo. Depois da assepsia e da sutura da carne dilacerada, fui conduzido por meus pais para me recuperar em casa e, bem depressa, estava pronto para outra.

CARA A CARA COM A SERPENTE

Meu pai gostava muito de caçar, e se distraía construindo armadilhas nos matos da redondeza, para apanhar pacas, tatus e outros bichos comestíveis. Perto de casa, ele havia feito um roçado, que cercou, cuidadosamente, com a madeira das árvores abatidas. Depois, plantou uma boa roça de milho, alimento indispensável na mesa do colono e no cocho dos animais.

Certa vez, estando o milho pendoado e crescido, a ponto de encobrir o cercado da roça, ele aproveitou a manhã de domingo para a prática de sua diversão favorita. Deu de mão na espingarda, reuniu os cachorros e rumou para o mato, onde havia preparado as esparrelas para os animais.

Eu sentia verdadeira paixão pelo esporte de meu pai, e o desejo de acompanhá-lo me comichava a sola dos pés. Naquele dia, ele não permitiu que eu fosse, pois verificaria sozinho as armadilhas. Contudo, sem que percebesse, eu fui atrás dele, esgueirando-me, às escondidas, por dentro do milharal. Para minha infelicidade, perdi a direção e fui andando, sem rumo, até me deparar com um grosso tronco de árvore caído, que atravancava o caminho e impedia a passagem. Ali me detive então e subitamente, descobri um divertimento, um brinquedo, pensava eu, na ingenuidade das minhas conclusões. Era uma enorme cobra, das mais venenosas, enrodilhada atrás do tronco. Achei lindo e interessante aquele desconhecido morador da roça e tentei pôr a mão nele. Queria mesmo era agarrá-lo, bulir com ele, ver a sua reação. Mas não conseguia alcançá-lo, pois meu braço era curto, e volumosa a árvore que jazia entre nós. Num dado momento, o réptil irritou-se com a minha provocação e também tentou alcançar-me. Dava o bote, sem atingir minha irrequieta mão de moleque. Me lembro que cheguei a me esticar na ponta dos pés para me aproximar mais.

O enfrentamento se apresentava cada vez mais audacioso e arriscado. Aí, meu pai voltando da caçada, em direção à casa, percebeu um movimento esquisito no meio da plantação. Prestou atenção e de imediato se deu conta da minha presença. Ao aproximar-se, constatou, num repente, a existência da cobra, que se ergueu para um novo bote. Sem hesitar um segundo, papai ergueu a espingarda acima de minha cabeça, e disparou um tirambaço na boca do animal. Com o baque e o susto, caí de costas. Ele me juntou, tomou no colo e levou também a serpente, como um troféu que mostraria aos amigos.

O CUIDADO COM AS MELANCIAS

Na Linha do Rio Espuma, onde Octavio residiu nos anos de 45 e 46, eram poucos os colonos e suas moradias ficavam distantes umas das outras.

Um desses agricultores gostava de cultivar melancias em suas roças. Mas não conseguia colhê-las quando maduras, porque as pessoas maldosas, pescadores e caçadores que por ali passavam, invadiam as propriedades para furtar o que havia. Na busca por melancias maduras, muitas vezes destruía as verdes, e até as plantas e seus barços que se estendiam por grande extensão de roça. Essa gente inescrupulosa, sem respeito com os bens alheios, além de acabar com as frutas, pisoteava toda a plantação, que por isso deixava de produzir.

Os proprietários já não suportavam mais tanta barbaridade, que se repetia ano após ano.

Por fim, decidiram adotar uma atitude radical e perigosa, tanto para eles como para os ladrões do seu produto.

Construíram uma armadilha coberta pela capoeira, dentro do mato. Dali eles avistavam toda a área que os malandros costumavam atacar.

Nos finais de semana, mais propícios para as atividades de caça e pesca, os donos faziam plantão no esconderijo, munidos de espingardas de grosso calibre. Estavam determinados a pôr fim naquela história de abuso e desrespeito à propriedade alheia, construída com o suor do trabalho.

Pacientemente, passavam o dia amoitados, esperando o primeiro que ali se metesse a besta e fizesse estrago na plantação de melancia. O mínimo que poderia acontecer era serem atingidos por uns tirambaços de chumbo grosso. Mas não estava descartada a hipótese de perderem a vida naquele confronto. O certo é que os que sobrassem nunca mais roubariam ou prejudicariam o patrimônio alheio.

Certo domingo, meu pai, que também gostava de caçadas e pescarias, andou por aquelas bandas. Não era muito conhecido por lá, pois morava há pouco tempo na região.

O dia poderia ter sido fatal para ele, que desconhecia os fatos já acontecidos no melancial. Depois de muito andar por capões e

riachos, já cansado, com sede e até faminto, deparou-se de repente com as atraentes melancias. Não teve dúvidas. A idéia percorreu seu cérebro como um raio: “os donos que me desculpem, mas uma eu vou colher. Ela matará minha sede e amenizará minha fome.”

Jamais imaginaria que ali próximo havia gente escondida com uma arma engatilhada. Pronta a abater quem se atrevesse a furtar o pomo da discórdia.

Octavio entrou na roça e procurou uma fruta das menores, para não desperdiçar a sobra. Pisava cuidadosamente nos espaços vazios, pois não queria estragar as plantas que cresciam saudavelmente pelo chão. Ele era do ramo e conhecia quando a fruta estava boa para colher.

Também ele portava uma espingarda, o que foi percebido pelo espião. E os caçadores andavam com a fama em baixa. No entanto, as atitudes moderadas do intruso fizeram com que o observador não agisse de imediato e aguardasse o desfecho daquela invasão em sua lavoura.

Quando meu pai se abaixou e apanhou a melancia, para então prosseguir seu rumo, ouviu uma voz no interior da capoeira que lhe gritou: “Alto lá!” Ele se virou e percebeu a presença de um homem saindo do esconderijo, com uma arma apontada em sua direção. Ficou imóvel, com sua própria espingarda alçada no ombro e, nos braços, o fruto do roubo.

O indivíduo se aproximou, chegou bem junto dele, e perguntou-lhe quem era, de onde vinha e o que estava fazendo ali.

Octavio apresentou-se, identificou-se, informando que era um morador novo na região, a certa distância dali, e que viera de Marau, no Rio Grande do Sul, a fim de montar uma serraria na Linha Espuma.

E o homem que o havia abordado, proprietário daquelas roças, assim se dirigiu a ele: “O senhor escapou de levar um tiro. Quando percebi que era uma pessoa discreta, que escolhia a fruta com cuidado, para não danificar as plantas, senti que se tratava de alguém de bom senso que não merecia ser surpreendido por um balaço.”

E continuou falando, até relatar a meu pai toda a história das arruaças e prejuízos que alguns irresponsáveis vinham provocando nas suas terras. A partir desse dia ficaram amigos, começaram a se visitar e caçar juntos. Foi assim que o discernimento de um evitou uma desgraça para ambos.

REVIVENDO O PASSADO

Em 4 de janeiro de 2002, levado pela curiosidade e pelo desejo de resgatar estas memórias, junto com meus tios, Alvin Ferron e Jorge Martins de Quadros, fui conhecer a localidade de Linha Espuma, onde meus pais moraram nos anos de 1945 e 46.

O rio que acionava a antiga serraria está hoje completamente seco. Existe apenas um valo no seu antigo leito. Vieram-me à lembrança passagens da minha infância naquele lugar, quando fugia de casa e atravessava o rio, para ir brincar com crianças vizinhas, do outro lado do mato.

Ainda mora na localidade a senhora Lurdes Vezzero, casada com Deoclides Caon. Ela é filha de João e Albina Vezzero, que pariram de Marau na década de 1940, com meus pais e vários outros casais, atraídos pelo eldorado das serrarias, da abundância de mata



Fonte: Foto do autor, 2002.

Na foto, está postado em pé o autor, dentro de um valo. Em 1946/47, por ali passava o tal Rio Espuma, o qual tinha volume e força para tocar a serraria. Hoje, em janeiro de 2002, época de seca, mal correm uns filetes de água, e o rio está literalmente seco.



Fonte: Foto do autor, 2002.

Foto de 4 de janeiro de 2002, na localidade de linha Santa Lúcia, antiga Linha Espuma. Da esquerda para a direita, Alvino Ferrão e Jorge Martins de Quadros, ladeados pelo casal, Deoclides Caon e Lurdes Vezzano.

virgem, de madeira e terras agricultáveis. Lurdes já nasceu em Santa Catarina, em 1947.

Segundo o casal lá residente, com o passar do tempo, como a escassez de água impedisse o funcionamento da serraria, esta passou a ser acionada pela pressão de uma caldeira movida a lenha. Foi assim durante muitos anos. Só umas três décadas atrás, quando também a madeira começou a tornar-se escassa, as máquinas da serraria foram desativadas.

Aproveitamos a visita ao passado para registrar tudo com fotografias: o local da serraria e das moradias dos antigos desbravadores; e o valo seco do Rio Espuma, que eu gostava de atravessar para encontrar, do lado oposto, os amigos da meninice. As paisagens e as pessoas são muito diferentes daquelas de outrora. As vivências da minha infância desapareceram por completo. Só as recordações permanecem, povoando de saudades o vazio dos lugares, dos afetos e dos acontecimentos que se perderam no tempo.

Capítulo V

Vivências e reminiscências

O SÍTIO DA MINHA INFÂNCIA

Em fins de 1946, não sei por que razões, nosso pai resolveu abandonar tudo o que já havia conquistado, inclusive as terras que adquirira. Deixou Linha Espuma, em Santa Catarina, voltando para Nonoai, no Rio Grande do Sul.

Eu estava com três anos de idade, e me recorro de algumas passagens dessa mudança, parte transportada numa carroça, e parte num cargueiro de burro.

Atravessamos o Rio Uruguai, no Porto Chalana, em Canoas. E empreendemos a subida da serra que levava até a casa do avô Florindo, na Linha Ferron, distrito de São Sebastião. Lá nosso pai comprou um sítio cortado por uma sanga, em cujas margens cresciam várias espécies de bananeira. Também havia outras árvores frutíferas, como bergamoteiras e laranjeiras, além de um grande banhado atrás do rancho já construído. Prefiro denominar de *rancho* a moradia que nos acolheu no interior daquele rincão, porque se tratava de um chalé humilde, de chão batido, em dois níveis. Na parte baixa ficava a varanda, e no corpo da casa, o espaço de dormir, que não possuía quartos, mas uma peça única, como num acampamento.

O Domingos, com dois anos apenas, era um menino brabo e arredio. Quando se irritava, punha-se de quatro, como um gato, e dava cabeçadas num baldrame junto ao chão, causando, muitas vezes, sangramento na testa. Até hoje conserva no rosto as marcas dessa rebeldia infantil.

Nossos vizinhos mais próximos eram o Seu Pedro Saruva e Dona Ocrídia. Tinham três filhos: Alvarindo, Ana, e outra menina, cujo nome não me recordo.

O Alvarindo era alguns anos mais velho que eu. Nós dois, mais o meu irmão Guete, nos tornamos grandes amigos e vivíamos brincando juntos. Faziam parte do bando minhas primas Ema e Zila, filhas do tio Modesto. A Ema tinha mais ou menos a minha idade.

São deveras agradáveis as lembranças que tenho do sítio em Nonoai. Seu Octavio trabalhava na lavoura e também participava das expedições de balsas pelo Rio Uruguai, no período das enchentes. Viajava com seu cunhado, José Pavoski, casado com tia Paulina. Ele era o prático que conduzia as balsas, contratado pelas empresas madeireiras da região de Votouro, São Valentim, Faxinalzinho, Faxinal Grande e outras mais. Tio José convidava meu pai para auxiliá-lo na tarefa de conduzir as embarcações, conhecidas por *remorques*, que se caracterizavam por suas grandes proporções, e fascinavam os olhos de nossa meninice, de tão limitados horizontes.

As expedições demoravam em torno de quinze dias e, no retorno, seus tripulantes soltavam foguetes ao se aproximarem do povoado. Isso deixava a gente muito feliz, pois o pai sempre trazia na bagagem alguma lembrança para a mãe e para nós.

As excursões rio abaixo também deram causa a muita fanfaronice e a histórias motivadas por cenas pitorescas e aventuras as mais mirabolantes.

Lembro-me de um fato ocorrido numa dessas viagens, que papai narrava com detalhes e peculiar maestria. Ele foi acometido por uma febre alta, provocada por um surto de varicela. Entretanto, não lhe foi possível resguardar-se, uma vez que o trabalho não podia parar. Remavam direto, dia e noite. Para dormir algumas horas, amarravam a balsa na margem e tiravam uma soneca. Por ocasião dessa viagem, além da febre que o debilitava, ainda aconteceu o azar de quebrar-se, repentinamente, o cabo do remo, durante a noite. Papai caiu no rio, encharcou-se todo e, embora fosse hábil

nadador, só conseguiu voltar à balsa com a ajuda dos companheiros. Como consequência do banho inesperado, da água gelada e da febre persistente, a doença *recolheu* e, por muito tempo, as bolhas continuavam irrompendo em seu corpo.

DRAMAS E TRAVESSURAS DA MENINICE

No sítio, o tempo passava vagarosamente, sem ocorrências dignas de registro. A vida era serena, sobretudo para nós, crianças, que passávamos o dia correndo e inventando traquinagens. Só esporadicamente algum acontecimento, e quase sempre dramático, vinha tumultuar o dia-a-dia da pacata e singela família de agricultores.

Foi em 1947 que o papai quase morreu queimado, pela segunda vez. A época certa me fugiu da lembrança. Mas tenho presente na memória que as plantações estavam crescendo e que o ano foi marcado pela praga dos gafanhotos. Verdadeiras nuvens desses predadores invadiam e devoravam as lavouras e tudo o mais que encontrassem no viço do crescimento e da maturação. Fazia seca na região. E os insetos famintos atacavam macegais, capoeiras e roças, deixando em pânico os incansáveis lavradores. A única arma a seu alcance era atear fogo nos matos, a fim de exterminar os invasores.

Num desses dias fatídicos, nosso pai, enfiado no meio da plantação, acabou ilhado pelo fogo que avançava por todos os lados. A muito custo conseguiu escapar, mas tão intoxicado pela fumaça que chegou em casa quase morto. A correria da mãe e dos vizinhos, na tentativa de salvá-lo, foi algo que me impressionou e marcou meus tenros anos, com imagens indeléveis, de dor, tristeza, e também de afeição e solidariedade.

A PANELA DE OURO

No dia 7 de julho de 1947, no sítio da Linha Ferron, nasceu minha irmã Nair Carmem. Tanto eu, com 4 anos, como o Guete, com 2, ainda exigíamos cuidados especiais de nossa mãe. Mas, a partir da chegada da irmãzinha, foi ela o alvo de suas maiores atenções e

dedicação materna. O pai, por seu turno, quando não estava embarcado, viajando na balsa, executava serviços na lavoura ou construía casas e galpões na vizinhança.

Entre 1947 e 48, papai trabalhava na costa do Rio Passo Fundo, próximo ao Porto Goio-En, onde auxiliava seu cunhado Pavoski. Permanecia lá durante a semana preparando roças, e só voltava para casa nos finais de semana. O trajeto, que ele fazia a pé, era de mais ou menos dez quilômetros.

A certa altura da estrada, ainda resistiam as ruínas de uma serraria abandonada, cercada por taperas e com um forno desmorronado, desses de queimar tijolos nas olarias. Ao lado dele, uma laje da altura de um banco, que o pai aproveitava para descansar as pernas da longa caminhada. Esse local, com o passar do tempo, tornou-se parada obrigatória para ele. Aproveitava para preparar ali o palheiro que fumava despreocupadamente. Tinha por hábito dar cusparadas no chão enquanto pitava. E o fazia na direção do velho forno, toda vez que passava pelas ruínas e parava para uma breve pausa. Só depois desse ritual, respirava fundo e prosseguia sua jornada. Na segunda-feira, ao retornar, repetia as mesmas cenas e os mesmo gestos, com a regularidade de um relógio.

Nas proximidades da antiga serraria, havia um morador, proprietário de uma boa casa, com criação de gado, porcos, galinhas e outros animais. Com certeza o indivíduo observava, com ar de desconfiança, o viandante que, metodicamente, passava por ali, fazendo daquele local deserto o seu ponto de repouso. E mais ainda, que tinha o estranho hábito de cuspir nos entulhos do forno em desuso, enquanto consumia seu cigarro de palha.

E foi assim que, ao dirigir-se para casa num fim de semana, e ao repetir naquele local o que era seu costume, notou que algo havia mudado: a laje fora removida e percebiam-se vestígios de uma escavação em seu lugar. Um buraco com o formato de uma panela grande que parecia ter sido arrancada dali.

Nosso pai, curioso de saber a causa daquele transtorno, dirigiu-se à casa vizinha, com a desculpa de pedir um copo d'água. Aproximou-se vagarosamente, enquanto percebia não haver movimento de pessoas nem ao redor nem no interior da residência. O gado berrava no pasto, os porcos grunhiam e os demais bichos se mostravam agitados. Aproximando-se da escada, Seu Octavio bateu palmas, chamou, mas ninguém apareceu.

As portas e janelas estavam abertas e a casa completamente abandonada. Ele entrou para certificar-se do que estava acontecendo e levou um tremendo susto. A casa começou a produzir fortes estalos e um barulhão no telhado fazia parecer que viria tudo abaixo. A bicharada se espantou ainda mais, enquanto os ruídos cresciam de intensidade. Os objetos de uso doméstico permaneciam nos seus respectivos lugares, mas os seres humanos haviam simplesmente evaporado.

A notícia desses fatos inéditos correu como um rastilho de pólvora, pelas estradas daquelas paragens. Cada um apresentava sua explicação. E um boato surgiu, finalmente, para justificar os fenômenos: havia uma panela de ouro enterrada ao lado do forno abandonado. E nosso pai, que duas vezes por semana sentava sobre ela, certamente desencantou o mistério, com sua inocente cusparada.

UM SONHO EXTRAORDINÁRIO

Na Semana Santa de 1948, quando a Nair já contava com quase um ano de idade, nosso pai teve um sonho, mas não um sonho qualquer, um sonho muito emblemático.

Na noite de quinta para sexta-feira, viu em sonho uma sepultura escavada no chão e encimada por uma cruz. Apontando para o túmulo que lhe causava estranheza, entre a admiração e o receio, papai perguntou: “— É uma criança que está enterrada aqui?”

Naquele momento, luminosa e vestida de um branco imaculado, a criança com aspecto de anjo levantou-se da laje fria, sentando-se sobre ela. Em seguida, falou a seu interlocutor: “Não há nenhuma criança enterrada aqui. O que há é uma coisa muito importante para ti, que eu estou guardando. O que está aqui é teu, e terás que prestar atenção ao que vou dizer. Amanhã de manhã, Sexta-Feira Santa, desce a serra, vai até a cascata do Rio dos Índios, nos fundos de tuas terras. Lá aparecerá um sinal que te indicará onde está o que é teu e o caminho que percorrerás.”

Ao amanhecer do dia seguinte, papai falou à nossa mãe que iria pescar na cascata do Rio dos Índios. Ela estranhou a atitude inesperada do marido, lembrando-lhe que era dia-santo e não convinha ocupar-se com lazer e atividades prazerosas. Naqueles tempos, as pessoas de descendência italiana, católicos em sua grande maioria,

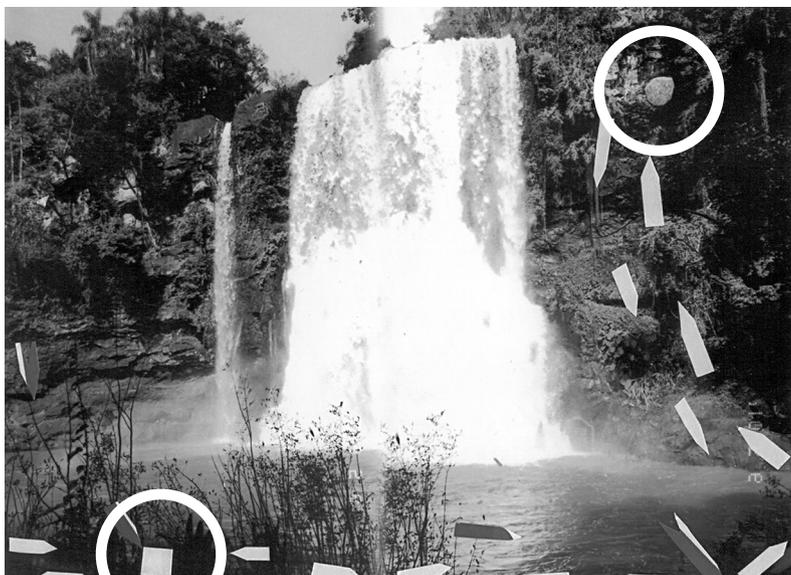


Foto: 11/02/2008

A cascata mostra um caminho perigoso para o rio. As setas indicam o caminho que a paisagem fez. O ponto onde a cascata indica o local onde a paisagem obteve o nome de 'descida', onde a paisagem obteve o nome de 'descida', onde a paisagem obteve o nome de 'descida'.

cultivavam uma profunda religiosidade e, em razão de suas crenças, observavam e respeitavam os dias santificados pela Igreja, sobretudo os da Quaresma.

Octavio permaneceu calado, sem comentar nada acerca do sonho, simplesmente desculpou-se com a esposa, apanhou seus anzóis e desceu a serra, andando por um caminho em tortuoso e acentuado declive até chegar ao rio, a uma distância de aproximadamente 1500 metros. A cascata mede mais de 50 metros de altura, logo foi uma longa descida pelo penhasco íngreme e repleto de obstáculos, até que chegasse à base da cascata que se espalhava num grande poço ao pé do morro. O local era fantástico, mas também perigoso, pela neblina contínua que o encobria, provocada pela queda d'água ruidosa e abundante.

Preparou os anzóis para jogá-los na água e aguardar o que poderia suceder dali em diante. Enquanto observava a cascata, refletia sobre o sonho da noite anterior e sobre as palavras da inefável criança. Do lado esquerdo, avistou com clareza o caminho que parecia mais plausível de se seguir. Para chegar a ele, precisaria atravessar o rio e escalar a montanha. Embora preocupado e temeroso por estar seguindo as orientações de uma visão do além, o pai tomou-se de coragem e começou a subir. Era uma empreitada árdua, que exigia força física, destemor e habilidade, pois ele precisava agarrar-se aos arbustos, cipós, e utilizar os patamares da pedra sempre coberta de limo.

Já havia vencido boa parte do desafio e estava próximo do local que procurava, quando começou a escutar ruídos esquisitos e desconhecidos que lhe provocavam arrepios. Pareciam estalos de rachadura na própria pedra, que se intensificavam à medida que ele avançava. Parou então para tomar fôlego e refletir sobre as essas manifestações da natureza. Observou tudo ao redor e constatou que havia um buraco na penha escarpada, praticamente sobre sua cabeça e era possível escutar sons semelhantes ao uivo de feras acuadas vindos lá de dentro.

Enchendo-se de audácia e determinação, decidiu prosseguir a escalada, ansioso de chegar ao marco apontado pela criança. Seguiu subindo e, à medida que avançava, percebia que a fenda no penhasco era maior do que ele pensava. Nesse momento, a sensação de que tudo estava prestes a cair sobre ele, começou a minar-lhe a valentia e os poucos fiapos de resistência que ainda lhe sobravam.

Trepado numa pedra que tinha um ângulo negativo, já formando um impossibilitando a subida a partir dali, teve que suspender a busca. Refletiu sobre a inutilidade de ter ido até ali, e reconheceu sua fraqueza diante da natureza. Então fez um pedido a Deus, de que se ele tinha algo reservado para ele que lhe desse em terra firme, sem que tivesse que arriscar sua vida e conseqüentemente correr o risco de deixar órfã sua família.

Naquele momento, o problema maior seria dali para frente (ou dali pra baixo, melhor dizendo!), pois a decida era quase impraticável. Então, com os braços já cansados, teve que prender-se num cipó e ficar ali por quase uma hora, para descansar seu corpo. Depois, então, decidido e já irritado, iniciou a decida, que resultou em diversos arranhões pelo corpo, e um esgotamento físico demasiado.

Era difícil o caminho contrário, pois as pedras, devido a umidade, eram revestidas de um limo verde, que escorregava ao menor movimento em falso.

Uma vez em segurança, sentiu-se aliviado, embora frustrado por não ter chegado ao fim da empreitada. Tratou de recolher seus anzóis, pois já era meio-dia passado e a fome lhe rasgava o estômago. Ao mesmo tempo, ergueu os olhos para o alto, sem acreditar que havia estado naquele despenhadeiro inóspito. Receava, porém de que assim como aquele sonho poderia conduzi-lo para uma coisa boa, poderia conduzi-lo para uma coisa ruim também.

De repente, com o olhar fixo no alto da serra, notou a aparição de um pássaro branco voando em sua direção. Quanto mais se aproximava, maior se tornava. Quando conseguiu visualizá-lo melhor, certificou-se de que era uma pomba alva como a neve, que foi chegando de mansinho até pousar sobre o seu peito. A ave lhe dirigia seu olhar penetrante e emitia sons que mais pareciam um insistente convite para que a seguisse.

Finalmente, a cândida mensageira bateu asas e encetou seu vôo de regresso, acompanhando o curso do rio, ao mesmo tempo em que seus grunhidos se tornavam mais fortes e estridentes.

Nesse momento seu Octavio lembrou que já tinha se salvado da tragédia no Rio Chapecó, e pensou então em sua família. Fosse o que fosse esse sonho macabro, não correria o risco de morrer sabendo-se lá onde naquele fim-de-mundo. Já com seus equipamentos em punho, se dirigia para casa, feliz por ter tomado uma decisão sábia, não deixando-se levar por uma coisa tão obscura. Além do mais, tinha muita coisa pra fazer na roça.

Algum tempo depois desses fatos, Seu Octavio e alguns companheiros decidiram caçar naqueles matos onde a pomba levantara vôo, na margem direita do rio, a uns 200 metros da cascata. Encontraram ali um enorme pé de erva-mate carregado de sementes maduras. Crescia rente a outra árvore, em cujo tronco as vespas haviam se alojado, aproveitando um espaço oco. A erva de copada densa era o único espécime encontrado no lugar, pois não existiam plantas de erva-mate naquelas bandas, o que intrigou os homens.

Em vista de que era adiantado da noite, os caçadores combinaram de voltar lá no outro dia para desganharem a planta, a fim



Fonte: Foto de Nativo Ferron, 2005.

O autor, em 11/05/2005, tentando refazer o trajeto mais ou menos por onde passou seu pai, na sexta-feira santa de 1948.

de aproveitarem o produto de suas folhas que, depois de socadas, certamente dariam um bom chimarrão.

Todavia, a segunda expedição viu malgrado o intento dos curiosos agricultores. Para surpresa de todos, a erveira desaparecera misteriosamente. Nem sinal da planta viçosa de uns dias atrás. Em seu lugar, erguia-se outra árvore, que abrigava um vespeiro no interior de seu caule.

Depois desse fato, o local ficou conhecido como o sítio da erveira encantada, pois aparecia e desaparecia.

Uma atração irresistível para a gurizada da Linha Ferron era o grotão existente nas imediações da árvore misteriosa, uma verdadeira casa de pedra encravada na rocha. Seu espaço interno era tão grande que nos permitia andar por dentro dela. Diversas passagens estreitas, tipo corredores, conduziam a sucessivos salões que aguçavam a nossa curiosidade de moleques. Através dos espaços escuros e úmidos, a gente corria, inventava brincadeiras e se divertia por horas a fio, longe do mundo e de suas mazelas.

Sempre que íamos pescar no rio que ladeava as furnas, subíamos também ao alto do cerro, para inspecionar a casa de pedra e inventar novas aventuras. Mesmo ingênuos, como eram os garotos da época, percebíamos o misticismo daquele recanto, e a estranha atmosfera que o cercava, o que era motivo de freqüentes escavações, tanto no interior da lapa como nas proximidades, por parte de pessoas residentes naquelas paragens.

Todos os que se acercavam do local sentiam um poder sobrenatural emanando do sertão inóspito, e o respeitavam como se fosse um templo.

Relembrando os fatos, depois de quase sessenta anos, acredito que realmente existiu lá algo especial guardado para meu pai, de acordo com as dicas que recebeu em sonho. Todavia, a descoberta deveria ter sido naquele dia e naquele lugar. Não se pode negar que ele demonstrou muita coragem em empreender sozinho aquela arriscada incursão. Conseqüentemente, perdeu a chance de desvendar o mistério e, quem sabe, de encontrar um tesouro. Com o passar do tempo, nenhum outro sinal lhe apareceu, e a visão inusitada da criança sobre a sepultura se restringiu apenas à lembrança e à dúvida, que acompanharam nosso pai e toda a família, até os dias de hoje. Tal como ensina o velho ditado popular, *o cavalo encilhado só passa uma vez pelo mesmo lugar*.

Agradeço a Deus por ter-me dado a oportunidade, em 11 de maio de 2005, de rever e reviver o local onde meu pai construiu sua primeira morada, nas proximidades de uma casa de pedra e uma cascata. Junto com meu irmão mais novo, Nativo Ferron, que fez questão de me acompanhar, para que eu não fosse sozinho, fizemos uns 20 quilômetros de trilha, atravessando rios, brejos e matas nativas, descendo serras e subindo montanhas.

Havia mais de 40 anos que eu não visitava aqueles lugares lindos que a natureza conserva povoados de encanto até hoje. Sentia-me como nos bons tempos de guri, relembrando as façanhas, andando pela mata, enroscando-me nos cipós, escorregando e caindo tombos, passando por dentro do rio. Neste dia, consegui fotografar os lugares que há muito tempo gostaria de ter documentado, principalmente a foto da cascata na casa de pedra, como é conhecida. Essa cascata faz parte da história daquele sonho que meu pai teve no amanhecer da sexta-feira santa, conforme foi narrado por ele e descrito neste livro por mim.

CASAMENTO: UMA COMEMORAÇÃO RUIDOSA E FESTIVA

O tempo foi passando, o pai continuou trabalhando como agricultor, carpinteiro e ajudante de balseiro, na época das enchentes. Na maioria das vezes, viajava com seu cunhado Pavoski, que era perito no assunto e, portanto, o capitão da esquadra. Ele conhecia todo o percurso do rio e os pontos que permitiam ou não a passagem das embarcações. Era ele também que comandava os operários, determinava o rumo e o momento propício de ativar os remos, tanto durante o dia como à noite.

No dia 14 de junho de 1948, a família celebrou o casamento da tia Santina com Leonardo De Fante. Eu estava prestes a completar 5 anos, e lembro nitidamente como foi a comemoração. O dia estava nublado e frio. Os noivos, seus pais, padrinhos e demais convidados se dirigiram a cavalo até o Engenho Velho, que era a vila onde existia um cartório de registros. Ficava a uns 15 quilômetros de distância. Ali realizou-se o casamento civil. Mais tarde o vilarejo passou a município com o nome de Rio dos Índios. Na volta, ao aproximar-se da casa do vovô Florindo, a caravana começou a festa, soltando uma rajada de foguetes. Com a zoeira dos tiros, os cavalos empinavam, ficando em pé nas patas traseiras. Para os meus conceitos de garoto inteligente e esperto, as imagens daquela chegada ruidosa e triunfal, significavam o apogeu da felicidade e da abundância.

Em seguida, o tradicional almoço, reunindo familiares e amigos, se constituiu num evento de confraternização e alegria. E para nós, crianças, de encantamento e diversão incomum.

MUDANÇA: DIVERSÃO, TRANSTORNOS E NOVIDADES

Irrequieto como sempre, nosso pai não gostava de esquentar banco. E, antes de encerrar-se o ano de 1948, resolveu retornar às atividades de serrar madeira. Abandonou a lavoura, deixou o sítio onde morávamos, e foi trabalhar com o Sr. Joanim Saroli, proprietário de uma serraria entre Faxinal Grande e Faxinalzinho, nas proximidades do lugar denominado Votouro, também no Norte do estado.

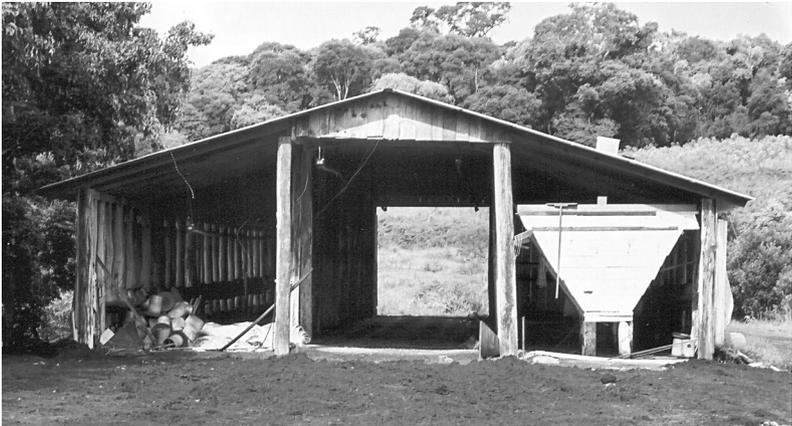
Lembro-me com detalhes dos preparativos e da efetivação da mudança. Um caminhão da empresa madeireira, talvez um Chevrolet Tigre, talvez um Ford Bigode, encostou perto de nossa casa. Não conseguiu aproximar-se o suficiente, porque não havia estrada em condições de tráfego. Então coube a toda a família carregar a mudança até o caminhão. As crianças também participavam da folia que é transportar um monte de tralhas e objetos velhos ao encontro de um novo destino. Todo aquele movimento parecia uma festa para nós. Não havia muita coisa para levar: uns sacos de cereais, utensílios domésticos, roupas de cama, alguns porcos e galinhas. Móveis praticamente não havia na casa. Era um luxo de que raros moradores do interior podiam usufruir. Nós só dispúnhamos de uma mesa, alguns bancos de madeira e tulhas para guardar os mantimentos. O trajeto da casa até o caminhão era de mais ou menos um quilômetro ladeira acima. Mas nada parecia difícil em face da novidade da viagem e da futura habitação.

Tudo ajustado na carroceria, despedimo-nos dos parentes que nos auxiliaram: tio Modesto e as primas Ema e Zila.

Já era tarde quando iniciamos a viagem para Nonoai, onde pegaríamos a estrada para o Porto Reúno (Goio-En). Quando já estávamos descendo a serra em direção ao porto, o chofer, que era o Sr. Raimundo Biasotto, foi obrigado a encostar o caminhão rente ao matagal, para dar passagem a uma tropa de burros e mulas que tomava conta da estrada, com destino a São Paulo. Eram mais ou menos mil animais que atravessariam a nado o Rio Uruguai, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina.

A lembrança que tenho desse evento é bem clara: uma enxurrada de animais descia a serra, pela estrada poeirenta, e outro comboio pelo mato que a ladeava. Iam devastando a vegetação, descascando os troncos das árvores e moendo as macegas com o peso dos cascos. Na frente da tropa estava o madrinheiro, peão que cavalga a égua-madrinha, a fim de regular o tempo da marcha, guarnecendo o bando, aqui e acolá, vários outros peões com a missão de repontar e conduzir pela trilha o plantel da bicharada.

Nosso veículo só seguiu viagem depois que o caminho ficou livre daquele primeiro contratempo. Já era noite quando chegamos ao porto e tivemos de esperar a barca que se encontrava do outro lado. Finalmente, embarcamos na direção de Erval Grande, donde seguimos, margeando o Rio Passo Fundo, por uma estrada se-



Fonte: Foto do autor, 2003.

Foto de um galpão, tirada pelo autor em 24/02/2003. Nesse local, que fica entre Faxinalzinho e Faxinal Grande, se localizava a serraria em 1948/50.

cundária, até alcançar o Rio Lajeado Grande, cuja travessia devia ser por dentro d'água. Ao sair do lajeado, um barranco se interpôs entre o caminhão e a estrada, afrontando a nossa coragem e resistência. Barrento e escorregadio, o barranco era um verdadeiro lamaçal. E o resultado só podia ser uma grande frustração. Nosso carro, atulhado de tarefas e de gente, patinava e, a cada nova investida, mais se atolava no barro. Não consegui subir a ladeira, ficando com a carroceria dentro da água e, como conseqüência, molhando toda a mudança. O motorista passou a noite no local, esperando o dia amanhecer. Quanto a nós, crianças, mais o pai e a mãe, fomos pernoitar na casa dos tios José e Paulina Pavoski, a uns mil metros de distância, em direção à nascente do Rio Passo Fundo.



Fonte: Foto do autor, 2003.

O local onde está o autor indica onde estaria a casa em que moramos, próximo à serraria do Sr. Joanim Saroli, em 1948/49.

No dia seguinte, tio José providenciou uma junta de bois, a fim de resgatar o caminhão com nossos pertences. O socorro foi bem sucedido, pois o veículo se safou da encrenca. Mas os objetos que conduzia só se livraram do atoleiro encharcados e sujos de lama. E as galinhas, coitadas, a maioria morreu afogada.

Seguindo nosso destino, subimos a serra que dá acesso a Faxinal Grande (São Valentim) e chegamos, finalmente, à serraria do Seu Joanim.

A casa que foi destinada a nossa família mais parecia um galpão. Era velha, pequeníssima, com paredes e cobertura de costaneiras. No local só existiam a serraria, a moradia do serrador e de mais alguns peões da empresa madeireira. A residência do proprietário, um tanto afastada das demais, como não podia deixar de ser, era grande e confortável.

Desde aquele momento, constituiu-se ali o nosso novo mundo, que durou mais ou menos dois anos, o tempo que o pai permaneceu naquele emprego. Eu, o Guete e a irmãzinha Nair, essa com um ano de idade, nos adaptamos com a facilidade própria das crianças. E a saudade dos lugares vividos e dos parceiros distantes foram, pouco a pouco, sumindo nas distâncias.

Foi nesse tempo que um berne se alojou na cabeça do Guete. O pai tentou removê-lo, mas não conseguiu. Ao invés de vir para fora, o bicho recolheu-se e morreu, causando uma infecção na cabeça do guri. Formou-se um tumor de tamanho razoável, que obrigou nosso pai a conduzi-lo até São Valentim, para resolver o problema nas mãos de um médico. E uma vez atendido adequadamente, o piá teve melhora rápida.

Nas terras do patrão, papai plantou uma roça. Eu o acompanhava quando ia para lá, pois me causava prazer estar com ele, sobretudo quando se punha a caçar passarinhos e outros bichos que levava para casa e mamãe preparava para o almoço.

OUTRA VEZ NA ROÇA

No deixar a serraria do Sr. Saroli, realizamos nossa sexta mudança. Dessa vez o trajeto, de apenas uns dois quilômetros, foi curto e breve. Dava acesso à nova morada uma via estreita, tortuosa, empoeirada com sol e barrenta com chuva. Havia plantações de milho e mandioca à direita e um mato fechado à esquerda. A casa



Fonte: Foto do autor, 2005.

No local da foto, representado por um círculo, ficava a casa em que morávamos no ano 1950 e 51, próximo da lagoa assombrada, e também da propriedade do Sr. Onofre.

era feita de costaneiras e tinha poucos cômodos. A costaneira é a casca rústica que envolve o tronco do pinheiro, sem valor comercial e por esse motivo refugada. Ela é retirada das toras no momento em que a madeira é serrada. Nas proximidades do rancho havia ainda um açude de boas proporções, e na frente um espaço vazio, que nossos pais destinaram ao plantio de hortaliças, cereais, raízes diversas e árvores frutíferas para o sustento da família. Porcos e galinhas bem nutridos, e até mesmo uma vaquinha de leite, não faltavam no quintal dos Ferron. Na verdade, uma fartura até então desconhecida por nós.

Foi nesse lugar que nasceu, em 26 de fevereiro de 1950, minha irmã Irene, a sexta filha de Octavio e Aurora. Eu, que já estava beirando os 7 anos de idade, lembro bem desse parto da mãe, pois ocorreu no ano da Copa do Mundo.

Certa manhã, eu e o Domingos fomos à roça arrancar mandioca para o almoço. Acompanhou-nos nossa cadelinha de nome Tica, que, pelo caminho, ia fuçando em tudo o que encontrava. Foi assim que descobriu, embaixo de um monte de galhos secos, uma cobra das mais peçonhentas. Lá ficou a danada, latindo e encurralando o

réptil. De repente, ouvimos um uivo estranho e a cachorra correndo em nossa direção. A cobra havia picado o focinho dela, que imediatamente começou a sangrar. Voltamos para casa em seguida, com um feixe de mandioca nos braços e a Tica nos seguindo, com gemidos de dar dó. Ela passou a noite se debatendo e choramingando. Sua cabeça inchou como um porongo e, no dia seguinte, acabou morrendo. O pai se encontrava ausente, trabalhando fora, e nós dois mais a mãe fomos obrigados a enterrar nosso bichinho de estimação.

Partilhavam também do nosso convívio uma gata peluda com meia dúzia de filhotinhos. O Guete gostava muito de brincar com eles. Mas, desajeitado e rude, acabava sempre maltratando os bichinhos. Até que um dia liquidou-os de tanta judiação. Nosso pai, que não admitia maus tratos com os animais, ao chegar em casa e saber do acontecido, ficou indignado. Como castigo, obrigou meu irmão a juntar os falecidos e carregá-los para longe de casa.

Em outra ocasião, fomos com a mãe visitar um casal vizinho, do outro lado do mato. O dono da casa chamava-se Onofre, e tinha uma penca de filhos, rapazes e moças. Enquanto Dona Aurora proseava com eles, saí para brincar no pátio. E aproveitei a deixa também para bisbilhotar no porão da casa. Acabei encontrando por lá uma lâmina de barbear. Eu nem sabia o que era aquilo, mas, movido pela curiosidade, juntei-a, escondi no bolso do calção e levei embora.

Quando papai chegou, mostrei a ele o achado, feliz da vida. Só que ele não se entusiasmou nem um pouco com a minha descoberta, e foi logo perguntando onde eu havia encontrado a gilete. Não tive dúvidas e contei a verdade: “Foi embaixo da casa do Seu Onofre”. E o intransigente Octavio, que não levava ninguém para compadre, me fez dar meia-volta e devolver a seu dono o objeto furtado. Foi o que me obriguei a fazer, entre receoso e encabulado, depois de ouvir um sermão sobre o respeito à propriedade alheia. Com nosso pai era assim, nenhuma travessura passava em branco. Educação rígida, mas de bons resultados.

BRINCADEIRA SIM, MOLECADA NÃO

Numa época de escassos divertimentos, nossa mãe gostava de aproveitar as horas livres para visitar as amigas, moradoras das redondezas.

Certo dia, não estando em casa nosso pai, ela arrebanhou seus três rebentos e saiu para um passeio numa dessas famílias.

Para nós era sempre motivo de euforia o encontro com a gurizada e, na tal casa, a turma era grande. Alguns deles bem mais velhos e mais robustos. E foi um dos maiores que escolheu a brincadeira: queria disputar comigo uma luta corporal, pois sabendo da minha desvantagem, tinha como certa a sua vitória. Já no primeiro golpe me derrubou sem muito esforço. Eu caí de mau jeito e fraturei o ombro.

Ao saber do fato, mamãe, com evidente preocupação, recolheu de imediato seu bando e voltou para casa. Eu fiquei sestroso, temendo a reação de papai. E assim que ele deu entrada na porta, fui a seu encontro, tentando dissimular o acidente que sofrera. Quando lhe dei *louvado*, uma saudação respeitosa que se praticava antigamente, ele percebeu meu embaraço, pois, fiquei com o braço imóvel e não lhe estendi a mão. É claro que perguntou o que havia sucedido. Mamãe veio em meu socorro para as devidas explicações. E a providência que tomaram foi levar-me a um benzedor que *ar-rumava ossos*. Não sei se foi o tratamento do velho com suas rezas que surtiram efeito, mas melhorei rapidamente e aprendi a lição. Nunca mais medi forças com piá maior do que eu.

TIOS TAMBÉM FAZIAM ARTE

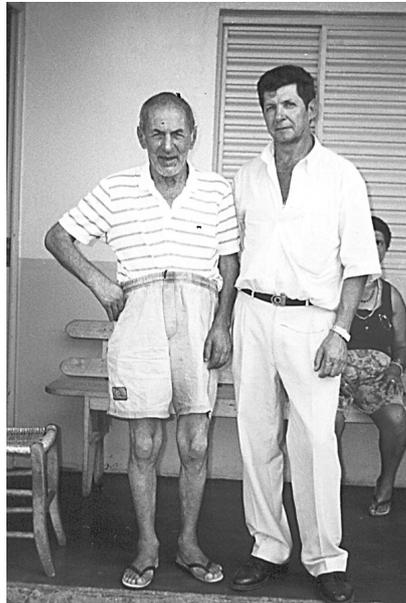
A casa onde nossa família morava no sítio, junto à estrada de acesso, era muito pequena, o que levou Seu Octavio, cancheiro no ofício, a aumentar o espaço, construindo mais um rancho. Como em outros casos, também esse escorado por estacas e coberto com folhas de coqueiro. Sua localização não podia ser mais inconveniente: a choupana ficava do outro lado da estrada. Era preciso atravessá-la para ir até a cozinha, quer de dia, quer de noite, tanto no sol como na chuva. Certamente, a comodidade não era o forte na vida daqueles colonos.

Mesmo assim, vivendo sem nenhum conforto, de forma pacata e até simplória, os humildes agricultores estabelecidos na roça apreciavam não só o convívio com os amigos próximos, mas sobretudo com os parentes. Esses acorriam de longe para visitar os familiares e assim manter vivos os laços de sangue que os uniam. Foi isso que fez bater à nossa porta, meu tio materno, o Jair, um rapaz apumado e faceiro, irmão mais novo de nossa mãe. Veio a passeio, num sábado à tardinha, para pernoitar e passar o final de semana em nossa companhia.

Por coincidência, visitava-nos também, naquele final de semana, o primo Miguel Pavoski, um rapazote de mais ou menos 16 anos.

Papai, apaixonado por caçadas, convidou-o para dar uns tiros no mato. A diversão rendia sempre bons assados em nossa mesa. Com a concordância do Miguel, aprontou os apetrechos necessários, a espingarda, a munição e os cachorros. Não esqueceu do palheiro, o vício de sua rara e inofensiva ociosidade. Enquanto se preparava, deixou a arma escorada na parede externa do rancho e voltou à cozinha, a fim de acender um cigarro antes de saírem.

Bastou esse momento de distração, para que o tio Jair apanhasse a espingarda, que ergueu com orgulho e desenvoltura. Eu, o Guete e a Nair estávamos próximos a ele, casualmente em linha reta, um atrás do outro. Ainda vejo com nitidez a imagem de nossa irmãzinha, com seus cabelos compridos e loiros e seus olhos amedrontados. Não tinha mais que 4 anos e era uma doçura de menina.



Fonte: Foto do autor, 2000.

Jair recebendo a visita de seu sobrinho, o autor, em 2000.



Fonte: Foto do autor, 14 /05/2005.

A lagoa que ficava nos fundos de nossa casa é hoje a parte inferior da foto. Não existe mais água, é potreiro e lavoura. No alto, ao fundo, a casa e propriedade onde morava o Sr. Onofre.

Pois bem, o Jair apontou a espingarda em nossa direção e, involuntariamente, é claro, apertou o gatilho. De imediato ouviu-se um violento estrondo no quintal da casa. Por sorte o tiro disparou por sobre a cabeça das três crianças enfileiradas. Eu era o primeiro e a Nair a última. A bucha do cartucho passou queimando entre os tufos dos seus cabelos.

De um salto, o pai estava lá fora, pálido como cera e mais assustado que um bicho acuado. Ficou louco da vida, repreendeu com veemência o cunhado e mandou que se retirasse da nossa casa. Naquele dia, a caçada acabou antes mesmo de começar.

ASSOMBRAÇÃO QUE METIA MEDO

No menos uma vez por semana, mal caía a noite, ouvia-se pela roça adentro um grito estranho e assustador. Não era grito de gente, nem de animal conhecido, e metia medo em todos, até na bicharada. Cachorros, porcos, bois e vacas demonstravam espanto e inquietação. Os cães enfiavam-se onde houvesse um esconderijo, até debaixo do fogão e da mesa, com o rabo entre as pernas.

Numa dessas noites, o primo Miguel nos visitava e foi tomado de pavor. No dia seguinte, se recusou a voltar sozinho para casa, uma vez que isso demandava atravessar o mato.

Meu irmão e eu, já acostumados com o que denominamos de assombração, não temíamos qualquer susto durante o dia, e saíamos para correr e brincar no matagal. Nosso pai, entretanto, não acreditava nem duvidava. Parecia até sentir certo respeito pelo fenômeno. Sempre que os gritos se faziam ouvir, ele saía de espingarda em punho, lanterna acesa, à procura do misterioso visitante noturno. Às vezes até permitia que eu o acompanhasse, e a aventura era tão excitante que me fazia cócegas na sola dos pés.

Certa noite, os cachorros se puseram a latir raivosamente, próximos do rancho. Estavam de fato enfurecidos. Papai levantou-se e saiu, descalço e de cuecas, apanhando somente o facão e a lanterna. Quando se aproximou deles, os latidos cessaram, para recomeçar mais adiante, na entrada do mato. Para lá se dirigiu papai. Ao chegar junto dos guaipecas, eles silenciaram novamente. E assim foi nosso pai por um bom tempo, seguindo atrás dos animais, que se acalmavam sempre que ele estivesse perto. Ao dar-se conta, estava muito afastado da casa e totalmente desorientado. Os cachorros continuavam ferozes, como se estivessem no encalço do bicho, uivante, desconhecido e doido. Após andar horas a fio, entre árvores e cipós, na escuridão de breu, papai pensou que estava entrando numa armadilha da tal assombração e resolver ser esperto, voltando imediatamente para casa, pois estava longe, cansado e assustado. Não sei se por conta do medo daquele lugar ou por outro motivo, depois desses acontecimentos, nossa família permaneceu pouco tempo naquele lugar.

Papai construiu outra morada afastada do local assombrado. Só que não chegamos a morar na casa nova. Depois de pronta, o destino nos empurrou para a vila de Faxinal Grande, no engenho do Sr. Arlindo Câmara, onde papai novamente arranhou trabalho, de meados de 1951 até novembro de 1952. Ali sim, moremos mal. Nossas residências anteriores eram palacetes se comparadas com essa. Tratava-se de um galpão onde ficavam as estrebarias, abrigo dos bois que puxavam as toras para a serraria.

Foram enormes as dificuldades e privações que enfrentamos no Faxinal. Muitos dias só tínhamos mandioca para as refeições. E isso porque papai adquiriu da família Pacheco, também moradora

da colônia, um pequeno mandiocal, a uns três quilômetros de distância. Eu e o Guete íamos a cavalo, duas vezes por semana, buscar o precioso alimento. Essa tarefa era compromisso nosso, apesar da pouca idade. E não faltaram acidentes no caminho, como no dia em que a carga caiu e nós não tínhamos força suficiente para erguê-la e recolocá-la sobre o lombo do animal.

Quando o cardápio era polenta, cabia a mim e à minha montaria ir ao moinho buscar a farinha de milho. Nessas troteadas descia a Serra Velha, como era chamado o cerro que nos separava do rio, uma picada íngreme, onde só se transitava a pé ou a cavalo. Mais ou menos cinco mil metros de serra, margeada por mato espesso. Além disso, corria de boca em boca que tigres ferozes habitavam aquela selva. Na ingenuidade dos meus 9 anos, eu sentia muito medo. Mas era obrigado a ir, quer quisesse ou não.

Num desses passeios forçados até o moinho do Sr. Pavoski, o Jair, que era filho do dono, perguntou-me qual a espécie de farinha que iria levar. Talvez movido pela vontade de comer uma fatia do pão branquinho e fresco que via na mesa dos tios, respondi que era farinha de trigo. Ele atendeu minha solicitação, entregou-me o saco de aniagem enfarinhado, e eu dei meia-volta, pelo mesmo trajeto sombrio e arriscado, que me deixava a respiração suspensa. Era quase noite quando cheguei em casa.

Papai, ao deparar-se com o conteúdo branco que avistou no saco, indignou-se com a minha incompetência e repreendeu-me severamente. Argumentou que a farinha de trigo era muito cara e que seu dinheiro só dava para comprar a farinha de milho.

Recordo que papai possuía também uma vaca de leite. No entanto, não havia potreiro junto da casa, onde pudesse alimentar-se, e ela teve que ser levada à propriedade do tio José, na barranca do Rio Passo Fundo. Novamente eu e o Domingos recebemos a incumbência de buscar o leite. Era tarefa diária, que cumríamos em forma de revezamento. Nossa irmãzinha Iracema, que era bebê de colo, merecia esse esforço de nossa parte. E bota esforço nisso! Ficava tão pesada a mala de garupa carregada com vasilhame de vidro (as garrafas de plástico ainda não existiam) que, certa vez, ao aproximar-me de casa, curvado e cansado pelo excessivo peso, tropecei e levei um tombo. Os litros se espatifaram e o leite se espalhou pelo chão. Naquela noite, a coitadinha da Iracema teve de dormir sem mamadeira.

Há outras recordações pouco agradáveis da época em que nosso pai foi empregado do Seu Anildo. Por duas vezes sofreu acidentes sérios. Na primeira, a grade que transportava a tora até a serra, calçou em seu pé com um peso brutal que chegou a virá-lo para trás. O tornozelo fez uma tremenda torção e, em consequência do ferimento, papai teve de ser hospitalizado em Erechim, no Hospital Santa Teresinha.

Noutra oportunidade, quando serrava lenha para a caldeira, sua mão esquerda sofreu um golpe tão forte que decepou o dedo indicador, jogando-o a uns trinta metros de distância. Mais uma vez baixou hospital, enfrentando, para o resto dos seus dias, a seqüela da mutilação. Nós, crianças, espiávamos, furtivamente, a mão do pai, com aquele estranho coto de dedo, que chegávamos a achar engraçado.

Retornando ao passado, em 14 de maio de 2005, estive no interior do município de Faxinalzinho/RS, na localidade de Faxinal Grande, em visita por esse local. Caminhei pelo meio de grandes lavouras, tudo tão diferente de 50 anos atrás. Imaginei e revivi como era aquele lugar, nos idos de 1950 e 51, quando nasceu minha irmã Irene, a quarta filha de Octavio e Aurora. Refiz o caminho a pé, por meio de lavouras e granjas, onde antes existia muito mato e pequenas roças. Mesmo assim foi possível visualizar a lagoa e os banhados, o que restou das matas, o lugar onde se erguia nossa casa e por onde andávamos, eu e meu irmão Domingos. Era lá que acontecia, uma vez por semana, a assombração que nos metia tanto medo.

Recordo também da casa do Sr. Onofre, onde encontrei a tal gilete. Ao refazer o trajeto, fotografei diversas imagens, pois tudo ali permanecia vivo em minha imaginação, e as lembranças do tempo que ali vivi com meus pais, os três irmãos mais novos e a Irene. Na minha mente voltavam aqueles momentos, como se fosse ainda na época da infância. A lagoa, os banhados, os matos, as roças, pareciam tão perto de mim e tão iguais, embora muito distantes e mudados.

Do lado oposto da lagoa e dos banhados se encontram ainda as casas de moradia, mas hoje novas ou reformadas, no mesmo lugar onde nossa mãe ia passear, e onde aconteceu a história da gilete contada por mim neste livro. Segundo informação dos moradores atuais, as residências pertencem a familiares do Sr. Onofre.

Fotografei muitos aspectos dos lugares em que moremos, em que corri e brinquei com meu irmão Domingos, o Guete.

A PRIMEIRA ESCOLA

Em Faxinal Grande, eu e meu irmão começamos a frequentar a escola. Tempo de exigências e de castigos, de professor durão e severo, até certo ponto, hostil. Atitudes inadmissíveis nos dias de hoje. O pai do menino ordenava e o mestre cumpria. Qualquer desobediência, desrespeito às normas, atitude menos respeitosa, e lá vinha a palmatória com aquele friozinho na espinha, e a mão aberta e estendida diante do professor que a fustigava com severidade. Um sistema de educação baseado no medo e na arbitrariedade que, graças a Deus, as novas teorias conseguiram enterrar no passado. Além de levarmos surra do pai em casa, ele ainda ordenava ao mestre que não poupasse os guris, se não se comportassem na aula.

Os operários do engenho nem recebiam dinheiro no final do mês, somente vales, que eram cartões com valores especificados, de 100, 50, 20 e 10 contos de réis. Eles podiam ser utilizados para pagar o armazém e a bodega.

Sobre esses vales, tenho uma travessura a narrar. Encontrei um deles, no valor de 50 contos, no bolso da roupa de meu pai. Bateu-me então uma vontade louca de comer caramelos e não resisti à tentação. Apanhei o vale e levei-o para a escola, onde andei mostrando para os colegas. Havia alunos de todas as idades, desde os 8 até os 19 anos. Um dos grandalhões, ao enxergar o cartão, cobiou-o e deu um jeito de tomá-lo de mim. É evidente que fiquei desolado e fui chorando denunciá-lo ao professor. Esse, por sua vez, agiu com seu rigor habitual. Chamou o colega à parte, para que desse conta do que não era dele. O indisciplinado aluno intimidou-se e devolveu o cartão.

Que fez então o conceituado mestre? Tomou pelo braço nós dois, eu e o safadinho, e conduziu-nos até a serraria. Lá nos apresentou a nossos pais, que trabalhavam no mesmo local, contando o desagradável incidente. Ambos deram ordem ao professor para que baixasse o sarrafo em nós, que em casa eles terminariam o serviço.

Durante o tempo em que freqüentei a escola, houve um evento inesquecível, tal a importância que assumiu nos primeiros anos da minha formação.

Foi numa Semana da Pátria. Como pretendesse ver sua escola participar dos desfiles que aconteceriam na Vila Votouro, nosso professor solicitou a papai que confeccionasse, para a ocasião, fuzis de madeira, um para cada aluno do sexo masculino. Não se tratava de um brinquedo, mas de uma imitação do fuzil verdadeiro, certamente com o intuito de demonstrar autoridade, força e poder, como se o colégio fosse um quartel, e nós os recrutas.

O talento de nosso pai no trato com a madeira era conhecido de todos e se manifestou mais uma vez naquela empreitada. Os trabucos ficaram, de fato, perfeitos.

O mestre colocou-nos em forma, treinou-nos a marchar como soldados, num pelotão de moleques em ordem unida, para ninguém botar defeito.

As meninas formaram também seu bloco, desfilando com bandeiras.

O dia Sete de Setembro chegou, e os colégios de toda a região se reuniram no Votouro, para a apresentação tradicional. A festa começou para nós ao embarcarmos no caminhão que nos conduziria até lá.

E, quando a escola do Faxinal Grande passou diante do público, com seus pelotões de meninos e meninas e suas respectivas alegorias, os aplausos foram unânimes e muito calorosos.

O retorno foi ao final da tarde. Nosso professor se sentia consagrado, e nós orgulhosos do ato patriótico que nos encheu de emoção.

SURRA DE CINTA: UM MEIO DE EDUCAR

*E*m belo dia, chamo de belo porque estava ensolarado e agradável, ocorreu em casa um frege de ficar na história, de modo que para mim e o Guete não foi tão belo assim.

Papai e mamãe cuidavam de suas obrigações. E nós, sempre às voltas com uma traquinada ou outra, acabamos encontrando as espoletas com que ele carregava os cartuchos da espingarda, para as caçadas de domingo. Por ser o mais velho, eu era também o mais

esperto e o cabeça das artes. Falei para meu irmão que era bacana colocar as espoletas sobre um ferro e bater com o martelo; que elas estouravam e saía um tiro maneiro que fazia a gente dar um salto. E nos aprontamos para começar a detonar as espoletas. Não passou por nossa cabeça que lá do engenho o velho pudesse ouvir. Comecei a molecagem e não deu outra. No terceiro estouro, ele olhou em direção da casa e se deu conta do que os dois pilantras estavam aprontando. Largou rapidamente o serviço e veio como um raio ao nosso encontro. Tal era a infantilidade das nossas brincadeiras que nem sequer nos escondemos para provocar os disparos. Mas, quando percebi papai se aproximando a passos largos, pressenti o que iria acontecer, e saí correndo descompassado até um potreiro próximo.

O Guete, que era menos ágil e atilado, permaneceu em frente à casa, e só levou umas boas cintadas. Eu, no entanto, que naquelas alturas sentia o coração saindo pela boca, me escondi entre as raízes de uma grossa árvore caída no gramado. Quanto a meu pai, seguiu atrás de mim, entrou também no potreiro, mas acabou me perdendo de vista. De repente, deparou-se com o filho do dono da serraria, que vinha na direção contrária, e perguntou-lhe se não tinha visto o Nene (era esse o meu apelido). O rapaz, que não sabia o que se passava, respondeu negativamente. Todavia, levantou a cabeça e olhou em derredor. Foi quando me viu agachado e, apontando com o dedo, mostrou ao pai irritado o meu paradeiro. Ele me agarrou com gana pelo braço e, com a mesma cinta, que levava na mão, me deu tantas lambadas que a tira de couro, embora nova e resistente, arrebentou no meio. Tenho comigo que o guri que me dedurou está até hoje arrependido do seu gesto. Ele era nosso amigo e desconhecia o que estava acontecendo. O melhor da história foi que, apesar de tudo, nossa amizade não se desfez.

Nossos dias, é óbvio, eram intermináveis. Tão poucos afazeres havia, naqueles idos tempos, para ocupar nossa mente e nossos braços. Por isso, andávamos sempre atrás de diversões, de coisas a fazer e engenhocas a inventar.

Um dos passatempos que mais nos divertia era descer e subir a serra, de carona nos carroções puxados por ternos de mulas, que transportavam tábuas da serraria até as margens do rio, com destino ao Porto Goio-En. Por causa dessas aventuras, eu e o Domingos passávamos dias a fio na casa do tio José Pavoski e da tia Paulina, junto à costa do Rio Passo Fundo, pescando, caçando passarinhos e

procurando frutas no mato. Havia lá muita lima, abacaxi, banana e outras frutas silvestres.

Também fazia parte de nossos folguedos o inesquecível carro-de-lomba que nós mesmos fabricávamos. Subíamos a encosta carregando o carro e, ao descer, dois ou três piás sentavam sobre ele, a fim de imprimir mais velocidade ao veículo da nossa infância. Os ditos carros eram construídos com um sistema de freios, que muitas vezes não resistiam à forte propulsão serra abaixo e acabavam quebrando. Certa vez, o Guete perdeu o controle do seu que, sem breque e desgovernado, disparava em direção ao rio. Espatifar-se-ia num perau de mais de 15 metros, não tivesse se enroscado num toco, caindo da tábua veloz.

Andar de caíque também nos dava um prazer e uma emoção muito forte. O medo da correnteza era um sentimento desconhecido por nós, mesmo sem sabermos nadar. A equipe de remadores era composta pelo Severino, pelos irmãos Zancanaro e por nós dois, os irmãos Ferron.

JOSÉ E PAULINA: UMA VIDA DE FÉ

O casal José Pavoski e Paulina Ferron, meus tios, contraíram matrimônio na Capela de São Sebastião, na Freguesia de *Nonohay*, município de Palmeira das Missões. O registro consta no Livro 03, sob número 04, na fl. 07, da referida capela.

Foi lá também que vieram ao mundo seus primeiros filhos: Ana Cezira e Miguel.

Mais tarde mudaram de domicílio para a costa do Rio Passo Fundo, perto do Porto Goio-En, onde adquiriram terras. Foi nesse lugar que construíram sua vida, criaram os filhos e viveram até seus últimos dias.

Desde o casamento, o casal sempre trabalhou na roça, enfrentando todo tipo de dificuldades. Sem reclamar, procuravam resolver os problemas com calma e serenidade. Sabiam cativar as pessoas com bondade e generosos sorrisos. Enfrentaram também inúmeros problemas para criar os filhos.

Além de agricultor, José também foi balseiro. Era, como se denominava na época, um prático de balsa. Oportunizou trabalho

para muita gente em suas roças e também nas embarcações. E adquiriu enorme experiência no transporte de madeira por via fluvial. Em razão disso, os empresários do ramo madeireiro passaram a contratá-lo. Nessa profissão, revelou-se um peão experiente que conhecia os locais mais traiçoeiros, em toda a extensão do Uruguai. Tornou-se de fato um “capitão comandante”, que enfrentava as enchentes furiosas do rio, conduzindo as balsas do Porto Goio-En até São Borja e além. Fazia tudo sempre com muita tranquilidade e paciência. Sabia comandar seus empregados, para que a balsa chegasse em segurança a seu destino. Como um bom líder, preocupava-se com a saúde e a integridade física dos seus comandados.

Meu pai realizou mais de 17 viagens com ele, depois de sua primeira experiência com outro balseiro, ocasião em que aconteceu a grande tragédia já descrita neste livro.

Também trabalharam com o tio José, na mesma função, os seguintes empregados: Leonardo De Fante, Alfredo Ferron, Orlando Ferron, Fortunato De Fante, Natalício De Fante e Alvino Ferrão. Este último, por volta de 1946, depois de ter cumprido, com os companheiros, mais uma missão entre as perigosas cheias do rio, ao chegar ao destino são e salvo, resolveu retornar para casa de trem. Seus pais residiam em Nonoai, mas, ao passar por Passo Fundo, resolveu querenciar nesta cidade, onde morava uma cunhada, viúva de seu irmão mais velho, Ernesto Feron. No ano seguinte, casou-se com Maria Webber, professora e diretora da escola no distrito de São Roque. Constituiu assim sua família e vive em Passo Fundo até os dias de hoje.

Meu pai, Octavio Ferron, cunhado do tio Pavoski, também viajou muitas vezes com ele até a localidade de São Borja, na divisa do Rio Grande do Sul com a Argentina.

A história e as balsas do Seu José eram guiadas por ele e por Deus. Atravessaram tempestades e turbulências durante o percurso, através da vida e do rio, mas, como tudo o que fazia era impregnado de muita fé, a sua trajetória foi sempre conduzida por outro grande Prático (o Pai eterno) que o levou a seu destino final com a mesma segurança que ele imprimia a seu trabalho de condutor.

Alcançou 88 anos de idade, e sua mulher, Paulina, 86, tendo cumprido fielmente, aqui na terra, as suas obrigações de pais e pessoas de bem. Como seres humanos, nos transmitiram só bons exemplos e deixaram saudades. Este foi o seu legado, para que nós sigamos o exemplo.

O casal teve 7 filhos, 40 netos, 59 bisnetos e 2 tetranetos. Foram meus padrinhos de Crisma, em 1950, na Igreja Sagrado Coração de Jesus, em Faxinal Grande, no Município de São Valentim/RS.

VI

Capítulo

A grande família

MORADA E ROÇAS NOVAS - ESPERANÇAS RENOVADAS

A instabilidade das freqüentes mudanças foi algo que marcou a história da família de Octavio e Aurora.

Em novembro de 1952, deixamos Faxinal Grande, com destino à Linha Ferron, na localidade de São Sebastião, no distrito de Nonoai. Pela enésima vez, juntamos os cacaréus que compunham o acervo doméstico, tão diferentes das sofisticadas mobílias que guarnecem nossas casas nos dias atuais. O caminhão de transporte também era pequeno e velho, que as estradas poeirentas da época desconheciam as gigantes carretas que hoje trepidam sobre o asfalto.

Octavio, cansado dos árduos afazeres das serrarias, acertou com o irmão Modesto sua permanência na propriedade dele, por algum tempo. Iria auxiliá-lo na lavoura, até que conseguisse adquirir um sítio para se estabelecer com a família e plantar sua própria roça.

Foi assim que desembarcamos, o pai, a mãe e nós, crianças, com as singelas tralhas envelhecidas pelo uso, no galpão do tio Modesto. Era a época da colheita do trigo, empreitada que envolvia a família inteira.

Tão logo pusemos o pé na nova morada, já o serviço nos obrigou a arregaçar as mangas e partir para a lida. E não havia essa psicologia moderna defendendo que criança não deve trabalhar. Eu e o Guete pegávamos parêlho ao lado do pai. Era prática comum entre os agricultores, sobretudo os descendentes de estrangeiros, acostumar as crianças, desde cedo, a enfrentar as batalhas do dia-a-dia. O ganha-pão devia ser fruto da união e responsabilidade de todos. Brincar, só em alguns poucos momentos, nos intervalos das obrigações e nos domingos, que eram religiosamente respeitados.

Por algum tempo, foi essa a vida que levou a família de Octavio e Aurora. Papai trabalhava a mando de seu irmão, ao mesmo tempo em que preparava sua própria e despreziosa rocinha.

Foi nessa época que nossa irmã, Iracema, caiu de cama, acometida de uma doença grave. Naqueles fundões, entretanto, nem se cogitava de atendimento médico e hospitalar. Recorria-se, na verdade, a métodos mais acessíveis e práticos, ao alcance daquela gente humilde e crédula. Eram os curandeiros, de experiência reconhecida, que resolviam a maior parte das enfermidades, pela prescrição de simpatias e remédios caseiros.

Também no caso da Iracema, graças a Deus, que é o médico dos médicos e o senhor da vida, foi ela abençoada por sua mão salvadora, recuperando-se e voltando a gozar de ótima saúde até os dias de hoje.

Mas papai submetia a família a uma sina de nômades. Éramos de fato aventureiros, impedidos de criar raízes e sujeitos a constantes alterações na rotina e nas condições de vida.

Foi assim que deixamos, após breve tempo, o galpão do tio Modesto, para habitar numa casa desocupada do tio Orlando, o qual residia junto com o avô Florindo, na propriedade deste último. O lote era bem maior, com terra disponível para todos. Em consequência, seriam melhores os roçados e mais abundantes as colheitas. De quebra, mesa farta e vida digna.

Sem delongas, a enxada e a foice mostraram-se incansáveis, enquanto muitas roças verdejantes foram surgindo.

Em certa ocasião, lembro perfeitamente, transcorria o mês de maio e se aproximava a época de semear o trigo. Papai e eu roçávamos, incansavelmente. Lá pelas tantas, ouvi um ruído estranho que me deixou imóvel, quase hipnotizado, preso ao chão, enquanto o pai prosseguia no trabalho. Finalmente, recobrei o senso e indaguei o

que seria aquele som desconhecido. Papai foi em minha direção, a fim de saber o que estava acontecendo. Nesse momento, enxergou que eu pisava sobre uma enorme cascavel, que se contorcia com a boca escancarada e tilintava, volta e meia, seu guizo característico. Papai agiu rápido e com extrema coragem. Cravou a foice no animal, bem perto das minhas pernas, jogando-a para o lado. Em seguida, concluiu o serviço, abatendo com destreza o bicho peçonhento e ameaçador, que devia ter uns dois metros de comprimento. Como um troféu, levamos a serpente para casa e a expusemos num galho de árvore, para que toda a vizinhança pudesse vê-la. A cabeça do animal inchou tanto que ficou parecendo a cabeça de um carneiro. O ocorrido causou não apenas surpresa, mas até mesmo admiração pelo feito de nosso corajoso progenitor. E eu, com certeza, não estaria hoje narrando esses fatos, se a picada ferina do venenoso réptil me tivesse vitimado.

Trabalhamos uns dois anos como agricultores, nesse distante e inóspito rincão, até Octavio optar pela compra de um sítio na costa do Rio dos Índios, nas proximidades do Rio Uruguai. Diariamente, ele, eu e o Guete percorríamos uns quatro quilômetros de casa até o sítio, onde labutávamos o dia todo, preparando roças e erguendo um rancho, para onde deveríamos nos mudar em breve. O grande inconveniente desse lugar era a distância da escola, que dificultaria muito nosso acesso aos estudos.

Mas, como Deus não abandona quem confia nele, tratou logo de dispor as coisas a nosso favor. Fazendo divisa com o anterior, nosso pai descobriu outro lote, no alto da serra, maior e bem mais próximo da escola. Sem refletir muito para tomar a decisão, pois movia-lhe sempre um secreto impulso aventureiro, Seu Octavio permutou a área na costa do rio pela de cima da serra. Ficou devendo uma elevada quantia, e tivemos de ralar muito até liquidar o débito contraído com o proprietário, Sr. João de Almeida, apelidado de *canoeiro*. Um dia perguntei a um filho dele a razão desse apelido, e ele me explicou que seu pai era fabricante de canoas.

Dessa vez, o chofer que nos conduziu de Faxinal Grande até a Linha Ferron/Nonoai, foi o Sr. João Pinto Gosch, filho de Argeu Gosch.

CASA PRÓPRIA E TERRA NOSSA

Quando faleceu o presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, já morávamos na casa do tio Orlando, enquanto papai construía mais um de seus ranchos para abrigar a família. Assim que ficou pronto, para lá nos transferimos. Essa foi nossa décima mudança, e a mais esperada de todas, pois iríamos para uma casa nossa, numa terra também nossa.

Tínhamos consciência de que muito trabalho nos aguardava, até saldarmos a dívida assumida com a aquisição daquela propriedade. Mas a satisfação de construir nosso futuro sobre um chão que nos pertencia, superava todo e qualquer obstáculo. E enfrentamos para valer a rudeza da enxada e do arado, ao lado do pai, que nos dava o exemplo do trabalho e da persistência.

Mesmo com nossa pouca idade (eu estava com 12 anos e meu irmão Domingos com 10) começamos a encarar com dedicação e compromisso a rotina diária de pequenos produtores rurais, cujas mãos calejadas e pele tostada de sol comprovam a tenacidade de sua bravura e espírito empreendedor. De início, o trabalho era inteiramente braçal, e só foi facilitado mais tarde, quando papai conseguiu adquirir uma junta de bois, para puxar o arado e operar várias outras tarefas exigidas pelo trabalho no campo.

Na nova morada, como nas anteriores, nossa vida foi também de privações e necessidades. A família foi acrescida de mais dois filhos. O oitavo, de nome Fermino Etelvino, nasceu em 18 de fevereiro de 1956; e a seguinte, Cecília, veio ao mundo em 22 de março de 1957. Cabia a mim, que era o mais velho, chamar a parteira para atender a mãe. Dona Angelina Mânica, que morava em São Sebastião, quando me via chegar, já sabia qual era a minha e a sua missão. Eu transmitia o recado, e ela partia imediatamente, a fim de trazer ao mundo mais um Ferron, ampliando a já grande família de Octavio e Aurora.

Papai se mostrava deveras entusiasmado com o rendimento que estava obtendo no cultivo da terra conquistada a duras penas, com o suor do seu trabalho. Além das plantas tradicionais, iniciou também uma plantação de pinheiros, de erva-mate, de videiras e de toda espécie de frutíferas. O arvoredo ao redor da casa era lindo de se ver. Sobretudo quando se cobria de frutos coloridos, tão atraentes quanto deliciosos.

Evidentemente, toda essa fartura até então desconhecida, que agora batia à porta da família, teve seu preço e suas imposições. Não se resumia ao serviço penoso de roçar, manualmente, o mato e a capoeira que cobriam o lote, de queimar a resteva e realizar o plantio dos cereais. A infestação de bichos venenosos, por exemplo, representava uma ameaça constante à integridade física dos humildes lavradores. Quando o pai e eu preparamos a roça, pela primeira vez, para semear o trigo, matamos nada menos do que vinte e três cobras, num espaço entre duas quartas a meio alqueire de área. O local era crivado desses animais, das mais variadas espécies, tanto venenosos como não-venenosos.

Havia ainda as surpresas causadas pelos fenômenos meteorológicos que, não raro, causavam estragos, dizimavam as plantações e nos confinavam, sobretudo as crianças, a abrigos improvisados e inseguros.

Certa vez, fui incumbido de ir a cavalo até Nonoai, a fim de comprar mantimentos de que a família necessitava. Para os padrões da época, em que os caminhos não passavam de picadas íngremes e pedregosas, era uma viagem e tanto, pois o povoado distava uns dezoito quilômetros da nossa propriedade, e eu não passava de um garoto, corajoso, sim, mas franzino e inexperiente.

Saí pela manhã e só voltei à tardinha, apressando o trote da cavalgadura, pois um violento temporal se anunciava atrás de nós. À medida que avançava, no lombo do meu dócil companheiro, a escuridão aumentava e seguia em nosso encaço, rápida e ameaçadora.

Quase sem fôlego alcancei o terreiro da casa, onde pensei que estaria a salvo de qualquer catástrofe. Respirei aliviado e tratei de alcançar as compras para a mãe. Em seguida, desencilhei o animal, rapidamente. Pretendia ainda levá-lo até uma outra casa que papai estava construindo, a uns duzentos metros. Meu desejo era abrigá-lo da ventania e da chuva. Mas mamãe percebeu que não havia mais tempo e mandou que eu entrasse imediatamente. Foi quando a tempestade recrudescceu e atingiu a construção, como se uma trilha de fogo por ali passasse. Que sorte tivemos, eu e meu prestimoso condutor! Tudo veio abaixo, no local atingido, e as chamas consumiram, com voracidade, até os caibros mais resistentes. Foi por graça e obra de Deus que fomos protegidos do desastre. As mães têm destas coisas: pressentimentos inexplicáveis, tanto do

mal quanto do bem. É por essa a razão que os filhos devem escutá-las sempre, pois elas são as *antenas do mundo*.

OS TOMBOS NECESSÁRIOS PARA QUE A VIDA CONTINUE DE PÉ

Hoje, 24 de junho de 2005, completo meus 62 anos de vida. Quero agradecer a Deus e meu santo protetor, São João Batista, por ter acompanhado meus passos durante esta caminhada, sob a proteção do sinal do cristão e iluminado pelo Espírito Santo.

Agradeço por tudo o que tenho e sou, pela saúde e pela vida, que é o maior dom que Deus nos dá. A Deus, a Jesus Cristo e São João Batista, ofereço, pois, todo o meu trabalho, meus sacrifícios, minhas dores, lágrimas e alegrias vividas até aqui.

Agradeço também por todos os tombos que levei dos cavalos, quando era guri, ao montar sobre o lombo deles, muitas vezes em pêlo e com uma simples corda amarrada no pescoço, em lugar de buçal. Corria despreocupado pelas estradas e trilhas, caminhos e veredas, caindo e levantando, às vezes chorando de dor, mas sempre disposto a novamente seguir a cavalgada da vida.

Tenho certeza de que, através dessas quedas, aprendi a enfrentar os grandes tombos que a vida nos dá, quando age como um animal caborteiro e mal domado. Em muitas oportunidades, a gente fica no chão, se contorcendo de dor.

Entre as dezenas de quedas que levei no lombo dos animais, vale a pena destacar uma.

Certo dia, pegamos emprestado do tio Modesto um cavalo muito bom de montaria. E fomos, o pai e eu, a caminho de um moinho colonial, cada um levando uma moagem (assim eram chamados os fardos de trigo ou milho que seriam transformados em farinha). O pai foi no lombo do cavalo do tio, que era muito bom de montaria, e eu numa égua de nossa propriedade.

Eram mais ou menos vinte quilômetros até chegar ao tal moinho, na costa do Lajeado da Foice (era esse o nome do rio).

Saímos de casa de manhã bem cedo, para que se pudesse retornar no mesmo dia. Lembro bem que as moagens eram de trigo. E a minha égua, que era passarinheira e baldosa, se assustava com

qualquer barulho, não media altura nem distância para saltar e jogar no chão tudo o que lhe ia no lombo.

No caminho de ida, já longe de casa, não sei por que fiquei para trás, a uma razoável distância da cavalgada do pai, que trotava tranqüilamente.

Minha égua, porém, mais uma vez (desconheço até hoje o motivo), subitamente se assustou e deu um repentino salto. Deixou-nos, eu e o fardo de trigo, no leito duro da estrada, e ela foi para cima do barranco, numa roça de milho. E não deixou por menos, pôs-se a pastar, calmamente. Eu, que estava estendido no chão, sentia tanta dor que não conseguia nem respirar, nem levantar, nem gritar para chamar a atenção de papai, que cada vez se distanciava mais. Até que, lá pelas tantas, percebeu a minha ausência e deu meia-volta a fim de verificar o que havia acontecido. E fez o que devia ser feito: socorreu-me, trouxe o animal de volta, carregou novamente a moagem e me ajudou a montar outra vez. E seguimos nosso destino.

Retornamos para casa à tardinha, sem nenhum contratempo, além daquele tombo.

Assim era o dia-a-dia da nossa juventude. Se a gente se descuidasse, caía, e já se estava preparado para a próxima queda.

Hoje, na caminhada da vida, não é diferente. A cada momento e em cada passo, estamos sujeitos a emborcar no chão. O que importa é levantar e seguir a jornada. Gostaria imensamente que meus filhos e netos aprendessem a viver e a encarar a vida como fez seu pai e avô.

GRAMADO DOS LOUREIROS: ORIGEM E HISTÓRIA

Desde criança, sempre ouvia falar neste nome: Gramado dos Loureiros. Tanto por gente ligada a meus antepassados, avós e tios maternos, como também, mais tarde, por pessoas que, através do casamento, constituíram laços familiares, tornando-se nossos parentes.

Assim aconteceu, por exemplo, com o Leonardo Loureiro De Fante, que nasceu nessa localidade, em 1918, filho de Tércio De Fante e de Honória (Norica) Loureiro De Fante.

Quando a família foi residir na Linha São Sebastião, e mais tarde na Linha Ferron, o Leonardo casou com minha tia Santina, irmã de meu pai.

Outra pessoa que encontrei em Chapecó/SC, com 87 anos de idade, também minha tia, foi Vergínia, que nasceu igualmente em Gramado e era filha de Iandro Loureiro de Mello e Juvelina Veloso de Linhares. Ela foi mulher de Vitor Martins de Quadros, irmão mais velho de minha mãe.

Todos esses foram nossos vizinhos, bem como os Serpa, os Gosch, os Veloso e tantas outras famílias que saíram de Gramado, indo residir em Nonoai e no interior, nas localidades de Engenho Velho (hoje município de Rio dos Índios), na Linha São Sebastião e outras mais.

Apesar de sempre ter ouvido falar nesse lugar, nunca tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente.

Em 29 de junho de 2005, saí de Passo Fundo com a finalidade de conhecer Gramado dos Loureiros, por sua estreita ligação com meus antepassados, e tirar uma fotografia da igreja, que pretendia divulgar no presente livro.



Fonte: Foto do autor, junho de 2005.

Atual Igreja São João Batista, já de alvenaria, construída no local da primeira, que era de madeira.

Lá chegando, já quase meio-dia, a única pessoa que ainda encontrrei na prefeitura local, foi Valéria de Souza Batista, secretária de Educação do município. A ela relatei as razões que me levaram até lá, e pedi sua ajuda no sentido de resgatar algumas histórias sobre as origens do povoado e os nomes das primeiras famílias de moradores, que, em passado longínquo, se fixaram naqueles rincões.

À dona Valéria e a todos os que se preocuparam em me alcançar dados importantes, contribuindo, de uma forma ou outra, para que minha busca fosse bem sucedida, expresso meus sinceros agradecimentos.

Obrigado pelo material enviado, que foi de muita valia. Tudo será aprimorado e aproveitado. Afinal, trata-se de acontecimentos que atravessaram mais de um século e sobreviveram, para que o nome dessa cidade se perpetuasse e produzisse bons frutos. Que Deus abençoe a todos os que vivem e ainda viverão neste pedaço de chão!

ORIGEM DO NOME

Por volta de 1872, essa região sofreu um forte furacão, que arrasou boa parte de seu território, formado por uma imensa floresta. Uma clareira de grandes proporções abriu-se no seu interior.

Com o passar dos anos, ocorreu uma prolongada estiagem que acabou por secar a mata já destruída pelo furacão. Além disso, num belo dia, um desavisado decidiu colocar fogo, para facilitar a criação de gado, e acabou com o que ainda restava da vegetação.

No entanto, é bem provável que os próprios animais tenham trazido, em seus cascos, sementes de grama, de tal sorte que, com o passar do tempo, o campo se transformou num belo gramado verde. Por ali começaram a cruzar os tropeiros de mula que se dirigiam a São Paulo, pois o local convidava ao descanso.

Outro fato que determinou o batismo da região com o nome de Gramado dos Loureiros foi ter sido a família Loureiro a primeira a se estabelecer naquelas paragens.

Depois deles, integrantes das expedições bandeirantes e expedicionários da Guerra do Paraguai, após findarem suas batalhas e incursões pelo interior, trouxeram suas famílias e se fixaram ali

definitivamente. Foram eles: José Pedro Loureiro de Mello, Girino Veloso de Linhares e Inocêncio Francisco Serpa.

Só bem mais tarde vieram outras famílias se juntar a essas, para habitar aquela terra. Denominavam-se: Marchiori, De Witt, Oliveira, Ribeiro, Batista, Gosch, Motta, Sagais, Ilha, Machado, Giordani, Ceresoli, Rigo, Alves, De Fante, Fonseca, Godoi, Gaio, Scortegagna, Novelo, Zanquin e Zambenedetti.

À QUEIMA-ROUPA

Em 25 de agosto de 1957, dia de São Luiz e Dia do Soldado, acontecia uma festa religiosa na Igreja São João Batista, no povoado de Gramado dos Loureiros, interior de Nonoai/ Sarandi. Na época, a igreja era de madeira. Hoje, como se vê na foto, está construída em alvenaria.

Durante a festa, uma equipe de funcionários do DAER, que realizava serviços na região, foi participar dos festejos e almoçar por lá. Faziam parte da turma: o Sudário Fortuna, o Leonel, o Santo Mello, o Alvino Ferrão e o Salvador Anhaia.



Fonte: Arquivo de família de Gramado.

A antiga igreja, onde aconteceu o episódio com Alvino, em 1957.



Fonte: Arquivo de família.

Alvino Ferron vestindo a mesma jaqueta que vestiu no dia do incidente.

Encontrava-se também no local um jovem de 14 anos, chamado Anes Anhaia dos Santos, irmão do Salvador, que mais tarde foi também funcionário do DAER. Hoje está aposentado.

Em conversa informal com Anes, no dia 25 de julho de 2005, obtive informações mais detalhadas sobre um episódio que ocorreu durante aquela comemoração religiosa, 48 anos atrás, quando Alvino foi atingido com um tiro no peito.

No horário do meio-dia, quando churrasqueavam juntos, no recinto da festa, aproximou-se deles, repentinamente, um grupo de marmanjos, um dos quais se identificou como

Delegado de Polícia. E pretendia revistar os funcionários que estavam almoçando. Eram cinco adultos e mais o garoto Anes, que acompanhava seu irmão, o Salvador. Em sinal de respeito, colocaram-se em pé, para que os agentes da lei procedessem à revista.

Alvino, como os demais colegas, se levantou, portando na mão uma faca de mesa, pois estava comendo carne. Vestia uma jaqueta de couro, já que era mês de agosto e ainda fazia frio. Ao fazer o gesto de abrir a jaqueta para a revista, recebeu de um dos agentes um tiro de revólver calibre 38, que atingiu o peito. O autor do disparo foi um tal de Manoel Sagais (comissário de polícia), que acompanhava o subdelegado, João Marcondes Lajus, e se encontrava imediatamente atrás dele.

No inquérito policial, o delegado assumiu a autoria do disparo contra Alvino, que foi socorrido de imediato pelos colegas, que o levaram ao hospital de Nonohay.

João Marcondes Lajus (Nenê) era filho de João Batista Lajus, um dos primeiros habitantes de Nonohay, que provavelmente também devia ter suas raízes em Gramado dos Loureiros, assim como

Manoel Sagais. João Marcondes era pai de Gelson e Elton (Maneco), que foram meus colegas de serviço na Secretaria da Fazenda Estadual, em Nonoai, de 1978 a 1994. E ainda primo de Arthur Argeu Lajus, que também ocupara o cargo de Delegado de Polícia na cidade de Chapecó/SC, na década de 50. (Trechos extraídos do livro *Unochapecó: o linchamento que todos esperavam*, de Mônica Hass, Editora Argos.)

No hospital de Nonohay, o baleado foi atendido inicialmente pelo Dr. Ivo Dracco, que era estrangeiro.

Naquela vila, 4º Distrito de Sarandi, existia e ainda existe uma casa de alvenaria de dois pisos, com uma escada que dá acesso ao segundo andar pela parte externa. Ali Alvino passou pela primeira cirurgia. Depois de vários dias foi transferido para Passo Fundo e recomendado ao Dr. Sabino Arias. Ao receber o baleado, o médico simplesmente falou a seus familiares: “Eu não costumo ressuscitar defunto!” Então encaminhou-o ao Dr. Alberto Lago que procedeu a várias intervenções cirúrgicas. Alvino Ferrão só escapou da morte porque não era a sua hora, já que o estrago havia sido muito grande.

Naquele tempo, tio Alvino e tia Maria tinham cinco filhos: Laurindo, Nadir, Antonio Carlos, Egídio Onofre (falecido no ano anterior) e Carlos Augusto. E a tia estava grávida da Luiza. Ela, que de família era Webber, possuía também um irmão advogado, o Dr. Wilson Watson Webber, que atuou em Erechim por muitos anos e defendeu meu pai numa causa trabalhista, na década de cinquenta.

Lajus, pau mandado do poder dominante na cidade, prendera também os irmãos Lima, acusados de envolvimento nos incêndios ocorridos em Chapecó, inclusive o da igreja. A família contratou para defendê-los os serviços do advogado Wilson, em Erechim. Sua tarefa consistia em livrar os irmãos da condenação e morte por linchamento, tramada pelos líderes *daquela cidade catarinense*, que arrebanhavam gente dos arredores, a fim de promover um massacre. Usavam o seguinte argumento: quanto mais gente se envolver e participar, menor a possibilidade do ato ser considerado crime e a Justiça não condenará ninguém.

Por sua vez, o Dr. Webber recorreu a todos os meios legais disponíveis, até um alerta dirigiu ao Juiz da Comarca e ao delegado Lajus, de que os presos deveriam ser transferidos imediatamente

para Joaçaba, a fim de evitar a tragédia que estava prestes a acontecer.

Em virtude de compromissos em Erechim, o advogado, já tarde da noite, precisou voltar a sua cidade. Mas, enquanto aguardava a barca no porto de Goio-En, para fazer a travessia do Rio Uruguai, foi informado de que a população já havia assassinado e queimado os corpos dos quatro homens, que estavam presos em nome da lei. Fora-lhes negado o direito de defesa e de ir a julgamento. Até hoje a população não sabe se realmente foram eles os incendiários. Naquela época, pelos idos de 1950, Chapecó foi denominada de *far-west* catarinense, por jornalistas dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que estiveram na cidade cobrindo o acontecido. A política e o poder eram a lei que imperava.

Como já referi, estive no município de Gramado dos Loureiros/RS, em junho de 2005, fotografando a Igreja São João Batista e parte da cidade, onde ocorreu o fato relatado acima.

Na oportunidade, aproveitei para fazer contato com a Secretária de Educação do município, Valéria de Souza Batista, informando-a do meu desejo de registrar neste livro passagens interessantes sobre a localidade, sua origem e sua história, a razão do seu nome, e outros dados sobre seus fundadores e primeiros moradores. Foi então que fiquei sabendo que a primeira Igreja São Batista era uma capela de madeira, bem diferente da atual, de alvenaria, que eu havia fotografado.

Solicitei, portanto, à dona Valéria que me conseguisse uma foto da capela antiga, para ilustrar o presente trabalho, e servir como referencial da religiosidade do povo, nos primórdios da comunidade.

A fotografia me foi enviada no dia 23 de agosto de 2005, acompanhada de interessante material ilustrativo sobre a história do município.

A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO

ramado e Nonoai, até por volta de 1918, pertenceram a Passo Fundo. A partir dessa data, foram incorporados ao município de Palmeira das Missões. Isso até 27 de julho de 1939, porque, com



Fonte: Foto do autor, 29/06/2005.

A cidade de Gramado dos Loureiros. Vista parcial.

a criação do município de Sarandi, nesse ano, passaram ambos à sua jurisdição.

O primeiro a desmembrar-se de Sarandi foi Nonoai, elevado à categoria de município em 30 de janeiro de 1959, pela Lei nº 3695, assinada pelo Governador Ildo Meneghetti. Eu o conheci na minha adolescência, na própria Nonoai, quando se encontrava em campanha para o Governo do Estado.

O primeiro prefeito da nova comuna foi Jair de Moura Calisto. Sua administração se deu no período entre 1959 e 1964, ano em que Gramado dos Loureiros passou à jurisdição de Nonoai, até a data em que também adquiriu sua independência política e administrativa.

Quando vim residir em Passo Fundo, em 1962, minha origem rendeu-me o apelido de *Calisto*, pois o prefeito era conhecido no cenário nacional, por sua participação e seus feitos em episódios como a Legalidade, e em outros movimentos políticos do início dos anos sessenta.

COMISSÃO EMANCIPACIONISTA

Em setembro de 1990, as lideranças da comunidade gramadense criaram uma comissão, com vistas a promover um movimento em prol da emancipação política da vila.

A comissão ficou assim constituída:

Presidente: Clair Galli;

Vice-presidente: Mário Golin;

1º secretário: Mario Batista;

2º secretário: João de Mello Machado;

1º tesoureiro: Adir Paulo Loureiro de Mello;

2º tesoureiro: Gilson Roque de Oliveira;

Conselho Fiscal: Giovane P. Motta, João P.R. França, Pedro Danieli;

Assessoria jurídica: Vilmar Alessi.

E no dia 09 de janeiro de 1992, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado do RS, através do Projeto de Lei nº 007/92, criou o Município de Gramado dos Loureiros, que assim deixou de ser distrito de Nonoai.

Em 24 de março do mesmo ano, o Governador Alceu Collares sancionou a Lei nº 9541, a qual instituiu a emancipação político-administrativa do novo município.

Ficou também instituída a data de 10 de novembro como dia oficial do município, pelo Decreto municipal nº 001/93, de 21 de julho de 1993.

A primeira eleição para escolha do prefeito e do vice transcorreu em outubro de 1993. Foram eleitos: para prefeito – Alivino de Melo Machado; para vice-prefeito – João Francisco da Silva Filho. Ambos vinculados ao PDS.

A atual administração foi eleita em 2004, para o biênio 2005/2006, sendo o prefeito, Antonio Léo Loureiro de Mello, e o vice, José Alves da Silva.

Valéria de Souza Batista, com quem contatei para obter informações sobre essa próspera cidade, que é essencialmente agrícola, ocupa o cargo de Secretária da Educação.

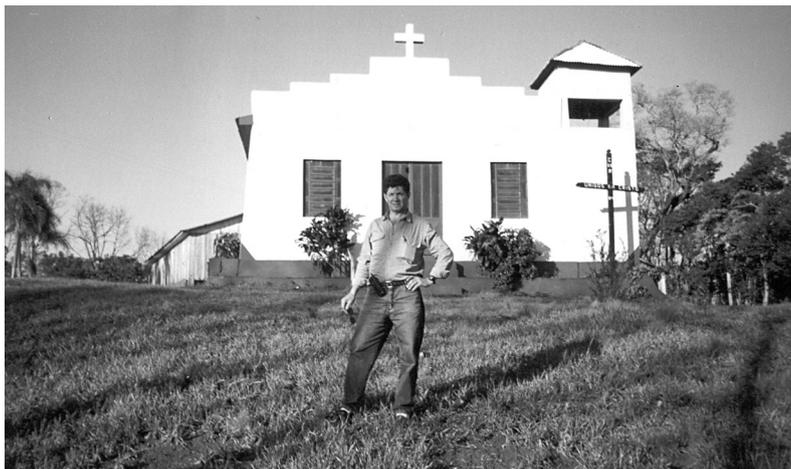
Gramado dos Loureiros situa-se na região Norte do estado, e faz divisa com os seguintes municípios e localidades:

- ao Sul - com Trindade do Sul;
- ao Leste - com a Estrada do Lobo;
- ao Norte - com Nonoai;
- ao Noroeste - com uma área indígena e a Reserva Florestal do Estado.

Um abraço a toda essa gente que fez, faz e fará a história e o progresso desse município e dessa terra!

ESCOLA: SÓ NAS FOLGAS

*E*m São Sebastião, Domingos e eu reingressamos na escola. Percorriamos, diariamente, seis quilômetros entre ida e volta. Mas só podíamos freqüentar as aulas, quando não era época de colheita ou quando escasseava o serviço na lavoura.



Fonte: Edita Ferron, 1987.

Igreja São Sebastião, na linha do mesmo nome, no interior de Nonoai. Foi construída de alvenaria, na década de 60, substituindo a antiga que era de madeira. Nos fundos aparece uma pequena parte do salão construído por Octavio.

Em 1957, ocorreu a nossa décima primeira mudança, para uma casa melhor, no alto de uma colina. O lugar era mais agradável, de fato, pois se avistava uma paisagem exuberante que se estendia até o infinito. Só que uma dificuldade inesperada nos impôs ali enormes sacrifícios. Por estarmos no topo de um cerro, não existia ali água potável. Mesmo o empenho de nosso pai na escavação de um poço, de quase vinte metros de profundidade, foi infrutífero. Assim, tínhamos que trazer de longe e carregar morro acima baldes e mais baldes do precioso líquido, para suprir as necessidades domésticas e até para as criações.

Nos tempos atuais, em que basta abrir uma torneira para se ter água em abundância, histórias como esta desafiam o entendimento dos mais jovens, que escutam com ceticismo os relatos de tamanhas privações.

CACHAÇA, MEL E ROÇADO

Em meados de 1957, houve um mutirão no sítio onde nós morávamos, na Linha Ferron. Lá por aquelas bandas costumava-se realizar esse tipo de ajuda e cooperação entre a vizinhança.

Em um determinado dia, o Sr. Octavio organizou um desses mutirões para fazer um roçado numa das capeiras lá existentes. Quando alguém organizava esse tipo de reunião para realizar algum serviço, sempre as donas de casa se ajudavam mutuamente, pois havia muito trabalho na cozinha e na casa. Era necessário fazer muita comida para toda aquela gente. Para isso se carneava porco, galinhas, etc... O trabalho era realizado num único dia.

Por isso, quando chegava o meio-dia, o povo estava com muita fome. Às vezes havia mais de 40 trabalhadores para o almoço. O dono da empreitada tinha que estar prevenido com muito alimento, porque o pessoal comia mesmo.

Naquele dia do mutirão em nossa propriedade, eu (com aproximadamente 14 anos), e meu irmão mais novo, o Domingos, estávamos roçando lado a lado com os demais operários. Além de participar do roçado, eu fui também incumbido por meu pai de passar, de quando em quando, uma rodada de cachaça com mel para os roçadores. Isso era uma espécie de gasolina para o pessoal se atçar mais e mais contra aquele mato.

Ainda recruta na arte de beber, eu não devia nem provar. Se meu pai me visse bebendo, com certeza teria reprovado e tomado as devidas providências. Em cada giro que eu dava, com uma jarra das bem grandes, alcançava para cada roçador uma caneca com a cachaça doce. E assim, sucessivamente, um pouco eu roçava, e um pouco distribuía a tal pinga temperada.

Com aquele impulso extra, o pessoal redobrava as forças e a vontade de chegar ao topo da roça. Cada qual queria roçar mais e passar na frente dos outros.

Mas a cada rodada, alcançando a pinga para os outros, no final eu não deixava de tomar o meu gole. Era tão boa, tão docinha e gostosa!

É claro que, lá pelas tantas, comecei a sentir tudo girando em volta de mim. Parecia também que tudo estava escurecendo.

De repente, senti a falta de uma lima, essas de amolar foices, que eu portava na cintura. Havia perdido a tal ferramenta no meio do roçado. Pensei e disse para mim mesmo: “E agora, João? O que vai fazer sem a lima?” Dei uma pensada e olhei mais ou menos por onde eu havia passado derrubando o mato. Bem longe, para trás, estava uma copada de caneleira que eu tinha ceifado. E pensei: “Acho que foi por lá que perdi a lima!”

Voltei, andando pelo roçado cheio de tocos e espinhos, cortados e pisoteados. Seus troncos e ramos se estendiam no chão, destinados a morrer ao relento do sol. Alinhei, já meio tonto, em direção à tal copada. Lá chegando, enfiei-me sob aquela tronqueira, com um grande volume de galhos e folhas, vasculhei, vasculhei, já estava desistindo da busca, quando meti os olhos na dita lima.

Mesmo com os olhos bastante ofuscados pelo efeito daquela cana doce, consegui encontrar a ferramenta de tanta utilidade para o bom desempenhos das foices.

Após ter encontrado o objeto, dei meia-volta em direção ao pessoal que já estava bem longe dali e, certamente ansioso, pois fazia um bom tempo que eu não passava o tal líquido doce, que provocava uma forte reação na cabeça e nos braços da indiada.

No caminho, me deparei com um capão que os roçadores haviam deixado para trás. Eu, que também estava turbinado com aquele combustível, invoquei-me e fui mandando foice sem trégua. Só que não percebi que eles, que ali haviam passado antes de mim, tinham deixado sem roçar, porque naquele ponto

havia um vespeiro dos bem grandes e bravos, que me atacaram e cobriram de picadas. Mas não tomei conhecimento, achando que tinha mais poder que as vespas, sob o efeito da pinga. Naquelas alturas, meus braços e rosto ardiam como chama, de tantas picadas que levei no corpo.

O grupo, que se encontrava a uma distância bem razoável, quando percebeu que eu mandava foice no capão infestado de abelhas, que eles deixaram para trás, gritaram comigo. Mais uma vez ignorei o aviso e acabei com o mato e o vespeiro. O enxame todo me atacou. Quando resolvi seguir em frente, para alcançar os demais, já me sentia sem força e equilíbrio para me manter em pé. Tudo girava e meus olhos escureceram. Foi então que me entreguei definitivamente. Ali acabou a minha valentia e junto com ela o ânimo. A peonada também perdeu o servidor de cachaça.

Estendido no chão e sem força para me levantar, senti vontade de fazer as necessidades fisiológicas, e mal pude chamar meu irmão que veio em meu socorro. Quando ele chegou onde eu estava e viu a minha situação, perguntou-me se não era melhor ele me levar para casa. Respondi que não, e pedi que afrouxasse meu cinto e tirasse minha calça. Assim fez, e eu, mesmo na horizontal, me arriei todo.

O corpo ardia como se estivesse em chamas, de tanto ferrão. Isso foi mais ou menos parecido com as picadas das formigas lavapés, que levei em Santa Catarina, quando tinha 3 anos de idade.

Tudo isso aconteceu no período da manhã. Para o turno da tarde, meu pai estava uma arara comigo por ter tido aquele comportamento, e bebido cachaça. Eu fiquei mal, tanto pela bebida como pelo ataque do enxame que espatifei com minha foice.

E por estar impossibilitado de realizar as tarefas que fiz de manhã, seu Octavio passou a incumbência para o meu irmão, que foi mais responsável que eu, segundo o nosso velho.

LEMBRANÇAS DA INFÂNCIA

Quando guri, conheci três rios que para mim eram os maiores do mundo. Neles, com meus manos, tios, primos e meu pai, mergulhei muito, nadei, pesquei e também tomei muito banho.

Suas águas não eram sujas nem poluídas. A natureza ao redor era fantástica, os rios eram abraçados por lindas matas virgens, que protegiam suas corredeiras e cascatas.

Do Porto Goio-En, passando pela Ilha da Mulata, nós percorríamos até o Chalana. Isso para nós era muito bacana, como tudo na região onde correm os três rios. Ali um índio cacique foi ferido em luta e recebeu o nome de Nonohay. Os rios ainda existem, não como nos bons tempos, mas ainda correm para o mar. São eles: Rio dos Índios, Rio Passo Fundo, Rio Uruguai.

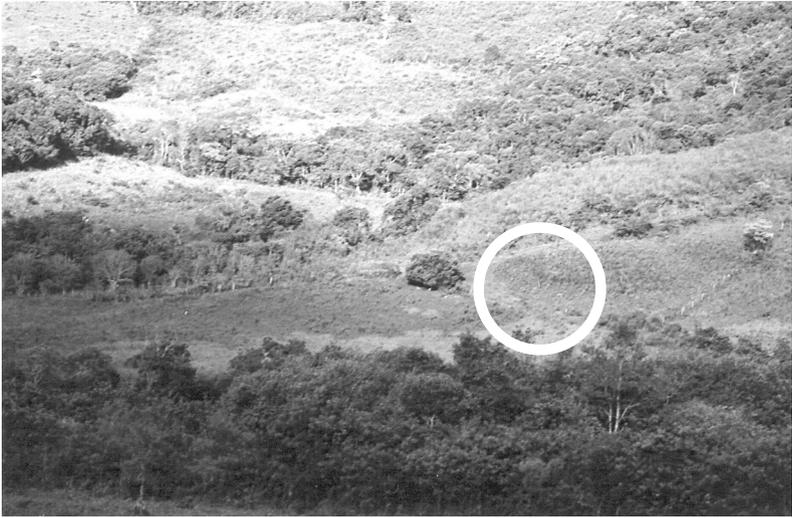
Entre a cascata e a casa de pedra, ali perto, em núpcias, moraram Octavio e Aurora, em uma pequena cabana. Era triste ao anoitecer, quando a escuridão tomava conta das matas que aconchegavam os bandos de pássaros, em suas copadas. Muito alegre era ao amanhecer, quando seus hóspedes retomavam as atividades, que eram voar, correr, andar em busca de alimentos e procriar, cumprindo assim o papel que Deus lhes atribuiu.

Logo abaixo morava o tio Alexandre. Roceiro e criador de abelhas, colhia muita cera e muito mel. Nos finais de semana, percorríamos o trecho até o Porto Chalana, vasculhando goiabas, abacaxis, limas e outros frutos silvestres, e banana também.

Nos rios, a pesca se apresentava abundante: dourados, piavas, traíras, jundiás, lambaris e até joanas. Como era bom pescar! As verdejantes matas ficavam mais belas ao anoitecer, quando se tornavam o habitat natural dos veados, macacos e quatis; e também dos tatus, saracuras, pombas, macucos, nambus. Existiam ainda bandos de urus, ninhadas de pacas e tantas outras espécies.

Por volta de 1958, o pai comprou um outro sítio, em sociedade com nosso primo Elmo. Uma área que pertencera ao vovô Florindo, e onde ele e os filhos cultivavam, principalmente, arroz. O sítio se localizava próximo às nossas terras, na costa do Rio dos Índios, e possuía uma várzea belíssima, que se espalhava a perder de vista. Daí a sua importância para a cultura do arroz, que era irrigado através de canais, desde o rio até a plantação. Os encarregados do sítio éramos nós, os três mosqueteiros: Elmo, Domingos, e eu, João. E apesar da nossa pouca idade (Elmo era o mais velho e tinha 20 anos) encaramos com seriedade a nova incumbência.

Os nossos dias, entretanto, não eram só de compromissos e encargos. Tinham lá também agradáveis momentos de diversão. O lajeado se apresentava para nós como o recanto ideal para a gente



Fonte: Foto do autor, 2005.

Ao lado esquerdo do círculo existem algumas bergamoteiras, desde o tempo em que o sítio pertencia ao avô Florindo. No ponto representado pelo círculo, ficava o nosso rancho, o acampamento onde nós morávamos, digo, parávamos durante a semana para trabalhar, o Elmo, eu e o Guete.

nadar, nas tardes ensolaradas de verão. Num trecho de seu curso, formava-se um remanso de águas mais profundas, um atrativo constante ao lazer. E passou a ser nosso melhor folguedo, naqueles bons tempos de limitadas ambições. A vida, além das agruras do trabalho, oportunizava à trinca de moleques a invenção de brincadeiras incríveis.

Recordo-me do dia em que saí da água antes dos outros dois e, após recolher a roupa deles, saí em disparada através do lavrado. Eles perceberam logo minha artimanha e correram atrás de mim. Domingos, que era mais ágil, alcançou-me primeiro. Então, molhados e nus, rolamos na terra fofa, disputando as roupas. Imaginem o estado em que ficamos! Verdadeiros porcos na charneca, com uma camada de terra bronzeando o corpo, no qual apenas se distinguíam os olhos. Entre um sopapo e outro, seríamos dois zumbis se digladiando, não fosse dia claro, numa planície de arroz verdejante. Por vingança, o Guete me aplicou uma dentada no braço, cuja cicatriz até hoje persiste.

Nós brigávamos muito quando éramos guris. Depois de adultos, no entanto, criamos fortes laços de amizade que se mantêm através dos anos, tanto que hoje a gente se quer muito bem.

A RODADA DO CAVALO TORDILHO

Os três mosqueteiros (o Elmo, o Guete e eu) fomos incumbidos de fazer um roçado em nossa propriedade. Começamos junto ao rio, montanha acima. Um cerro quase a pique. A roça media, mais ou menos, duzentos metros de frente a fundos, e uns trezentos do sopé até o pico do morro.

Concluída a primeira etapa, esperamos a secagem da macega para atear fogo. Tudo limpo, plantamos o milho. Mas era tão forte a subida que mais parecia um lugar para se plantar de espingarda e colher de laço. O milho veio viçoso: os grãos graúdos, as espigas gigantes. Uma roça de fazer inveja.

O serviço da colheita, além de árduo, pelas condições topográficas, se mostrava também agradável, pela fartura que devolvia. As espigas eram amontoadas nas eiras, para serem depositadas, posteriormente, no cargueiro que fazia o transporte até o paiol. Destinava-se o milho ao consumo, tanto da família (farinha para o pão, a polenta e as bolachas), como dos animais. Também se vendia uma parte, que assim virava moeda e atendia outras necessidades familiares, além do alimento.

Da roça até o destino final, enfrentava-se uma ladeira íngreme e pedregosa junto a um perau, que mais parecia um precipício.

Certo dia, a trinca decidiu acomodar os apetrechos, isto é, as cangalhas e os cestos, no lombo do tordilho, para ir à roça buscar uma carga de milho. O cavalo, um veterano naquelas terras dobradas, e muito acostumado à lida.

No alto da escarpada montanha, as eiras desafiavam nosso tino de enfrentar aventuras e obstáculos. Puxamos o cavalo até uma delas e enchemos os cestos. De repente, tudo pronto para a descida, o animal se desequilibrou, rolando serra abaixo. Ele e o carregamento de milho. Não fosse a presença de troncos e tocos de árvores impedindo a passagem, teria rolado até o leito do rio e, certamente, sofrido graves ferimentos. Quando nos demos conta, lá estava ele, as quatro patas para o ar, e os cestos cheios de milho sob o lombo.

O CARPINTEIRO EXÍMIO

Embora tivesse abraçado a profissão de agricultor, papai não desaprendeu de lidar com a madeira, nem as lições recebidas outrora de seu irmão mais velho.

Foi no ano de 1959, que deixou seus afazeres por nossa conta, e veio a Passo Fundo, a fim de ajudar o irmão Alvino a construir sua casa, que ainda permanece em pé, na rua São Roque, nº 228 esquina com a Rua Humaitá, no Bairro São Cristóvão.

E, para não perder o costume e a habilidade, nos anos sessenta, responsabilizou-se pela construção de diversos salões comunitários, em localidades vizinhas à nossa propriedade.

O primeiro, na Linha Fátima, durou poucos anos, sendo destruído por uma tempestade.

O da comunidade de São Sebastião, do qual conservo várias fotografias, ainda existe e continua servindo à população.

E o salão da comunidade Nossa Senhora da Paz, no Faxinal dos Lopes, também foi obra de meu pai, porém não existe mais.



Fonte: Foto do autor, 2003.

Esta casa, hoje de propriedade de Antonio Carlos Ferrão, filho de Alvino, foi construída por este, e seu irmão Octavio, em 1959, no endereço abaixo. Ali cheguei em 3 de setembro de 1962.



Fonte: Foto do autor, 1987.

Salão comunitário da Linha São Sebastião, construído por Octavio, na década de 60.

Apesar do amor que possuía pela terra, que era para ele uma segunda mãe, Octavio Ferron não esqueceu nem abandonou, em meio às peripécias de sua existência, a profissão de carpinteiro que aprendeu com Ernesto, seu irmão de sangue e de fé.

E A FAMÍLIA CRESCIA...

Apesar dos momentos de descontração e das encrencas passageiras, não descuidávamos das nossas obrigações. Permanecíamos acampados durante a semana, desbravando a várzea e as encostas, para depois cobri-las de sementes. Só regressávamos a nossas casas aos sábados e domingos, onde nos reuníamos com o pai, a mãe e os irmãos ainda pequenos.

A parceria com o Elmo durou dois anos, até 1960, quando o pai vendeu para ele a nossa parte. Até pouco tempo atrás, ele permaneceu residindo e trabalhando na costa do rio, mesmo depois de constituir família.

Quanto à nossa família, continuava aumentando. Em 1959, chegou o décimo filho de Octavio e Aurora. Coube a mim, outra vez, trazer a parteira. Esse foi um parto difícil para nossa mãe, e o bebê, que recebeu o nome de José Laurindo, acabou falecendo em seguida.



Fonte: Arquivo de família.

Uma das casas construídas por Octavio para abrigar sua família. Nesta residiu com Aurora e os filhos, durante os anos de 1968 a 1974, e com a segunda esposa, até 1986.

Um ano mais tarde, também pelas mãos da Dona Angelina, veio ao mundo nossa irmã, Graciosa, no dia 8 de outubro.

Eu havia completado 17 anos no mês de junho e me empenhava muito em auxiliar nossa mãe. Reconhecia nela uma mulher de fibra que, a despeito da numerosa prole, se mostrava sempre incansável, tanto em sua missão materna, amamentando e criando os filhos, quanto como de dona-de-casa, preocupada com a execução dos afazeres diários. Em sua máquina de costura tocada a mão, tecia peças inteiras de tecido compradas na *venda* por papai. Era assim que vestia a família que crescia, regularmente, a cada um ou dois anos. Afora isso, arranjava tempo para ensinar os filhos a desenvolver habilidades manuais. Foi com ela que aprendemos a trançar a palha de trigo usada na confecção dos chapéus que, na roça, nos protegiam do sol. E também a realizar pequenas costuras, aplicando remendos nas vestes, que se rasgavam em razão dos serviços grosseiros e do uso prolongado.

E depois de tudo pronto, casa limpa, comida feita, roupa lavada, consertada e passada, crianças cuidadas e nutridas, Dona Aurora ainda encontrava tempo para lidar na horta, onde cultivava, com carinho, as hortaliças que servia nas refeições.

Como é próprio das mães, também ela se mostrava uma ardorosa defensora dos filhos. Encobria nossas traquinagens, para que papai não descobrisse, e, se porventura ele viesse a saber, procurava proteger-nos das surras do marido, interpondo-se entre nós e ele e evitando que nos maltratasse.

Dona Aurora era calma, compreensiva e discreta. Falava pouco, evitava os conflitos, tão comuns nas grandes famílias, não alardeava seus dotes nem desmerecia as qualidades dos outros. Tudo ao seu redor acontecia lentamente e parecia eterno, bem o oposto de agora, em que a vida se desenrola às pressas e as pessoas se atropelam, o que faz o tempo passar veloz como o clarão de um foguete.

DESENTENDIMENTO FRATERNAL

*E*mbora marmanjos, eu e o Guete continuávamos aprontando. De vez em quando, nos defrontávamos numa briga séria, *nos pegávamos no pau*, como se costuma dizer. Por ser mais velho, julgava-me no direito de exigir obediência. Mas ele, teimoso como uma porta, não admitia ser mandado por mim.

Num dia em que o pai viajou à cidade para tratar dos seus negócios, determinou que, durante sua ausência, fôssemos colher o arroz que crescia no meio de um mandiocal. Naturalmente, sua ordem foi obedecida à risca. Todavia, no final da tarde, quando já havíamos cortado um bom eito, nem lembro o motivo, a gente se estranhou e começou a brigar. Acabamos pisoteando e danificando os maços de arroz que estavam colhidos, esparramando tudo e quebrando até mesmo as ramas de mandioca que deveriam ser preservadas. O arrependimento, que quase sempre acompanha o medo, só bateu bem mais tarde, quando nos demos conta de que o velho iria descobrir o estrago e, com certeza, acertaria os ponteiros com os dois irresponsáveis. Então se abateu sobre nós uma prostração danada, que nos deixou ariscos e calados.

Já havia anoitecido quando o pai retornou da viagem. E foi logo indagando se o serviço estava pronto. Temendo as conseqüências,

os dois respondemos afirmativamente. Ele, porém, conhecia bem a dupla de rufiões, e intimou-nos a acompanhá-lo e concluir a colheita, na manhã seguinte, para então começar a malhar os grãos. Em lá chegando, percebeu de imediato a bagunça. Sequer perguntou as razões da desordem. Apenas agiu como de costume. E o que aconteceu com o Nene e o Guete nem é necessário dizer...

UM TIRO PELO ROÇADO

*T*io Alexandre precisava limpar uma área coberta de mato, pois iria fazer ali um roçado. O matagal era denso, e as árvores, de grande porte. Por isso, resolveu organizar um mutirão, convidando mais de vinte pessoas para auxiliá-lo.

O pessoal, que começou cedo o abate, à meia-tarde se deu conta de que ainda faltava muita machadada para concluir o trabalho. Acelerar o ritmo foi a decisão do grupo. Só que, na pressa, deixaram para trás um volumoso tronco, de copada também enorme. Os outros foram caindo sobre a planta solitária, que arqueava somente e continuava de pé. Depois de um certo tempo, formou-se sobre ela uma montanha de árvores derrubadas. E tornou-se perigoso aproximar-se, motivo pelo qual ninguém se encorajava a dar o golpe final. As demais poderiam cair e sufocar quem se aventurasse. Também não era conveniente deixar assim, que a área precisava ficar limpa. Foi papai quem resolveu a questão. Ele havia levado consigo uma garrucha carregada com chumbo grosso. E avisou os companheiros que daria um tiro no tronco da árvore abaulada, pois, uma vez rachado o lenho, ela quebraria e cairia, levando todas as outras ao chão. Dito e feito. Engatilhou a arma, fez pontaria e prendeu fogo. Certoiro, o tiro atingiu o alvo. O caule começou a lascar e foi cedendo lentamente, ao peso de suas opressoras.

Só quem viu acreditou na história do tiro que fez um roçado.

O PEÃO E O BAILE

Por volta de 1959, papai arranhou um peão, também de nome João, para auxiliar-nos nas lidas do sítio. Tratava-se de um casal, que tinha uma filha pequena de nome Nair.

Nosso pai cedeu a eles uma casinha humilde, para que viessem residir em nossas terras. E eu, o filho mais velho, fui buscar a mudança deles e acomodei-os no rancho.

Homem de compleição robusta e tez queimada do sol, João era acostumado a labutar em lavouras e enfrentar as intempéries. Durante um ano estive a nosso serviço, aparentando ser pessoa de confiança e de boa índole.

Aconteceu, porém, que, num sábado de folga, nosso empregado aceitou o convite para participar de um mutirão na vizinhança. Esse auxílio mútuo, em épocas de serviço intenso, era muito comum entre os colonos e seus vizinhos.

Influenciado pela parceria, andou bebendo umas e outras por lá. E, empolgado pelo efeito do álcool, foi logo convidando o gaiteiro e o pessoal para um baile lá em casa, sem consultar nosso pai. Já anoitecia, quando chegou e comunicou ao patrão que pretendia realizar um bate-coxa na casa dele, e que já havia tomado as providências quanto ao músico e aos convidados. Quase todos eram parentes e já estavam a caminho. Como se fosse o dono da casa, ordenou também que se retirassem as paredes internas, para aumentar o espaço, e que se abatessem algumas galinhas, a fim de preparar o *brodo* (caldo gorduroso e com muito queijo, costume típico dos descendentes de italianos).

No intuito de evitar complicações, já que o homem não se encontrava em seu juízo perfeito, nosso pai atendeu os pedidos do pinguço. Nós, crianças, fomos incumbidas de sacrificar as galinhas, enquanto mamãe e a mulher do João acionavam as panelas.

A festa toda foi uma tensão danada. Todos estávamos com receio do que o endiabrado pudesse fazer. A esposa dele era a mais temerosa, pois conhecia seu homem, que continuava bastante alterado.

A noite ia alta, quando papai determinou que se encerrasse a dança e que os visitantes se retirassem. Antes me ordenou que fizesse um feixe de ripas secas, para atear fogo e alumiar a picada que ia até o rancho do casal. Fiz tudo conforme as ordens do

velho e chamei os dois para me seguirem. O que iria acontecer no caminho, nem a mais fértil imaginação seria capaz de prever. Eu andava na frente, clareando a trilha e, atrás de mim, o João e a mulher com a criança no colo. Já havíamos percorrido mais da metade do trajeto, quando, subitamente, o bêbado arrancou a criança dos braços da mãe, jogou-a ao chão e, ajoelhado sobre ela, tentava esganá-la. Ao perceber a inesperada fúria do marido, sua mulher entrou em desespero, gritando alucinada. A criança nem conseguia mais chorar, tal a brutalidade com que aquele monstro a torturava.

E eu, que jamais presenciara uma cena de tamanha estupidez, tremia de pavor, sem atinar como poderia socorrer a infeliz. Foi então que, num momento de lucidez inexplicável, percebi que carregava nas mãos uma arma poderosa. O anjo protetor da menina, certamente, foi quem me iluminou. E, movido por um impulso súbito, meti-lhe o facho aceso na cara, num repente de raiva e pavor. Queria assustar o dito, mas acabei por queimar o rosto do bandido. Felizmente, consegui feri-lo apenas.

Com o gesto, a chama apagou-se e ficamos no escuro. Só então o homem largou a filhinha e saiu correndo sem destino. Por sua vez, a mãe desesperada ergueu a pequena Nair, apertou-a contra o peito, e saiu a passos largos, seguindo na direção do rancho. Também eu, transpassado de medo e angústia, enfiei-me na escuridão, procurando o rumo de nossa casa. Por pouco não perdi as pernas e o fôlego de tanto correr.

Ao relatar o ocorrido, meu pai ficou indignado. Só esperou amanhecer o dia para tirar satisfação com o tal do João. Encontrou-o cabreiro, envergonhado, sem nem lembrar com clareza o que havia aprontado na noite anterior. Seu Octavio, imperturbável como ele só, informou simplesmente ao peão que teria de ir embora, que não queria mais seus serviços, uma vez que havia perdido a confiança nele.

Fui eu, novamente, que transportei num carroção os pertences da pequena família, que partia de volta ao seu antigo casebre. Com receio duplicado cumpri a ordem de meu pai. Eu havia queimado o rosto do peão (as marcas eram visíveis à luz do dia) e isso me provocava arrepios. Mas a viagem transcorreu no mais absoluto silêncio. Nenhum de nós se encorajou a proferir sequer uma palavra. Nem o desgraçado se atreveu a qualquer provocação. E

após descarregar seus bagulhos, tão minguados quanto molambentos, dei meia-volta e caí na estrada, aliviado pela ausência de incidentes ou retaliações.

Muitos anos mais tarde, alguém que conhecia essa história me apresentou à mãe da menina Nair. E ela, que não agüentou o marido e estava separada dele, confidenciou-me que a filha havia casado e gostaria muito de me conhecer, para agradecer-me. Afinal, num passado distante, eu lhe salvara a vida.

Esses fatos aconteceram em Nonoai, onde a Nair ainda mora, segundo informações de gente conhecida.

EDUCAÇÃO E REPRESSÃO

*E*m período importante e inesquecível de nossas vidas foi a época em que éramos estudantes.

Todas as crianças da redondeza freqüentavam a escola em São Sebastião. Algumas, como nós, percorriam três quilômetros mais ou menos para chegar à aula. Outras, que moravam mais distante, tinham de andar o dobro.

A classe, que reunia alunos de todas as idades, desde os sete até os catorze anos, era unidocente, isto é, atendida por um único professor ou professora. No mesmo horário, o mestre dava aulas para turmas de diferentes níveis de adiantamento. Uma tarefa complicada, mas exercida sempre com energia e competência.

A escola funcionava numa igreja, o que não dava trégua nem sossego ao santo padroeiro, já que a gurizada era de aprontar poucas e boas. E como a educação de antigamente era repressora e punitiva, os professores batiam nos alunos, com o consentimento dos pais. Eu fui um dos que amargaram, muitas vezes, os vergões de uma vara grossa e desalmada. A professora Eufrásia, rigorosa como um general, castigava sem dó nem piedade, deixando no corpo dos garotos recordações dolorosas.

Outra prática comum consistia em pôr os indisciplinados de joelhos sobre grãos de milho, na porta da igreja, que era também escola.

O que de mais repreensível fazia a molecada era meter-se em brigas no retorno das aulas. Bastava uma palavra enviesada, para

que se instalasse uma tremenda encrenca, com bofetadas e sopapos. E a platéia era sempre muito incitante e barulhenta. No dia seguinte, tudo voltava ao normal, sem mágoas nem ressentimentos. Coisas de uma infância realmente desprovida de maldades.

Num dia qualquer daqueles tempos idos, criamos um desentendimento em que todos se envolveram. A briga foi geral, e acabamos avançando por um trigal à beira do caminho. Foi um *corpo-a-corpo* brutal, um *salve-se-quem-puder*. Todos esmurrando, caindo, rolando, amassando um eito de trigo que não resistiu aos impactos. Como resultado, um dano considerável à lavoura que crescia viçosa.

Quando nosso pai ficou sabendo, o laço correu solto no lombo já esfolado pelo bochincho com os colegas. Mesmo assim, continuamos fazendo nossas estripulias.

Noutra ocasião, também na volta da escola, ocorreu novo *arranca-rabo*. A maioria dos guris dava um dedinho para presenciar uma briga. Costumava-se até a fazer apostas sobre quem seria o vencedor. Naquele dia, a provocação foi para intrigar-me com meu primo Ernesto. Ele era mais novo que eu, no entanto, de estatura mais alta e mais forte. E fez-se um trato para que ninguém interferisse, ninguém acudisse nenhum dos dois.

A fim de não lutar na estrada nem na lavoura, o grupo todo se encaminhou para uma clareira de mato, onde demos início ao confronto. Os torcedores formaram um círculo à nossa volta. Entre eles, meu irmão Domingos, e as primas Ema e Zila, irmãs do Ernesto. A certa altura, já me considerava perdedor, quando consegui agarrar meu oponente por uma perna, desequilibrando-o. Em seguida, derrubei-o e não lhe dei mais folga. A Ema, ao ver seu irmão em apuros, veio com tudo para cima de mim. Larguei então o primo e, prendendo as pernas dela, imobilizei-a no chão. Com esse gesto meu, fechou o tempo e quase todos os presentes se envolveram na briga.

Era assim nossa época de estudantes. A gente brigava no caminho, na escola, e ainda levava surra em casa. Naquele dia em que a Dona Eufrásia me *rasgou* de vara, em plena aula, no recinto da igreja, São Sebastião foi testemunha da humilhação que sofri.

AMIGOS DE VERDADE

Enquanto nós crescíamos em conhecimento e robustez, Dona Aurora continuava expandindo sua vocação materna. Luzia, nossa irmã mais nova, a décima segunda da lista, veio ao mundo em 10 de julho de 1962.

Nessa época, o trabalho aumentava cada vez mais e as responsabilidades também.

O que nos causava grande satisfação, além da penca de irmãos, eram as amizades que a gente conquistava fora de casa, e que nos acompanhavam sempre, nas festas da igreja, nas reuniões da comunidade e, sobretudo, na celebração dos casamentos. Oh! Como eram maravilhosas as festas de casamento! Começavam pela manhã e estendiam-se noite adentro, com cantoria e comilança. Uma comemoração que retemperava as forças para as lutas incessantes do dia-a-dia.

Os maiores amigos e companheiros que tivemos, na infância, foram: o Ari De Fante; os primos: Elmo, Ernesto e Armando; Nelso e Celso; e o Santin (Ferron).

Também fizemos amigos em outras comunidades. Em São Sebastião: os Mânica; em Nossa Senhora de Fátima: os Rosseto e os Lucca; os Campigotto, os Bilini e os Seng Buch; na costa do Rio dos Índios: os Müller e os Ferreira.

VII

Capítulo

Da casa paterna para o mundo

MEU PRIMEIRO EMPREGO

Em 1962, o pai permitiu que eu viesse para Passo Fundo, a fim de trabalhar com meu primo Eno e com os Rosso, na vila do mesmo nome, no distrito de São Roque. Meu primeiro emprego foi numa olaria, que fabricava telhas de barro do tipo francesa.

A despedida da família ocorreu no dia 2 de setembro. Arrumei num saco de aniagem duas mudas de roupa, que era tudo o que eu tinha, e me despedi da mãe e dos irmãos, que ficaram chorando.

Minha aventura se tornou ainda mais significativa, ao embarcar num caminhão do Sr. Tranquilo Rossetto, cujo motorista, na época chamado de *chofer*, era o Sr. Artino Boita, que me deu carona. O caminhão transportava uma carga de mandioca, que seria vendida na cidade.

Já era noite quando aqui chegamos e nos dirigimos ao Hotel Nacional, na esquina das ruas General Canabarro e Capitão Eleutério, no início da Rua Presidente Vargas. Seria ali o nosso pernoite, e meu coração pulava de ansiedade. Afinal, era a primeira vez que freqüentava um hotel, e tudo o que presenciava, até as pequenas surpresas, despertava minha curiosidade de menino criado na roça. Eu sequer conhecia minha cidade natal.



Fonte: Foto do autor, 1º/02/2006.

Antigo Hotel Nacional, onde pernoitei pela primeira vez na minha cidade natal, desde quando fui embora ainda criança. O hotel já há muitos anos está desativado.

Por coincidência, estava hospedado no mesmo hotel o Sr. Osvaldo Mânica, que era nosso vizinho em São Sebastião (Nonoai). Na hora do café da manhã, nos encontramos. Ele sabia onde morava o tio Alvino e se propôs a levar-me até lá. O dia estava amanhecendo quando saímos, a pé, pela Avenida Presidente Vargas afora. Enquanto a gente andava, pondo a prosa em dia, ele aproveitava para me dar informações. Mostrava onde era isso, onde era aquilo, e explicava o estilo de vida do povo da cidade. Minha bagagem, que era mínima, eu a carregava no ombro, sem nenhum constrangimento. O que me interessava, naquele momento, era descobrir o mundo, conhecer lugares, aprender coisas novas, ganhar meu primeiro salário.

Chegando ao destino, fomos recebidos por minha tia Maria e meus primos, que vibraram com minha chegada e com as notícias que trazia dos parentes de longe. As estradas eram tão ruins, tortuosas e esburacadas, que a distância entre Nonoai e Passo Fundo

representava uma viagem sem fim. Por isso, a gente se visitava raramente.

O tio já havia saído para o trabalho. Só pude encontrá-lo à noite. Mas a tia imediatamente providenciou uma cama, e fiquei hospedado na casa deles por alguns dias, aguardando o primo Eno, meu primeiro patrão, vir da Vila Rosso. Foi ele que me conduziu de carona, sentado sobre o varão de sua bicicleta. Assim fomos mais ou menos sete quilômetros, até a vila, onde ele morava com sua mãe e minha tia Rosa, e onde também eu iria ficar hospedado para trabalhar na olaria. Foi ali que encarei o batente, o que fiz com o maior entusiasmo do mundo, pois meus sentimentos misturavam expectativa e alegria com sensação de liberdade. Sentia-me um pássaro fora da gaiola, prestes a alçar vô com as próprias asas. O Sr. Osvaldo Mânica, que era casado com minha prima, Leonora Paulina Ferron, viera à cidade tratar de negócios e retornaria em seguida para o interior.

Assim me separei de meus pais e de meus irmãos, sobretudo do Guete, que foi sempre meu parceiro, no trabalho, nas brincadeiras, e até nas encrencas em que juntos nos metíamos. Para quem, como eu, nunca havia saído de casa nem por breves períodos, esse foi um momento muito marcante. De euforia, pela conquista de novos espaços, mas também de tristeza, pela ruptura do passado e do convívio familiar, sempre tão presentes e fortes em minha vida. Por isso tudo hoje agradeço a Deus, autor da vida, que nos acompanha sempre, em qualquer decisão e em qualquer passo. Ele que nos envolve com sua proteção, nos une e nos separa, para que possamos cumprir a nossa missão no mundo.

A razão principal da minha vinda a Passo Fundo, segundo o combinado com o Eno, era o trabalho na olaria em troca de telhas para cobrir a casa de meus pais. Entretanto, como me encontrava em idade de prestar serviço no Exército, somente fiquei no emprego durante dez meses.

Meus pais, por sua vez, seguiam seu destino naquele pedaço de chão, donde lhes vinha o sustento para a numerosa prole. As condições financeiras da família já haviam melhorado e os irmãos mais novos freqüentavam a escola sem as dificuldades dos nossos tempos. O pai prosseguia em suas lides na lavoura e também na construção de moradias, galpões e salões comunitários na redondeza, ofício que aprendeu ainda na juventude.

A olaria da Vila Rosso ficava próxima à antiga morada de meu avô Florindo (chamado por alguns de Laurindo). Os alicerces da construção e de algumas benfeitorias ainda permaneciam no local, testemunhando a luta incansável, a coragem, o trabalho árduo, enfim, a história de vida daqueles operosos desbravadores. As residências, os galpões, o barbaquá (lugar onde se produzia a erva-mate) e o extenso erval, ainda se delineiam nitidamente em minha memória. Não poderia esquecer jamais aquela fantástica plantação de erva que cobria de verde uma extensa coxilha, e ondulava ao vento como se executasse uma dança. Ainda persiste lá uma bergamoteira setuagenária, que se mantém firme no posto, contando a saga de várias gerações.

Em 1932, meu avô vendeu essa propriedade e se transferiu com a família para as bandas de Nonoai/Palmeira das Missões. Foi com ele o segundo filho, o Modesto, que era casado e também tinha um filho, o Hélio. Ao lado da antiga moradia de meu avô, só permaneceu o Ernesto, o mais velho. Durante o período em que fui ajudante de oleiro, morei com a tia Rosa, sua esposa, que já era viúva.

As tarefas que executava na olaria eram bastante pesadas para mim, um jovem franzino, de não mais que 50 quilos. Várias vezes fui sozinho até o *barreiro*, assim chamado o lugar de onde se extraía a matéria-prima para a fabricação das telhas. O meio de transporte era uma carreta puxada por uma junta de bois. Houve ocasiões em que a carroça atolou no barro depois de carregada e os animais não conseguiram arrancar. O único jeito de solucionar o problema era descarregar o barro, desatolar os bois e recarregar o veículo, para só então tocar até a fábrica.

A proprietária do negócio era a família Rosso: o Guido, o Almério, o Hermes e a Rosa. Foi o Guido que me apelidou de Calisto, e por um motivo curioso. Era o ano de 1962, época em que ocorreu, no Rio Grande do Sul, o movimento político denominado *Legalidade*, durante o governo de Leonel de Moura Brizola. Por sua vez, o município de Nonoai, que se emancipara em 1959, era administrado por seu primeiro prefeito, de nome Jair de Moura Calisto, parente do Brizola. Em virtude do importante parentesco, o prefeito se envolveu bastante naquele movimento revolucionário, adquirindo prestígio político e sendo alvo de manchetes na imprensa, tanto ele pessoalmente, como o município que governava. Por via de conse-

quência, sendo eu de Nonoai, fui também respingado pela influência do Calisto, a ponto de levar seu sobrenome como apelido.

Voltando à história da olaria, lá trabalhava um punhado de gente: o Almério (o Guido só aparecia de vez em quando, inventando brincadeiras e apelidando os demais), o Eno, os filhos do Hermes (a Rita, a Gessi, a Claci e o José), eu, e mais um ou dois empregados. Em certas ocasiões, viajávamos até São Valentim, Três Cerros e algumas outras localidades, puxando barro para a fábrica de telhas. Nesse caso, o transporte era feito de caminhão, serviço bem mais fácil, é óbvio, do que tocar a junta de bois morro acima.

A família Rosso provinha de São João do Polêsine, localidade próxima de Cachoeira do Sul, deixando lá suas raízes, ao optar por se estabelecer em Passo Fundo.

Em 27 de setembro de 2004, durante o velório do tio David Bilini, em Linha Fátima, Rio dos Índios, encontrei o Sr. Artino Boita. Durante a conversa que mantivemos, perguntei-lhe se ainda me conhecia, e se lembrava de mim e de uma viagem que ele fizera a Passo Fundo com uma carga de mandioca, em 02 de setembro de 1962. Ele viera com o Sr. Tranqüilo Rossetto, trazendo junto um caroneiro. Apresentei-me como o próprio e relembrei-lhe da história.

JOVEM E DESDENTADO

*S*um sábado de maio, trabalhávamos, como de hábito, na fabricação de telhas. Duas das moças (não lembro se a Rita, a Geci ou a Claci) manejavam a prensa, enquanto eu e o Piva, colocávamos as telhas nas prateleiras para secar. Ao mesmo tempo, com o gradim, retirávamos as impurezas que porventura houvessem permanecido nelas. O produto final teria de sair bem acabado, sem imperfeições. Era exigência do dono do negócio e dos próprios clientes. Se alguma pedra ficasse alojada no barro, devia ser retirada e a telha refeita.

E foi por causa de uma dessas pedras que, naquela manhã de maio, sofri um duro revés.

Eu aguardava a reposição da forma para prensar a telha novamente, postado a par da máquina. No momento em que uma das gurias colocou a forma no lugar devido, tratei de baixar a alavanca da prensa, que era manual e tinha sempre o cabo muito liso,

em razão de um produto usado nas formas, para que o barro não grudasse. Foi quando uma outra pedra trancou na engrenagem, fazendo minha mão escorregar pelo cabo da prensa. Como eu estivesse agachado, ele se arremessou violentamente contra minha boca, cortando-me os lábios e quebrando de uma só vez todos os meus dentes superiores. Por ser sábado, não havia dentista atendendo na cidade. Só um tal de Bordin, na Rua Duque de Caxias. Mandaram-me para lá. Ao examinar-me, o profissional só teve uma exclamação: “Que paulada!”

Durante a intervenção, pensava comigo mesmo: “Isso vai doer demais!” Mas, quando o homem começou a lidar na minha boca com suas ferramentas especializadas e, sem anestesia, pôs-se a extrair o que restava dos dentes, isto é, suas raízes, não senti dor alguma. Feito o serviço, medicou-me e mandou embora.

Tudo correu relativamente bem até a segunda noite. Eu estava dormindo e, de repente, desandou uma forte hemorragia, a ponto de ensangüentar os travesseiros e forros de cama. É claro que minha tia, prestimosa e preocupada como sempre, tratou de curar-me com seus milagrosos chás caseiros.

Uma vez recuperado dos ferimentos, após um período de tratamento que se prolongou por algumas semanas, passei a usar dentadura, com apenas 19 anos de idade. Esse foi o resultado daquele insólito acidente de trabalho.

A despeito do incidente, continuei dando duro na mesma empresa, enquanto aguardava o chamado para servir no Exército. O patrão agora era o filho do Guido, o Almério Rosso. Passei a morar na casa dele e ajudava até a cuidar de seu filho mais novo, de nome Amarildo. Na companhia deles passei também meu aniversário, no dia 24 de junho. Foi quando completei os 20 anos.

Minha atividade na Vila Rosso não chegou a um ano, apenas dez meses. Mas foi uma fase de minha vida que hoje relembro com satisfação. Era costume das famílias trabalhar muito durante a semana, ao passo que os sábados de tarde e os domingos eram reservados para ir à igreja, para visitar os amigos nas comunidades vizinhas, participar de festas e assistir a torneios de futebol. O meio de transporte usado nesses deslocamentos era um caminhão de carroceria aberta, onde se amontoavam jogadores de diferentes times, torcidas, rapazes e moças do povoado. Só à noite a gente retornava para casa.

MILICO, SIM SENHOR

Chegou enfim o dia de embarcar para o quartel, em Uruguaiana, cidade que faz divisa com a Argentina. O calendário marcava 08 de julho de 1963. Um trem fretado pelo Exército transportou os futuros milicos de Passo Fundo e da região, para dois quartéis naquela cidade fronteiriça.

O comboio partiu pela meia-noite, e o café da manhã foi na estação de Santa Maria. Então prosseguimos a viagem, que não deixava de significar também uma aventura, uma experiência sem precedentes para aquela garotada, cheia de vida e de planos para o futuro.

Andamos sobre trilhos o dia todo e toda a noite seguinte, para chegar ao nosso destino na manhã do dia 10. Tinha tanta importância a ferrovia, naqueles tempos, que os quartéis eram ligados à gare principal por meio de ramais privativos, de modo que, em Uruguaiana, os trilhos adentravam entre os dois regimentos.

Assim que desembarcamos, fomos imediatamente separados em dois grupos: no primeiro estavam os recrutas do 8º Regimento de Cavalaria, no qual servi, e no segundo o 4º Grupamento de Infantaria Mecanizada. Essa era a razão de haver dois quartéis na cidade.

O GRINGO DA SERRA

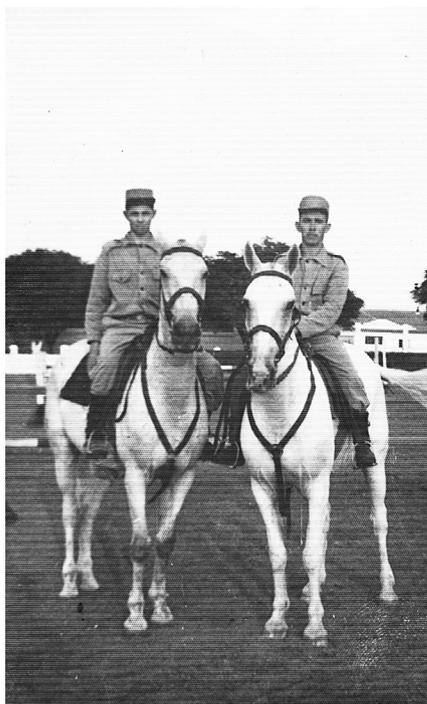
Quando a lista com o nome dos candidatos ao serviço militar chegou ao 8º Regimento, foi logo conferida pelo comandante que aguardava os futuros reservistas. Ao deparar-se com o nome *João Ferron*, o chefe fez a seguinte observação: “este deve ser um baita gringo da serra.” Era assim que o pessoal da fronteira considerava os serranos, no caso, os que provinham do Norte do estado.

O dia estava amanhecendo quando chegamos ao recinto do quartel. Colocaram-nos em forma e começaram a chamada. Ao pronunciarem o nome do recruta, ele saía de forma e se apresentava. Em seguida, os sargentos e oficiais que comandavam a recepção, ordenavam ao soldado que entrasse novamente em forma, em outro lugar e em outro grupo, para que fôssemos separados por pelotões e esquadrões. Na verdade, tudo já estava pronto no papel, só faltava organizar o povo, cada qual no seu grupamento.

Quando chamaram meu nome, respondi e saí de forma. Foi uma gargalhada geral. Eu não imaginava o porquê dos risos. Só depois vim a saber que o pessoal do Comando ficou surpreso ao me ver, miudinho, magro e falando fino. Eles imaginavam que se apresentaria um *baita gringo*, e apareci eu, quase um guri no meio de tantos marmanjos. Mesmo assim, o sobrenome Ferron (o que é forte, o que ferroa, o que é de ferro), ficou valendo como minha alcunha na caserna, de onde raramente sai alguém sem ser apelidado. Minha classificação foi para o 1º pelotão do 2º Esquadrão de Cavalaria, que era comandado pelo sargento Soveral.

Neste mesmo dia recebemos a indumentária e os utensílios pessoais: fardamentos, talheres, copos, tamancos para trabalhar nas baias, roupas de cama e armário com cadeado. Cada um seria responsável por seus equipamentos. Se fossem roubados ou extraviados, o sujeito ficaria sem ou teria de substituí-los às suas custas. Cada soldado recebeu também um número de identificação. O meu era 613. Na chamada, na revista e na escala de serviços, o soldado era identificado pelo *nome de guerra* ou por seu respectivo número.

No decorrer dos dias, seguiram-se as atividades normais de um quartel: corte zero no cabelo, continência diante dos comandantes, faxina geral nos pátios e alojamentos, instruções freqüentes e rigorosas, exercícios físicos e inúmeras outras obrigações. Como houvesse mais de oitocentos cavalos esperando pelos novos cocheiros,



Fonte: Arquivo de família, 1963.

Soldado Ferron e seu colega Câmara, em suas montarias, no Exército.

que chegavam com a incumbência de limpá-los e alimentá-los, a rotina com os animais passou a ser um ritual dos mais importantes. Cheguei a pensar que, naquele lugar, o cavalo tinha mais valor que o soldado. Ai de quem maltratasse ou descuidasse daqueles matungos de estimação! Sobraria punição para os faltosos.

Os trens entravam pelo ramal que dava acesso ao grupamento, carregados de alfafa e milho para a refeição da cavalaria. As cocheiras eram, evidentemente, sempre muito bem providas de alimento.

Cada soldado recebia *em carga* (isto é, sob sua responsabilidade): um cavalo com sela e todos os aperos, um fuzil acompanhado dos acessórios, um capacete e um par de botinas. E ficava sendo responsável por tais equipamentos, devendo zelar para que nada se extraviasse nem deteriorasse. O cavalo que me coube se chamava Madruga, e levava o número 42. Os soldados veteranos me alertaram para que tomasse cuidado com o Madruga, que ele era genioso, costumava empinar, se jogar para trás, derrubar o cavaleiro e cair sobre ele.

Assim se desenvolviam as atividades do dia-a-dia. Entre elas, levantar de madrugada, tomar café e continuar com fome. Quando se conseguia uns trocados, a gente saía do rancho depois do almoço e andava até uma tendinha, onde se comprava pão e rapadura para completar o rango. E, no rigor do inverno, com os campos cobertos de geada, éramos obrigados a realizar muitos exercícios ao relento e sem agasalho nenhum. Em certa manhã de agosto, quando o pelotão executava treinamentos ao ar livre, sob o comando de um capitão, de repente, não enxerguei mais nada. Tudo ficou escuro diante de mim e comecei a tremer igual vara verde. Avisei então o comandante, que determinou meu recolhimento na enfermaria, a fim de ser examinado. Fui acompanhado por um colega, e o enfermeiro tratou inicialmente de verificar minha temperatura. Passava de 40 graus, e eu estava quase desfalecido. Tinha a sensação de flutuar numa bola de fogo. Fiquei baixado e fui medicado, posteriormente o médico do quartel me examinou e solicitou exames de laboratório.

Eles acusaram que eu estava acometido de sarampo. Por ser uma doença contagiosa, fui conduzido para o hospital do Exército, no centro de Uruguaiana, onde permaneci recluso por mais de 20 dias, no isolamento da enfermaria. Lá sim passei realmente fome.

Quando comecei a melhorar, meu apetite aumentou, mas a comida era controladíssima. Felizmente, servindo no hospital, encontrei um amigo meu, também de Passo Fundo, o Néelson Anesi, que aguardava a dispensa do serviço militar. Enquanto isso não ocorria, trabalhava na cozinha do hospital. E, de vez em quando, me alcançava alguma sobra de alimento. Com isso, fui melhorando, os dias foram passando, e eu tive oportunidade de conhecer mais coisas naquele local. Descobri até o ninho onde uma pata colocava seus ovos, debaixo da estrutura da caixa d'água. Passei a furtar os ovos da pata, e o Néelson os cozinhava para mim. Foi o que me pôs outra vez em forma, curado e forte.

Outra malandragem minha foi esconder debaixo do colchão uma muda de roupa civil, que vestia quando chegava a noite, para fugir com alguns companheiros. A gente pulava o muro, pegava a rua e só retornava de madrugada.

A milicada do hospital e também dos outros grupamentos gostava demais de freqüentar a casa do Ivo, que ficava nas proximidades. Ele era um cara tipo bruxo, um pederasta, proprietário de uma casa de tolerância, conhecida como *boate*. Na casa havia muitas meninas e mulheres de programa. Amigo que era dos soldados, o Ivo sempre arranjava uma das suas preferidas para ficar com o *pracinha*, que, ele sabia, andavam sempre *lisos*. No fim das contas, era um bom sujeito, que gostava de mostrar seu quarto para nós, realmente um luxo, parecia até revestido de ouro.

E, o mais importante, ele era amigo dos recrutas. Poucos dos que serviram em Uruguaiiana não conheceram o Ivo, dono de uma dessas casas *da luz vermelha*, tão luxuosa que nos deixava embasbacados. Alguns anos depois de deixar o quartel, tomei conhecimento da morte dele.

Segundo os relatos de pessoas que viveram nessa época, quando Ivo recebia lindas meninas-moças para trabalhar em seu estabelecimento, colocava-as em uma charrete e passeava com elas, todas muito bem vestidas, pelo centro e as principais ruas da cidade. Cumprimentava alegremente os transeuntes e era correspondido por homens e mulheres.

Figura muito conhecida, humana, generosa e até folclórica, quando alguém se encontrasse em dificuldade ou passando por necessidades, recorria ao Ivo, que gostava de ajudar. Também

contribuía com as escolas freqüentadas por crianças pobres, com doação de material escolar.

Contam que ele sabia manejar o facão como ninguém, contra os fuzileiros navais, os marinheiros, os milicos, e qualquer outro tipo que freqüentasse sua casa com intenção de fazer festa, beber e abusar de suas mulheres, bem como forjar brigas entre si para fugirem sem pagar os débitos. Quando isso acontecia, passava a mão em seu instrumento de ataque e defesa e impunha a ordem, obrigando-os a saldar as contas, para depois colocá-los no olho da rua.

Em 2003, a RBS TV realizou uma extensa reportagem sobre o Ivo e sua vida na fronteira, principalmente em Uruguaiiana.

E, em 09 de abril de 2005, no programa *Histórias Extraordinárias*, da mesma emissora, foi novamente levada ao ar a trajetória de vida desse indivíduo, que se tornou uma lenda viva na cidade e em seus arredores.

Segundo os historiadores, o Ivo nasceu em São Borja, passou por Quaraí, e mais tarde se fixou em Uruguaiiana, junto com uma mulher chamada Dorica da Silva. Dela herdou mais tarde a casa, isto é, a boate.

Diversas pessoas de Uruguaiiana, como historiadores, comunicadores, músicos, taxistas, ex-freqüentadores do bordel e outras mais, inclusive uma das meninas preferidas de Ivo, que trabalhou em sua casa, contaram à reportagem os dois lados da vida desse personagem. Ele foi uma pessoa muito querida por toda a gente da cidade. Até os dias atuais a história de Ivo Rodrigues continua a fazer parte da história de Uruguaiiana.

A partir de 1970, certamente pela idade já avançada do seu proprietário, a casa dos prazeres entrou em decadência. E, em 2 de fevereiro de 1974, faleceu a figura lendária que continua na memória do povo da cidade e de todos os que por lá passaram. Quem não conheceu o Ivo, suas meninas e seu quarto, certamente não conheceu Uruguaiiana.

O VELÓRIO DO TENENTE

No período em que permaneci internado no hospital, morreu em acidente de trânsito, o tenente Viana. Ele trafegava numa lambreta, um tipo de moto usada na época como meio de transporte,

por oficiais e sargentos da corporação. O corpo do falecido foi conduzido ao necrotério do hospital para a devida necropsia e, em seguida, embalsamado. Fui designado para passar a noite velando o defunto, que seria conduzido de avião, no dia seguinte, para Porto Alegre, a fim ser sepultado por seus familiares que lá residiam. Durante um bom tempo, depois desse episódio, não conseguia me alimentar direito, pois o forte cheiro de formol se impregnara em minhas narinas, provocando uma completa inapetência.

Por fim, livre do sarampo e bem recuperado fisicamente, recebi alta e retornei ao Regimento, para recomeçar minhas atividades habituais de recruta: as instruções, os exercícios, as cavalgadas, as marchas, os acampamentos, os treinos de guerra, as manobras nos campos de Saicã (localidade nas proximidades de Rosário do Sul e Alegrete), onde permanecemos mais de um mês.

Em um dos acampamentos, no interior de Uruguaiiana, ficamos durante uma semana, participando de instruções e manobras. Os cavalos recebiam forragem e pernoitavam amarrados a uma corda-tronco. Na véspera de levantar acampamento, um incidente inesperado quase me deixou em maus lençóis. Pela manhã, ao recebermos ordem de desmontar as barracas e selar as cavalgadas para o regresso, cadê o meu cavalo?

O Madruga havia sumido sem deixar rasto. Simplesmente evaporou-se pela vastidão dos campos, sem cercas nem fronteiras. Quando todos os milicos já estavam em forma, com seus animais encilhados, eu continuava aflito, com os arreios no chão, e olhando ao redor, até onde a vista alcançava.

De repente (todos a postos, só aguardando a ordem de montar e iniciar a marcha), avistamos ao longe um cavalo que corria na direção do acampamento, seguido de vários outros, que só podiam ser dos fazendeiros da região. Banhado em suor, o Madruga estancou junto à tropa, pronto para a partida. E, atento às minhas ordens, deixou-se encilhar, docilmente, tarefa que executei em dois minutos, com a ajuda de um camarada amigo. Quando o comandante da unidade deu ordem de montar e seguir viagem, meu companheiro de jornada estava pronto. Habitado às lides do quartel, seu instinto certamente pressentira que o grupamento estava prestes a partir. Por isso voltou, com a rapidez de um raio, e me poupou de uma tremenda enrascada. Se o bicho se desgarrasse de vez, teria eu de retornar a pé, carregando nas costas o equipamento e a montaria.

Foi uma experiência dura esse acampamento: instruções e manobras intermináveis, durante dias e noites a fio, atravessando campos, rios e mato cerrado. Alguns cavalos morreram de esgotamento, e tivemos de cavar valas para enterrar seus cadáveres.

De volta ao quartel, prosseguiu a rotina de sempre: os treinamentos, a cavalo e com armamento pesado, as instruções, as manobras, muito exercício físico e muito apetite nas refeições.

Uma ou duas vezes por semana, a gente conduzia os matungos até os rios próximos, um deles, o Uruguai, onde eles tomavam banho, recebendo um tratamento de lordes, pois a gente executava a tarefa com extremo cuidado. Na realidade, tratava-se de um serviço feito com o maior prazer, já que ele nos possibilitava passar horas divertidas na beira do rio.

CAUSOS DE CASERNA

CAUSO 1

Cavalaria era o nome atribuído ao soldado que tirava serviço nas baias, cuidando dos animais, alimentando, dando de beber, lavando, escovando o pêlo, fazendo também a necessária limpeza nas cocheiras, durante um turno de serviço, que era de 24 horas. Havia revezamento na execução dessas tarefas, pois todos os praças deviam passar pela experiência de conviver e lidar com o estrume.

CAUSO 2

As galinhas da vizinhança, nas áreas próximas do quartel (coitadas!), penetravam pelos buracos dos muros e iam catar os grãos de milho esparramados na forragem dos estábulos. Alguns recrutados, sempre esfomeados e gulosos, tocaiavam as mais gordinhas para, às escondidas, transformá-las em churrasquinho.

CAUSO 3

Todas as semanas participávamos de treinamentos a cavalo, num campo próximo ao Regimento. Era uma área repleta de tunas, uma espécie de cactus, arbusto espinhento, abundante em algumas regiões do Brasil. Éramos obrigados a correr e realizar manobras

entre as puas afiadas do espinheiro. Os cavalos parecia fazerem de propósito. Forçavam a passagem, raspando nos pés de tuna. Nossas pernas rasgavam nos espinhos, chegando a pelar as palmas da planta. O comandante do pelotão só sabia dizer: “Soldado não chora, vamos em frente!”

CAUSO 4

O que havia de cavalos baldosos no quartel, só tem conhecimento quem passou por lá. Cito o exemplo de uma égua de nome Ratona, geniosa como criança mimada. Quando estava distante e decidia voltar à cocheira, nada conseguia detê-la. Mesmo em plena instrução, nos campos de treinamento, empinava de repente e saía em disparada. O cavaleiro, ou se jogava no chão, ou ia junto, agarrado à crina como um carrapato.

A Ratona esticava a cauda e o pescoço, e desandava a correr, só parando no interior do estábulo, diante da baia. Parecia um ritual que fanatizava o bicho. O soldado que a montava era o Valdemar, meu conterrâneo de Passo Fundo.

CAUSO 5

Nos dias de folga, nosso principal lazer consistia num passeio em Paso de Los Libres. Foi nessas andanças pelos pagos do Sul que a gente conheceu os castelhanos e a República da Argentina. Eu até consegui aprender e assimilar uma porção de palavras na língua dos *hermanos*.

ESCOLA REGIMENTAL

Nas dependências do quartel, funcionava uma escola regimental, isto é, destinada à instrução dos milicos, com professores civis. Não era obrigatória a frequência. Mas eu fui convidado pelo Comando a participar das aulas. Foi uma oportunidade valiosa para mim que, durante a infância, nos anos em que vivi na colônia, tivera pouco tempo para estudar. Além de me ensinar muito, ampliando meus conhecimentos, sobretudo em gramática e aritmética, essa escola ainda me ampliou os horizontes, capacitando-me a melhor enfrentar o mundo e os percalços da vida.

NATAL DE PORRE

*P*assamos a *pronto*, como se dizia na gíria da caserna, em 19 de novembro, Dia da Bandeira. Dali em diante, não éramos mais recrutas, e sim soldados prontos.

No período de Natal, o Comando concedeu ao Regimento sete dias de dispensa, para que o pessoal pudesse viajar às suas cidades de origem, visitar os familiares, gozar umas merecidas férias.

Eu, particularmente, pretendia que me dessem uma dispensa mais prolongada, pois tinha duas cidades para visitar: Passo Fundo e Nonoai. As saudades eram intensas, tanto de uma como de outra. Sete dias não seriam suficientes. Os chefes, no entanto, não cederam, e eu então emperrei no quartel. Desisti de acompanhar a turma de Passo Fundo, e permaneci tirando serviço, durante o tempo todo em que os companheiros viajaram. No dia do Natal, resolvi ir à forra. Abandonei o posto e saí para tomar uns tragos. Aconteceu o óbvio: fiquei bêbado. Até o sargento Machado – o sargento de dia, como se designava – bebeu umas e outras e acabou baleado também. Foi um Natal inesquecível, de ficar para sempre num canto escondido da memória.

A CADEIA

*D*e compleição franzina e peso abaixo do normal para minha idade, eu não era um gringo forte, como sugeria meu sobrenome, mas era sim um gringo bom. Bom de briga, esquentado, que não levava desaforo para casa.

Certa manhã, à hora do café (não lembro exatamente o dia da semana nem do mês, mas era próximo da Semana Santa), eu estava de serviço e, nessa condição, a gente tinha preferência, isto é, podia furar a fila, passar à frente dos demais. No linguajar do quartel, a expressão usada era *ficar na testa da formatura*. Sem dúvida um privilégio que provocava inveja em muitos estouvados.

Quando o corneteiro-de-dia tocou o clarim, chamando a moçada a avançar para o rancho, eu tomei a dianteira, passando à frente de um tal de Dal Moro, um colega nervosinho e, às vezes, mal humorado. Ele não gostou da minha atitude e começamos a discutir. Em seguida tentou me agredir, até me levar a perder o controle e esquentar a moringa. Tentei aplicar-lhe um chute nos ovos, mas o

danado foi mais rápido e conseguiu esquivar-se do bote. Se eu tivesse acertado o alvo, por certo o atrevido sairia castrado da disputa. Como sempre, os *deixa-disso* entraram em ação e nos separaram, evitando o engalfinhamento, na frente de todos e na hora sagrada da refeição.

A pior conseqüência daquela encrenca imbecil foi o jejum a que ambos fomos condenados naquela manhã. O 2º esquadrão entrou para o café, e os dois brigões foram punidos com quinze dias de detenção. Naquele ambiente de disciplina rígida, a chefia não levava ninguém para compadre. Ficamos impedidos de sair do recinto do esquadrão, a não ser para tirar serviço. Qualquer afastamento só seria possível com a permissão do comandante.

Entretanto, o capitão, enérgico e intolerante, resolveu mudar a punição e determinou minha reclusão na cadeia do Regimento, por cinco dias, que coincidiram com a Semana Santa.

Mesmo no xilindró, continuava a participar das atividades normais: tirava serviço como reforço da guarda e fazia plantão no alojamento. Só não era permitido me ausentar do quartel. Quando os colegas, por ordem dos superiores, me trancafiaram no xadrez, deparei-me com outros presos na mesma situação, alguns dos quais lá se encontravam há bastante tempo. Entre eles havia, além dos soldados, também marinheiros e fuzileiros navais. Portanto, duas corporações das Forças Armadas estavam ali representadas por seus infratores. Percebi logo que o ambiente se mostrava bastante carregado, e o motivo vim a saber depois: os prisioneiros planejavam uma fuga em massa. Fui aliciado pelos líderes a fugir com eles, mas não aceitei. Disse-lhes simplesmente que não participaria daquele ato de rebeldia, porque não havia necessidade para tanto, uma vez que meu castigo seria de pouca duração. E acrescentei que a indisciplina deles não me afetaria em nada, e que eu ficaria na minha, fazendo de conta que nada vi.

E assim sucedeu. Após a revista das 21 horas, que era realizada diariamente, a fim de conferir o pessoal de serviço, os detidos e os presos, como tivesse encontrado tudo dentro da normalidade, o corneteiro deu o toque de recolher. Eu já havia me deitado no colchão que estenderam para mim no chão. Os demais presos também se recostaram, fingido que dormiam. Mais ou menos pela meia-noite, tudo na maior calma, os rebelados começaram a se movimentar para a fuga. Algum deles devia ter conseguido a cha-

ve do cadeado que trancava a porta do xadrez, localizado junto ao corpo da guarda. Os fugitivos haviam combinado o seguinte: que o último a sair fecharia a porta e o cadeado, para que o pessoal da guarda nada percebesse. Mas o infeliz, não sei por que razão, não conseguiu fechar a porta, conforme o acertado entre eles. Não demorou e apareceu um guarda. Examinou a porta, deu uma volta e tocou o alarme. Enquanto isso, eu ressonava, fazendo de conta que dormia. Imóvel como um morto, até a respiração tentava controlar. Os responsáveis pela milícia acorreram em peso e, entrando cadeia adentro, foram-me perguntando sobre os fugitivos. Falei a verdade, que haviam saído há mais ou menos uma hora. Então quiseram saber por que eu não me evadira com eles. Respondi que não tinha motivos para assim proceder.

Depois desse breve diálogo, começou a correria, com a movimentação das viaturas saindo do quartel e com a caça aos desertores. Alguns foram localizados em seguida, outros só após uma semana. Os últimos se apresentaram espontaneamente, depois de algum tempo.

Assim foram transcorrendo os dias e os meses do serviço militar obrigatório. Eu tinha uma índole retraída, era discreto e caladão, não gostava de me enturmar, como a milicada fazia durante a folga dos fins-de-semana. Eles percorriam a cidade em grupos, arranjando encrenca com os civis, até apanhando deles em certas ocasiões.

De vez em quando, eu era convidado a participar da patrulha composta por soldados do Exército e da Brigada, e por fuzileiros navais, a qual percorria toda a cidade, dia e noite, visitando os locais que os milicos gostavam de frequentar. Quando encontrados promovendo baderna, eram imediatamente recolhidos aos respectivos grupamentos. Passavam então a madrugada em forma, sob o comando do sargento e dos oficiais, e, aos apitos de ordem unida, marchavam até o sol esquentar, alguns fardados, outros à paisana, e ainda outros meio pelados e passando frio.

A VISITA

*E*m belo dia, os soldados do corpo da guarda me procuraram no interior do alojamento, com a informação de que uma visita me aguardava no Portão das Armas. Lá me fui cheio de ansiedade, pois

não fazia idéia de quem poderia ter vindo me ver, naquele lugar distante. Minha surpresa foi extremamente agradável, pois lá se encontravam o Almério Rosso e o David Zanon, velhos conhecidos do tempo em que morei em Passo Fundo. Eles haviam transportado uma carga de mercadorias para Uruguaiana, e aproveitaram para me visitar e saber de mim. O Almério fora meu último patrão antes de eu ir para o Exército e serviu-se da oportunidade para me dar notícias dos meus familiares e me entregar alguns trocados. Quando fui para o quartel, por medida de segurança, deixei aos cuidados dele minhas economias.

ISTO ACONTECEU COMIGO

*E*u nasci em Passo Fundo, mas me criei no interior, em localidades pequenas, cujas famílias, muitas delas descendentes de imigrantes, respeitavam sobremaneira os costumes, tradições e valores transmitidos por seus antepassados, através das gerações. Na família, cada um ocupava seu lugar específico e ninguém ousava subverter a ordem. O macho era macho, a fêmea era fêmea. O pai ordenava e os filhos obedeciam. A mãe, por sua vez, era a administradora do lar, que ensinava as filhas com seu exemplo de discrição e recato. Assim fomos criados e assim procedíamos.

Quando retornei a Passo Fundo, já com 19 anos de idade, a fim de trabalhar, fui novamente residir no interior, em virtude de meu emprego na olaria dos Rosso, que ficava em área rural. Além disso, a experiência durou poucos meses, e não cheguei a assimilar o tipo de vida e os costumes da cidade, nem a perder minhas referências familiares e culturais. Também não tive contato com as mazelas das grandes cidades, que já começavam a mostrar a cara naqueles tempos remotos.

Ao chegar ao quartel, com 20 anos, era um moço pacato, até inexperiente, um pouco por temperamento, e mais ainda por ter crescido no interior e recebido uma educação severa, como era usual entre os italianos.

Por essas razões, o ingresso no serviço militar foi para mim um fato muito peculiar, diria até extraordinário, que me mostrou uma outra face do mundo, diferente de tudo o que conhecera e vivera até então. Uma sensação de estranheza e admiração tomaram conta

de mim, ao transpor o portal daquele casarão quase secular, que passou a ser minha casa e meu refúgio. Custei um pouco a tomar pé da situação, a habituar-me às práticas, artimanhas e regulamentos da caserna, e também à vida na cidade grande, pois, como rapaz e como homem, sentia necessidade de sair, de namorar, de conhecer lugares diferentes. Gostava mesmo era de sair sozinho. A turma não me atraía, pois a bagunça não era o meu forte. Como diz o ditado, preferia andar só que mal acompanhado. Na época, meu conhecimento sobre certos assuntos, como o homossexualismo, era bastante limitado. Pederasta, gay, veado, boiola, eram termos estranhos ao meu vocabulário e às minhas vivências. Só que, em Uruguaiana, esse tipo de gente era tão comum que os milicos evitavam freqüentar o centro da cidade, principalmente se estivessem desacompanhados.

A experiência que tive com uma dessas bichonas comprova minhas afirmações. Numa tarde em que tirava folga, vesti meu uniforme de passeio, me desloquei até a praça central e quedei-me por lá a observar o movimento. Foi quando resolvi sentar-me e saí à procura de um banco. Não deu outra. De imediato se aproximou de mim um sujeito, que não era jovem, não. Fiquei cabreiro com os gestos dele e com as perguntas que, meio disfarçado, começou a dirigir-me. De repente, sentou-se a meu lado, perto demais pro meu gosto, e lá veio aquela conversa macia, convidando-me a sair com ele. Foi uma verdadeira cantada, em plena praça e, de um barbado! Como não entrei no papo do dito cujo, nem bola dei para aquele lero, o cara continuou insistindo. Imaginem o atrevimento e o desespero de causa: o vivente pretendia que eu lhe mostrasse, ali, em público e à luz do sol, o meu *bilau!* O enxerido tinha um sotaque espanhol abrasileirado, meloso e derretido, que me dava engulhos no estômago. Naquele dia comecei a perceber que a cidade estava contaminada por esse tipo de gente. E de todos os naipes, desde garotos até velhos de idade avançada. Os próprios argentinos vinham caçar em Uruguaiana.

Noutra ocasião, o sargento que comandava meu pelotão pediu-me que fosse até o centro da cidade, mais precisamente no escritório da CEEE, a fim de pagar sua conta de energia elétrica. Aceitei prontamente a incumbência, pensando em aproveitar a saída para espairar um pouco e também realizar algumas compras. Lá me fui, tranqüilo e satisfeito. Por coincidência, o escritório era perto

da praça, nem havia me dado conta. Inesperadamente, deparei-me com o mesmo sujeito que me abordara dias atrás. Estava de olho em mim, outra vez. Desviei o olhar e disfarcei, seguindo meu rumo. Então entrei no escritório, paguei a dita conta, dei uma espiada pelo vidro da janela e... gelei: a *boneca* estava lá, em frente à porta, esperando por mim. Certamente tentaria aproximar-se quando eu saísse. Os pensamentos começaram a ferver em meu cérebro, inventando estratégias para me livrar do dito. Então, procedi da seguinte maneira: saí de fininho pelo lado direito (pois o sujeito me observava do lado esquerdo da porta), e, sem olhar para trás, apurei o passo e me mandei. Chegando à esquina, não agüentei a curiosidade e virei-me para dar uma olhadela. O cara me seguia, e eu não pensei duas vezes: quebrei a esquina, corri uma quadra, dobrei novamente, e assim me fui, driblando a *bixa louca* até ela me perder de vista.

No quartel, contei a proeza pros amigos e colegas. Alguns eram moradores no município e me confirmaram que era assim mesmo. Pela descrição que fiz do tarado, fiquei sabendo que se tratava de uma figura conhecida por aquelas bandas e, além de tudo, muito xarope e pegajosa. Como será hoje a velha Uruguaiana?

A REVOLUÇÃO DE 1964

*R*otina da caserna prosseguia sem grandes alterações. Instruções, exercícios, manobras, serviços no Regimento, tudo transcorria normalmente, entre uma confusão e outra, provocadas pela soldadesca. Estávamos prestes a dar baixa e a satisfação de todos era visível, diante do dever cumprido. A saída deveria ter ocorrido em janeiro de 64, mas o Comando não largou ninguém. Entramos março adentro, ansiosos pela expectativa do regresso, e nada. A primeira turma que devia sair continuava lá, todos firmes nos seus postos. A previsão era que, ao findar a tarde de 31 de março, uma sexta-feira, precisamente às 17 h e 30 min, após a leitura do Boletim regimental, ocorreria a debandada normal. Portanto, seria como as demais sextas-feiras, sem novidade. O pessoal que tirava serviço e os que moravam nos alojamentos, como eu que quase não saía, permaneceríamos no quartel. E os que estavam de folga ou moravam fora iriam se mandar outra vez, espalhando-se como uma boiada, quando se abre a porteira.

O clarim tocou a dispersão e os grupos foram saindo, em direção ao portão da guarda, que dava acesso ao exterior. Mal os primeiros chegaram à rua, a corneta soou novamente, ordenando formatura geral. Todos retornaram correndo e foram entrando em forma, por pelotões, em seus respectivos esquadrões. A partir desse momento, ninguém mais poderia ausentar-se da unidade militar, sem permissão do Comando. Se alguém precisasse mesmo sair, teria de informar aonde iria e quando voltaria. Nós, soldados, sempre comandados por oficiais, nem imaginávamos o que estaria acontecendo.

Colocaram-nos de prontidão, armados, municidados e equipados para combate, sem nos dizer a razão daquele rebuliço. E os dias foram-se esgotando... e a milicada alheia ao que se passava. Só aos poucos fomos tomando conhecimento dos fatos que motivaram aquele retrocesso e o adiamento da baixa, é que o presidente João Goulart havia sido deposto pelo alto Comando do Exército Nacional; e o deputado federal, Leonel de Moura Brizola, parente do presidente afastado, não concordava com essa intervenção. Estava criado assim um sério desentendimento entre o Governo gaúcho e o centro do poder em Brasília.

A situação complicou também para nós. Aquartelados, sem nenhuma possibilidade de afastamento ou recuo, vivemos dias de tensão e angústia, na iminência de termos que lutar, exército contra exército. Durante três meses, do dia 31 de março até o dia 27 de junho, fomos incumbidos de guarnecer o aeroporto, a ponte internacional, as usinas do município e todas as suas saídas e pontos estratégicos. E a mais importante missão que confiaram a nós, soldados, junto com os fuzileiros navais e a Brigada Militar, foi a de localizar nas vilas, lugarejos e fazendas de toda a região, nada mais nada menos que João Goulart e Leonel Brizola.

Durante esse período de noventa dias, éramos escalados, de dois em dois, para permanecer vigiando, numa barraquinha, à beira das estradas que davam acesso a Uruguaiana, armados apenas com um mosquetão. Nossa obrigação consistia em revistar e identificar todos os que entravam ou saíam da cidade, de carro, de ônibus e de qualquer outro veículo, até mesmo as carroças e aqueles que passavam a pé ou a cavalo. Foi-nos confiada uma extensa lista com nomes de pessoas consideradas subversivas. Havia alguns com quatro ou cinco nomes diferentes. Além do mosquetão, nosso equipamento se resumia a uma lanterna e duas mantas verde-oliva,

uma para forrar o chão e outra para servir de coberta. O inverno chuvoso e frio avançava, e nós ali, naquela míngua, sem um graveto para acender um fogueiro e nos aquecer. Graças a Deus, de vez em quando passava um caminhão transportando lenha, cujo motorista se compadecia e nos agraciava com algumas lascas. Era como a situação melhorava um pouco.

Outra providência que tomamos para enfrentar o frio, foi percorrer as lavouras de arroz recém-colhido nas redondezas, e juntar as palhas que restaram, a fim de forrar o chão da barraca, sempre úmido ou encharcado pela chuva.

Quanto aos caminhões que percorriam as estradas, era nossa obrigação verificar a carga, para constatar se não transportavam armamentos, explosivos, ou outros materiais suspeitos. Em certos casos, havendo desconfiança, os caminhões eram conduzidos até a base militar, onde a carga era examinada mais minuciosamente.

Os fazendeiros estabelecidos nas proximidades dos pontos de guarda, observação e fiscalização, certamente se apiedavam da precariedade das nossas condições. Muitos deles davam ordem a seus peões para que nos trouxessem metade de uma ovelha recém-carneada, e até lenha para o assado. Isso era bom demais, pois a comida do quartel que nos mandavam estava danada de ruim.

Foi assim a última etapa do meu serviço militar. Até ser liberada a primeira turma, completaram-se três meses de prontidão. Uma vez de volta ao quartel para aguardar a baixa, os pracinhas se vingaram daquele tempo de sacrifícios e privações. Nos alojamentos, era uma confusão nunca vista. As famosas guerras de travesseiro, os bailes nada convencionais, as queixas dos que queriam dormir e não conseguiam, as armadilhas preparadas para os que chegavam da rua, principalmente os que dormiam na parte superior dos beliches que, ao tentarem se acomodar, desciam com tudo sobre o colega que dormia embaixo. A moçada esqueceu todas as prescrições e a disciplina tomou conta.

O Comando, a par da situação e para evitar maiores problemas, providenciou a iluminação da cancha de esportes e ordenou que nossos bailes fossem realizados lá. Os próprios comandantes gostavam de assistir àqueles frevos! No entanto, ainda sobrava bagunça para os alojamentos, e assim continuou até a baixa definitiva da turma de sessenta e três.



Fonte: Arquivo de família.

Um grupo de soldados, em frente ao 2º Equadrão de Fuzileiros, antes da baixa. Eu sou o 5º soldado em pé, da direita para a esquerda.

A primeira leva foi liberada no dia 27 de junho de 1964. Eu saí nesse dia, feliz e radiante por voltar à minha terra, e com a consciência do dever cumprido com minha pátria. Meu tempo de serviço militar somou onze meses e dezenove dias.

Ao retomar minha vida normal, acompanhou-me a convicção de que o Exército é realmente uma escola de civismo e cidadania.

A VIAGEM DE RETORNO

*E*ma vez liberado do quartel, decidi regressar de trem, mas de primeira classe, e por minha conta. Desembarquei em Passo Fundo na manhã do dia 28 de junho, indo direto para a casa de meus tios Alvinho e Maria.

Permaneci na cidade por alguns dias, em visita aos parentes e amigos da Vila Rosso, onde vivi a experiência do meu primeiro emprego. Os donos da olaria manifestaram a vontade de que eu continuasse trabalhando com eles, mas preferi voltar para

Nonoai, a fim de auxiliar meus pais e irmãos, dos quais sentia muitas saudades.

Foi o que fiz. Fui ao encontro das minhas origens, onde todos me aguardavam ansiosos e cheios de curiosidade.

Logo que me instalei na casa dos velhos, voltei a encarar, com vontade e entusiasmo, o trabalho na lavoura, muito meu conhecido desde os tempos de piá. Só que fui com muita sede ao pote, sem me dar conta de que estava desacostumado daquela lida árdua, e acabei com as mãos machucadas, ao cabo de alguns dias. Aos poucos, no entanto, fui novamente pegando o jeito, e fiz roçados, plantei várias culturas nas terras de meu pai e do tio Orlando, principalmente uma roça de milho em sociedade com ele. Empreitei ainda roçados nas terras dos Gosch, nossos vizinhos. Naquele ano, 1964, uma grande seca assolou a região, enfraquecendo as colheitas e reduzindo o estoque de produtos destinados à subsistência das famílias e das criações. O milho foi insuficiente para prover o sustento do gado, dos porcos e das galinhas. Os que tinham uma boa lavoura de mandioca conseguiram safar-se e enfrentar a crise de alimentos com mais facilidade.

Mesmo vivendo na roça e produzindo culturas diversificadas, muita gente passou por dificuldades. A mandioca recebeu, apropriadamente, o nome de *salva-vida*. Foi ela que matou a fome e salvou da desnutrição muitas famílias de agricultores e seus animais.

Já o ano de 1965 transcorreu um pouco melhor na época do verão, quando a seca foi menos intensa. Entretanto, ao chegar o inverno, o frio mostrou todo o seu rigor, a ponto de despejar sobre a terra uma forte nevasca, que cobriu tudo com um lençol branco e fez muita gente bater o queixo. Era o dia 16 de agosto, e o fenômeno se prolongou por alguns dias, transformando lavouras, campos e matos do Rio Grande, numa paisagem européia. Muitas árvores tiveram as copas quebradas, e em muitas casas o telhado desabou. E quando a neve derreteu, as sangas, os riachos e os rios cresceram tanto que transbordaram de seus leitos. Parecia um dilúvio. Moradias, chiqueiros e abrigos de animais foram arrastados pela correnteza, que invadia e levava de roldão tudo o que encontrava pelo caminho. Foi geral a desolação. Via-se gatos, cachorros e galinhas deslizando rio abaixo, sobre galhos e pedaços de tábuas. Até casas inteiras desceram as encostas, no lombo da grande inundaçãõ.

O rio Passo Fundo assumiu de repente um ímpeto nunca visto, tal o volume de água que recebeu dos afluentes. E o tio José Pavoski, que morava próximo do rio, acordou no meio da noite com um grande estrondo. Ao levantar para conferir o que estava acontecendo, viu descendo na enxurrada o chiqueirão, lotado de porcos, já gordos e prontos para serem vendidos, e mais o galpão que armazenava grande quantidade de milho e outros cereais. E ele de mãos atadas, sem poder intervir. Até a casa de moradia estava sendo ameaçada pela avalanche, não só a dele, mas também as casas vizinhas. O recurso foi sair rápido e se proteger nos lugares mais altos.

Por sua vez, o Octavio, que era o carpinteiro e cunhado predileto do José, foi logo solicitado a realizar a demolição e reconstrução da casa e das benfeitorias, em local mais elevado e a salvo das inundações.

Com o passar dos dias, a vida de todos foi voltando à normalidade, e a rotina se instalando novamente. Eu retomei as lidas da roça, nas terras do pai e na vizinhança. Mas, bem no meu íntimo, começava a nascer um sonho, um desejo profundo de crescer, melhorar de condição, ser dono do meu nariz. Na verdade, o que pretendia era seguir o meu caminho, fazer minha própria vida, estudar, progredir. Só que lá, naquele rincão, afastado dos recursos, do comércio, com estradas precárias e ensino deficiente, tornava-se quase impossível sonhar com desenvolvimento.

○ ABANDONO DO NINHO

No final de 1965, teve início a construção da barragem do Rio Passo Fundo, na Vila Alegre, hoje denominada Entre Rios do Sul.

Ao saber disso, no mês de janeiro do ano seguinte, eu e meu primo Orides Fávero resolvemos ir até o canteiro-de-obras da referida barragem, para nos inscrever como candidatos a uma vaga de operário, na empresa construtora.

Fizemos uns 20 quilômetros montados em dois burros emprestados pelo tio João. Ao chegar à vila, fomos até o escritório da Companhia, onde conversamos com os responsáveis e preenchemos uma ficha com nossos dados pessoais. Nada diferente do que ocorre hoje. Pelo atendente fomos informados de que deveríamos vir a Pas-

so Fundo providenciar a confecção da carteira de trabalho e outros documentos necessários para o contrato. Eu tratei de vir imediatamente, e consegui tudo o que precisava. O primo Orides, porém, não compareceu para fazer a documentação. Desistiu do emprego, e ficou arrancando mandioca e plantando milho até os dias de hoje.

Quanto a mim, uma vez documentado, optei por não ser operário construtor de barragem, e sim, por arranjar emprego em local onde pudesse também estudar.

Foi esse sonho que me trouxe de volta a Passo Fundo, em março de 1966, onde de fato estudei, trabalhei, constituí família e continuo residindo.

VIII

Capítulo

Profissão de risco e de serviço ao cidadão

A GUINADA PRETENDIDA

Na ocasião em que preparava minha documentação para trabalhar no canteiro de obras da barragem do Rio Passo Fundo, em Vila Alegre (Entre Rios do Sul), soube que a Polícia Militar havia aberto mais de duzentas vagas para preencher seus quadros, no Rio Grande do Sul.

Ponderei que seria esta uma ótima chance de fazer carreira, progredir e adquirir conhecimentos, apesar dos riscos que a função oferece, por força do tipo de trabalho e do dever de defender a sociedade. Por outro lado, era a oportunidade que se me apresentava de poder estudar.

Vim então para Passo Fundo, em 1966. O salário compensava, cerca de 103 cruzeiros mensais. No 2º Batalhão da Brigada, em Passo Fundo, hoje 3º Regimento, os candidatos se inscreviam e prestavam exames, que consistiam em prova de conhecimentos, testes físicos, psicológicos e de saúde. Inscreveram-se, nessa unidade militar, centenas de pretendentes, entre os quais me encontrava. Os exames começaram no mês de março, sendo aplicados por turma de 30 a 40 candidatos por vez, que acorreram de todo o Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e também do Paraná. Na época, quem



Fonte: Arquivo de família.

Em um desfile, já como soldado da Brigada Militar, em 25 de agosto de 1966, em Passo Fundo.

possuía o certificado do ensino médio era considerado doutor. Pelo número exagerado de inscritos, a comissão que realizava os testes exigia o máximo deles, principalmente nos exames de saúde e psicotécnico. Tanto era o rigor que, de cada turma de 30 ou 40, apenas 8 ou 9 obtinham aprovação. Os demais iam sendo, simplesmente, eliminados. Foi uma avalanche de jovens, muitos deles com o 2º grau ou outros cursos, portanto, candidatos fortes. Mesmo assim caíam fora, quase sempre nos testes físicos e no psicológico. Eu prestei exames na primeira turma e me reprovaram na avaliação odontológica, quer dizer, um de meus dentes foi condenado, segundo o dentista da corporação, o Major Winckler, que me mandou ir ao seu consultório particular. Após a extração desse dente, segui fazendo as provas e tive sorte. Passei em todas, sendo incluído na primeira turma, em 25 de março, conforme Boletim do Batalhão.

Os exames e provas com os demais candidatos prosseguiram, de acordo com os lotes de aprovados, turmas de 20 a 30 marmanjos. À medida que as inclusões iam sendo publicadas nos boletins subsequentes, os aprovados incluídos iniciavam o curso e o treinamento para soldado da Brigada Militar do Estado.

Uma vez preparados e prontos para prestar serviço ostensivo e preventivo, em todos os setores onde se fizesse necessário, a Brigada ia destacando o pessoal para as cidades do interior. Dessa forma, iam sendo preenchidas as vagas existentes, em todos os destacamentos.

O 2º Batalhão, com sede em Passo Fundo, comandava toda a região Norte e Oeste do Rio Grande do Sul, que compreendia: Passo Fundo, Vacaria, Erechim, Três Passos, Santa Rosa, Carazinho, Cruz Alta, Ijuí e Soledade. Nesse período, também foram criadas novas unidades, batalhões e companhias, como o Batalhão de Três Passos, em 1966, e, em seguida, o de Vacaria. Depois veio o de Erechim, e assim sucessivamente, ocorria a formação de novas regiões de comando.

Um determinado dia, o Tenente Celso Arruda Gonçalves passou em revista a tropa que estava em forma, no pátio do quartel, e foi escolhendo, um a um, os soldados que mandava entrar em forma novamente em outro local. Formaram-se assim outros dois grandes pelotões, e eu passei a fazer parte de um deles. Cada qual era composto de 30 a 40 homens.

Todos de prontidão, o Tenente anunciou que um dos grupos iria para Porto Alegre e o outro para a nova unidade de Três Passos. Mais uma vez levei sorte. Já havia sido publicada a minha inclusão na unidade de Passo Fundo, por Boletim geral, em 25 de março de 1966. O mesmo ocorreu com outros colegas que também já haviam sido incluídos nessa cidade. Só seguiram para a capital e para Três Passos os demais, cuja inclusão se daria em sua unidade de destino.

Assim que terminamos o curso preparatório, que nos tornou aptos a trabalhar na rua e em todos os eventos da cidade, começamos a tirar serviço externo, na companhia de policiais mais antigos e experientes.

Alguns meses se passaram. Já estávamos trabalhando normalmente, junto com os veteranos, quando houve outra formatura geral. O mesmo Tenente passou pelo meio da tropa formada, escolhendo diversos PMs que mandou formar em outro pelotão. Escolheu em torno de 30, e anunciou que esses novos e mais alguns antigos formariam o pelotão *Pedro e Paulo*, que seria um pelotão de elite, com a incumbência de atuar no centro da cidade, mais especificamente no trânsito, em festividades e eventos especiais.



Fonte: Foto do autor, 1º/02/2006.

Antigo prédio da Escola Jerônimo Coelho, na Rua São Roque, depois de ter sofrido diversas modificações e adaptações para residência.

Foi o que aconteceu daquele dia em diante, e eu, particularmente, também fiz parte desse grupamento. Atuei na I Efrica, em 1967, em Passo Fundo; em Santa Rosa, na Fenasoja; em Erechim, em 1968, no cinquentenário do município; em Vacaria, no Rodeio Crioulo, em janeiro de 1970; e em Lagoa Vermelha, por ocasião de uma Feira-Exposição. Sempre participávamos dos desfiles da Semana da Pátria e Semana Farroupilha, e de apresentações especiais em diversas cidades da região.

No tempo em que permaneci na Brigada, tive oportunidade de estudar. Na verdade, era isso que pretendia, e aproveitei a deixa. Na época, eu ainda não havia concluído o primeiro grau. Comecei minha vida estudantil na Escola Jerônimo Coelho, no bairro São Cristóvão. Logo prestei exame de admissão ao curso ginásial, no Colégio Cecy Leite Costa, no mesmo bairro. Mas não consegui aprovação em Português, por questão de alguns milésimos na nota final.

FOI SÓ UM SUSTO

Era 1967. Eu morava na casa dos tios Alvino e Maria. Sentia-me realizado e feliz, de bem com a vida e o mundo.

Servia na Polícia Militar há quase dois anos e já namorava a Ivone, com quem mais tarde me casei.

Certo dia, cheguei cantarolando, não me recordo de onde. A tia Maria percebeu minha euforia e chegou a dizer: “Olá, João! Pelo jeito estás felicíssimo hoje! Viu o passarinho verde?” Minha resposta foi imediata: “É verdade, tia, a senhora acertou!”

Em seguida entrei no quarto, onde dormia com mais dois primos. Eles sempre me cercavam curiosos, quando eu chegava. Era no quarto que trocava de roupa e vestia o uniforme para ir trabalhar. Naquele dia, ao tirar a arma da cintura, um revólver calibre 38 que pertencia à Brigada, ela acabou disparando, no momento em que larguei sobre a cama. Com certeza, por um descuido ou um movimento brusco de minha parte. O tiro passou bem próximo de um dos primos e acertou na parede divisória do quarto. Por ser de madeira, a marca da bala deve estar lá até hoje. É claro que o incidente me deixou apavorado. E, em lugar da expansiva alegria que me dominava na chegada, me ataquei dos nervos, enquanto me batia uma senhora tremedeira.

Graças à proteção de Deus, não passou de um susto.

Foi por um período curto que morei com os tios Alvino e Maria, na Rua São Roque, 228, no Bairro São Cristóvão. Como não sobrava dinheiro para residir fora do quartel, passei então a residir no próprio local de trabalho, como *arranchado* ou rancheiro. Descontava em folha, mensalmente, o valor do rancho e da moradia.

Depois dessa experiência, fui residir em pensões, a que se dava o nome de *repúblicas*.

República 1 – Ficava na Avenida Presidente Vargas, 1721, no porão onde é hoje a Churrascaria do Gringo. Parecia mais uma toca de tatu. Fazíamos as refeições na churrascaria de Augusto Bloch, que ficava ao lado. Fiz boas relações com a família, sobretudo com os filhos. O mais novo, de nome Airton, ainda era de colo. Eu cuidava dele para a dona Cecília. A amizade era recíproca, pois ela servia de minha mãe e cuidava de mim, quando eu não estava bem. Nesse período, estudava no Jerônimo Coelho, à noite. Hoje, o senhor



Fonte: Arquivo de família.

Na foto, parte da turma da 2ª república, na Rua Madre Maria Bernarda, 97. Da esquerda para a direita, sentados: Ivo Zanatta, Antonio Carlos Terres, eu, de pé junto à porta, Arlindo Brenner, Prof. Lacir (Tição), e o Sr. Albino Rosso, proprietário da casa (1968).

Augusto e dona Cecília residem na Rua Paissandu, nos fundos da igreja São Vicente, no Bairro Boqueirão.

República 2 – Casa alugada de Albino Rosso, na Rua Madre Maria Bernarda, 97, no Bairro Lucas Araújo.

Lá moravam comigo o Cabo Antônio Terres, de Carazinho, meu grande amigo; Arlindo Brenner, de Arroio do Meio; o professor Lacir (o Tição), que lecionava em São Roque; mais dois rapazes empregados na empresa Grazziotin e estudantes. Pagávamos uma senhora, a dona Nenê, para cozinhar e tomar conta da casa. Ali moramos mais ou menos dois anos. Foi neste local que completei 25 anos de idade.

República 3 – Rua Minas Gerais, 1541, no Bairro Lucas Araújo. Ainda existe a velha casa.



Fonte: Foto do autor, 2003.

Casa na Rua Minas Gerais, 1541, a 3ª e última república, até 12 de fevereiro de 1969.

Como só restávamos o Antônio e eu, passamos a morar em umas peças alugadas. Ali residi até 12 de fevereiro de 1969, quando coloquei todos os meus pertences em uma carrocinha e me mandei para a vila Planaltina, na casa onde moro há 36 anos. Localiza-se na Rua Professora Matilde Mazzeron, 192.

Matilde Hasslocker Mazzeron, diretora de escola e catedrática em Francês, segundo a história narrada em livro de Santo Claudino Verzeleti, página 117, foi namorada de Getúlio Vargas.

Em julho do mesmo ano, tive que ficar internado no Hospital São Vicente de Paulo, para uma cirurgia de hérnia. Quando dei alta do hospital, praticamente não tinha para onde ir. Permanecia um pouco na casa da tia Maria, um pouco na minha própria casa, sozinho, e uns dias passei na casa da namorada, até estar em condições de reassumir minhas obrigações. Na casa da Planaltina, morei solitário até me casar, em dezembro de 1969. Por ser distante do centro da cidade, tornou-se ainda mais difícil meu deslocamento para trabalhar.

Nesse meio tempo, meu amigo Antônio, parceiro de república e de trabalho, foi assassinado com um tiro.

O CASAMENTO

Antes de contrair núpcias, morei em pensões, repúblicas, em casa de parentes, passei por toda sorte de experiências e privações.

Conheci a jovem Ivone Rosso, filha de Aldo Luiz Rosso e Ida Strello Rosso, desde os seus 12 anos de idade. Mais exatamente, desde a época em que me empreguei na vila Rosso, com meu primo Eno, que também era primo da Ivone.

Começamos o namoro em 7 de outubro de 1967, durante um baile em São José, no salão de Adelino Michel. A Ivone estava com 16 anos, e seguimos namorando. A gente se gostava, e eu freqüentava a casa dela. Nesse período, passei por problemas de saúde, e tive que ficar baixado no hospital da Brigada, em Porto Alegre, por quase dois meses. Após a realização de vários exames, se constatou que tudo estava bem comigo. Retornei então a Passo Fundo, para retomar minhas obrigações normais da profissão.

Nosso namoro já durava quase dois anos, quando resolvemos casar. Conversamos sobre o assunto com os pais dela. Eu já havia conseguido uma casa financiada pela Cohab (Companhia de Habitação). Pedi permissão a minha chefia, na Brigada, para casar e ser legalizado na Força, permissão que foi deferida.

Marcamos o casamento para 20 de dezembro de 1969, na recém-criada Paróquia São Cristóvão.

O ato religioso foi oficiado pelo padre Ricardo Spagnoli, um imigrante italiano. Os casais padrinhos no religioso foram: Alvino e Maria Webber Ferrão, Antoninho e Juelite Zanotto Nazari. O civil se realizou antes, em 17 de dezembro, numa quarta-feira. Os padrinhos, no civil, foram os casais: Eno e Elizena Feron (de minha parte), e Maurílio e Jurema Bortolin (da parte da Ivone).

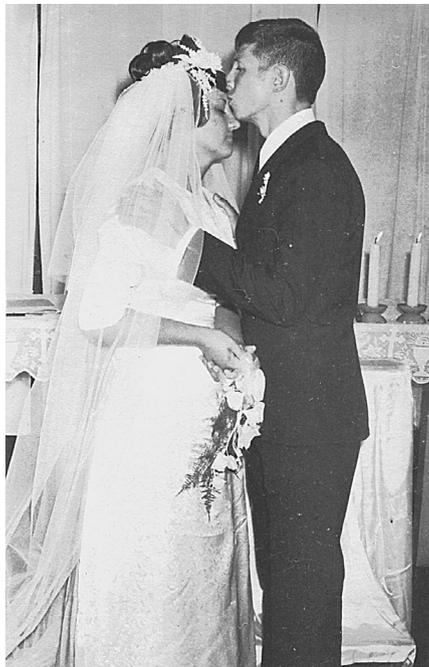
À tarde, depois de realizada a cerimônia civil, eu e um primo saímos de bicicleta para ir até a casa onde eu iria morar com minha amada. Andávamos os dois lado a lado. Em determinado trecho, numa curva, encontramos uma Kombi lotada de passageiros, que se dirigia ao centro da cidade. Trafegando pela esquerda, num *moderno automóvel* duas rodas, não consegui desviar do veículo à direita, pois havia um grande valo seguindo o curso da estrada. Tentei passar entre ele e o barranco, mas tive que freiar a bicicleta, que acabou derrapando. Desgovernada, jogou-me frontalmente

debaixo da Kombi, que parou sobre ela. Na queda, meu veículo ficou todo danificado, e eu finquei o joelho no chão. Esfolei bastante o joelho e boa parte da perna. Fragmentos de pedras saltaram até meu rosto, que também sofreu cortes e escoriações. No peito recebi uma batida violenta, que provocou um enorme *galo*. Também sofri cortes nos tornozelos e nos pés. Graças a Deus, foi só isso. Por pouco não deixei a viúva *virgem*. Fazia muito calor no dia da festa e do casamento na igreja. Meu joelho estava em ferida, o rosto com vários curativos, e eu muito nervoso. Não era para menos. Quem não se assusta com a responsabilidade? Fazia força para me mostrar bem, mas não tinha como. Fazer o quê? A vida nos prega dessas surpresas! Felizmente, tudo saiu a contento.

O brabo mesmo foi, no quarto, na hora do *vamos ver*. Mas, como na vida para tudo se dá um jeito, naquela ocasião e naquele momento também se deu.

De então em diante, fomos levando a vida a dois, tão bem quanto a gente podia. Decidimos que ambos devíamos estudar, para aproveitar o tempo. A Ivone começou na Escola Jerônimo Coelho, pela parte da manhã, junto com a gurizada. Naquela época, os estudantes usavam uniforme azul e branco.

Eu cumpria minhas obrigações na Brigada. E, em janeiro de 1970, fui escalado para trabalhar no Rodeio Crioulo Internacional, em Vacaria. Ficamos alojados nas antigas instalações do Batalhão



Fonte: Arquivo de família.

Casamento religioso, em 20/12/1969.

Ferroviário, de onde nos deslocávamos, todos os dias, até o parque do evento, a fim de trabalhar o dia todo.

O calor era intenso. E, como a área de estacionamento lotou, fomos obrigados a ir à frente dos veículos, abrindo caminho e amassando macega com as botas, a fim de orientar os condutores até um estacionamento improvisado. Eu, que havia mandado fazer um par de botas de cavalaria, *último grito*, e fardamento de tergal, *coisa fina*, e ainda, recém-casado, queria me apresentar bem. Todos elogiavam minha nova farda e minhas botas. Só que elas tinham ficado muito apertadas e, com o excesso de calor, já não agüentava mais meus pés. Certa tarde, numa sombra, o movimento já mais tranqüilo, resolvi tirar as botas para refrescar os pés. Que loucura! Ao se sentirem livres, os pés incharam e não consegui mais calçar. Andei rodando por aqueles campos, de pés descalços, até que os colegas vieram e me ajudaram a calçar novamente as minhas ricas botas. No mais, tudo correu na mais santa paz, sem nenhum roubo de carro nos estacionamentos, que eram controlados por nós.

Ao terminar o rodeio, que durou uma semana, retornamos tranqüilos, com nossa missão cumprida.

Em março de 1970, passei a freqüentar as aulas do curso supletivo, na escola do Círculo Operário. Fui eliminando as matérias, prestando prova, ora em Passo Fundo, ora em Carazinho, e até em outras cidades. Em dois anos, consegui completar a maratona de aulas e testes, e obtive o diploma correspondente ao curso ginásial.

A FEBRE DO TIFO

Sempre tirei serviço na rua, no trânsito. Em 12 de dezembro de 1971, numa manhã de domingo, saí de casa às 6 horas, para assumir o trabalho, no centro da cidade, e substituir os colegas que tinham amanhecido de plantão.

Não passara bem a noite, e o trajeto da vila Planaltina até o centro da cidade tinha que ser feito a pé. Quando cheguei em frente ao quartel da BM, na Avenida Presidente Vargas, senti que não tinha condições de tirar serviço naquele dia. Adentrei na Unidade,

a fim de avisar o oficial de dia que eu não me sentia bem. Ele achou que eu estaria inventando história para não trabalhar, já que era domingo. Nas unidades militares sempre existiram enfermarias para atendimento dos casos de emergência. Pedi para ser atendido pelo enfermeiro de plantão, e obtive permissão. Ele mediu minha temperatura, constatando que estava bem acima do normal. Fiquei baixado, aguardando o médico da corporação, que deveria me examinar. Havia dois médicos responsáveis pela Unidade: Dr. Moacir Fauth (civil), e Dr. Krueel, Coronel da Brigada. Eles me atenderam, prescreveram medicação e me baixaram na enfermaria. Permaneci quase uma semana, para tratamento de uma simples gripe. Era o que se pensava. Mas eu não me alimentava, não dormia, sentia muita dor, transpirava de encharcar os forros de cama. Sentia-me cada vez mais debilitado. Já era sexta-feira, quando a Ivone, a tia Rosa e o primo Eno foram me visitar e verificar a situação em que me encontrava.

Então solicitei à chefia, e os familiares reforçaram o pedido, para que eu fosse passar o final de semana em casa. De volta ao lar, conversamos com minha tia, que era uma pessoa experiente e conhecedora de ocorrências daquele tipo. E chegamos à conclusão de que era necessário chamar o médico que me atendia no quartel, para que me baixasse, a fim de submeter-me a exames, que ainda não tinham sido feitos.

Lá chegando, encontrei o Dr. Moacir. Perguntou-me o que estava fazendo ali. Respondi que não queria morrer naquela situação. E ele, sem saber o que realmente se passava comigo, examinou-me e providenciou minha baixa. A tia Rosa, do alto de sua experiência, alertou-o: “Doutor, eu acho que o João está com a febre do tifo!” O médico solicitou diversos exames, mas, como era final de semana, só ficaram prontos na segunda-feira. Apenas nesse dia comecei o tratamento para combater o que realmente me deixava doente. Os exames confirmaram que eu estava com a febre do tifo. Antes disso, embora sentisse a boca toda inflamada e as mãos pelando, nem médicos nem enfermeiros haviam suspeitado da causa.

Em resumo, fiquei internado no Hospital São Vicente durante oito dias, e saí com alta na véspera do Natal, magro igual a um palito. Graças a Deus e a minha tia Rosa, me safei de mais essa.

PROSSEGUIMENTO DOS ESTUDOS

Em 1972, matriculei-me no curso Técnico de Contabilidade, no Colégio Comercial de Passo Fundo, que funcionava na Escola Fagundes dos Reis, na Avenida Brasil. Nesse colégio estudou também Leonel de Moura Brizola.

No primeiro ano do ensino médio, coisa que eu nunca tinha visto antes, um ilustre desconhecido me apareceu na frente. Era o tal de Inglês, uma disciplina que fazia parte do currículo do curso. Mas, como eu nunca tivera contato com a língua dos gringos, simplesmente me rachava ao meio. Conseguia boas notas em todas as outras áreas. No entanto, em Inglês, andava sempre na rabeira, com notas muito baixas.

A professora que lecionava essa cadeira, nem lembro seu nome, só sei que era muito durona. Nas provas, então, ela queria o meu couro. Deixava toda a sala à vontade, mas não saía do meu lado. Literalmente, pegara no meu pé, como se diz.

Chegando o final do ano, eu percebia que não seria aprovado, por causa do Inglês. No exame, precisava de nota alta e não consegui. Fui para a segunda época, que era uma nova oportunidade, felizmente. Naquele tempo tinha disso também.

Desesperado, não queria perder um ano de estudo e sacrifício. Comprei uma coleção de livros daquela língua estrangeira, com tradução em Português, paguei aulas particulares, coisa que eu nem podia.

Como estivesse inscrito na Escola de Sargentos da Brigada, em Santa Maria, para ingressar em dezembro de 1972, se fizesse o exame de segunda época pelo calendário do colégio, perderia a chance. Solicitei então ao diretor da escola, Ernesto Morsh, que antecipasse minha prova. Só assim poderia apresentar-me em Santa Maria em tempo hábil. O diretor, muito compreensivo, autorizou a professora a atender meu pedido. Foi marcada a prova para um sábado à tarde, em um das salas da EENAV.

Lá fomos os dois, a professora e eu. Aliás, quando cheguei, ela já me aguardava, com aquele seu jeito cínico e nariz empinado como sempre. Cumprimentei-a, joguei meu material sobre uma das classes, que estavam todas desocupadas, escolhi uma delas e acomodei-me. A mestra deveria estar pensando consigo mesma: “Coitado do João, nunca tirou uma nota decente o ano todo! E agora,

que precisa de muito mais, está roubado!” Eu sentia isso em seus olhos, e pensava o quanto ela ficaria feliz se eu não conseguisse a nota que precisava. Seria um feito inédito um aluno medíocre conseguir um oito, logo no exame.

Intimamente, eu estava sereno. Julgava-me preparado para enfrentá-la naquele grande duelo.

Chegou finalmente a hora e o momento fatídico. Ela passou-me a prova que constava de vinte questões. Fui lendo e respondendo com muita tranqüilidade. Já havia concluído dezoito questões, o que me garantia nove pontos. Apenas duas palavras das questões restantes eu não sabia traduzir. Chamei a professora e pedi, por favor, que me dissesse o significado daqueles dois vocábulos. Somente fizesse a tradução, e mais nada. Ela se recusou. Então solicitei que desse uma conferida nas respostas já prontas. Ela passou rapidamente os olhos e fixou-os em mim com ar de espanto. E falou: “João, o que aconteceu contigo? Não sabia nada de Inglês e agora sabe tudo! As nove respostas estão corretas”. Emocionado, apenas respondi: “Professora, já que foi tão difícil, para a senhora, me ajudar, me dar um pouquinho de atenção, hoje não lhe entrego a prova por menos de dez pontos. E, na frente dela, resolvi as duas que faltavam. Pasmem, vocês! Acertei ambas, tirei nota máxima num exame de Inglês. Ela ficou louca comigo. Não acreditava que eu fosse capaz daquela façanha. Mas eu estava feliz, pois vencera, com muita garra e persistência, a sua cruel intolerância.

No final daquele ano, fui a Santa Maria submeter-me às provas para o curso de Sargento da Brigada. Lá permaneci 45 dias, realizando os testes e trabalhando, até ter conhecimento dos resultados finais. Como fui reprovado, reiniciei o curso técnico.

UMA VIAGEM INTERMINÁVEL

*D*urante o período em que permanecemos em Santa Maria, tivemos folga apenas num fim-de-semana, para ver a família.

Enfrentamos a estrada num final de tarde, eu e meu colega, Dorocindo Silva de Oliveira (o Pelé). Eu estava fardado e ele a paisana. Lá pelas 17 horas, saímos a pé rumo a Passo Fundo. Na subida da serra, pegamos carona num caminhão carregado de bois, até Júlio de Castilhos. Dali até Cruz Alta, fomos de ônibus. Já era

madrugada, quando deixamos essa cidade e, novamente no pé dois, andamos até próximo a Santa Bárbara do Sul. Então, por pura sorte, outra carona nos apanhou. Um fusca que se dirigia a Porto Alegre, passando por Carazinho. O fusquinha levava três pessoas, duas na frente e uma no banco traseiro. Ao nosso sinal, o motorista brecou. Mas, ao percebermos que o carrinho estava praticamente lotado, agradecemos a boa vontade e nos recusamos a embarcar. Mas o condutor fez questão de levar-nos até Carazinho.

No caminho, ele nos contou que era Subtenente da Brigada, na capital do Estado. A viagem até que foi divertida. Eu e o colega ficamos prensados contra a passageira, uma moça que era filha do dono do carro. Mesmo assim, estávamos felizes pela carona que nos encurtou a viagem.

De madrugada, chegamos no trevo que dá acesso a Carazinho, e de onde a rodovia segue para Passo Fundo e Porto Alegre. Eram mais ou menos 4 horas. A moleza acabou e enfrentamos outra vez a estrada. Depois de percorrermos uns 15 quilômetros, alcançou-nos um caminhão que ia a Nova Prata carregar pedras. Parou e nos acolheu. Finalmente, às 7 horas, estávamos entrando em casa. Foram 12 horas de viagem, para folgar dois dias e retornar.

Em 1973, quando eu cursava o 2º ano do Técnico, nasceu, em junho, nossa primeira filha, a Luciana.

A grana encolheu ainda mais, pois a Ivone, que estava trabalhando fora, teve que abandonar o serviço e também interromper os estudos.

A PERDA DE MINHA MÃE

*N*a tarde de 17 de outubro de 1974, recebi a inesperada e dolorosa notícia do falecimento de minha mãe, que ocorrera repentinamente, na noite anterior, em Nonoai. Não a visitava há quase dois anos, em virtude das obrigações profissionais e dos estudos.

Para chegar a tempo do enterro, somente indo de carro. Não havia mais ônibus naquele dia.

Meu primo Eno tinha um fusca, mas não se encontrava em casa. Procuramos avisá-lo, e assim que chegou, foi levar-me. Chegamos em cima da hora do sepultamento.

Minha mãe, Aurora, foi vítima de um enfarte, enquanto tirava leite para alimentar seus filhos ainda menores de idade. A Edite, a caçula, estava com 10 anos.

Embora muito abalado, tive que retornar no dia seguinte, pois os compromissos me aguardavam.

Dois meses depois, no final de 1974, um acontecimento dos mais marcantes em minha vida: a solenidade de minha formatura no curso Técnico Contábil. Para quem saía da escola direto para o trabalho, amanhecia atendendo broncas na cidade, de manhã enfrentava as atividades do quartel, de tarde dormia um pouco, e à noite recomeçava tudo novamente, aquele diploma significava uma vitória indescritível.

No final do ano, como prêmio, a Brigada designou-me para trabalhar com os funcionários da Secretaria da Fazenda estadual. Tinha a incumbência de viajar por toda a região, sem dia nem hora para sair e voltar.

No mês de janeiro seguinte, prestei vestibular em Ciências Contábeis, na Universidade de Passo Fundo. Obtive aprovação e, em março, voltei aos estudos. Foi o primeiro ano de funcionamento no novo Campus, no bairro São José. E eu fui um dos primeiros soldados da Brigada Militar de Passo Fundo a freqüentar um curso superior. O pessoal, inclusive eu, viajava muito a trabalho, para outras localidades, como Soledade e Sarandi. E, não poucas vezes, acontecia de não chegar a tempo de assistir às aulas. Quase sempre a volta era na base da carona. Apesar de todos esses atrapalhos, devíamos nos apresentar dispostos, com a mente e o físico em forma, para assumir as tarefas do dia seguinte.

Ser soldado da Brigada Militar significava, antigamente (e ainda hoje), passar noite após noite atrás de bandidos e assaltantes, rastejando por dentro de esgotos, riachos, cemitérios, ou embrenhando-se em macegas e matagais. A finalidade era sempre apanhá-los e trazê-los presos, para segurança da sociedade. Alguns desses indivíduos tornaram-se famosos na sua fase de delinqüência, como a dupla Paulo Berne e Corujinha.

Certa noite, designaram-me para ficar de tocaia no interior do cemitério municipal, na vila Vera Cruz, a fim de surpreender os dois marginais. Havia denúncias de que eles freqüentavam ou se escondiam por lá. Outros colegas de farda se posicionaram na

parte externa do campo santo. Só que, antes de surpreenderem os marginais, foram por eles surpreendidos. Os meliantes encheram os colegas de tiro, houve perseguição, mas, naquela oportunidade, não conseguimos detê-los.

OS FILHINHOS DE PAPAÍ

Entre as tantas ocorrências registradas durante o período em que servi na Brigada Militar, um fato específico ficou marcado profundamente em minha memória.

Havia em Passo Fundo um grupo de jovens pertencentes às classes média e alta, que estavam acostumados a aprontar, nos clubes da cidade e em qualquer outro local, onde as pessoas de bem iam buscar distração. Os organizadores da festa eram sempre os mais importunados.

Desse grupo fazia parte um jovem, filho de um coronel que havia sido comandante do Batalhão local da BM. E o Centro Social da Paróquia Santa Teresinha era o mais visado.

Os PMs, os comandantes, a própria diretoria dos clubes, na maioria das vezes deixavam passar as arruaças dos jovens em brancas nuvens, para não aumentar a incomodação.

Num final de semana, eu e mais um colega chamado Sílvio, hoje oficial da BM em Erechim (ele era mais novo que eu na corporação, praticamente um recruta), fomos escalados para dar segurança na reunião dançante que se realizava no Centro Social da Vila Rodrigues.

Lá fomos nós. Apresentamo-nos à diretoria do clube, colocamo-nos à disposição, e nos posicionamos próximos da portaria, no *hall* de entrada. Não demorou e o grupo dos rebeldes apareceu. Eram três ou quatro elementos que, de imediato, perceberam a nossa presença. Deram umas voltas, ameaçaram de se agredir entre si, só para provocar. O filho do coronel também fazia parte da gangue. Acho até que era o chefe.

Deram um giro pelo salão, largaram umas piadas, e saíram para a rua. Pensei comigo mesmo: “hoje eles não vão formar!” *Dei um tempo* e desci as escadas que davam acesso à rua. O colega não

entendeu a jogada e ficou no seu posto. Quando pus o pé lá fora, percebi que o grupo era bem maior.

Para que os leitores tenham uma idéia de como e quanto eles tinham as costas quentes e as unhas grandes, basta conferir o seguinte: quando notaram a minha presença, um deles jogou, nos meus pés, uma garrafa, que virou caco.

A minha reação foi instantânea. Parti para cima da turma, sozinho. Agarrei o sujeito desaforado, queria fazê-lo juntar os cacos. No momento subsequente, houve a reação dos mal-acostumados, e outro deles veio com tudo para me derrubar. Juntei-o pelo colarinho, num golpe arranquei-lhe a camisa, e aí o caldo engrossou. Minha sorte foi que passava por lá, naquela hora, outro brigadiano, o Machadinho (assim apelidado por ser natural dessa cidade). Estava a paisana, mas mesmo assim pedi ajuda. O colega que tirava serviço comigo só desceu as escadas porque alguém o avisou dos incidentes. Um terceiro elemento dos metidos a besta saiu correndo. Mas eu larguei atrás e o alcancei. De tão apavorado chegou a chocar-se contra uma carroceria de caminhão estacionada nas proximidades. Trouxe o fujão, enquanto meus colegas seguravam mais dois dos safados. Um deles era o chefão e filho do coronel.

Chamamos os companheiros da central de plantão, situada na Avenida Brasil/centro, e, sorte nossa e dos dirigentes do clube, o sargento que naquele dia comandava a guarnição era o Sargento Escobar, cabra macho, daqueles que segura as pontas.

Quando a viatura chegou ao local dos fatos, narramos o acontecido. O sargento recolheu os três para a central, registrou a ocorrência e baixou-os para o presídio. Ficava ao lado do quartel dos bombeiros, na esquina da Quinze de Novembro com a Independência. Lá pernoitaram, de domingo para segunda-feira, mas o estouro não demorou. O ex-comandante e os demais papais (dos filhinhos amados) ficaram loucos da vida pelo que havíamos feito com seus bonecos desordeiros.

O Sargento Escobar me procurou, dizendo que o furdunço estava armado, mas que ele mataria no peito. E também que daria a maior força. Não demorou, chamaram-me ao quartel para dar explicações. Lá fui interrogado e dei meu depoimento.

Não demorou, o pessoal da diretoria do Centro Social, que era composta pelos senhores Elói Taschetto, Aníbal Venturini e outro

cujo nome não me recorde, também prestaram depoimento a meu favor. Os líderes de outros clubes da cidade, além de me defenderem, elogiaram meu trabalho e dos colegas que participaram da operação. Essas pessoas colocaram o comando da Brigada a par do que vinha acontecendo, nos clubes e demais lugares públicos, que realizassem qualquer promoção social.

O grupo dos desordeiros, por sua condição social favorecida, estava acostumado a anarquizar, sem que nada acontecesse a eles. O fato foi noticiado na imprensa, tanto nos jornais como nas rádios, com a explicação que segue: que tudo aconteceu no interior do clube; que os brigadianos haviam espancado e derrubado os bonzinhos sobre cacos de garrafa; e que eles haviam sido arrastados pelo interior do clube. Isso até que tudo fosse desmentido pelas pessoas de bem, que sofriam por causa de meia dúzia de moleques mimados.

Desde aquele entretanto, as entidades sociais, por um bom tempo, puderam trabalhar descansadas, sem serem perturbadas pelos arautos da baderna. Toda a equipe que atuou no episódio foi laureada com um elogio publicado em boletim, e lido no quartel, perante a tropa.

O VÔO FORÇADO

*T*ranscorria o mês de setembro, época da romaria de Nossa Senhora da Salette, em Marcelino Ramos. Os peregrinos viajavam de trem para participar da festa. Vinham desde Cruz Alta, Carazinho, passavam por Passo Fundo e seguiam até o santuário, na divisa com Santa Catarina.

Por sua vez, os *mãos-leves*, batedores de carteira, não perdiam a chance de agir, no trajeto e nas estações. A movimentação deromeiros era muito grande.

Numa dessas ocasiões, participei de uma patrulha escalada para esperar o trem na estação de Passo Fundo, e recepcionar os vigários que viajavam com a comitiva, para as celebrações. Devíamos também marcar presença, retirar de circulação ou afugentar os meliantes que já eram nossos conhecidos.

Quando o comboio chegou em nossa gare, era grande a movimentação de pessoas, gente que queria descer, outros que pretendiam embarcar. A patrulha passava de vagão em vagão, conferindo

o pessoal, enquanto outros PMs permaneciam no exterior do trem, a fim de controlar os vigaristas que pretendiam enfiar-se entre os passageiros. Normalmente, quando da partida, a máquina apitava, dando um sinal com antecedência.

Naquela noite, acho que por estar atrasado, deu o sinal e partiu imediatamente. Foi um corre-corre geral. Ainda nem todos tinham subido; nem todos, descido. E muitos se apertavam nas portas dos vagões. Ninguém conseguia sair nem entrar. Nós também precisávamos descer, mas foi impossível. Só sei que, quando tive condições de descer, o comboio já estava passando na Av. Presidente Vargas, e em alta velocidade. Não tive outro jeito senão me, com a locomotiva em movimento. É evidente que cáí, rolando no chão, creio que uns dez metros, entre pedras e dormentes. O meu capacete foi parar do outro lado da ferrovia. Se não agisse daquela forma, teria que ir, no mínimo, até a próxima estação.

A prestação de serviço na Brigada era assim, só *pepino*: guardar bailes, carnavais, futebol, festividades; agüentar bêbados, aprontando confusões; intervir no trânsito, se os filhinhos de papai aprontassem. Se fosse narrar tudo o que aconteceu e vivenciei no período em que fui brigadiano, a história não acabaria tão cedo. Em função dos estudos, eu realizava muitos plantões em feriados e finais de semana.

EM TERRA DE MACHÕES

 Em meados de 1975, estava eu à disposição da Secretaria da Fazenda, na 16ª Coordenadoria de Passo Fundo. Fui cedido pela Brigada Militar para dar segurança aos funcionários e controlar o trânsito. Sempre correndo atrás de sonegadores de impostos, conferindo notas fiscais e cargas, como se procurasse serviço e *sarna para me coçar*.

De vez em quando, metia-me em confusões, e até em broncas e ameaças. Em certa ocasião, aproximadamente às 22 horas, encerrávamos mais um dia de trabalho e andávamos pelo centro da cidade. Era verão, uma noite de ótima temperatura, e ainda muita gente transitava pelas ruas e bares. De repente, deparamo-nos com um caminhão carregado de toras de pinho, que vinha do interior, em horário habitual para os sonegadores. O destino do carregamento

era uma serraria localizada nos arrabaldes, de propriedade de um senhor conhecido por Rocha.

Fiz sinal para o condutor estacionar, a fim de conferimos a documentação e a nota fiscal da mercadoria transportada. Além do motorista e seu carona, viajavam em cima da carga mais uns oito peões. Com eles, muitas ferramentas, como machados, foices, facões, motosserra e, com certeza, armas. Durante a abordagem, conferência e demais procedimentos de praxe, constatou-se que o carregamento vinha desacompanhado da documentação fiscal obrigatória.

O fato de nos encontrarmos no centro da cidade e de haver muita gente circulando, fez com que os curiosos começassem a se aproximar, formando aglomerações, largando piadas e opinando sobre como as coisas deveriam ser resolvidas.

Os funcionários, que eram o Amadeo Reolon e o Mário Rodrigues (Marião), pretendiam apenas cumprir sua obrigação e estavam desarmados. Somente eu, que era policial, portava um revólver. Os responsáveis pela carga, por sua vez, não aceitavam a autuação e se sentiam fortalecidos pelo número de palpiteiros que aumentava continuamente, e cada vez mais perto.

Percebi de imediato que os populares estavam a fim de nos cercar e dominar a situação. Posicionei-me então estrategicamente, de modo a impedi-los desse intento. Do local onde me encontrava, dava cobertura aos funcionários. Em qualquer reação ou ataque. Por parte dos peões ou dos demais que se juntaram a eles, eu teria condições de reagir em defesa dos colegas. O grupo achava que a nossa ação estava prejudicando o bom andamento do trabalho dos operários. Como éramos em menor número, apenas três, enquanto eles somavam dez indivíduos, além dos que apoiavam os infratores, a tentativa era de nos amedrontar. Tinham certeza de que, com suas ameaças, desistiríamos do nosso intento, que era autuá-los por transporte irregular de carga. E, por estar armado, era eu o alvo principal.

Como não houve acerto e a bulha continuava a esquentar, os dois funcionários da Fazenda chamaram-me, e também o motorista, ordenando que o caminhão e a carga fossem conduzidos até a Delegacia de Polícia.

O condutor do caminhão concordou. Embarcamos, eu e ele na cabine, os tucos sobre a carga, e os fiscais da Receita na viatura oficial, que era uma Kombi.

Aconteceu, porém, que o motorista do caminhão resolveu, por conta e risco, tocar direto para a serraria e não para o órgão policial. Eu argumentava com ele, para que não fizesse bobagem, que seria responsabilizado por seus atos. Ele não ligava a mínima. E mostrava-se decidido, colocando em risco a sua própria vida e a dos demais que o acompanhavam. De repente, largou o veículo por uma rua em declive acentuado, até deparar-se, na baixada, com um pontilhão estreito, que mal dava passagem a um veículo de pequeno porte. Eu gritei novamente para que ele freasse, se não nós todos iríamos parar no *inferno*. Mesmo assim, não deu ouvidos à minha ordem. Os funcionários, que nos seguiam, ficaram apavorados, vendo o atrevimento do homem. Não conseguiam sequer ultrapassar-nos, pois nos encontrávamos quase sobre a ponte. De minha parte, e por minha conta, tive uma reação inesperada, como tivera quando meti um facho aceso no rosto de um sujeito que pretendia sufocar a própria filha, conforme relatei páginas antes. E tomei então a única atitude possível naquele momento, já que o irresponsável estava a fim de *aprontar feio*. Passei-lhe uma gravata no pescoço, meti o pé sobre o dele, no freio do caminhão, e puxei ainda o freio de mão. Mas ambos funcionavam mal e o desastre se apresentava iminente. Naquele instante, o cara se assustou e os dois freamos aquela geringonça, que estaqueou antes de embocar no pontilhão. Meus companheiros de serviço, pasmos com a situação e a atitude irrefletida do motorista, assim que paramos, estacionaram a Kombi em nossa frente. Gritei-lhes para que saíssem, pois eu iria saltar do caminhão em movimento. Naquele instante, o chofer já se mostrava mais assustado que nós. Só então percebeu a gravidade de seu ato. E os funcionários, finalmente, conseguiram convencê-lo de que seria melhor, para ele e para todos, comparecer na Delegacia. Finalmente, concordou e fomos. Agora o caso era com a polícia, onde se registrou a ocorrência, e o caminhão e a carga ficaram retidos até o proprietário regularizar tudo.

Além desse episódio, aconteceram vários outros que também mereceriam registro. A gauchada de Soledade era como dizia o Teixeira em sua canção: “Se é preciso, enfrenta a morte, e não liga pra tempo feio”.

TROPELIAS DE UM SOLDADO IMPACIENTE

EPISÓDIO I

Na véspera do dia da Pátria, em 1976, a guarnição inteira se preparava para o desfile. Procedia-se, nessas ocasiões festivas, a limpeza do armamento, dos capacetes, das botinas e da farda. Hoje não se usa mais capacete. Na época a cabeça ostentava essa peça militar, e até de duas cores. Ele podia ser verde ou branco. Na parte frontal, uma estrela, símbolo da corporação. Infelizmente, a minha estrela não se encontrava em condições adequadas e, danificada, precisava ser substituída antes da parada cívica.

Mandaram, pois, que me dirigisse ao almoxarifado, a fim de solicitar um novo símbolo ao Tenente N*****, um cara desses da geração coca-cola, feito nas coxas, promovido por antiguidade, se não por puro puxa-saquismo (era chulo e bajulador).

No almoxarifado, encontrei o oficial responsável mais os soldados e cabos veteranos, seus comandados, todos uns adulões e xeretas. Apresentei-me ao chefe, falei-lhe do que precisava para a apresentação pública do Sete de Setembro. Sempre participei, com muito orgulho, dos desfiles e programações da unidade, no intuito de bem representar nossa gloriosa Brigada.

O oficial N***** me respondeu muito mal, dizendo que já havia mandado material suficiente, e que não mandaria mais nada para o esquadrão. O tenente, que se encontrava na parte interna do balcão, bem como os demais colegas que trabalhavam no setor, se puseram a rir, debochando e gozando da minha cara. Com certeza, para fazer média com o tenente. Eu, que aguardava do lado oposto, senti o sangue me subir à cabeça, encarei o oficial com raiva, e despejei: “Tenente, se tudo isto lhe pertence e vai lhe fazer falta em sua preciosa vida, leve tudo pra casa ou enfie no... (E fiz um gesto obsceno com os dedos), porque para mim não faz nenhuma falta. Se lhe peço alguma coisa é pela Brigada e não por mim”.

Naquele instante, nem sentia mais o chão debaixo dos pés. Joguei mais um monte de ofensas sobre aquela figura odiosa, entrincheirada sob as insígnias do poder.

Em seguida, pedi licença pra queixar-me dele ao comando e me retirei do recinto. Dirigi-me então ao esquadrão, que estava em forma justamente diante do xadrez da unidade. Ali chegando,

ofendido e com o ânimo exaltado, fiz um enorme escarcéu e me pus a discursar. O oficial Saraiva, que comandava o esquadrão em forma, queria saber o que estava acontecendo. Eu não dizia palavra, só gesticulava, gritando em altos brados que os oficiais viviam na vagabundagem, e só falavam grosso, por se escudarem nas estrelas que ostentavam nos ombros. Que não eram homens, e bastava terem uma caneta na mão, para que a verdade só existisse para eles. Que a justiça era sempre feita a seu bel prazer e em favor deles próprios. Que era muito fácil mandar os PMs para o xadrez, por qualquer bagatela. Disse ainda que soldado nunca tinha razão e que eles eram os donos da verdade.

O oficial insistiu em saber o que estava sucedendo, pois até então nem ele sabia de nada, nem o resto da corporação formada em nossa frente. O Tenente Saraiva ficou estático, me escutando, sem imaginar por que eu estava tão furioso. Só então contei a ele, e a toda a guarnição ali presente, o acontecido no almoxarifado. E pedi-lhe permissão para me queixar ao comandante. Só se ouvia: *Deixa disso! Não faça conta!* Por fim, ainda o desafiei para que me prendesse se estivesse errado, porque isso saberiam fazer muito bem... Queixa ao comando não me permitiram fazer. Sabiam que, se eu fosse punido, levaria mais gente comigo, inclusive o *tenente coca-cola*. Também não deram parte de mim, ficando o caso abafado. A minha desforra foi ter dito, em alto e bom tom, para que todos ouvissem, o que muitos soldados gostariam de dizer, mas não tinham coragem. Foi por essa razão que me aplaudiram.

EPISÓDIO 2

Certa vez, necessitando falar com o sargento enfermeiro, que estava de plantão, dirigi-me à enfermaria. Não o localizei. Mas, ao retornar pelo corredor, encontrei o soldado secretário do major dentista, na porta do gabinete.

Perguntei-lhe se não havia visto o enfermeiro. Respondeu negativamente. O major ouviu nossa conversa e chamou minha atenção por não lhe ter pedido permissão para falar com o colega, seu subordinado.

Eu já não estava mais aceitando esse tipo de coisa. Entrei porta adentro e respondi-lhe que queria mesmo era falar com o enfermeiro e colega, e que não tinha que lhe dar satisfação. O oficial saltou diante de mim, interrogando se eu era ou não seu subalterno.

Respondi que sim, mas que não tinha nada a tratar com ele. E disse mais: que eu realmente era um policial que dava duro, metia a cara nas broncas e enfrentava todo tipo de perigo; que fazia jus ao soldo que ganhava. E, apontando para minha camisa, mostrei-lhe que era um soldado de verdade, enquanto ele só usava a farda para garantir o final do mês, e ferrar, por qualquer motivo banal, aqueles que de fato trabalhavam.

O oficial ficou furioso e mandou seu ajudante procurar o oficial-de-dia para me prender. Eu me retirei, fui até o 2º esquadrão, que era a subunidade à qual pertencia, a fim de falar com o Sargento Guaraci Lima de Assis, que era meu sargentante, e me incentivou muito a estudar. Conteí-lhe o ocorrido e acrescentei que ele iria assistir a uma prisão. Depois fiquei ali aguardando. Até hoje não me prenderam.

EPISÓDIO 3

Saí de casa por volta das 13 horas. Na Avenida Presidente Vargas, tomei o coletivo para me dirigir ao quartel. O expediente iniciava às treze e trinta, no horário de pico. Os ônibus lotavam, era um empurra-empurra.

Nas imediações da padaria São Cristóvão, embarcou o Sargento João Batista Lopes, que cursava Faculdade de Agronomia e também fora meu sargentante no 2º esquadrão.

Ao chegar à parada de ônibus próxima do quartel, desci antes dele, atravessei a avenida, passei pelo portão das armas e segui meu rumo. De repente, ouvi alguém chamando meu nome. Prestei atenção e virei-me para identificar o chamado. Era o sargento. Parei então para esperá-lo e saber o que queria.

Ele chegou já me chamando a atenção, porque não lhe fizera continência no interior do coletivo. Respondi-lhe que, naquele local, com aquele tumulto de gente, isso era impossível. Além de que nos encontrávamos distantes um do outro. Eu na frente e ele no fundo do ônibus. Meus argumentos não surtiram efeito e ele continuou me xingando.

Falei então que, se isso era tudo o que lhe faltava, se iria melhorar sua vida e fazer bem a seu ego, eu faria tantas continências quantas ele quisesse, pois, para mim, não faria a mínima diferença. Nesse momento, entramos na guarnição, ainda trocando farpas. Ele ameaçou dar parte de mim e manter-me detido, sem possibili-

dade de me afastar, até segunda ordem. E assim aconteceu. Após o expediente da tarde, fui para o alojamento, enquanto ele voltou para casa tranqüilo. Não pude sequer avisar minha esposa que não regressaria.

Naquela noite, aconteceu na região de Sarandi uma forte tempestade de granizo, e a Brigada foi convocada a ajudar os flagelados, na recuperação de telhados, residências e galpões danificados, em suas propriedades.

Como o Tenente Otávio estava de oficial-de-dia na unidade, e seus familiares residiam em Sarandi, ele procurava gente voluntária para essa tarefa.

Fiquei sabendo, e me apresentei como voluntário e conhecedor das lidas de carpintaria. Narrei-lhe o que havia acontecido comigo e a conseqüente detenção no alojamento, da qual nem minha mulher tinha conhecimento.

O tenente só teve uma resposta: “Ferron, vá para casa, prepare algumas ferramentas, e esteja aqui amanhã bem cedo, que embarcaremos para Sarandi”.

Lá fui eu feliz da vida, contar o caso para a Ivone e ajeitar a muamba, como combinado. Levantei cedo e fui para o quartel, onde embarcamos em duas viaturas da BM e seguimos viagem.

Foi um serviço intenso, pois houve muita destruição e haveria muito por fazer, sobretudo na região de Barra Funda. Levamos em torno de três dias para concluir a empreitada.

No retorno, tomei conhecimento de que o Sargento Lopes havia ficado uma arara, quando me procurou e não me encontrou. Ao lhe informarem que eu havia acompanhado a turma do Tenente Otávio, deslocada para atuar em Sarandi, mostrou-se louco da vida. Por muito tempo, sequer me olhava na cara.

○ SURURU

No dia 7 de agosto de 1976, no estádio de futebol do Esporte Clube 14 de Julho, hoje denominado Vermelhão da Serra, aconteceu um clássico comemorativo ao dia do município, entre o Gaúcho e o time da casa.

Eu, que sempre ia aos jogos para trabalhar na segurança, aquele dia, por estar de folga, ao invés de ficar em casa ou sair

junto com minha esposa e a filha Luciana, de três anos, optei por assistir ao jogo. A decisão poderia ter estragado minha vida, com muitos atos e atitudes impensados que tomamos, sem antes refletir o suficiente. Na maioria dos casos, o arrependimento chega tarde e, às vezes, tarde demais. Vejam só o que aconteceu.

Chegando ao estádio, encontrei meu primo Eno com os dois filhos pequenos, o Édio e o Ernesto. Sentamos juntos na geral, na primeira fila da arquibancada. E ficamos conversando e comendo pipoca até o tal jogo começar.

De repente, sem mais nem menos, o Eno gritou: “Cuidado, João!” Quando me virei para verificar o que havia, recebi um soco na boca, de um sujeito de uns 20 anos, loiro e alto. O tal, assim que me acertou, voltou correndo para a arquibancada superior, disparando entre aquele povo todo. Fiquei sem saber o porquê daquela atitude. Coisa de covarde: bater e fugir. É evidente que larguei correndo atrás do cara e alcancei-o no meio da galera, uma torcida que dava um dedinho para ver uma confusão. Eu portava um trinta e oito na cintura, por baixo da roupa. Agarrei o malandro pelas crinas, suas longas crinas loiras. Puxei-o de volta, e descemos os degraus rolando, em meio à torcida furiosa. Além de segurar o rapaz e me cuidar dos outros, também tinha que cuidar do revólver.

No meio do frege apareceram, como sempre, colegas que lá estavam para dar segurança e não permitir que os brigões se engalfinhassem. Naquele rolo, eu e o covarde que estava sob minhas garras, levamos uns petelecos e uns sopapos dos PMs. Quando me reconheceram, pediram-me para largar o sujeito que eles o levariam. Assim aconteceu. Mas não me conformei de entregar o pilantra sem me vingar do que ele me fizera momentos antes, sem nem uma razão. Saí atrás, apurando o passo. Alcancei os policiais próximo ao portão do estádio, acertando um belo dum soco nos dentes do camarada. Aí a coisa pegou fogo, com mais gente entrando na confusão. Eu queria esbofetear o cara de todo jeito, mas os *homens da lei* pretendiam que eu *saiße fora*. Tomado de raiva, não obedecia às ordens de um sargento que tirava serviço no campo. Teve que vir o comandante da BM, que também se encontrava na arquibancada. Mandou que me recolhesse para o quartel, que ele resolveria o problema depois.

Então saí *pê da vida* com o fato de o sujeito ter me aprontado aquele vexame.

E, por estar armado, nem pude me defender direito. Tinha de me cuidar, porque, no meio da confusão, entre o pega-puxa-empura, poderia perder a arma ou até mesmo fazer algum disparo e me complicar ainda mais. De repente, os PMs largaram o biltre fora do portão do estádio. Era tudo o que eu queria. Fui para cima dele e minha gana era de sufocá-lo. Não me importava que revidasse, pois estava encanizado de raiva. Novamente vieram os deixa-disso e levaram-me embora.

Também achei melhor ir para casa. Já estava com as roupas meio rasgadas, por causa da briga, e cheguei muito chateado, sobretudo porque a Ivone e a Luciana já haviam retornado do passeio e perceberam o meu estado. Minha esposa, de imediato, quis saber o que ocorrera. Desconversei e falei-lhe que tinha que ir para o quartel.

Tomei um banho, troquei de roupa, isto é, me fardei e sai com o coração apertado, pois não sabia o que me esperava na presença do comandante. Aguardei ansioso até o dia seguinte. Só então me chamaram para dar explicações sobre o acontecido no estádio, durante o jogo de futebol. Relatei tudo fielmente e de acordo com a verdade. Fui liberado sem nenhuma punição. Mas ficou-me a lição para situações futuras.

Parecia que o fato estava encerrado. Todavia, a gana de pegar o bofe, essa ainda continuava viva. Levei seis meses para peitar o sujeito sozinho. Certa noite, ao voltar da faculdade, divisei no centro da cidade o tal loiro que gostava de dar sopapos em quem está quieto, assistindo a um jogo de futebol, e depois esconder-se no meio da torcida. Ele estava numa parada de ônibus, conversando com outros camaradas.

Fiquei *de butuca*, observando. Quando meu ônibus encostou no ponto e eu ia embarcar, vi os dois que conversavam com ele embarcarem também. Ele, por sua vez, saiu sozinho e a pé. Eu não tive dúvidas, me larguei atrás. Ao chegar à esquina da Av. Brasil com a Gen. Neto, peguei o valente pelo colarinho e o cobri de bofetadas. Desafiei-o a que me batesse se era homem. O infeliz nem reagiu. Eu queria quebrar seus ossos, mas nem isso consegui, já que havia muita gente observando. Depois desse episódio, encontrei-o diversas vezes. Ele nunca mais se meteu comigo, nem eu com ele. O indivíduo também se chama João. Anos depois trabalhou para um primo meu. Hoje penso... “que loucura!”

UMA GALINHA AZUL

Quase ao final do ano de 1976, enquanto terceiranista de Ciências Contábeis na universidade, peguei uns dias de férias e aproveitei para visitar meu pai e meus irmãos mais novos, na Linha Ferron, interior de Nonoai.

Preparei uma mala e meti dentro uma muda de roupas, livros, cadernos e a calculadora.

Na rodoviária, tomei o ônibus da empresa Águia Branca, com sede em Carazinho, e de propriedade da família Sabadin. Fazia a linha Passo Fundo a Xanxerê, passando por Nonoai e Chapecó.

Já era noite quando cheguei à velha querência, pois enfrentei ainda um bom trecho de estrada, depois de saltar do ônibus.

Permaneci quatro ou cinco dias na casa paterna, matando as saudades. Também visitei meus tios e primos. E, como levava material escolar, aproveitei para estudar um pouco, que as provas finais ocorreriam assim que voltasse.

Quando a folga acabou e a hora de regressar estava próxima, e como era de praxe, desde os tempos da mamãe, a família não permitiu que eu saísse, sem me presentear com algo útil, quase sempre mantimentos ou animais de corte.

Era costume ofertar aos visitantes, galinha, porco, milho verde, feijão, papagaio, frutas e tudo o mais que se possa imaginar.

Meu pai e a tia Maria (agora minha madrastra) me obrigaram, entre outras coisas, a aceitar uma galinha caipira, prontinha para ir à panela.

Enfiei tudo na pequena mala, entre as roupas e os cadernos, e me mandei para a cidade, a fim de tomar o ônibus de volta. Ia satisfeito, antecipando o prazer do almoço do dia seguinte: a galinha gorda que pesava na mala.

Lembro que, ao embarcar na rodoviária de Nonoai, o ônibus estava praticamente lotado. Ajeitei a preciosa mala no bagageiro interno do ônibus e me acomodei num canto.

Durante todo o percurso, entrava e saía gente, todos com seus pertences, que eram sacos, mudas de plantas, e também alguns bichinhos. Com a aglomeração dos viajantes crescendo sempre, fui parar bem na rabeira do ônibus, na *cozinha*, como se diz vulgarmente.

Quando parecia que o veículo não comportava mais ninguém, sempre mandavam dar mais um passinho e subia mais um.

Em Linha Trindade, um casal de meia idade teve sua mala colocada próxima da minha. Percebi que as duas pareciam iguazinhas, certamente adquiridas na mesma loja, foi o pensamento que me ocorreu. Mas não conseguia enxergar direito, pois estava sentado num dos últimos bancos e havia muitas pessoas de pé. Sequer conseguia orientar-me sobre os locais que o ônibus percorria.

Em Linha Progresso, o casal desembarcou e, por uma fresta da janela, tive a impressão que carregavam uma mala que parecia ser a minha. Voltei os olhos para o bagageiro e vi que ela estava lá. Mesmo assim, a parecença deixou-me com uma pontinha de desconfiança.

O casal se afastou, o veículo seguiu, sempre com a lotação máxima. Até que enfim chegamos ao destino. Desembarquei com certa ansiedade e passei a mão na mala, sem perceber diferença, nem mesmo no peso.

Quando em casa cheguei, tratei de abri-la para retirar os objetos, enquanto contava à Ivone que trouxera de presente uma galinha caipira. De repente, fui tomado de susto. Dei-me conta que aquela não era a minha mala. Que a minha ficara pelo caminho e que esta tinha outro dono. O mesmo espanto deve ter acometido o casal quando chegou em casa.

Que fazer? Voltei à rodoviária e solicitei providências, no sentido de que se desfizesse o equívoco. Como pista, informei que a troca devia ter ocorrido em Progresso. O mesmo procedimento tomou o casal. E assim se resolveu o impasse. Eu remeti a mala que não me pertencia, e eles, por sua vez, devolveram a minha, com tudo dentro, até a galinha caipira.

Os urubus certamente vieram acompanhando o ônibus, pois só depois de uns quatro dias minha maleta chegou a seu destino final. Quando entrei com ela em casa, já me provocava mal-estar. Não dava mais para chegar perto. Ao abri-la, então, foi um horror. Imaginem a situação das roupas, dos cadernos e livros! A galinha, coitada, estava azul...

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Em 1º de outubro de 1977, em uma das salas da Escola Municipal Dileta Barroso Marinho, na Vila Planaltina, reuniu-se uma comissão de moradores da vila, com o objetivo de fundar uma associação de moradores. Sua finalidade principal seria reivindicar e defender os interesses da vila.

Desse encontro resultou a formação de uma diretoria, da qual fui escolhido presidente e fundador da primeira entidade do gênero organizada em Passo Fundo.

Uma vez composta, a diretoria tomou posse, num jantar realizado no salão de esportes da paróquia São Cristóvão.

Posteriormente, elaborei os estatutos da entidade que, em assembléia, colocamos em votação. Aprovados, minha casa ficou sendo, temporariamente, a sede da nova agremiação, por falta de um local mais apropriado.

Logo tratei da regulamentação, para que a entidade existisse de fato e de direito. Assim, foi ela registrada na Receita Federal, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, na Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, e na Prefeitura Municipal.

Na presidência, trabalhei muito. Conseguimos não só reunir a maioria dos moradores da comunidade, mas também construir uma sede, que equipamos com cadeiras, mesas, pratos, talheres, geladeira comercial e aparelhagem de som.

Ainda colocamos em funcionamento um ambulatório para atender a comunidade, e passamos a oferecer cursos de atividades domésticas.

Participamos de congressos em diversas cidades do Rio Grande do Sul, como Viamão, Erechim, Porto Alegre e outras mais, o que favorecia a integração e a troca de experiências.

Permaneci por quatro anos à frente da Associação. Nesse período, cursava o 3º ano da faculdade, e decidi, conscientemente, abandonar a Brigada Militar. Pedi minha exclusão, mas não queriam largar-me. Tive que ir três vezes a Porto Alegre, no quartel-general, onde servia um sargento, meu amigo, que foi quem deu um empurrãozinho nos trâmites da documentação. Meu desligamento da corporação foi publicado em boletim, no dia 21 de novembro de 1977. Acertei o que devia. Devolvi o que tinha que ser devolvido, e me mandei, com quase 12 anos de serviço.



Fonte: Foto do autor, 2005.

Prédio construído para abrigar a associação, na Rua Professora Lucile Fragoso de Albuquerque, nº 20, no bairro Planaltina.

A partir dessa data, fui trabalhar na iniciativa privada, no escritório de contabilidade dos Buaes (Dr. Salim e Dr. Nestor), na Avenida Brasil, centro de Passo Fundo. Lá receberia de salário o mesmo valor do soldo da Brigada, mas tinha a possibilidade de exercer a profissão que, de fato, havia escolhido, na área contábil. Só que algumas semanas depois, fui convidado por um funcionário da Secretaria da Fazenda estadual, Amadeo Reolon, a me inscrever em um concurso público que seria realizado na região, provavelmente em Erechim. Refleti sobre as conveniências do convite e fiz a inscrição. Só não consegui participar de nenhum cursinho preparatório, porque trabalhava muito e viajava pela região. O concurso se realizou de fato em Erechim, em 17 de dezembro de 1977.

Em agosto do ano seguinte foi publicado o edital de nomeação dos concorrentes aprovados, os quais deveriam comparecer em Porto Alegre, no dia 25 de agosto de 1978, a fim de tomar posse.

Nessa data, na sede da Afisvec, no bairro Cavalhada, na capital, apresentaram-se todos os que seriam empossados. A chamada foi por ordem de classificação. Quando chegou a minha vez,

já não existiam mais vagas na Regional de Passo Fundo, só na de Erechim, com designação para os Postos Fiscais de Nonoai e de Marcelino Ramos.

Em Nonoai havia sete vagas. Mas, por ser um local de difícil acesso, ninguém pretendia nomeação para trabalhar lá. A estrada que conduzia a Nonoai era de chão batido, com muita poeira em dias de sol e muita lama quando chovia. E havia três concorrentes dessa localidade que desejavam assumir e trabalhar em seu município. As demais vagas se localizavam na Capital, em Torres, e noutros lugares bem mais distantes.

A sorte me favoreceu e fui o primeiro a assumir com lotação em Nonoai. Foi o suficiente para que, ao serem convocados, os demais fizessem a mesma opção.

Naquele Posto Fiscal já havia alguns funcionários atuando. Eram: Luiz Carlos Winckler, José Pereira de Almeida e Elton Lajús (Maneco), pelo regime da CLT, e ainda o Izidoro Tartas, estatutário.

Os quatro funcionários aguardavam ansiosamente a chegada dos novos colegas, uma vez que o time estava precisando de reforço.

Em 30 de agosto lá chegamos, de mala e cuia. Procedentes de Passo Fundo: eu, João Ferron, mais Dorocindo Silva de Oliveira (o Pelé), que era professor de Educação Física, e Jalbo Fagundes Ribeiro. De Vacaria: Nelço Fernandes de Vargas, (bacharel em Direito); e os três colegas de Nonoai: Sebastião Marcondes Gonçalves, Gelson Lajús e seu irmão Elton, que era vereador na cidade. Com esse acréscimo de funcionários, a repartição ficou bem guarnecida para o exercício das tarefas de que era encarregada.

A chefia do posto coube a Luiz Carlos Winckler, pai do Dr. Jorge Antonio Winckler, urologista que atua na cidade de Passo Fundo.

A lotação do Posto Fiscal de Tributos estaduais ficou então constituída dos seguintes funcionários: Luiz Carlos, José, Izidoro, Elton, Gelson, Sebastião, Nelço, Jalbo, Dorocindo e João.

O cargo de supervisor era exercido por Amos Martinelli. Informei-lhe de imediato que estava cursando o último semestre de Ciências Contábeis, na Universidade de Passo Fundo, e que gostaria de saber se haveria possibilidade de continuar os estudos. Martinelli respondeu-me secamente que escolhesse: o estudo ou o trabalho. E... fim de papo!

É evidente que optei pelo emprego. E por esse motivo perdi o semestre, que já estava pago com crédito educativo. Só retomei os

estudos e consegui concluir o curso em 1979, porque me propus ao sacrifício de colocar-me à disposição para trabalhar nos finais de semana e nos feriados. Tive uma colação de grau sem nenhuma comemoração, com mais dois colegas, pois pretendíamos nos inscrever para um concurso público em Porto Alegre. Antecipamos a conclusão, realizamos a formatura em gabinete, e nos mandamos para a capital.

Fui funcionário do Posto de Nonoai até meados de 1984, quando a chefia de Erechim, por falta de pessoal, requisitou-me junto com o colega Dorocindo.

Levaram-nos para a Coordenadoria daquela cidade, a fim de participarmos de turmas volantes, em toda a região do Alto Uruguai. O trabalho era intenso e consumia todo o nosso tempo, praticamente dia e noite.

Em resumo, o futuro da associação que criei com tanto trabalho e dedicação para defender as causas de nossa comunidade, a partir de um certo tempo passou a andar para trás. Isso porque algumas pessoas passaram a usá-la para fazer política ou politicagem, quando o objetivo da entidade era fazer política comunitária. Até hoje, ainda existem políticos em nossa cidade falando bonito, mas esquecem que ajudaram a acabar com nossa associação. Ultimamente, todos os presidentes que assumem, ou melhor, que usam o nome da entidade, é somente para se lançarem a candidatos a vereador, e tchau...

A IGREJA

Em 1978, quando comecei a atuar na Regional de Erechim da Secretaria da Fazenda, no cargo de Técnico do Tesouro Estadual, era também presidente da associação de moradores, mais precisamente, da Associação dos Amigos da Vila Planaltina, em Passo Fundo, e estudava na universidade.

No dia 11 de agosto de 1979, reunimo-nos em 13 casais, mais o pároco da Paróquia São Cristóvão, Pe. Darci Domingos Treviso, em uma garagem na residência de Idolino Bonamico, com a finalidade de formar uma diretoria que levasse à frente os trabalhos de construção de uma capela. O bairro Planaltina era constituído por

uma comunidade nova, em pleno crescimento, e ficava distante da sede paroquial. Havia, pois, necessidade da capela.

Após o término da reunião, conforme consta da Ata nº 01/79, definiu-se a primeira diretoria da Capela: João Ferron – presidente; Cláudio Valdir Batistella – vice; Edino Bertóglgio – 1º tesoureiro; Rui Della Méa de Andrade – 2º tesoureiro; e Irineu Rossetto – secretário. Os demais membros que compuseram a diretoria foram: João Coradi, Irineu Barbosa do Nascimento, Plínio Lopes, Arlindo Maciel, Idelário Dickel, Antonio Pelicoli, João Daniel, Valter Maschio, com suas respectivas esposas. Também foi escolhida a padroeira da capela e da comunidade: Nossa Senhora do Caravaggio, cuja imagem foi adquirida pelos casais padrinhos: Antonio Pelicoli, Cláudio Valdir Batistella e Rui Della Méa de Andrade.

Estando ainda em estágio probatório na Secretaria da Fazenda, eu aproveitava as folgas para estudar, dirigir a associação, que se encontrava em plena atividade e desenvolvimento, e para representá-la em todos os compromissos que exigiam minha presença.

Quanto à instalação do templo, demos início às tratativas necessárias à arrecadação de fundos, que possibilitassem a aquisição de mais um terreno e a construção propriamente dita, a qual inicialmente foi de madeira.

Já em 11 de novembro daquele ano, promovemos a primeira festa, em plena tarde de domingo.

Os festejos transcorriam na mais perfeita ordem, com o povo animado e satisfeito, uma vez que o evento era o marco inicial da igreja que a comunidade tanto desejava e necessitava, para a celebração das missas de domingo. Os moradores do bairro já organizavam suas atividades religiosas, incluindo a catequese para as crianças, que não mais teriam que se deslocar até a Paróquia São Cristóvão, um tanto distante do bairro.

Infelizmente, no dia da promoção festiva, nem tudo transcorreu como se esperava. No final da tarde, encontraram-se no local dois sujeitos que eram inimigos e que decidiram partir pro acerto de contas lá mesmo, na festa comunitária, como costumam fazer os covardes e de mau caráter. Não havia policiamento ostensivo. A própria diretoria e os simpatizantes da causa paroquial ajudavam a manter a ordem e cuidar de tudo, não permitindo badernas. O Pe.



Fonte: Foto do autor, 11/11/1979.

Primeira Igreja Nossa Senhora do Caravaggio, no Bairro Planaltina, em Passo Fundo, construída em madeira. Primeira missa e festa de inauguração.

Darci também permaneceu entre nós, acompanhando o andamento da programação.

Entre os contendores havia um tal de André Brais, conhecido pela alcunha de Galeto, que foi o pivô da briga. Tinha desavença com Lauzé (Zé) Camargo, e, ao se defrontarem durante a festa, resolveram engalfinhar-se, bem ao modo dos que semeiam a discórdia. Em determinado momento, o Galeto e o Zé partiram um de encontro ao outro. O Zé não vacilou um instante sequer. Sacou do revólver e atirou contra o inimigo. Errou o alvo e acertou o tiro no pescoço de Ressoli dos Santos, que, em conseqüência, ficou parálítico no leito, durante treze meses, quando veio a falecer. Ele era genro de dona Rosália Anita Tauffer, que foi atingida por outro tiro, na altura de um dos ombros, enquanto estava tranqüilamente sentada. Resultou-lhe desse infortúnio uma enfermidade incurável e a paralisção dos movimentos.

Mais um outro senhor foi atingido no tiroteio. Tratava-se de Argemiro Lima, que também não tinha nada a ver com as broncas dos outros. Um projétil, em sua nefasta trajetória, ricocheteou

num cerne de angico e voltou com violento impacto, atingindo-o no peito, perto do coração. Por sorte, só passou de raspão, ferindo-o sem gravidade.

Os três foram socorridos, dois no Hospital da Cidade e o outro no São Vicente. O Pe. Darci e eu, após prestar socorro, fomos à Polícia para fazer o registro da ocorrência.

No momento do tiroteio, eu me encontrava no interior da capela, resolvendo as arruaças de um tal de Mineiro, que havia tomado umas e outras e incomodava as pessoas com suas xaropices. Enquanto tentava acalmá-lo e convencê-lo a ir para casa, escutei os estampidos vindos de fora. Corri para a porta lateral e vi dois elementos sobre um terceiro sujeito, batendo-lhe na cabeça com um pedaço de ferro. Era o Zé, que foi de imediato desarmado por Célio Lago da Silva. Não fosse esse ato providencial, talvez o Zé tivesse efetuado mais disparos e ferido mais gente. Ele estava sangrando e portava uma adaga na cintura. Os dois irmãos que o agrediam eram o João Telmo Leonardo da Silva e Hélio Diniz da Silva. Não haviam percebido que a vítima ainda estava armada e, a qualquer momento, poderia safar-se, sacar da sua ferramenta e feri-los mortalmente. De imediato, saltei lá fora e gritei para que parassem de bater. Na tentativa de separá-los, levei um golpe em uma das mãos, com aquele ferro que provocou um enorme *galo*. Mesmo assim consegui arrancar a adaga do Zé, o autor dos disparos.

Assim que os dois viram a adaga (arma branca, espécie de baioneta, ou punhal, ou espada) na minha mão, tentaram tomá-la de mim para dar cabo da vítima. Gritei forte e enérgico com eles. Foi quando o Lauzé conseguiu fugir em disparada e todo ensangüentado, pois enroscou-se numa cerca de arame farpado que cercava o recinto. Joguei então a adaga para o pessoal da copa. O revólver já estava em poder do Célio, que desarmara o outro meliante. Haviam sido feitos três disparos e ainda restavam no tambor mais três cartuchos.

A Ivone, minha esposa, que também trabalhava na festa, estava grávida de oito meses da segunda filha, a Silvana. Ela se assustou muito. A menina nasceu no dia 29 de dezembro de 1979. O Dr. Sérgio do Canto fez o parto e permitiu que eu assistisse. Foi incrível! A todos os pais deveria ser permitido assistir ao nascimento dos filhos, para sentirem na carne a dor de uma mãe ao dar à luz.

Dona Rosália também acabou falecendo depois de alguns anos. O Lauzé Camargo, por sua vez, respondeu processo e foi embora para Porto Alegre. Passado um tempo, foi baleado por bandidos, talvez devido às suas costumeiras broncas, e ficou agonizando, sem socorro, até morrer numa parada de ônibus. O *Galeto* ainda vaga pela vila.

Nós, da diretoria, na época ficamos apavorados. Era preciso trabalhar, levar a obra em frente, organizar outras festas. Mas o temor da inesquecível experiência deixou-nos muito receosos. Ao cabo de algum tempo, como fosse preciso tocar o barco, tornamos a realizar inúmeras outras promoções, sem que nunca mais acontecesse coisa igual. E já se passaram 25 anos. Fiquei à frente da diretoria da capela do bairro uns quatro anos. Depois assumi como presidente o meu compadre, Rui Della Méa de Andrade. E eu continuei auxiliando nos trabalhos da equipe até 1984.

CURSO PREPARATÓRIO

No final de 1979, após realizar inscrição a um novo concurso, agora para a carreira de Fiscal de Tributos, passei a frequentar um curso preparatório em Erechim, organizado pelos colegas daquela cidade.

Acertei com a chefia de Nonoai para trabalhar todos os finais de semana e feriados, para que pudesse assistir às aulas. Mas, para variar, o Sr. Amos Martinelli, nosso supervisor, resolveu novamente atrapalhar a minha caminhada. Colocou-me para trabalhar no Posto Fiscal do Estreito, todas as noites após as aulas. E minha rotina virou um vaivém interminável. Tirava serviço quase todos os dias. No fim da tarde, pegava carona com os caminhoneiros até a cidade e ia para o curso. Uma ou duas vezes por semana, após a aula, tomava o ônibus e vinha para Passo Fundo ver minha família, a esposa e as duas filhas pequenas. No dia seguinte recomeçava tudo novamente. Trabalho, curso, e outra vez trabalho. Assim foi até o final. O objetivo desse empenho era preparar-me para o concurso. Mas estudar foi o que menos fiz. Andava de lá para cá, com uma pasta embaixo do braço. Só o que não conseguia mesmo era abrir as apostilas.

O dia do concurso chegou e fomos a Porto Alegre realizar as provas. Como eu não estivesse suficientemente preparado, e ainda

por cima esgotado e estressado, não fui bem na seleção e não consegui classificação.

O que fiz de verdade e de concreto durante esse tempo, que foi muito legal e me orgulho disso, foi trazer ao mundo um representante legítimo da família Ferron. Em uma dessas andanças, chegando em casa de corrida, engravidei a Ivone. E, quando a Silvana estava com um ano e meio, nasceu o João Octavio.

IX

Capítulo



O NASCIMENTO DO HERDEIRO

Quando trabalhava em Nonoai, em 8 de junho de 1981, veio ao mundo meu terceiro filho. O único homem nasceu de cesariana, com muita saúde, pesando 4 quilos e 600 gramas. Dentro de poucos dias foi para casa com a mãe. Estávamos muitos felizes, a Ivone e eu, por ter nascido um macho. No lar, tudo corria bem, só alegria e felicidade.

De repente, uma mudança brutal. A criança começou a passar mal, seu estômago não retinha o alimento. Levamos ao médico, e o menino ficou baixado no hospital São Vicente, durante 32 dias. Ele esteve acometido de sérias complicações, inclusive de meningite. Quando se diagnosticou essa doença, foi levado para o isolamento.

Eu continuava meu ritmo normal de atividades. Era final do mês de junho, um dia chuvoso, quando alguém da cidade foi até o posto levar-me um recado de Passo Fundo, recebido por telefone. Pediam que retornasse para casa, urgente, porque meu filho passava muito mal. Fiquei alarmado e peguei o primeiro ônibus. Como chovia muito, o coletivo não pôde vir por Ronda Alta, Natalino e Pontão. Naquele tempo, a estrada ainda não estava

pavimentada. Em dias de chuva era impossível o tráfego, principalmente de ônibus.

Tivemos que desviar por Carazinho, atrasando ainda mais a viagem. Chegando ao destino, desembarquei na parada do Colégio Notre Dame, no centro da cidade. Por um momento fiquei indeciso. Não sabia se devia ir primeiro para o hospital ou para casa. Naquela altura, vim pensando o pior durante todo o trajeto. Resolvi chegar em casa antes, a fim de saber notícias. Lá encontrei minha sogra, dona Ida, com as outras duas crianças, Luciana e Silvana. Fiquei mais tranqüilo, quando ela me falou que o João Octavio não estava bem, mas que ainda havia muita esperança.

Fui imediatamente até o hospital, a fim de ver meu filho e minha mulher. Lá, ela relatou-me que os médicos constataram, através de exames, que o guri estava acometido de meningite, mas que todos os esforços e cuidados da junta médica conseguiram dar a volta, e resolveram o problema. (Aproveito este espaço para agradecer aos médicos, Rui Wolff, Francisco Wolff, Sérgio do Canto e aos demais que atenderam meu filho e, com a graça de Deus, lhe devolveram a saúde). O João Octavio foi batizado no hospital, pelo Padre Nadir Zanchetti, sendo seus padrinhos Rui Della Méa de Andrade e Herna Klein de Andrade.

Após a prolongada internação, o menino voltou para casa, e dali em diante meu filho nunca mais ficou doente, tratando só de melhorar e crescer, assim como suas irmãs, Luciana e Silvana que também foram sempre muito saudáveis.

Prosseguimos então nossos destinos, lutando pela vida e trabalhando muito. A Ivone cuidando das três crianças, e eu, ainda por algum tempo, tirando serviço em Nonoai e na Regional de Erechim. Nas férias e nas folgas, eu trabalhava na construção de nossa futura residência.

Em julho de 1984, enquanto freqüentava um curso em Porto Alegre, faleceu meu sogro, Aldo Luiz Rosso. Após esse acontecimento, a Ivone entrou num quadro depressivo, mudando completamente seu comportamento.

Ao ser transferido, em 1984, de Nonoai para a sede da Regional em Erechim, a chefia pretendia que eu fosse morar lá, para ficar mais próximo do serviço e sobretudo para poder atender as atividades dos finais de semana.

Por estar eu construindo nossa casa, onde hoje moro, e também por serem as crianças ainda pequenas, a avó Ida não concordou que ficássemos longe. Devido a isso, eu me sacrifiquei, permanecendo no município vizinho e me deslocando, continuamente entre as duas cidades. Vivía de mala nas costas, mas não mexi com minha família que estava bem instalada.

Em fevereiro de 1985, fui trabalhar no Posto Fiscal de Torres, na divisa com Santa Catarina, em substituição a um colega que saíra de férias. Nessa época, minha mulher apresentava problemas de saúde e estava em tratamento médico.

Permaneci trinta dias na cidade litorânea. Ao retornar, percebi que ela não estava legal. Havia abandonado o tratamento. Mas, com minha presença, ela se reanimou e tudo parecia voltar ao normal. Fomos ao médico, Dr. Arnildo Sarturi, que a fez retomar a medicação, com que a Ivone tratou de melhorar e ficou mais tranqüila. Só que logo fui obrigado a voltar à minha rotina, ausentando-me de segunda a sexta ou sábado. Nessa época percorria quase todas as cidades que integravam a Regional de Erechim.

E eu que amava e queria muito bem minha esposa, sempre gostei de sair a passeios e festas com minha companheira e os filhos, onde quer fosse, comecei ficar inquieto quando saía de casa para o trabalho. Mesmo estando longe, meus pensamentos estavam voltados para a minha família, minha esposa e meus filhos.

Posso até parecer *durão*, esse é só um jeito meu, que me ajuda a superar os obstáculos da vida. Mas quem me conhece de perto, sabe que sou sensível, que sofro por qualquer coisa que aconteça comigo ou com minha família, que é tudo que tenho. Em razão de ser dono dessas duas virtudes, um tanto paradoxais, é que me considero privilegiado por Deus.

VIVÊNCIAS FAMILIARES E PROFISSIONAIS

No ser transferido de Nonoai para Erechim, passamos a atender mais de quarenta municípios. Só voltava para casa aos sábados, retornando na segunda-feira.

No período entre 1984 e 1986, trabalhei na Regional de Erechim, junto aos postos fiscais de Nonoai e Porto Caxambu.

No ano de 1983, eu e o Soldado PM, hoje Sargento, Miguel de Andrade, fomos designados, por alguns dias, para o posto fiscal que estava abandonado havia algum tempo. De vez em quando aparecia por lá uma viatura da Secretaria, mas logo se ausentava novamente. E permanecíamos só nós dois, eu como técnico, e o PM Miguel como meu segurança.

Corriam denúncias de que por aquele porto passavam, irregularmente, muitas cargas de mercadorias e de gado. Nós nos deslocamos para lá, chegando bem à tardinha, quase noite. Na costa do Rio Uruguai não havia luz elétrica. Levamos um lampião tipo liquinho para enfrentar a escuridão. Só que o dito cujo não queria funcionar. Já escurecia, e no escuro nem o jantar seria possível preparar.

Naquela hora desceu a serra um automóvel Fusca, que passou diante do posto, seguindo até a barca, para encostar no porto, ainda do lado do Rio Grande. Estava tudo planejado: quando a barca estivesse no ponto, os caminhões carregados de bois desceriam rapidamente, subiriam na embarcação e se mandariam para a margem oposta, em Santa Catarina. Assim aconteceu naquela primeira noite. Os caminhões passavam a mil pelo posto, não paravam e seguiam em alta velocidade. Numa dessas, larguei tudo e saí atrás dos veículos. O Fusca já se encontrava em cima da barca e também as rodas dianteiras do primeiro caminhão. Cheguei dando ordens ao barqueiro, para que não se afastasse da margem. Se o fizesse, seria responsabilizado. Os ocupantes dos dois veículos somavam oito homens e era época de inverno. Todos estavam bem agasalhados, inclusive vestindo capas, e certamente armados. Um dos caminhões era da cidade de São Valentim.

O PM Miguel permaneceu no posto, embrulhado com o tal lampião que não funcionava. E eu sozinho tentando convencer umas dez pessoas, contando o pessoal da barca.

Convidei-os a me acompanharem até o posto fiscal, para que se resolvesse a questão do transporte do gado, uma vez que não portavam nota fiscal nem a guia de recolhimento do ICM, obrigatória na saída do estado.

A princípio, o pessoal não estava a fim de acatar minhas ordens. Mas como o barqueiro não poderia atravessar a carga, não tiveram outra alternativa senão me acompanhar. E, por não portarem a documentação exigida, lavrei um termo de Apreensão, calculei o valor da carga e do imposto devido, e cobreí deles. Os indivíduos

se recusavam a pagar e queriam encrenca. Como não cedemos, eles por fim acertaram o débito e foram liberados. Nós continuamos lá até o final da semana, sem maiores alterações.

Depois desse incidente, o trabalho seguiu tranqüilo, pois todos ficaram sabendo que havia fiscalização no local. Finalmente, levantamos acampamento.

Na semana seguinte, soube-se que os mesmos caras passaram por lá novamente, no mesmo caminhão com placas de São Valentim, com um carregamento de bois roubados numa fazenda em Nonoai. Dirigiram-se ao Paraná. As polícias de Nonoai e São Valentim seguiram os abigeatários e prenderam o veículo, que recambiaram para o Rio Grande. Os contraventores, por sua vez, seguiram até a divisa, em Porto Goio-En, tentando recuperar o caminhão boia-deiro.

Desempenhei a função de fiscal nas seguintes localidades: Posto de Goio-En; Porto Praia Bonita, em Eral Grande; Porto Mauá, em Itatiba do Sul; Porto Itá, em Aratiba; Posto de Marcelino Ramos, em Marcelino Ramos; Posto do Estreito, em Marcelino Ramos; Posto Fiscal de Machadinho, em Machadinho, todos no Rio Grande do Sul. Atuei ainda na Fiscalização Volante do Trânsito de Mercadorias, em toda a região, o que fazia praticamente dia e noite. Nos postos fixos, na maioria das situações, a fiscalização era efetuada somente por dois funcionários e por um policial militar.

EM LUGAR DE FESTA, DOR E COMPROMISSO

No encerrar-se o ano de 1983, exatamente no dia 31 de dezembro, encontrava-me em casa, aguardando a entrada do ano Novo.

Como nunca gostei de deixar as tarefas para o dia seguinte ou para o próximo ano, resolvi fazer uma faxina e colocar ordem na casa em que morava de aluguel e que hoje é de minha propriedade. Estava ainda terminando de construir a minha casa, que fica ao lado da primeira.

Naquele vira e mexe, bati o tornozelo esquerdo numa ponta de lajota quebrada. A cerâmica cortou uma veia que, em conseqüência, sangrou muito. Perdi mais ou menos um litro de sangue e fui levado

ao pronto-socorro. Lá me aplicaram uma injeção contra o tétano e me enfaixaram o pé.

No dia seguinte, 1º de janeiro, tiraria serviço em Nonoai. Eu havia combinado com os colegas que me apresentaria no Posto Fiscal já na noite do dia 31, liberando-os assim para os festejos da entrada do ano.

Havia arranjado uma carona e estava tudo acertado. Viajaria com uns parentes de Passo Fundo, o Edemir Nazari e a Marisa Rosso, que se dirigiam a Chapecó num Corcel I.

Aconteceu, entretanto, que choveu muito no trecho entre Passo Fundo e Ronda Alta que ainda era de chão batido. Um pouco antes da Encruzilhada Natalino, os carros tinham que passar por dentro de uma sanga. Devido ao acúmulo de terra proveniente das lavouras, o local virou um atoleiro. Todos os carros que transitavam por ali não conseguiram atravessar sem ajuda, o que era feito na base do empurrão. Quando chegou a nossa vez, eu nem sequer pude descer do veículo, em conseqüência do ferimento que fizera no pé.

E, daquele ponto em diante até Ronda Alta, tomamos a esquerda na Encruzilhada, a fim de evitar os atoleiros. Fomos sair em Sarandi, passando por Rondinha. A estrada também era de chão, porém, mais trafegável por estar empedrada.

Como era escuro e tudo estava coberto de muita lama, o assoalho do Corcel deve ter esfregado nas pedras e no barro, acabando por furar o cano de retorno do combustível. Assim, quando chegamos a Três Palmeiras, adiante de Ronda Alta, lá pela meia-noite, nos pegamos sem gasolina, num local onde não havia posto de abastecimento. E lá ficamos nós, literalmente paralisados, esperando o ônibus que viria de Porto Alegre com destino a Chapecó. Pelas 3 horas da manhã, ele encostou. Embarcamos, a Marisa, mais as crianças dela e eu. O Edemir ficou no carro, aguardando.

Ao alcançar o Posto Fiscal, saltei, enquanto a Marisa seguiu até o final do percurso, a fim de providenciar socorro para o marido e seu Corcel. Foi assim que comemoramos a passagem do Ano Novo. Mesmo acidentado e num estado deplorável, assumi meu posto. Parecia que eu tinha transportado uma carga de melancia nas costas.

E a despeito de todos os percalços, permaneci de plantão durante três dias a fio.

A DOENÇA DA IVONE

Numa segunda-feira, em abril de 1985, saí de casa como fazia habitualmente, a fim de cumprir minhas obrigações profissionais. Chegando a Erechim, juntei-me à equipe e fomos prestar serviço em Getúlio Vargas e Sertão.

Já era o segundo turno do dia, e trabalhávamos no trevo que dá acesso a Sertão, quando um colega, funcionário da exatoria nesta cidade, chegou com o aviso de que recebera um telefonema de Passo Fundo, informando que a Ivone estava internada num dos hospitais, e que eu deveria retornar com urgência.

De imediato, os PMs que trabalhavam comigo conseguiram-me uma carona e o chefe da equipe, colega Hugo Lessa, dispensou-me do concluir o horário. Ao chegar ao destino, agradei ao caroneiro e me dirigi apressado ao hospital São Vicente. Minha mulher não se encontrava baixada. Apurei o passo e me mandei para o hospital da Cidade. Também não localizei. Por fim, rumei para o Hospital Municipal e, na portaria, fiquei sabendo da internação da Ivone e do número do quarto. Para lá me encaminhei, levado por uma ansiedade indescritível. Mas, ao transpor a porta, não encontrei ninguém. Retornei angustiado e, ao passar diante da capela, avistei-a ajoelhada, rezando... Quando me viu, começou a rir. Naquele momento, tanto meu corpo como meu espírito foram tomados por uma sensação estranha.

Foi sua primeira crise realmente forte de descontrole e depressão, que a obrigou a permanecer internada por alguns dias, sob cuidados e prescrições médicas. Isso tudo aconteceu em abril de 1985.

No mês seguinte, entrei em férias, pois não via a hora de ficar junto da Ivone e dos meus filhos para que tivessem meu amparo e minha bênção. Também aproveitei para dar andamento à construção da casa. Contratei um carpinteiro, o Nelso Pauletto, que me ajudou a colocar o telhado.

Num dia de setembro, minha sogra (ou vó Ida, como eu usava chamá-la) se encontrava lá em casa. Ela gostava de estar perto das crianças e sobretudo em companhia da filha, com a qual se preocupava bastante. Naquele dia, porém, teve de ir até o centro da cidade, a fim de tratar de assuntos de seu interesse. Já era próximo ao meio-dia, quando a Ivone apanhou o João Octavio e embarcou

num ônibus que se dirigia para o interior. Chegando à casa da vó Ida, com o menino no colo, foi recebida por meu cunhado Volmar que lhe perguntou o que fora fazer lá. A família sabia que dona Ida se encontrava em Passo Fundo, em nossa residência. “Eu vim almoçar com vocês.” Respondeu. Em seguida, largou o menino e acrescentou: “Vou lá no tio Lino!” Ele residia próximo e, como era hora de almoço, a família estava sentada à mesa. A Ivone seguiu, atravessando a casa e enveredou para um açude de grandes proporções que se localizava nos fundos da moradia. Os cachorros, raivosos, se puseram a latir. Alguém da casa saiu à janela para verificar o que acontecia, e avistou a Ivone indo em direção ao açude. Chamou-a pelo nome, falou com ela, avisou do perigo. Ela não deu ouvidos nem ligou para a advertência. Continuou seu trajeto até cair no açude. Parecia que queria morrer afogada.

Os familiares do tio Lino correram em socorro dela e tiveram de lutar muito para resgatá-la. Uma vez salva, conduziram-na diretamente para o Hospital da Cidade, onde permaneceu internada por alguns dias. De novo eu me encontrava ausente. Desta vez trabalhando no interior da região de São Valentim e Campinas do Sul. Por serem locais distantes e de comunicação difícil, só fiquei sabendo à noite, quando retornamos à exatoria para pernoitar. Sobre a mesa havia um bilhete com o recado que me deixou extremamente aflito. Procurei então um posto telefônico e entrei em contato direto com a Ivone, no hospital. Ela mesma me relatou o acontecido. Foi logo falando: “João, fiz outra bobagem. Eu só te dou preocupação. Eu não tenho jeito mesmo!” Tentei confortá-la, tranquilizá-la, dizendo que na manhã seguinte eu estaria em casa e que ela ficasse calma. Desejei-lhe ainda uma “boa noite”, e retornei depois para o local do acampamento, onde contei aos colegas o que sucedera.

Eu era o chefe da equipe e propus aos colegas trabalharmos durante a noite em São Valentim, na rodovia que liga Erechim ao Porto Goio-En, acessando Chapecó e Nonoai. Assim cumpriríamos nosso expediente.

Eles concordaram. Depois de jantarmos, carregamos todos os nossos pertences e nos largamos na estrada, chegando a São Valentim próximo da meia-noite. Ficamos instalados na Avenida Central, que nada mais era do que a continuação da rodovia que cortava a cidade. Era a única via importante, e todos os veículos, principalmente os de carga, teriam de passar por aquele local.

Foi a noite em que mais serviço tivemos. Numerosos caminhões carregados passaram por lá naquela ocasião. Normalmente, os sonegadores gostam de transportar suas mercadorias altas horas da noite, para burlar o fisco. Naquela madrugada nos deram muito trabalho. Tivemos de desenlonar e conferir diversas cargas, entre elas, dois caminhões de uma empresa de Nonoai, com carregamento de cerveja e cachaça da costa do Rio Paca, interior de Aratiba, de uma empresa do ramo lá existente.

Quando paramos os veículos, foram-nos apresentadas as notas fiscais que informavam uma carga de cerveja S*** em cada caminhão. Na conferência, a quantidade de caixas correspondia à nota. Mas assaltou-me a desconfiança e falei para o colega Wilson, que era de Marcelino Ramos, que eu iria desenlonar e examinar a carga. Tinha certeza de que havia algo errado. Ele não concordou comigo e dizia: “João, a carga está certa. A contagem das caixas fecha com a nota. Para que nos darmos todo esse trabalho de verificar os dois caminhões?” Ele não me convenceu, e eu concluí: “Vamos desenlonar um. Se estiver tudo certo, deixamos o outro passar. Quero provar-te que estas cargas não estão de acordo com o especificado na nota. Só há cerveja nas caixas da parte externa.” O colega riu de mim e, mesmo contrariado, aceitou a incumbência.

Assim que separamos as primeiras caixas, aquelas que estavam por cima, já nos deparamos com as de cachaça, que correspondiam à maior parte. Depois de conferir e contar todo o carregamento do primeiro caminhão, passamos para o segundo e repetimos a operação. A situação se confirmou e acabamos por autuar ambos os veículos.

O mesmo se verificou com os demais caminhões que transitaram por lá naquela noite. A maioria apresentava irregularidades, motivo por que eram conferidos e autuados. A noitada foi de muito serviço e o faturamento também foi grande.

Liquidei um par de sapatos e uma calça, de tanto subir e descer das carrocerias. Amanheceu o dia e nada de conseguirmos nos livrar daquela empreitada.

Quando tudo estava resolvido, seguimos até a coordenadoria em Erechim, onde prestamos conta dos dias trabalhados (aliás, dias e noites), das multas arrecadadas e do resultado obtido. Este foi bom, e a missão, cumprida.

É evidente que em meu íntimo não reinava tranquilidade, e sim apreensão pelo que poderia estar acontecendo com minha companheira, solitária num quarto de hospital e acometida por um mal de difícil resolução. Meus compromissos profissionais me impunham o afastamento e a ausência, permitindo-me visitá-la, e aos filhos, somente nos finais de semana. Isso me trazia desconforto e sentimento de culpa. Por outro lado, o trabalho representava também um refúgio, além de ser a mola propulsora da sobrevivência doméstica, e o meu referencial perante a família que me cabia proteger e preservar.

Naquela manhã, após varar a noite revistando cargas, falei com a chefia, que já tinha conhecimento do ocorrido em Passo Fundo. Liberaram-me do trabalho por alguns dias, a fim de que pudesse acompanhar e dar apoio à esposa hospitalizada.

Vim para Passo Fundo e fiquei no hospital junto com ela o restante do tempo em que permaneceu internada. Quando o médico lhe deu alta, regressamos para junto dos filhos. A Ivone, que já se sentia mais serena, continuou o tratamento em casa.

No início da semana seguinte, o dever me obrigou mais uma vez a enfrentar meus compromissos profissionais. E a vó Ida novamente ficou fazendo companhia à filha adoentada e tomando conta das crianças. Assim se passou o mês de setembro. Eu, longe de casa, tratando de prover o sustento da família e cumprindo em dia minhas tarefas. E a Ivone, apesar de tudo, ocupada com os afazeres domésticos e com os garotos.

Em outubro daquele ano, aconteceram as Missões na cidade e na região. Também os bairros receberam a visita dos missionários. Foi um acontecimento maravilhoso e inesquecível. Só o que destoava eram alguns fatos que deixaram a gente meio atrapalhado. Minha mulher, por não se encontrar em estado normal, queria participar de todas as promoções paralelas e rezas. Falava muito e muitas vezes dizia frases desconexas. Por esse motivo, as irmãs dela resolveram levá-la para a casa dos pais até se encerrarem as Missões.

Achei que seria essa a melhor solução e concordei. Assim que as pregações acabaram, ela retornou. Sentia-se bem melhor, mais tranqüila, trabalhava e não descuidava da medicação prescrita pelo médico. Eu também prossegui nas minhas tarefas, vindo para junto da família aos sábados e domingos, como já se tornara habitual.

Em maio do ano seguinte tirei férias, contratei um ajudante e trabalhei o mês inteiro na edificação do nosso teto. Com o mutirão, foi possível deixar pronto o telhado.

Ao final das férias, retornei ao trabalho e, por muito tempo, não mexi mais com a construção. Em setembro, ocorreu um novo internamento da Ivone.

A residência que até hoje nos abriga se localiza no seguinte endereço: Rua Professora Matilde Mazzeron, 192, Vila Planaltina. Afora aquele período de dois anos, esta é minha residência desde fevereiro de 1969. O policial Aspirante Jenner foi assassinado com um tiro, na mesma noite da morte do Presidente Vargas, em 24 de agosto de 1954. Ele se encontrava em serviço, em defesa da ordem pública.

O CASAMENTO DO ALVENIR

No dia 25 de outubro de 1985, comemorava-se uma festa em família: o casamento religioso de meu primo Alvenir Miguel Ferrão. Normalmente, tais celebrações ocorrem aos sábados. Esse foi numa sexta-feira, motivo que me impossibilitou de participar.

Éramos convidados e compramos roupas e calçados novos para a família inteira. Só que tudo mudou na última hora. Naquele fim de semana, até o meu trabalho foi diferente. Não deu para regressar na sexta-feira, como era habitual. Tivemos que atuar numa operação noturna que iniciou na sexta e se prolongaria até o sábado. Somente fui liberado e voltei para junto dos meus na tarde desse dia.

A Ivone foi com as crianças à igreja, assistiu à cerimônia do casamento e após se dirigiu com os demais ao Clube Industrial, onde os noivos foram recepcionados. Os parentes que estiveram presentes relataram depois que ela demonstrava muita tristeza, de modo que todos tentavam animá-la.

No sábado (26) e no domingo (27) recebemos muitas visitas. Tudo estava bem. Minha esposa, alegre, conversava bastante. Comentamos sobre o casamento e sobre o trabalho de que participei em Getúlio Vargas. No domingo, depois que as visitas se despediram, levei a família para um passeio no centro da cidade, onde lanchamos, olhamos vitrines, fomos ao cinema. Já era tarde quando

nos recolhemos. Eu me sentia aliviado e feliz. Tudo se encaminhava a contento.

Em virtude do meu trabalho, eu possuía uma arma de fogo, especificamente um revólver, com porte regulamentar. Além de ser uma profissão de risco, eu também tinha responsabilidade com a arrecadação e o transporte de valores, em cheques e moeda corrente. Naquela semana do casamento de meu primo, quando voltei de Getúlio Vargas, trouxe comigo um malote com todo o numerário da semana. Só conseguia depositar na conta do Tesouro Estadual, na terça-feira, quando retornasse a Erechim, já que a segunda, 28 de outubro, era Dia do Funcionário Público, portanto, feriado nas repartições.

Sempre tive muita responsabilidade e preocupação com a arma que portava. Em casa, a ocultava muito bem, desmuniada e em lugar seguro.

Nas segundas-feiras, minha rotina começava cedo, pois tinha de tomar o ônibus na estação rodoviária. Na maioria das vezes, só ficávamos sabendo da nossa agenda da semana, após assinar o ponto em Erechim. Em certa ocasião, foi tudo tão corrido, com tanto serviço pela frente, que acabei esquecendo de carregar o revólver antes de sair de casa. Só percebi a falha no sábado seguinte, ao retornar, quando tirei a arma do coldre para esvaziar o tambor. Ela estava sem munição. Levei um tremendo susto, e em seguida agradei a Deus por não ter precisado usá-la durante a semana.

Essa confusão provocou em mim o efeito contrário, a atitude inversa. Inadvertidamente, carreguei a arma ao invés de descarregá-la. Em seguida guardei o revólver na leva-tudo, onde transportava, além dele, o movimento financeiro da semana. Por fim, tratei de escondê-lo em cima do armário, num canto seguro de difícil acesso.

Naquela segunda-feira, eu estava de folga e aproveitei para trabalhar em casa, a fim de pôr as tarefas em dia.

○ DIA FATAL

Segunda-feira, 28 de outubro de 1985. A Ivone, eu e a filha mais velha, Luciana, então com 12 anos, levantamos cedo. A mãe aprontou a menina, deu-lhe café e mandou-a para a escola.

Em seguida nós dois tomamos junto o nosso café matinal. Os pequenos, Silvana e João Octavio, com 6 e 4 anos respectivamente, ficaram dormindo até mais tarde.

Minha mulher tratou logo de dar andamento às lidas domésticas, e sem delongas dirigiu-se ao tanque, pois lavar a roupa era sempre sua primeira tarefa. Parecia estar tão bem e tão disposta naquele dia. Havia uma consulta agendada com o psicólogo, para as 14 horas e, por estar de folga, eu a acompanharia.

Para não perder tempo, apanhei as ferramentas, atravessei a rua e fui para um terreno de nossa propriedade, em frente à casa, do outro lado da rua. Neste lote eu costumava plantar hortaliças e diversas variedades de árvores frutíferas que serviam para nosso consumo.

Lá estava eu cavocando nos canteiros, quando, de repente, apareceram os dois filhos menores. O leiteiro ainda não havia chegado para entregar o leite, como fazia todas as manhãs. As crianças ficaram por lá, junto comigo. Na chegada do leiteiro, a Ivone recebeu o leite, como sempre fazia. E o homem seguiu, de casa em casa, cumprindo seu ofício.

Após breves minutos, ouvi um estampido, em seguida outro. Parecia tiro, e um tanto longe, na direção do pátio, nos fundos da nossa casa. A princípio, julguei tratar-se de uma brincadeira do Fabiano e do Cristiano, os gêmeos que ainda hoje são nossos vizinhos. Continuei minha tarefa... até que, de repente... assaltou-me uma forte ansiedade. Fui me afligindo cada vez mais e decidi verificar. Falei às crianças para permanecerem lá que eu já voltaria. E apressado atravessei a rua, adentrei pelo portão, segui pela lateral da casa, passei pela porta da cozinha, que estava aberta, mas não vi ninguém. Continuei a andar, já no pátio onde ficava o tanque. Não vi a Ivone, e meu coração se apertava cada vez mais. Alguns metros adiante se estendia um gramado, e foi ali que, de repente, avistei o corpo dela, de braços abertos, estirado e imóvel. Corri em sua direção e percebi logo que estava ferida, pois o sangue escoria num lado do rosto. De relance, enxerguei e reconheci meu revólver a uns três metros do corpo. Caí de joelhos, e comigo caiu também o mundo, naquele momento...

Fiquei louco... Um desespero terrível tomou conta de mim... Mil pensamentos e sensações começaram a fervilhar em minha cabeça... Lembrei dos dois inocentes que haviam ficado lá no quintal,

do outro lado da rua. Saí em busca deles e encontrei-os vindo para casa. Certamente iriam ao encontro da mãe, como costumavam fazer. Mas eu não poderia deixar que a vissem naquele estado, ensangüentada e desfalecida. Tratei de tirá-los dali e gritei para os vizinhos, que acorreram em seguida, defrontando-se também com a trágica cena. Alguém foi ou mandou buscar a Luciana na escola. Quando ela chegou, não permiti que entrasse, para que não visse a mãe.

Em menos de 20 minutos, se aglomeravam ao meu redor, em frente da casa e no interior do pátio, em torno de cem pessoas. Entre elas, minha sogra e o cunhado. Inesperadamente, do meio do grupo, uma voz gritava: “É um assassino! Ele matou a mulher!” Solicitei a um amigo que não deixasse ninguém mexer no corpo nem tocar na arma. Pedi também que alguém avisasse a polícia. Eu já nem raciocinava direito, não sentia o chão debaixo de meus pés.

A polícia chegou sem demora. Fizeram o levantamento de praxe e levaram o corpo para o necrotério, junto à Universidade de Passo Fundo. Como eu não tinha automóvel, fui de ônibus até lá, entrei e vi o cadáver lívido e descomposto de minha esposa, sobre aquela laje fria, onde aguardava os procedimentos do médico legista, para sua liberação. Dei meia volta, tomei outro ônibus, vim para o centro da cidade até a Funerária de Darcy Cogo. Tinha que providenciar um caixão e o velório, avisar os parentes de perto e de longe, informar meus superiores, enfrentar um dia de muita dor e lágrimas, o pior da minha vida...

Esse filme não sai de minha cabeça. Até hoje custo a acreditar que tudo aquilo me aconteceu...

Os colegas de Erechim e Nonoai também vieram me prestar solidariedade, comparecendo às cerimônias fúnebres e tentando me confortar.

No dia 29 de outubro, o corpo de minha Ivone foi levado à sepultura no cemitério de São Roque.

Um dia depois, meu pai, que viera de Nonoai e me acompanhava por toda parte, foi comigo a Chapecó, a fim de trazermos minha irmã Edite, que trabalhava lá. Nós precisávamos dela para tomar conta das crianças e administrar a casa. Eu tinha prazo para voltar ao trabalho, na Regional de Erechim. Seria obrigado a ficar fora e alguém de confiança teria que atender os meninos. Naquela

mesma noite retornamos com a Edite, chegando em casa na manhã do dia 31.

Não fazia a mínima idéia de como seria minha vida dali em diante. A chefia de Erechim me concedeu os oito dias de licença-ano previstos em lei e eu aproveitei para tomar as providências mais urgentes. Muita coisa iria mudar depois daquele dia fatal e, mesmo com a alma sangrando e os olhos marejados de lágrimas, teria que tocar a vida e enfrentar a incerteza do futuro.

Mas não foi apenas a dor da perda que tive de administrar, a tristeza no olhar dos filhos, a marca indelével daquele passamento inesperado e traumático. A tudo isso se juntou a maledicência de línguas venenosas, que começaram a espalhar pela vila que minha própria irmã era uma de minhas amantes...

Amei, e muito, meus pais, principalmente minha mãe, que além de mãe, era nossa protetora. Amei, e de todo o meu coração, os meus irmãos, o Domingos, a Nair, a Irene, a Iracema, o Fermino, a Cecília, a Graciosa, a Luzia, e Edite, o Nativo e a Raquel, a última, que para a minha alegria é também minha afilhada. A todos vocês, meu abraço.

E um agradecimento especial faço à Edite, que por ocasião do passamento da Ivone, deixou seu emprego em Chapecó/SC, para vir tomar conta de minha casa e dos meus filhos, naquele período difícil da vida.

Aliás, meu amor é especial às mulheres em geral, pela força que têm, por serem capazes de conceber a vida, por serem donas do sexto sentido (que um dia me salvou!), têm o dom do amor e da sensibilidade. Que Deus abençoe a todas as princesas e rainhas do lar.

OS BOATOS

As notícias e os boatos corriam frouxos, de boca em boca, que eu teria matado a mulher e que, além de inúmeras amantes, tinha muitos filhos espalhados por toda a parte. Gente que nem sequer sabia como nós vivíamos, qual era a minha situação funcional, tampouco como eram rígidos os meus horários. Gente que nunca esteve em minha casa, e desconhecia completamente como transcorria nossa vida de casal.

Durante os 32 dias em que a Ivone esteve confinada no hospital, em função da doença do João Octavio, estando eu ausente por força da profissão, nunca se aproximaram de nós para oferecer seus préstimos. E também durante o período em que ela esteve em tratamento, quando todos sabiam da sua situação delicada e preocupante, nenhum desses caluniadores apareceu para oferecer ajuda ou confortar com uma boa palavra. Apenas os vizinhos mais próximos conheciam, embora superficialmente, como era nossa vida no seio do lar. Esses sim nos acompanharam de perto e muitas vezes nos confortaram. Até lá por Nonoai se comentava que eu havia assassinado a esposa. Um dia estive lá e um parente me contou que era essa a notícia que corria de boca em boca.

Minha única resposta a tais difamações era apenas esta: Se houvesse cometido realmente tamanha brutalidade, não haveria de ficar impune e, além de pagar perante a justiça dos homens, muito mais ficaria devendo à justiça de Deus.

Mas as fofocas e a difamação se espalhavam de vento em popa. Alardeavam as más línguas *os motivos do assassinato, a minha relação com supostas amantes, e os pretensos filhos* espalhados pela região onde, a bem da verdade, eu vivia labutando como um condenado. Alguém chegou a comentar que eu teria de alugar um ônibus, e dos maiores, se fosse recolher toda a minha prole. Só quem viveu uma situação como essa tem condições de avaliar quão intenso foi meu sofrimento, e por quase cinco anos, diante das calúnias que me lançaram no rosto.

Minha consciência, entretanto, era testemunha de que eu vivia somente para a família e o trabalho. Sei que nunca fui santo, nem do pau oco, mas só para futilidades. Sempre procurei levar uma vida alinhada, a mais correta possível. Em todos os atos que praticava ou atitudes que tomava, pensava antes de tudo na família e no nosso futuro, medindo sempre as conseqüências de todos os meus procedimentos.

NAS MÃOS DA POLÍCIA

 Passados alguns dias do lamentável episódio, fui chamado à Delegacia de Polícia de Passo Fundo, para prestar esclarecimentos sobre a morte de minha mulher. O delegado que me atendeu era

conhecido por Moura, o mesmo que me forneceu o porte de arma, quando atuou na cidade de Nonoai.

A primeira pergunta que me formulou, à queima-roupa, foi a seguinte: “O assassinato da tua mulher tem a ver com outros relacionamentos, outra mulheres ou amantes?” Respondi: “Sr. Delegado, o senhor já me conhece, embora talvez não lembre de mim. Trabalhei em Nonoai mais de seis anos. Foi o senhor que me forneceu o porte de arma. Pode investigar minha vida e meus antecedentes e, ao concluir o inquérito, se tudo se confirmar, me denuncie à justiça.”

O delegado mostrou-me as fotos da falecida no local do suicídio, perguntando se eu gostaria de guardá-las. Minha resposta foi taxativa: “Não!”

Quanto à arma recolhida ao lado do corpo, foi juntada ao processo e com ele encaminhada ao fórum. Passou-se um bom tempo até que fui chamado, a fim de recebê-la de volta.

A FORÇA DOS PARENTES

A pesar do que aconteceu com minha esposa, eu continuei com permissão de trabalhar armado. Sempre me foi concedido porte de arma pela polícia, pois a natureza do meu trabalho assim o exigia.

Certo dia, entrei numa loja de parentes meus, pelos quais sempre dispensei a mais alta estima. Ao perceberem o revólver em minha cintura, fecharam as portas, estando eu no interior do estabelecimento. Em seguida, chamaram um dos primos para que viesse socorrê-los. Acharam que eu estivesse louco, e que poderia cometer alguma maldade com eles.

Esse foi o apoio que me deram!

Sofri muito com tantas incompreensões e julgamentos equivocados de que fui alvo por parte de tantas pessoas. Cheguei a afastar-me da maioria delas por um bom tempo. Só o que fiz foi dedicar-me, com toda a força da minha alma, aos filhos órfãos e ao emprego que garantia o sustento deles. Mesmo tendo de viajar e permanecer longe por semanas a fio, meu pensamento e meu coração ficavam junto deles, protegendo-os, dando-lhes afeto, velando por seu bem-estar.

A maior parte dos comentários e disques-disques que chegaram a meus ouvidos, naqueles tempos de desalento, e mesmo esses outros que ainda hoje surgem, nem vale a pena referir, menos ainda, relembrar.

Entreguei tudo nas mãos de Deus, e Ele, tenho certeza, há de defender-me com a sua justiça.

Não demorou muito e aconteceu um caso semelhante com uma família bem próxima de nós.

A minha sogra (a Vó Ida, como gosto de chamá-la) não merecia passar por tanto desgosto. Hoje está com 85 anos e no final de sua vida terrena. Com muita fé, rogo ao Senhor do céu que lhe conceda uma morte serena. Um dia destes fui visitá-la e ela própria me falou: “João, reze para que eu tenha uma boa morte!” Com certeza terá. Depois que já havia perdido o esposo, perdeu também a filha e a nora, ambas por suicídio. Um sofrimento em dose dupla, que ela suportou com profunda tristeza, mas também com resignação fora do comum. Eu, particularmente, considero Dona Ida uma santa mulher e mãe.

Observação: Neste período de encerramento do livro, Dona Ida também encerrou sua vida terrena, em abril de 2006, aos 85 anos de idade. Estou certo de que sua vida prosseguirá ao lado de nosso Pai maior, de onde continuará velando por todos os seus, sobretudo por seus netos, com quem sempre se preocupou e aos quais tanto amou.

E àqueles que me caluniaram, julgaram, condenaram e pisaram, retribuo com um agradecimento, pois suas atitudes incutiram em mim mais força e coragem para lutar e cumprir minhas obrigações. A todos a quem o chapéu servir, um por um (eles sabem quem são), que façam bom uso dele. Alguns já pagaram com a mesma moeda, pois da justiça de Deus ninguém foge, ninguém se livra. Há os que conseguem burlar as leis dos homens. Mas não as do divino Julgador.

Como não desejo mal a ninguém, quanto aos fatos ocorridos nesses mais de 20 anos que se passaram, deixo aqui registrado que perdôo a todos os que falaram de mim, que atentaram contra minha idoneidade, minha moral e contra minha família, pois com certeza o tempo, que é o melhor remédio, deve lhes ter feito entender quão íntegro fui, e quão equivocados estavam quando pré-julgaram os acontecimentos.

INDAGAÇÃO

O que escrevo a seguir não representa somente um desabafo, um desejo ou uma interrogação.

Um dever de consciência me obriga a prestar este esclarecimento. Primeiro, eu gostaria de deixar uma mensagem a todas as pessoas que têm vínculo familiar ou parentesco comigo. Depois, àquelas que considerava amigas e que me conheceram. Por fim, também aos que não me conheceram, mas sabiam da minha vida, do que eu fazia, e de como vivia com minha esposa na intimidade de nosso lar.

Sobretudo, me dirijo àqueles que se imaginam deuses aqui na terra, julgadores do que acontece com os outros, àqueles que sabem tudo sobre o certo e o errado, mas não são capazes de cuidar de sua própria cauda.

Se porventura algum desses de quem falo ler este trecho do presente livro, saberá perfeitamente a que estou me referindo.

Não quero com isso justificar o que aconteceu comigo, nem me redimir de minhas culpas. Devo, certamente, ter cometido falhas, mas, quem não as tem, neste mundo? Por isso somos chamados de seres humanos. E homem falha, e peca. Só Deus é a perfeição infinita.

— Será que alguém sabe o que se passa ou se passou na cabeça de alguém que, em determinado momento, resolve tomar uma última e definitiva decisão de pôr fim a sua vida?

Não vem ao caso a dificuldade enfrentada nem a intensidade da doença ou do problema que possa lhe estar afligindo. Para tudo há sempre um motivo, uma razão muito séria, com certeza. O que pretendo é registrar aqui um simples questionamento.

Pergunto, pois, aos bons julgadores: Quando alguém se suicida, sempre há um culpado?

Antes e depois do que ocorreu comigo, aconteceu o mesmo com muitas outras pessoas em plena juventude, até solteiras, sem maiores problemas, aparentemente. Também com pessoas ligadas estreitamente à família. Será que existiram culpados? Quem seria? E por quê?

Certamente, essas são indagações para as quais dificilmente encontraremos respostas.

FINALMENTE, A TRANSFERÊNCIA

Depois de todos os acontecimentos e transtornos que enfrentei, com doenças na família e o passamento da esposa, em outubro de 1985, ainda continuava trabalhando longe de casa.

Já fazia oito anos que atuava na 17ª Regional, em Erechim, resultando inexitosas as tentativas de conseguir transferência para Passo Fundo. O interesse da chefia era que eu fosse residir na cidade onde estava lotado como funcionário.

Após a morte da Ivone, refleti muito sobre o que seria mais conveniente: ir com as crianças para Erechim, deixá-las aos cuidados de pessoas estranhas, ou ainda continuar como sempre foi, durante os oito anos anteriores, em que elas permaneceram sob os olhos da avó e entregues a seus carinhos e cuidados.

Em janeiro de 1986, recomecei a luta. Enviei novo requerimento a meus superiores, agora com motivos mais fortes, justificando minha pretensão de vir trabalhar em Passo Fundo. Desejava e precisava que isso acontecesse o mais breve possível. Houve relutância da parte da chefia imediata, que não queria me liberar. Por essa razão, meus pedidos nunca foram deferidos pelo Coordenador. Tive que apelar para padrinhos políticos, no sentido de que usassem de sua liderança e amizade com o Secretário Estadual da Fazenda.

Mesmo assim, só foi deferida minha transferência para a 16ª Coordenadoria (em Passo Fundo), em abril de 1986.

Quando aqui cheguei, apresentei-me à chefia, pronto para assumir minhas tarefas. Fui designado para uma das turmas volantes, cujo chefe era o colega Mário Rodrigues da Silva, o Marião. Já conhecia quase todos os colegas, do tempo em que trabalhei na cidade, como policial, em 1974 e 1975. Entre eles, reencontrei o Amadeo Reolon e o Marião (do episódio de Soledade). Outros só conhecia através de breves contatos e por ocasião de reuniões e cursos promovidos pelo órgão.

Não levou muito tempo para que ficasse conhecendo o *ninho de víboras* em que havia me metido, começando pelo chefe. Quanto aos colegas, ninguém se dava com ninguém. Principalmente com Marião, nenhum dos colegas queria saber de trabalhar com ele. Com a minha chegada, não deu outra. Fui obrigado a aceitar a companhia dele, querendo ou não. Isso justamente num momento difícil da minha vida, tendo perdido a mulher há poucos meses e com três

crianças pequenas. Nem sequer podia reclamar, já que lutara tanto para conseguir a transferência. Particularmente, me entendia com todos, e era bom o meu relacionamento na repartição. Mas com o colega Marião, realmente, não era fácil trabalhar em parceria e se relacionar sem atritos. Sujeito asqueroso, desconhecia limites e não respeitava as mínimas regras que um ser humano deve saber e respeitar.

Mas fazer o quê? Agora aquele era o meu lugar e não havia outro jeito. Tinha que ir à luta. Quanto aos demais colegas, faziam de tudo para que a nossa amizade e bom convívio fossem por água abaixo. Aos poucos, fui pegando a manha. Aprendi a ser hábil e duro com ele, quando fosse necessário. E fazia-o entender que não estava trabalhando sozinho. Procurava demonstrar também que, ao tratar os contribuintes com educação e respeito, a gente não deixava de cumprir nossas obrigações. Em contrapartida, também eles passariam a nos tratar respeitosa e corretamente.

O tempo foi passando, e concluí que o motivo principal por que os colegas não queriam trabalhar com o Marião era justamente o seu jeito brusco de tratar as pessoas, e sua mania de bajular os chefes.

Ao requerer minha remoção, eu achava que, estando em Passo Fundo, as coisas seriam facilitadas, pois ficaria mais próximo dos filhos. Ledo engano. Quando nas mãos de Marião, ele sabia que eu (modéstia à parte!) trabalhava bem e tinha conhecimento do ofício. Como não gostava de ficar em casa, ele se mandava (e eu com ele) região a fora, por estradas e cidades vizinhas, praticamente dia e noite. Só retornávamos para casa em alguns finais de semana, ou de quinze em quinze dias, para apanhar roupas e resolver problemas pessoais.

Foi o período em que fiquei mais afastado de meus filhos. O sentimento de humanidade parecia não existir naquela pessoa, que não se importava em ficar longe da família. Para ele só interessava e era importante trabalhar dia e noite, mostrar um bom volume de produção, a fim de agradar o chefe. Pretendia com isso ser considerado o melhor, já que os demais não trabalhavam como ele, nem com o mesmo empenho.

A fofoca corria frouxa. Os colegas tramavam para que eu também me cansasse e desistisse de acompanhá-lo.

A chefia no entanto, até gostava das paranóias do colega. O fato de arrecadarmos mais não significava nada para as lideranças, pois o Estado não nos pagava nem um tostão a mais. Não recebíamos horas-extras, e o salário era aquele do cargo, seco e mingüado, e acabou. Nosso chefe fazia questão e até dava força para que eu agüentasse o Mário, pois, além de aturá-lo, conseguia levá-lo de freio puxado e rédea curta.

Politicamente falando, nunca fui fanático. Usei barba comprida por mais de vinte anos. E como os chefes pertenciam a um partido X, julgavam que eu fosse vinculado ao PT, contrário às suas posições ideológicas.

Um dia, o nosso chefe, que era o coordenador, chamou-me ao gabinete e questionou-me se os demais colegas já haviam *feito minha cabeça*. Respondi negativamente, pois minha cabeça, mal ou bem, já estava feita há muito tempo. Nada me levaria a mudá-la, muito menos fofocas e investidas de fanáticos. Disse a ele também que estava arrependido de ter vindo para Passo Fundo. Não sabia que as



Fonte: Arquivo do autor, 1987.

Equipe de trabalho, na fiscalização do ICMS, na região de Soledade e Barros Cassal (RS).

coisas aqui eram tão complicadas. Segui trabalhando com Marião por muito tempo ainda, e ele me azucrinava pra chuchu.

A região a ser percorrida e fiscalizada por nós era extensa. Compreendia os seguintes municípios: Passo Fundo (sede), Carazinho, Sarandi, Rondinha, Ronda Alta, Constantina, Liberato Salzano, Tapejara, Ciríaco, Davi Canabarro, Vanini, Casca, Marau, Soledade, Fontoura Xavier, Arvorezinha, Ilópolis, Putinga, Anta Gorda, Barros Cassal, Lagoão, Tunas, Salto do Jacuí, Espumoso, Campos Borges, Alto Alegre, Tapera, Selbach, Colorado, Não-Me-Toque, Lagoa-dos-Três-Cantos, Ibirapuitã, Nicolau Vergueiro, Gentil, Victor Graeff, Engenho Velho, Três Palmeiras, Vila Maria, São José do Herval, Chapada, Ernestina, Mormaço, Nova Alvorada, Camargo e São Domingos do Sul. Além desses, havia outros lugares do estado, para os quais, de vez em quando, éramos designados, durante uns quinze dias e até mais. Entre eles: Rio Pardo, Porto Alegre, Torres, Tapes, Cachoeira do Sul, Nonoai, Erechim, Lagoa Vermelha e outros, além da Coordenadoria Regional.

Entre 1986 e 1989, os funcionários lotados na 16ª Regional onde eu estava, eram os colegas: Amadeo Reolon, que foi aprovado em concurso público para exator e deixou nosso meio; Mário Lajus, Ricieri Marchiori Neto, Ivonir Renner, João Maria Vieira Duarte e Nadir José Carlindo Borges, além de eu próprio, mais o supervisor da DTM e o fiscal de Tributos Estaduais, Euclides Deon.

Desde 1986, quando eu já contava com 43 anos de idade, nas horas de folga, para extravasar as energias, as canseiras e o estresse da rotina diária, comecei a freqüentar academias de musculação e ginástica. Igualmente passei a tomar parte em corridas, como integrante do Clube de Corredores de Rua de Passo Fundo (Corpasso). Na medida do possível, acompanhava o pessoal do clube e participava com eles das corridas, realizadas nas cidades da região. Além de me sentir bem, melhorava a saúde, o condicionamento físico e a resistência, para encarar mais uma semana de trabalho e responsabilidades.

A VITÓRIA DA LEI

Entre tantos acontecimentos e fatos que ocorreram há mais de 20 anos, no Posto Fiscal de Goio-En, ainda me recordo de alguns. O que narro abaixo é um deles.

Na madrugada de 28 de dezembro de 1985, quando tudo esta quieto, o silêncio reinava absoluto, o movimento de veículos havia cessado e já era bastante tarde, passou de repente diante do posto, vindo de Chapecó, e rumando para Erval Grande, um automóvel Monza. Viajavam no seu interior diversas pessoas.

O carro passou em marcha lenta e, dali a alguns minutos, retornou pelo mesmo caminho. Em seguida, voltou novamente, acompanhado de um caminhão com uma carga enorme, o qual não parou diante da fiscalização, mas seguiu também na direção de Erval.

Não dispúnhamos de viatura para segui-los. Por isso, pedimos um Jeep emprestado a um vizinho, o Sr. Dorvalino. Foi junto conosco um filho dele, na tentativa de alcançar o caminhão ainda na serra.

Como a sorte não estava com os sonegadores, numa altura da estrada, tiveram que sair para o acostamento, afim de realizar a troca de pneus. Ali estavam atentos os demais envolvidos, e o Monza, com a portas abertas, guarneceu o caminhão. Sobre os bancos, armas de grosso calibre.

O nosso veículo, por sua vez, era civil, sem nenhuma identificação, e não provocou desconfiança. Chegamos de surpresa.

O funcionário Meca e o PM Vilmar Smolinski perceberem as armas dentro do Monza e agiram rapidamente, a fim de apanhá-las. Eram uma espingarda calibre 20, da marca Boita, um revólver calibre 32, cano longo, para tiro ao alvo; um revólver calibre 38, da marca Taurus; e mais uma pistola 7,65 mm.

Quando os infratores se deram conta de que os tripulantes do Jeep eram os funcionários e o PM do Posto Fiscal, jogaram-se contra eles, com o intuito de recuperar as armas, na base do *quem-pode-mais-chora-menos*. Por pouco os dois grupos não entraram em luta corporal. O PM gritou com eles, energicamente, determinando que não se aproximassem, porque seria pior. E, em nome da lei, ordenou que se acalmassem. Os falsários eram em maior número, mas naquele momento a situação se inverteu. Estávamos na posse das armas. Os outros tiveram, pois, que obedecer às ordens e seguir até

a delegacia de Erval Grande. Esse pessoal era de Chapecó e fazia parte de um grupo de comerciantes de cereais.

O caminhão, carregado de feijão, foi apreendido e conduzido até Erval, ficando à disposição da Secretaria da Fazenda, na repartição policial.

O processo seguiu pelas vias legais, e os usurpadores tiveram que desembolsar uma grana pesada, entre imposto e multa. Na época o valor daria para comprar três ou quatro caminhões daqueles.

O PM Smolinski, sempre digno de elogios por sua atenção e zelo no cumprimento do dever, morava em Barão de Cotegipe. Hoje reside em Erechim e está aposentado. Um grande abraço do João, PM Vilmar!

UM PEQUENO EMPURRÃO

*E*m julho de 1988, numa manhã muito fria, de muita geada, nossa equipe saiu cedo de Passo Fundo, para trabalhar em Sarandi. Nem bem havíamos chegado lá, ainda na BR 386, abaixo do conhecido Restaurante Papagaio, descendo à direita, estacionei a viatura oficial no acostamento, para que os colegas João Maria e Nadir, acompanhados pelo Cabo Nunes, procedessem a abordagem de um determinado veículo, que transportava mercadorias.

Pelo espelho retrovisor, percebi que tínhamos problema com a carga. E desci da viatura com o intuito de pedir aos colegas que ordenassem ao condutor do veículo que estacionasse em outro local, mais acessível e seguro, a fim de procedermos à conferência. Por uns segundos, desviei a atenção, olhando para o lado oposto da rodovia, onde uma fila enorme de caminhões e automóveis trafegava subida acima. Ao girar o corpo para observar os colegas, percebi que um caminhão estava literalmente em cima de mim, nas minhas barbas. O susto e o reflexo instintivo de proteção me fizeram estender as mãos contra a lateral da cabine. Mas o golpe do impacto me jogou no asfalto, a uns quatro metros de distância. A jaqueta que usava, naquela manhã fria, rasgou-se em vários lugares, e eu fiquei com escoriações nos cotovelos e joelhos. O caminhão quase saiu da pista e só foi parar uns 15 metros adiante. Segundo o caroneiro, foi ele que avisou o motorista de que havia atropelado alguém. Ele parou para verificar, desembarcou e veio ao nosso encontro. Só então

se constatou que o caminhão e seus ocupantes eram da prefeitura de Sarandi.

PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS

*E*m seguida, acertamos que a primeira providência seria uma consulta com o médico. Depois registraríamos a ocorrência na Polícia Civil e na Polícia Rodoviária Federal, pelo fato de estarmos numa rodovia de jurisdição federal. Assim se procedeu. Devido à falta de medicamentos e o tempo restrito que permanecemos na cidade, só me colocaram uma tala em ambos os punhos e mãos, para imobilizá-los. Evidentemente, um colega assumiu a direção da viatura.

Trabalhamos, aliás, os companheiros trabalharam o dia todo. Com a missão cumprida, retornamos à noite para Passo Fundo. Ruimei então para o Pronto Socorro de Fraturas, onde foi feito um Raio X de ambas as mãos. Foi constatada fratura em ambos os punhos.

Para encerrar o caso, fiquei quase sessenta dias com as mãos e os punhos engessados e imobilizados. Quem fazia tudo para mim, inclusive escovar os dentes, era a minha filha mais velha, a Luciana. Ali pude sentir o quanto são importantes as mãos para uma pessoa.

Assim que melhorei, a luta prosseguiu. Permaneci na Regional de Passo Fundo, de abril de 1986 a maio de 1993.

UM PEDIDO E UM TESTAMENTO

*C*ertamente todos nós somos herdeiros de alguma coisa deixada em herança por nossos antepassados. Não importa o que seja: propriedades, imóveis, bens, objetos, livros, riqueza, pobreza, educação, honestidade, fé, religião, bons ou maus exemplos, histórias e fotografias de família.

Ao abordar esse assunto, quero deixar aqui um registro sobre a herança que pretendo passar à minha família: minhas filhas, Luciana e Silvana, meu filho, João Octavio, e todos os netos e seus descendentes, ou seja, aos descendentes de meu bisavô Giovanni, que fazem parte da grande árvore genealógica da família Ferron.

Sobretudo ao João Octavio, que tanto amo, bem como as filhas, as mais velhas, Luciana e Silvana, confesso que deposito neles toda a minha esperança, para que, quando eu for desta para uma vida melhor, eles não deixem acontecer o que até hoje aconteceu com as histórias dos antepassados, que foram todas ou quase todas com eles para o túmulo. As poucas que consegui resgatar estão aqui escritas, e deverão ser mantidas, bem como todos os objetos que recuperei e ainda vou recuperar. São relíquias que narram a nossa história, e por essa razão precisam continuar preservadas para a posteridade.

Considero também este espaço propício à manifestação de outro pedido, que dirijo a meus herdeiros e seus descendentes, o qual pode ser assim sintetizado: os bens mais preciosos que temos neste mundo terreno são o trabalho, que nos faz evoluir, crescer como pessoas e participantes da sociedade; e além dele, a fé, a religiosidade, a dignidade, a humildade e o respeito. Com certeza, o homem não vive só de pão e dinheiro, mas de tudo o que cultiva de bom no seu interior. Não peço isso só a meus filhos, mas a todos os parentes que fazem parte desta história e também às gerações futuras.

Todas as pesquisas que realizei, a organização deste livro, que me consumiu anos de trabalho, de estudos, de viagens, de dedicação e de esforço, a *Árvore Genealógica da Grande Família* (que pretendo poder ainda completar até o último nome que deve constar nela), espero que sirvam de exemplo e estímulo, a fim de que nossa história não se perca no tempo.

E, quanto aos objetos pessoais que me pertenceram e foram usados por mim no decorrer da vida; e os que utilizei durante a tarefa de coleta de dados e construção da presente obra, os quais me possibilitaram acompanhar, passo a passo, a trajetória de nosso bisavô Giovanni, desde a Itália até os mais remotos rincões do Brasil, como também de seus descendentes, peço que sejam guardados nesta casa onde moro, para que sirvam como referência de sua história, a toda a grande família Ferron.

Só assim não se repetirá o que aconteceu no passado com nossos avós e tios: com sua morte, o que não baixou à sepultura com eles, teve o lixo como destino.

Foi só com muita luta e sacrifício que consegui, aos poucos, juntar todos ou quase todos os nomes de nossa gente em um único

documento. Por essa razão, e por seu testemunho histórico, merece ser valorizado e conservado. Não sei até quando meu Pai celestial permitirá que eu continue neste plano. Estou aqui por ordem dele, para cumprir uma missão ou talvez mais que uma. E tenho certeza de que esta é uma delas.

Daqui a cinqüenta ou cem anos, os nossos filhos, netos e bisnetos, e outros além deles, certamente buscarão saber, através deste singelo trabalho, quem fomos, donde viemos, o que realizamos aqui, e ainda qual a nossa raiz e origem do nosso nome.

Aproveito também este espaço, para pedir que alguém continue a contar nossa história, depois deste livro, pois os Ferron continuarão a crescer.

A história é infinita, eu sei. Mas a vida também é, e continuará sendo, enquanto for a vontade do Pai.

Capítulo X

*Buscar soluções
e encontrar
problemas*

TENTATIVA DE REORGANIZAR A VIDA

Em 18 de setembro de 1989, numa festa de aniversário de um amigo meu, foi-me apresentada, por familiares do aniversariante, uma moça de nome Famar.

Solteira, com 29 anos de idade, de origem humilde e com formação universitária, morava em Passo Fundo com uma irmã casada. Era sócia do cunhado, um tal de Clemério, numa empresa prestadora de serviços.

Após as apresentações, passamos a conversar, pessoalmente e por telefone. Interessei-me pela jovem e começamos a namorar. Tinha uma boa cabeça, e sabia o que queria. No início do relacionamento, houve reação contrária por parte do cunhado dela, que não aceitava o nosso namoro. Ela contou-me que as coisas não andavam bem entre ela e o sócio, e que eu não poderia frequentar a casa, pois ele não concordava. Por essa razão, ela achou melhor ir morar com sua outra irmã, a Elinara.

Lá sim ficamos à vontade. Além de me sentir bem no convívio da família, construímos uma forte amizade. Só o Clemério não ia com a minha cara e me criava constrangimento toda vez que a gente

se topava. Fui conhecendo aos poucos os demais irmãos da Famar, que andavam sempre juntos onde quer que fossem. E levavam com eles as crianças. As minhas, Silvana e João Octavio, e dois sobrinhos dela, filhos da Elinara. Sempre que minha namorada e eu saíamos a passeio, carregávamos também as crianças. As pessoas que não nos conheciam julgavam que os quatro fossem nossos filhos.

Tanto a Silvana como o João Octavio gostavam muito da minha namorada. Após retirar-se da casa da irmã e do cunhado, para residir com a Elinara, os dois sócios não se acertaram mais, nem no trabalho. Por isso Famar vendeu sua parte para o Clemério, indo trabalhar noutra empresa.

Logo no início do namoro, aproveitando uns dias de folga, nós fomos visitar os pais dela, no interior do Rio Grande do Sul. Fui convidado a acompanhá-la e conhecer o restante da família. Tive uma ótima acolhida entre eles, tanto dos pais como dos irmãos. Como num passe de mágica, parecia-me que nossa amizade já era antiga. Aproveitamos a ocasião para oficializar o namoro.

Passados dois anos, um belo dia, na presença da namorada e dos cunhados que a acolhiam, informei minha disposição de casar e organizar minha vida na companhia dela. Todos expressaram contentamento, mas nas entrelinhas, notei certo ar de espanto e receio na fisionomia deles. Parecia sentirem que o nosso futuro estava em jogo. Por sua vez, a Famar estava decidida a casar, embora, de vez em quando, eu percebesse algo obscuro nas atitudes dela. Até as pessoas de fora davam a entender que sabiam de algo, mas talvez para não atrapalhar, se calavam.

E assim a gente continuou com os preparativos do casório. No início de 1990 até participamos de um curso de danças de salão em um CTG de nossa cidade.

Ainda antes do meu, realizou-se o casamento da minha filha mais velha, Luciana, com apenas 16 anos de idade, na Paróquia São Cristóvão, em 23 de dezembro de 1989. Ela que era meu braço direito e me ajudava a tomar conta dos irmãozinhos, com 10 e 8 anos, respectivamente.

Daquele momento em diante as dificuldades aumentaram. A Luciana foi morar em um outro bairro, junto com a sogra. O marido dela havia ingressado na Brigada Militar e trabalhava em Montenegro/RS.

Obrigado pelas circunstâncias, contratei os serviços de uma empregada, que passou a tomar conta da casa e das crianças. Por incrível que pareça, a situação piorou ainda mais e minha tranquilidade foi-se embora de vez. Quando eu viajava a trabalho, minhas serviçais (a primeira e as seguintes) deixavam as crianças sozinhas, fechadas em casa e saíam para a rua. Houve uma que tomava todas as garrafas que encontrasse pela frente.

No dia 8 de fevereiro, nasceu meu primeiro neto. Eu estava ausente e me encontrava com a equipe de colegas no Salto do Jacuí/RS, onde permanecemos por 15 dias, cumprindo, na região, tarefas agendadas por nossos superiores.

UM NOVO INÍCIO DE VIDA

*S*assaram-se dois anos de relacionamento e convivência, com Famar e seus familiares. E chegou o dia do casamento.

Seguidamente percebia, em minha noiva, nervosismo, intranquilidade, comportamentos estranhos. Julgando que ela estivesse insatisfeita, indaguei-lhe, em várias ocasiões, se queria continuar ou preferia desistir. Ela respondia sempre que desejava continuar, que não lhe passava pela cabeça ficar longe do seu amado. No entanto, existia muita pressão sobre o nosso namoro, por parte do seu ex-sócio, que nunca se conformou com a escolha feita pela cunhada.

Na Copa do Mundo da Itália, em junho de 1990, no dia do primeiro jogo da Seleção Brasileira, nós dois, em companhia da Elinara, pela primeira e única vez, participamos de uma excursão ao exterior, para fazer compras. Aproveitei a oportunidade e comprei brinquedos para as crianças e roupas de couro, em Puerto Iguazu. As outras fizeram compras em Foz do Iguazu, e em Ciudad de Leste. Trouxeram inúmeras mercadorias, entre elas, roupas pessoais, de cama e mesa para completar o enxoval do casamento.

Depois de nosso regresso, comecei a tomar as primeiras providências, com vistas à cerimônia, ao banquete e à nossa futura moradia. Como eu estivesse morando numa pequena casa de aluguel, que a minha ainda não estava concluída, loquei uma casa maior, no Bairro Lucas Araújo. Tratei de montar o nosso ninho, adquirindo móveis novos e dando uma geral na residência, já que ela estava desabitada havia tempo.

Meus dois filhos, que estudavam na Escola Monteiro Lobato, no bairro Planaltina, transferi-os para a Escola Jerônimo Coelho, no bairro São Cristóvão, mais próximo do nosso endereço. E assim, depois de organizar o casamento da Luciana, comecei em seguida a providenciar o meu próprio.

Uma vez acertado com a Famar e a família dela que casaríamos na igreja, demos início aos preparativos finais: o que seria servido na festa, a lista de convidados, os padrinhos, etc. Nessa época, minha noiva já morava sozinha no centro da cidade.

A data foi se aproximando, e naquela empolgação toda parecia-me que era a primeira vez que isso aconteceria. No transcorrer do dia-a-dia, porém, eu notava em minha companheira estranhas atitudes, nervosismo e até certa indecisão quanto ao futuro. E lhe questionava se queria voltar atrás, que ainda havia tempo. “O que mais quero é me casar contigo.” Respondia ela.

Como o calendário não anda de ré, chegou finalmente o dia e a hora do casamento, realizado na Paróquia São Cristóvão, no bairro do mesmo nome.

Após a festa, ficaram tomando conta da casa e dos filhos, uma irmã minha e a dona Ida, avó deles.

Na mesma noite viajamos até uma cidade vizinha do interior, onde pernoitamos num hotel. Na manhã seguinte, seguimos até a cidade dos pais de Famar, que nos receberam para o almoço. À tarde, seguimos viagem a para visitar a Festa da Uva.

Nossa próxima parada foi em Portão, próximo a São Leopoldo, na casa de um irmão meu. À noite, partimos em direção à praia no Norte do estado. Pelo adiantado da hora, eu não quis arriscar a dirigir de madrugada. Por isso pernoitamos e seguimos viagem na manhã seguinte, até nosso destino final.

Já na praia, nos acomodamos num bom hotel, onde permanecemos durante uma semana, para no sábado, voltamos com destino a outra praia, para encontrar a Elinara, seu marido e os filhos, que veraneavam assim como nós. Ficamos na companhia deles por mais uma semana, quando regressamos a Passo Fundo.

Nossa viagem de lua-de-mel transcorreu muito bem, sem problemas, graças a Deus. Tudo de acordo com o planejado, nenhum incidente, nenhuma contrariedade.

Acabou a folga a que ambos tínhamos direito e voltamos ao batente. Retomei a rotina do emprego, na cidade e em toda a região.

E a Famar se apresentou na empresa. Não havia dúvida de que o trabalho e a responsabilidade haviam aumentado para os dois.

Eu me sentia satisfeito e feliz, na certeza de que firmaria os pés no chão outra vez e recomeçar tudo novamente. Queria reconstruir uma nova família. Após cada jornada de trabalho, poder regressar e encontrar o aconchego do lar e uma companheira amiga, para saborear comigo o habitual chimarrão, trocar idéias, sair juntos, receber os velhos amigos e fazer outros.

Em apenas uma semana ou pouco mais, todos esses anseios começaram a esvaír-se, diante da percepção de que minhas esperanças eram vãs e não passavam de sonhos. Minha sorte parecia estar com os dias contados.

Minha mulher, ao chegar do trabalho, não gostava de ficar em casa, só queria ficar na irmã dela. Seu comportamento havia mudado repentinamente. As pessoas que com ela trabalhavam também estranhavam suas atitudes e sua agressividade. No início, eu procurava agradá-la, e a acompanhava com as crianças. Ela gostava de fazer escândalos, onde quer que estivesse. Uma perita em armar barracos. É evidente que, muitas vezes, eu não sabia o que fazer, já que era tudo tão recente. Mas já havia sinais de que as perspectivas de futuro não eram das melhores. Mesmo assim me empenhava, de todas as formas, para amenizar e contornar a situação.

Não raramente acontecia que ela saía do trabalho e nem sequer chegava em casa. Ia direto para a casa da irmã. Eu, que apreciava viver em família, na companhia da esposa, comecei a sentir uma tremenda desilusão.

ENCONTRO DE CASAIS COM CRISTO

*E*m abril de 1991, recebemos em nossa casa a visita de um casal de amigos, sendo ela prima de minha falecida esposa. Foram convidar-nos a participar de ECC (Encontro de Casais com Cristo), que se realizaria na Paróquia Santa Terezinha, no mês de abril daquele ano.

Conversamos sobre o assunto e decidimos, de comum acordo, aceitar o convite. Por coincidência, também a Elinara e seu esposo

iriam participar. Isso facilitaria as coisas, já que as crianças poderiam ficar juntas, com alguém tomando conta das quatro.

Era o VI ECC realizado naquela paróquia, e aconteceu nos dias em abril. As reuniões e palestras eram realizadas por casais que já haviam participado e até coordenado esse tipo de encontro. A Famar demonstrava tanta emoção que chegava a chorar. Quanto lhe indagavam o motivo das lágrimas, respondia que “temia me perder” e que “eu não merecia sofrer”.

Após o encerramento, com o objetivo de garantir sua continuidade e eficácia, os casais continuaram a se reunir em pequenos grupos, ora numa casa, ora noutra. Era muito legal essa troca de idéias. Além de favorecer o contato com mais pessoas, oportunizava a construção de amizades sinceras e solidárias.

Apesar de todo esse incentivo, eu não me sentia nem seguro nem apoiado pela esposa para encarar a vida de frente. Assim como andava tudo bem, de repente ela apresentava de novo reações estranhas e esquisitas, sem causa que as justificasse.

Entre os fatos que aconteceram, destaco o seguinte, acontecido num final de semana quando se realizava um baile no interior, na Vila Rosso. Nós havíamos combinado de ir ao fandango, mas, deixa estar, que no sábado, a Famar fumou tanto e tomou tanto trago, que passou mal e vomitou até os bofes. Fiquei perplexo, sem conseguir entender a razão daquele descontrole.

Quando chegou a noite, ela queria ir ao baile. Claro que não concordei. Não tinha cara nem espírito para sair e dançar. Ela se zangou muito com minha recusa, e as cenas desagradáveis continuaram a acontecer, sucessivamente.

Em 24 de maio daquele mesmo ano, às primeiras horas da tarde, já com a cabeça tumultuada pelas confusões que a Famar aprontava freqüentemente, eu estava levando meus filhos à casa da outra filha, a Luciana, que residia num bairro novo na zona Sul da cidade. Ela tomaria conta deles, para que eu pudesse trabalhar nos preparativos da festa em honra de Nossa Senhora do Caravaggio, que aconteceria no domingo, dia 25, no bairro Planaltina. Eu fora escolhido como um dos festeiros.

Ao atravessar o trevo de acesso ao parque da Roselândia, na Perimetral Sul, brequei o Passat ano 1979, antes de entrar na via preferencial. Foi tudo muito rápido, como são todos os acidentes de trânsito. Surgiu, em alta velocidade, um automóvel Monza, sentido

Carazinho/Marau, dirigido por um tal Sr. Preto, acompanhado da mulher e dois filhos. Estavam a passeio. E devido à pressa e à alta velocidade em que trafegava nas imediações do trevo, assustou-se, perdeu o controle, atravessou a pista e bateu no Passat que estava parado. O choque foi justamente na porta do carona, onde se encontrava a Silvana. O João Octavio estava no banco traseiro, e saíram ambos lesionados. A menina levou a pior, pois o impacto do outro carro atingiu seu quadril, comprometendo a articulação. O guri sofreu cortes na testa e nos joelhos. A filha do Sr. Preto também se machucou. E todos foram socorridos e levados ao hospital, por um casal que aguardava atrás do Passat, para também realizar a travessia.

Como resultado do acidente, as crianças não foram à casa da irmã, nem eu fui trabalhar para a paróquia. O Passat ficou totalmente destruído, dobrado ao meio, literalmente. E fui obrigado a vendê-lo como sucata. Comprou-o o Sr. Tonin, de Marau, para recuperação ou desmanche.

A pressa foi mais uma vez a causa de uma trajetória interrompida. Foram para as cucuias meus afazeres e meus compromissos, levando com eles minha tranqüilidade. Como o meu veículo não tinha seguro total, a seguradora do outro passou a cobrar de mim um valor exorbitante. Evidentemente, não aceitei pagar o valor que ela me apresentou e contratei um advogado para defender-me. O pagamento foi efetuado na Justiça, pelo valor determinado pelo juiz que avaliou o caso.

○ CHEVETE 78

A perda do carro me deixou a pé e sem dinheiro. O pouco que consegui na venda do Passat batido só deu para adquirir outra sucata, um Chevete ano 1978, todo detonado. Cada um dos quatro pneus era de marca e tamanho diferente. Acabei gastando mais ou menos o valor de dois Chevetes, para dar uma guaribada no novo possante. Precisava de condução para levar e buscar os meninos na escola, principalmente no inverno.

Um ano depois, o velho carro serviu de entrada na compra de um lote com casa, ao lado do meu, no bairro Planaltina.

PAI E FILHA TRANCADOS NO QUARTO

Certa tarde, estava eu trabalhando na horta, nos fundos da casa. A Famar, que já não sabia mais o que inventar para aterrorizar minha família, tanto a mim como as crianças, passou a mão numa faca de cozinha, dessas de cortar pão, com fio dentado e de razoável tamanho. No quarto, ameaçou suicidar-se. A Silvana entrou em desespero e desatou a gritar, chorando convulsivamente. Agarrou-se na madrastra e acabou tirando-lhe a faca das mãos. Na verdade, ela não pretendia se matar, queria sim era colocar-nos em pânico.

Ao ouvir os gritos da menina, sem saber o que estava acontecendo, larguei as ferramentas e corri porta adentro. Rapidamente, me dirigi ao quarto de onde vinha o choro e lá me deparei com as duas. A Silvana, apavorada, segurava a faca que havia tirado da outra.

Enquanto atendia minha filha, tentando acalmá-la e perguntando o que estava acontecendo, minha mulher saiu do quarto rapidamente, chaveando a porta. Embarcou no Chevette e saiu em alta velocidade, sabe lá Deus para onde. Enquanto eu tentava apaziguar a menina que, na época, estava com 12 anos, ela me contou qual era a intenção da madrastra: matar-se com aquela faca.

Ao tentar sair do quarto, percebemos que estávamos trancados. A partir desse momento, a Silvana ficou ainda mais desesperada e gritava por socorro ao vizinho Cláudio que morava ao lado.

Já haviam passado mais ou menos 15 minutos desde o início da confusão. A criança já estava mais calma. De repente, a *louca* voltou, trazendo a Luciana, minha filha mais velha, que residia em um outro bairro. E para que foi buscá-la? Só para mostrar a ela que eu e minha outra filha estávamos trancados no quarto! Até hoje não descobri o que pretendia de fato fazer ou demonstrar com essa atitude. De tão inusitados, seu modo de ser e agir foram se tornando incompreensíveis.

Tais ocorrências, que começaram a se tornar freqüentes, eram relatadas à irmã e ao cunhado da Famar. Eles a aconselhavam, se empenhavam em ajudar, para que nossa união fosse harmoniosa, sem atropelos, já que a amizade entre as nossas famílias transcorria com tranqüilidade.

DOENÇA E MORTE

*E*m outubro de 1991, o pai de minha mulher, caiu enfermo e foi hospitalizado para um intervenção cirúrgica. Um mês depois, no dia 6 de novembro, acabou falecendo. Com a perda do pai, a situação da Famar ficou ainda pior.

Nessa época, além de trabalhar no meu emprego, eu fazia um curso em Porto Alegre. Ao receber a notícia do passamento do meu sogro, retornei em seguida a Passo Fundo, para acompanhar as cerimônias fúnebres. Já não me sentia seguro em deixar meus filhos sozinhos com a madrasta.

Após o enterro, voltei à capital para prosseguir o curso. Só que minha inquietação era tanta que passei a noite sentado na cama do hotel, pensando, raciocinando, meditando se tudo aquilo valia a pena. Longe de casa, temia pela segurança das crianças. De outro lado, se desistisse, perderia o concurso. Afinal de contas, cheguei à conclusão de que o mais importante seria sempre a minha tranquilidade, sem a qual não conseguia nem trabalhar nem estudar.

E, na manhã seguinte, comuniquei a meu chefe imediato que não continuaria na capital, que estava desistindo do curso, e pretendia retornar à minha cidade para junto dos filhos. Falei também com o diretor do curso, cancelei a matrícula e zarpei para casa, devolvendo o numerário que recebera adiantado para aquele fim. Essa decisão me deixou mais sossegado, pois a permanência em casa me possibilitava acompanhar de perto o dia-a-dia da família.

ACOMPANHAMENTO MÉDICO

*H*á algum tempo, a Famar vinha sendo acompanhada por um especialista, um psiquiatra de sobrenome Wagner, que tratava dela e dos seus transtornos de conduta. Enquanto isso, a Elinara e eu andávamos, para cima e para baixo, na busca de solução para o problema que afetava a irmã dela. Eu precisava saber o que estava acontecendo, pois simplesmente não conseguia entender. O doutor era desses bundões que gostava de jogar a responsabilidade sobre os familiares e, no presente caso, sobre mim e a cunhada. Na presença daquela doida, dizia que, se acontecesse algo a ela, nós seríamos responsabilizados. Ela se sentia apoiada e ficava cada vez

pior. Deitava e rolava, aprontando ainda mais. O caso era tão *sui-gêneris* que nós dois é que ficamos desarmados e desacreditados.

Até na empresa onde a Famar trabalhava a situação começava a ficar difícil, pois também lá ela andava se portando de modo estranho, com seu chefe e os colegas de trabalho.

Assim foram transcorrendo os dias. Procurava-se ajeitar as coisas daqui e dali, mas sempre com aquela insegurança de quem tateia no escuro. Quando lhe convinha ser agradável, a Famar era uma beleza. Mas quando resolvia agitar o coreto, sai da frente!, tornava-se uma verdadeira artista, mais ainda com a força e o poder que recebia do médico.

UM CORPO CAÍDO NO CHÃO

As coisas estavam nesse pé, quando recebi uma ordem do chefe, para acompanhar a equipe que se deslocaria a Carazinho, a fim de trabalhar durante o dia e um pedaço da noite.

Permanecemos na cidade até por volta das duas horas da manhã, quando fomos liberados.

A minha volta ao lar era sempre complicada. A despeito das situações difíceis que já enfrentara em outras ocasiões, vinha sempre com a esperança de ser recebido com carinho e contentamento. Mas, ao contrário do desejado, minha mulher me aguardava com acusações e surpresas desagradáveis.

Nessa noite não foi diferente. Entrei em casa, agradecendo a Deus Pai por ter retornado são e salvo. Foi apenas um ímpeto de convencer a mim mesmo de que tudo estava bem. Para minha surpresa, ao adentrar no quarto, encontrei minha mulher estendida no assoalho, ao lado da cama, imóvel como um cadáver. Parecia desacordada, vítima de um desmaio. Minha primeira reação foi de pavor, e me pus a chamar e sacudir a criatura, para que dissesse o que havia acontecido. Acordei também as crianças, a fim de saber delas algo que me esclarecesse. Não acontecera nada. Antes de elas se recolherem, estava tudo em ordem, tudo calmo. Sinceramente, foi mais um de seus truques e encenações. Ao perceber a minha chegada, pelo barulho da viatura entrando na garagem, que ficava junto ao quarto, resolveu me aplicar outra peça. Os lençóis, no lado da cama onde ela dormia, ainda estavam quentes.

Quando eu lhe questionava sobre as razões que a levavam a agir de maneira desleal comigo, ficava furiosa. Jogava sobre mim um monte de acusações e palavrões, fazendo-me engolir cobras e lagartos.

OUTRA VEZ, O QUARTO TRANCADO

Desde o dia em que me vi trancado a chave no meu próprio quarto, tomei algumas precauções. Retirei as chaves de todos os compartimentos da casa. Minha companheira continuava inventando artimanhas para me perturbar. Em outra oportunidade, quando cheguei, tarde da noite, de uma viagem de trabalho, ela me surpreendeu mais uma vez. Só que agora ela usou de outra astúcia. Como o quarto era espaçoso, havia nele um beliche que não coube em outro cômodo. Ela o arrastou contra a porta, além de outros objetos pesados, com a intenção inequívoca de impedir o acesso.

Todas essas atitudes, tenho certeza de que não as tomava por medo, em virtude da minha ausência, pois na casa, além das crianças, morava também a empregada que executava as tarefas domésticas.

Por conta dos desajustes de minha mulher, eu vivia em constantes sobressaltos, e as preocupações povoavam minha cabeça, tanto durante meu expediente na repartição, como também em meus períodos de descanso, na companhia da família. Estava sempre à espera de uma nova investida, um novo golpe, cujas razões não entendia, mas deduzia que tinha o propósito de desestabilizar minha vida e infernizá-la, até me levar à loucura. Só podia ser isso! Não havia outra explicação. Minha mulher era uma desajustada e queria desajustar-me também. Ver-me derrotado seria para ela motivo de satisfação, de vitória. Estarei errado nas minhas conclusões?

É evidente que tudo o que sucedia no meu lar e, com toda a evidência, endereçado a mim, me provocava muito sofrimento. Seguidamente indagava a esposa sobre o que a vinha perturbando, o que a desgostava, se ela estava arrependida de ter casado, que se manifestasse, que procuraríamos uma saída, de comum acordo com os familiares dela. Precisávamos com urgência de uma solução satisfatória, porque do jeito que estava era impossível continuar.

Nessas ocasiões, ela desandava a chorar, dizendo sempre que sentia muito medo de me perder.

E assim, os problemas iam sendo arrastados, na tentativa de que a situação melhorasse com o tempo.

DE ARMA EM PUNHO

*E*ra domingo, dia 24 de novembro. O clima se apresentava dos melhores. Depois do almoço, houve um pequeno desentendimento entre nós. A Famar ficou repentinamente transtornada e armou uma tormenta. Começou a jogar no chão e quebrar tudo o que via pela frente, inclusive o que havia na geladeira. Depois foi para o quarto e deu de mão numa espingarda num armário. Por sorte se encontrava descarregada. Enquanto eu tentava argumentar, insistindo para que guardasse a arma, ela não queria saber de conversa e se enfurecia ainda mais. As crianças, por sua vez, assustadas e confusas, choravam sem parar.

O Sr. Cláudio já se acostumara com as zorras que aconteciam de vez em quando na casa vizinha. Um dia, sem querer, escutei comentários dele com a família, sobre o meu malfadado casamento. Entre outras coisas, dizia que “o João tem muita paciência com a nova mulher”. E que “se fosse comigo, já teria passado o laço nela e mandado embora”.

Dessa vez a baixaria foi em dose dupla. O grito era demais e preocupou o vizinho. Ele veio ver o que estava acontecendo. Então, vendo que eu não conseguia desarmar a *furiosa*, entrou também na luta. Nem assim conseguimos tirar-lhe a espingarda. A Famar estava transtornada e nos deixou ambos muito assustados. Não dava para entender como uma mulher franzina, de pouca estatura, demonstrava tanta força, gritava tanto, mordida e dava chutes, como se estivesse tomada pelo demônio.

Seu Cláudio levou a pior. A mulher quase lhe quebrou as costelas de tanto que o agrediu. Quando a gente já estava a fim de desistir, conseguimos de repente tomar-lhe a arma. Para segurança de todos, meu defensor levou-a consigo. Foi uma boa medida de precaução. Derreado e confuso, me sentei no degrau da porta e caí em prantos, sem saber o que fazer da vida. Ela, que continuava

transtornada, ainda jogou uma garrafa contra mim, a qual se espantou nos meus pés. Em seguida, fugiu dali sem destino. Eu soluçava como uma criança, sem vergonha de ser infeliz.

A vizinhança toda ficou horrorizada com o que viu e ouviu no interior da minha residência: objetos jogados no chão, muita coisa quebrada e destruída.

Desse momento em diante, toda a família dela passou a preocupar-se com a fujona. A Elinara e o marido ligaram para os irmãos. Pediram que eles viessem rápido a Passo Fundo, a fim de ajudar na solução do problema, que havia chegado a um ponto crítico. Ao mesmo tempo, começaram a procurar a Famar, em casa de conhecidos, na rua, e em lugares que a gente freqüentava. Tudo sem êxito. Por fim, ao entardecer, eu mesmo a encontrei na casa de amigos nossos, num bairro da cidade.

Os hospedeiros me informaram que ela estava calma e dormia. Mais que depressa, voltei para casa para comunicar aos demais familiares.

Assim que chegaram do interior, os irmãos foram buscá-la. E ao trazê-la de volta, formaram uma espécie de mesa-redonda, para discutir o assunto e encontrar uma saída. Acharam por bem trocar de médico, e chamaram o Dr. Bohrer, que atendia no hospital Bezerra de Menezes, nos altos da Vila Fátima. Já quase noite, o médico chegou acompanhado de dois enfermeiros, com o propósito de levá-la, por bem ou carregada, até aquele hospital psiquiátrico. Evidentemente, o profissional foi informado das ocorrências dos últimos tempos, e de tudo o mais que ele precisava saber sobre a nova paciente.

Houve relutância da parte dela, que não aceitava ser hospitalizada. Mas o psiquiatra, com diplomacia e muita conversa, conseguiu finalmente convencê-la. Ficou internada por mais de oito dias, sem visita de ninguém, nem da família. Durante esse período, eu conversava e me aconselhava com os cunhados sobre o futuro do nosso casamento. Todos eram unânimes em afirmar que a situação não poderia continuar assim, pois eu tinha dois filhos menores e precisava protegê-los, num ambiente harmonioso e saudável. Quanto a mim, concordava plenamente com a opinião deles.

A SEPARAÇÃO

A separação ocorreu no próprio hospital. A Elinara aconselhou-me a pensar bem sobre o que faria de agora em diante. Ela estava sugerindo, evidentemente, que era hora de a gente se separar, que aquele era o momento adequado.

Passada uma semana, o médico me chamou ao hospital. Por coincidência, era um domingo, 1º de dezembro. Sentamos os três em uma sala, o doutor, a Famar e eu. Quem primeiro falou foi ele, perguntando-me o que pretendia fazer dali para frente. Se aceitaria minha mulher de volta, ou não. A resposta, claro, foi negativa. Só fazia sete meses que havíamos casado e o convívio se tornou insuportável. Era impossível continuar. Muita gente, que nada a tinha a ver conosco, já estava também envolvida no problema. O que vinha sucedendo era muito desgastante para todos.

Ela, por sua vez, não queria a separação. Pretendia que eu a perdoasse e a aceitasse novamente sob o mesmo teto. Eu me mantive firme e recusei a proposta dela. Disse-lhe mais: que, daquele dia em diante, ela seria dona da vida dela e eu da minha. Não admitiria mais o envolvimento de outros em nossa relação que, de tão tumultuada, acabava atingindo pessoas de fora. Estava decidido a dar um basta naquele drama, a fim de prevenir transtornos futuros.

Por incrível que pareça, no final da conversa, ela assim se manifestou: “Doutor, eu fui longe demais. Não medi as conseqüências e não pensei que chegasse a esse ponto. Só não gostaria de perder o João”.

No dia seguinte, 02 de dezembro, o médico lhe deu alta e ela foi para a casa de sua irmã, onde permaneceu por algum tempo. O que mais fazia era chorar, lamentar-se e pedir para falar comigo. Eu ainda me dispus a ir à casa da cunhada conversar e dar apoio. Mas não havia clima. Ela começava logo a me acusar, a insultar e a chorar. No final, suplicava sempre que a levasse comigo para casa. Mas eu sabia que não devia atendê-la, pois não dava para confiar no que ela dizia, nem mesmo no que prometia.

Numa oportunidade que se apresentou, conversei com o médico e ele aconselhou-me que evitasse de ir à casa da cunhada, para evitar mais aborrecimentos. Assim procedi. E, aos poucos, fomos esquecendo um do outro. O que restou de tudo foi muito sofrimento e um grande vazio para nós dois. Tenho absoluta certeza disso.

Eu desejava tanto uma vida familiar em ordem, que acabei arrumando uma tremenda desordem, que chegou a transformar-se em pesadelo. Após a separação, minha irmã voltou a morar conosco, tomando conta da casa e das crianças. Mas, como logo em seguida se casou, passei novamente a depender de empregadas. Algumas até procuravam um jeito de se envolverem afetivamente comigo, com a intenção de se firmarem como donas do pedaço. Na condição de homem sozinho, entendo que era difícil lidar com elas e lhes dar ordens. Mas a verdade é que tudo isso foi me cansando, até o desgaste e o estresse tomaram conta de mim. Meu emprego também me exigia muito. Não tinha horário definido, principalmente quando atuava fora de Passo Fundo, em municípios da região.

A VERDADEIRA HISTÓRIA

Quando pensei que o caso estivesse encerrado, em relação à Famar, os familiares dela, tanto os de fora, como os de nossa cidade, cansados de suas lamentações, me procuraram, no intuito de pôr um ponto final na nossa história, uma vez que estávamos separados de fato, mas não de direito.

Estiveram em minha casa, no bairro Planaltina, onde eu ainda lidava com a construção inacabada. E disseram-me o seguinte:

— João, hoje viemos aqui para saber, definitivamente, a tua versão sobre o que de fato aconteceu entre vocês, a fim de que a situação seja resolvida de uma vez por todas. Nossa irmã vai ter que dizer-nos qual é a causa da sua perturbação. Podes crer que, no final da tarde, voltaremos da casa da Elinara com uma resposta. Tu vais saber de tudo.

Realmente, quando já estava anoitecendo, meus ex-cunhados chegaram e começaram o relato:

— Colocamos nossa irmã contra a parede, a fim de que botasse para fora tudo. Exigimos dela uma explicação convincente. E o que se viu e ouviu foi muita sujeira saindo de baixo do tapete, por conta do cunhado Clemério.

Não dá para relatar neste espaço, em respeito à família, o que fiquei sabendo. Os próprios parentes de minha ex-mulher se consternaram e assim se expressaram:

— Nós te admiramos muito, João, e de hoje em diante, continuaremos te querendo bem, e ainda mais que antes. Faz o que manda a tua consciência e o teu coração. Se achares que deves aceitar nossa irmã de volta, ou não, para nós não importa. Mas, quanto ao nosso cunhado Clemério, aquele cachorro ali deitado (apontaram a um cãozinho que estava próximo) tem mais valor que ele. Agora sabemos os motivos que levaram ao fim do casamento de vocês.

Depois dessa conversa, esfriou a minha convivência com a família, até que a desvairada saísse, finalmente, de cena, e para cada um seguir seu caminho. A Famar nunca mais tentou o suicídio! Entretanto, por um bom período, ainda tentava se aproximar de mim.

MÃOS À OBRA!

 pagar aluguel nunca foi um bom negócio. E, como eu estivesse com um período de férias vencidas e outro por vencer, entrei em entendimento com minha chefia, para que me concedesse gozar os dois.

Assim aconteceu.

Contratei um ajudante e recomecei o trabalho de edificação da casa, sempre interrompido pelas circunstâncias. Literalmente, pus minhas mãos à obra, a fim de terminar a moradia onde resido até hoje.

Consegui aprontar os cômodos mais necessários: a cozinha, dois quartos e um banheiro nos fundos. E, em fevereiro de 1992, voltei ao antigo lar, com a mudança e os filhos. Acomodei os móveis e tralhas que couberam no espaço, amontoando o restante num outro lance já pronto, nos fundos da casa. Foi então que as coisas começaram a melhorar. Aos poucos, fui concluindo o que faltava, devagar e sem esquentar a cabeça.

As crianças voltaram a estudar na Escola Monteiro Lobato, localizada no mesmo bairro.

Quanto à Famar, por várias vezes me procurou na casa nova, tentando a reconciliação. Ela queria que eu a aceitasse, e para isso prometia mundos e fundos. Escaldado, concluí que eu até poderia errar novamente, mas com outra pessoa. Com a mesma, seria uma

burrice. Até no centro da cidade, onde ela enxergasse meu carro estacionado, ficava rondando. Não sei se era para bisbilhotar, tentar uma conversa comigo, ou, sei lá para quê... Sei que hoje ela está casada e com filho. E eu, ainda livre e desimpedido, mas com meu *filme queimado!*

VIDA NOVA E BOLA PARA A FRENTE

*E*m todo o tempo em que trabalhei em turmas volantes, nas regionais de Erechim e Passo Fundo, os turnos de trabalho não baixavam de 18 a 20 horas por dia, e sem receber pelas horas-extras. Muitas vezes até sem dormir à noite. No interior, éramos obrigados a preparar nossa própria alimentação. Percorriamos de 700 a 1.000 quilômetros por semana, arriscando a cara e o couro nas rodovias, principalmente durante as madrugadas.

Quando me dei conta, já estava há um tempo queimando o pavio, e o estresse e a depressão se instalando com força total. Daí que, certo dia, ao retornar de uma jornada em outros municípios, senti na pele que não poderia mais tocar minha vida somente com a cara e a coragem. Procurei então a ex-cunhada Elinara, que considerava uma grande amiga, para me aconselhar com ela. Precisava muito da ajuda de alguém. Foi aí que ela me orientou a buscar tratamento médico, com o mesmo especialista que tratara da sua irmã, uma vez que ele já estava por dentro da minha história.

Foi o que fiz imediatamente. Marquei uma consulta com o Dr. Bohrer. De fato, nossos contatos anteriores facilitaram muito.

Contei ao médico, que trata da alma e seus sentimentos, tudo o que acontecia em minha vida particular e profissional. Já fazia quase seis meses que não conseguia dormir o suficiente. Minhas tarefas eram múltiplas e constantes, tanto em casa como fora. A primeira consulta se deu no próprio hospital. E em todas elas, que aconteciam uma vez por semana, eu chorava muito. O Dr. Bohrer foi um amigo para mim, não só psicólogo e conselheiro.

Após as nossas conversas, sempre me sentia muito bem, reconfortado, sereno, aliviado em muitas angústias. O tratamento com ele durou uns dois anos. A vontade de viver que ele me incutiu, a força e a coragem de não permitir que problemas e pensamentos depressivos tomassem conta de mim, foram meu grande estímulo

na superação daquela crise existencial, muito dolorosa sim, mas também muito prejudicial a mim e a meus filhos.

Aceitando os conselhos do especialista, comecei a sair, dançar, participar de festas, conhecer outras pessoas e fazer novas amizades.

Adeus, estresse e depressão...

“Os homens são instrumentos nas mãos de Deus. A cada um é concedida uma porção de luz, suficiente para habilitá-lo a efetuar a obra que Deus lhe deu a fazer”.

XI

Capítulo



A VIDA CONTINUA

O Sr. Octavio, que viuvara em 1974, casou-se novamente, em 1976, com Maria Placidina Esteres, divorciada e mãe de quatro filhos. O mais velho já era casado e morava em Carazinho. Permaneciam com ela os três menores, duas meninas e um menino. O próprio Octavio ainda mantinha em sua companhia seus cinco filhos mais novos, uma vez que os outros cinco já eram casados.

Octavio e Maria decidiram, pois, unir o útil ao agradável. Juntaram os panos e os oito filhos, para se ajudarem e viverem harmoniosamente. Somando as forças e pegando juntos, conseguiram acompanhar o crescimento de todos, até cada um tomar seu próprio rumo.

O novo casal, já com oito filhos em sua companhia, resolveu completar o time com mais um casal: o Nativo e a Raquel. Esta, além de minha irmã, é minha afilhada. A família de Octavio, na verdade, compunha-se de 15 filhos: três que faleceram na infância, os dez ainda vivos, e mais o casal do segundo matrimônio. Somamos, portanto, doze irmãos vivos, na data de hoje, os quais se espalharam por este chão brasileiro, nos três estados do Sul.

Alguns anos mais tarde, Octavio vendeu sua propriedade na Linha Ferron. Tratava-se de uma área toda arborizada, com parreiral, erva-mate, pinheiros que já produziam, e muitas espécies de árvores frutíferas. Tudo foi plantado e cultivado por ele, desde que comprou o sítio muitos anos atrás, por volta de 1955. Na época em que se desfez da terra, ela já não produzia o necessário para o sustento da família. O contínuo uso e o desgaste natural causado pela erosão, bem como a falta de técnicas que os colonos desconheciam, foram tornando precária a preservação do solo.

Meu pai adquiriu então outra morada, na Linha Faxinal dos Lopes, bem próxima de seu sogro, o Sr. Ovídio Esteres. Um sítio bem localizado, em local agradável, onde o velho começou tudo de novo. Construiu casa, galpões e poteiros, e deu início à arborização, também com frutíferas, erva-mate e pinheiros.

Lembro muito bem de que eu o visitava. Ele se sentia muito feliz e orgulhoso e, no seu contentamento, fazia questão de me mostrar as lavouras, os matos que ainda existiam, bem como me relatar todos os seus projetos de melhorias. Nas proximidades da casa, mais ou menos a uns trinta metros, passa uma sanga que, em certo trecho, se transforma numa bela cascata.

Como era e ainda é bom tomar banho naquele riacho! Foi nesse sítio que ele viveu seus últimos dias.

Falando em últimos dias, sou obrigado a reconhecer que, por causa do emprego e dos problemas que enfrentei, às vezes se passavam meses sem que eu pudesse visitá-lo. Quando voltei para Noioi, pude ir vê-lo com mais frequência. Aproveitava os períodos de folga, pois o velho morava perto dali. Comecei então a tomar pé da situação e percebi que ele já não estava tão bem de saúde. Seu comportamento era diferente, muitas vezes até se mostrava agressivo nas palavras. Fraco de memória, esquecia onde havia guardado as ferramentas, com as quais sempre teve muito cuidado. Demonstrava também dificuldade em reconhecer as pessoas.

Em virtude dessa debilidade, seu casamento já estava indo por água abaixo. Sua companheira não conseguia mais segurar a barra sozinha. Digo sozinha, porque, dos oito filhos que juntaram dos casamentos anteriores, mais o casal que tiveram, restaram apenas três ou quatro menores, que ainda precisavam de ser encaminhados na vida. Os mais velhos já haviam casado e cuidavam dos seus próprios interesses. Assim, quando Seu Octavio

começou a sentir-se fraco, acometido pelo Mal de Alzheimer, já em estágio bem adiantado, e pela esclerose também em alto grau, Dona Maria Placidina não agüentou o tirão sozinha. O velho já tinha sido hospitalizado em Nonoai e Chapecó. Bem diz o ditado: “um pai cuida de dez filhos, mas dez filhos não cuidam de um pai.”

Quando isso aconteceu, não generalizando, que sempre há exceção, não demorou para se perceber que entraram em jogo interesses pessoais. E aqueles bens que o tronco familiar adquiriu, com muito suor e trabalho, ao longo da vida, e que serviam de suporte para a criação dos filhos, começaram a despertar cobiça.

Quase sempre é isso que acontece. Quando a idade, a doença e a morte se põem a rondar a porta do casal que foi o esteio da família, o olho vivo de alguns começa a crescer, e surgem os desentendimentos e conflitos. Os que estão longe ficam mais longe. E os que estão próximos tratam de afastar-se também, para não serem obrigados a se envolverem com os problemas e cuidados que a doença e a velhice costumam exigir.



Fonte: Álbum de família.

Octavio Ferron e seu chimarrão, em 1986.

Com nosso pai aconteceu que alguém da família o levou para sua casa, a fim de lhe dar assistência. Criou-se então outro contra-tempo: ele não permitia que os demais irmãos e familiares o visitassem. Isso só foi solucionado com a volta do pai para sua própria casa, de onde não deveria ter sido retirado.

Foi exatamente nessa hora que tomei conhecimento da situação em que meu pai se encontrava. Conversei com a tia Maria (era assim que a gente carinhosamente a chamava). Ela nos informou de como estava sendo difícil tomar conta de nosso velho pai, seu esposo.

Em Nonoai, fui informado de que, em Santa Cruz do Sul, existia uma clínica e um médico muito eficiente para tratar o caso do Sr. Octavio Ferron.

O local onde nosso pai morava ainda era desprovido de energia elétrica, mas não ficava longe da rede que alimentava as propriedades da região. Reconheci que seria ainda mais difícil cuidar dele, se não houvesse luz na casa. Por essa razão, fui a Erechim, onde ficava a sede da Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai, e solicitei providências imediatas, no sentido de estender a rede até a casa do Sr. Octavio.

Voltando a Nonoai, comprei todo o material necessário e contratei um eletricista para executar a instalação. Dentro de uns quinze dias, tudo estava pronto. Havia luz na casa e no galpão.

Erguemos e instalamos ainda um reservatório de água, e construímos um banheiro, a fim de facilitar a vida do velho Ferron que merecia ser cuidado com conforto e carinho.

NOVA REMOÇÃO

*E*m maio de 1993, pedi remoção para Nonoai. E, no dia 2 de junho, já estava trabalhando novamente no posto fiscal de Nonoai e Goio-En.

Nessa época, foram nomeados, para a Secretaria da Fazenda, novos colegas aprovados em concurso público, realizado em 1990. Vários deles assumiram no mesmo posto do Norte gaúcho, onde eu estava lotado.

Foi um período bem marcante para nós, veteranos. Além de executar nosso trabalho, ainda tínhamos que ensinar os recém-

-chegados, que nos acompanhavam com atenção e interesse. Como funcionários antigos e experientes, procurávamos desempenhar da melhor maneira possível as nossas funções. E uma delas consistia em repassar aos novatos as técnicas usadas no combate à sonegação e, sobretudo, as estratégias e artimanhas dos contribuintes e transportadores de carga, que se revelavam peritos em sonegar impostos e burlar o fisco, durante o trânsito de mercadorias. Isso acontecia tanto na entrada do estado como, e principalmente, nas saídas.

Por encontrar-me ainda em tratamento médico, devido ao abatimento que tomou conta de mim desde 1991, esse novo ambiente de tarefas e atribuições ajudou-me bastante. Passávamos quase as 24 horas do dia trabalhando e, durante a lida, não sobrava tempo para pensar nos problemas que havia deixado para trás. Nem nas tensões, angústias e mágoas, que não eram poucas. O fato é que me empenhava ao máximo para tirá-las da cabeça e arrancá-las do coração.

RETORNO A NONOAI E OUTRAS PERIPÉCIAS

*F*oltei a trabalhar em Nonoai, no período entre junho de 1993 e janeiro de 1994, quando completei o tempo para encaminhar o pedido de aposentadoria na função pública.

Já contava com 37 anos de serviço, na soma do privado com o público. Meu último dia de trabalho foi, exatamente, 31 de janeiro de 1994. Como despedida, na noite de 30 para 31, a chefia e os demais colegas, no próprio local de trabalho, me homenagearam com um churrasco e um presente, como lembrança.

Ao lado do posto onde a gente trabalhava, permanecia sempre estacionado um velho *trailer*, que servia como dormitório ou espaço de descanso, entre um turno e outro.

Esse *trailer* também já estava com tempo para se aposentar, junto com os funcionários. Ele se prestava a múltiplas utilidades. Servia como escritório, alojamento, cozinha e ainda outros fins não especificados.

Na madrugada do dia 31, quando me recolhi para descansar um pouco, ao adentrar na velha casa improvisada, tive uma surpresa: havia uma pessoa deitada em minha cama, sob a coberta.

Os cabelos estavam dispersos e percebi que se tratava de uma mulher. Rápido, fiz a pergunta: Quem está aí? Ela se mexeu na cama, fingindo que acordou. Será que estava mesmo dormindo?

Para minha surpresa, tratava-se de uma das filhas do vizinho. Acho que devia ter em torno de trinta anos.

Nos últimos tempos, eu havia percebido que ela tentava se aproximar de mim e demonstrava uma atitude estranha. Mas eu nunca dei bola, pois não estava a fim de me envolver. É verdade que andava carente. Mas justo aquela! Não era do tipo que me atraía. Não desejava ter com ela nenhuma espécie de relacionamento, nem mesmo sexual. Nunca tivera nada com a moça, para que ela procedesse daquela forma.

De um jeito quase imbecil, perguntei-lhe o que estava fazendo ali àquelas horas. A infeliz começou a chorar, jurando que gostava de mim, que sabia que eu estava indo embora e ela nunca mais me veria. Insisti para que saísse, mas ela emperrou. Teimava em permanecer ali. Argumentei que os colegas poderiam descobrir e ela ficaria *mau na foto*. Não só ela como eu também.

Nem é preciso dizer que comecei a ficar nervoso, quase apavorado, diante da situação tão inusitada. A insistência da moça era tanta e estava tão determinada a deitar comigo naquela malfadada noite que me deixou inteiramente sem ação.

Talvez pensasse que se transasse comigo e engravidasse, eu ficaria com ela e a assumiria. E foi assim que a gente acabou se envolvendo. Para falar a verdade, o que aconteceu foi mais masturbação do que sexo. Nos forros da cama, ficaram meus espermatozoides, que ela mais que depressa introduziu em seu órgão genital. Pelas conseqüências que advieram do ato, ela deveria estar ovulando, em seu período fértil.

Foi um único e rápido envolvimento, depois do que ela se mandou, e eu fiquei lá tentando entender o motivo que levou a moça a preparar-me aquela armadilha. Sim, porque promover aquele encontro, fazer tudo o que fez, sem antes termos conversado a respeito, sem eu tê-la convidado a me encontrar naquele local e àquela hora, só poderia ser uma armadilha. Fiquei muito pensativo e também preocupado. Mas, como faltavam apenas algumas horas para despedir-me dos colegas e do trabalho, partir ao encontro da aposentadoria, e talvez nunca mais voltar àquele lugar, procurei esquecer o acontecido.

Eu havia adquirido, recentemente, o automóvel Opala do colega Bonamigo. E, após entregar o serviço, pela última vez, aos colegas que iriam me substituir, despedi-me, para aguardar em casa, a publicação do ato de aposentadoria no Diário Oficial do estado.

Juntei meus pertences e objetos pessoais, embarquei no posante e fui até a casa de meu pai, que ficava distante dali uns oito quilômetros, a fim de apanhar a Silvana e o João Octavio, meus filhos menores. Com eles fui passear em Chapecó, em visita a meus parentes e minhas irmãs que lá moram até hoje. Uma semana depois, retornei a Passo Fundo. Agora sim de férias, durante o resto da vida, depois de 37 anos de labuta incansável.

Sempre que tirava férias, trabalhava em alguma coisa, pois não dispunha de grana para viajar ou ir à praia. Desta vez, eu e meu amigo e vizinho, Horalino Della Méa de Andrade, programamos uma viagem até a praia de Arroio do Silva, perto de Araranguá, Santa Catarina. Alugamos uma boa casa, por uns dez dias, com a gurizada. Foi muito bom. Lá se juntou a nós um outro casal de amigos e vizinhos, o Plínio Lopes, com a esposa e os filhos. Foram dias muito agradáveis que só deixaram em nós boas recordações.

Neste momento me ocorre que, muitos homens e mulheres trabalham quase uma vida toda para chegar à aposentadoria. Outros se aposentam ainda com boa saúde e poderiam envolver-se nas mais variadas tarefas comunitárias. No entanto, nem sempre é isso que acontece. Há aposentados, principalmente os homens, que preferem freqüentar os botecos, bater o ponto ali todas as tardes, ficar à toa, jogando baralho, fumando, bebendo e, conseqüentemente, acabando com a saúde e a vida.

Parece até que, propositalmente, ficam esperando a morte chegar.

Quanto às mulheres, essas ficam em casa inventando outras tarefas, cuidando da saúde, se preocupando com os filhos, netos e até bisnetos. Participam da vida comunitária, da igreja do bairro, dos grupos de terceira idade, enfim, se ocupam e se divertem, e com isso gozam de muito mais saúde e vivem mais.

A maioria dos homens, por sua vez, não têm tempo para nada. Se forem convidados a participar de trabalhos comunitários e sociais, a resposta é negativa. Não pretendem *trabalhar de graça para os padres*, e também alegam não dispor de tempo. São poucos

os homens que gostam de acompanhar suas esposas envolvidas em atividades filantrópicas, ou freqüentar os grupos de convivência.

A DESAGRADÁVEL SURPRESA

*P*assaram-se uns dois meses desde que me afastara do trabalho. Certo dia, a senhora de um amigo meu, de Nonoai, ligou-me com a indesejada notícia de que a tal moça, com quem, fortuitamente, me envolvi em meu último dia de serviço, estava grávida, esperando um filho meu...

No primeiro momento, fiquei enlouquecido, contrariado e cheio de raiva. Não acreditava no que estava ouvindo, pelas circunstâncias como tudo havia acontecido. Depois, passei a ignorar o fato, deixando de dar importância àquela conversa.

Aconteceu, porém, que no dia 30 de outubro de 1994, nasceu de fato uma menina, filha da tal moça dissimulada embaixo da cobertura. Que fazer? Acabei por reconhecê-la como minha filha, registrei-a, dei-lhe meu sobrenome e estou pagando pensão. Ela está hoje com 10 anos. Não posso negar que foi muito doloroso para mim enfrentar essa situação, pois sempre tive muito cuidado com esse tipo de coisa. Nunca brinquei com isso. Infelizmente, aconteceu. E o nome da menina está relacionado junto com os meus outros filhos, na Árvore Genealógica da Família. Entretanto, volto a repetir: isso me incomoda muito.

A MORTE DO VELHO

*D*e Passo Fundo entrei em contato telefônico com o Dr. Paulo e a Clínica Centenário, em Santa Cruz do Sul. Também, contatei com o enfermeiro Paulo. Ao médico, passei as informações sobre o caso de meu pai e os sintomas que apresentava. O doutor agendou uma consulta, e eu o levaria até Santa Cruz o mais breve possível. Como não dispunha de veículo na época, trouxe papai de ônibus até Passo Fundo e, na manhã seguinte, meu vizinho Plínio Lopes nos levou ao nosso destino.

O Dr. Paulo já nos aguardava, e também o enfermeiro. Fez a consulta e tomou as providências de praxe.

Meu pai permaneceria na clínica por uns dez dias, enquanto faria os exames necessários para que se obtivesse um diagnóstico satisfatório da sua doença.

Eu e meu amigo Plínio retornamos, e o doente ficou por conta e aos cuidados do médico e da clínica.

Quando venceu o prazo, voltei a Santa Cruz com o Luciano, filho do Plínio, para trazer o pai de volta, na hipótese de ele ser liberado pelo doutor. Este explicou-me o seguinte: “Realizei todos os exames. Seu pai está com a coluna toda destruída, devido ao excesso de trabalho pesado durante a vida. Também calcificou a veia aorta, que oxigena o cérebro, o que lhe causa esquecimento e irritação.” Depois explicou a respeito do Mal de Alzheimer e suas implicações, e prescreveu medicamentos para afinar o sangue, a fim de possibilitar uma melhor circulação dele pelo cérebro. Também receitou calmantes para diminuir a ansiedade e a irritação. Esclareceu ainda que a enfermidade já se instalara havia muito tempo, e era um fato irreversível. Mandou seguir com o tratamento, observar suas orientações e voltar em dois meses.

Eu precisava retornar ao trabalho em Nonoai. E levei novamente meu pai de ônibus até lá. Chegando tarde ao Posto Fiscal, o chefe me concedeu a viatura de serviço para que o levasse em casa.

Encontrei Dona Maria nos aguardando, e aproveitei para conversar com ela e os outros familiares que lá se encontravam. Expliquei tudo o que se passava com nosso pai, falei sobre a doença, e sobre as atitudes dele que não eram deliberadas, mas consequência do mal que o acometera. Reafirmei a todos que, naquele momento, teríamos de nos unir para cuidar dele o melhor possível. Sabíamos de antemão que o trecho a percorrer não ia ser fácil. Mas prometi dar todo o meu apoio e minha ajuda em tudo o que fosse necessário. A tia Maria e toda a família, inclusive os cunhados de papai, se prontificaram a colaborar. Isso tudo ocorreu no segundo semestre de 1993, pelo final de outubro ou início de novembro. Então eu já estava motorizado. Havia comprado de um colega, o Paulo Bonamigo, um Chevrolet Opala, ano 1984, quatro portas. Uma beleza!

Quando chegou o momento de levar o velho a Santa Cruz novamente, para a realização de novos exames e reavaliação médica, peguei o opalão, fui ao Faxinal dos Lopes e convidei a Dona Maria para me acompanhar.



Fonte: Foto do autor, 1997.

Salão comunitário, na Linha Faxinal dos Lopes, construído por Octavio, e onde também foi velado em 14/05/1997.

Dessa vez viemos a Passo Fundo num dia e, no outro, cedinho, largamos na estrada em direção a Santa Cruz.

O Dr. Paulo o examinou e prestou-nos todas as informações que desejávamos, sobre a doença e o comportamento do doente antes e após o tratamento. Nada que se pudesse fazer, senão vigiá-lo e atendê-lo. O processo não tinha volta e a tendência era o agravamento com o passar dos dias.

Almoçamos naquela cidade e à tarde voltamos a Passo Fundo. Só no outro dia levei-os para casa, em Nonoai.

Após esses episódios, passou-se um período de mais ou menos três anos. Nosso pai foi internado novamente, no Hospital de Nonoai, em dezembro de 1996. Dessa vez fiquei lá com ele. Ainda lembro que, no dia em que o Grêmio disputava o seu segundo título pelo campeonato brasileiro, com a Portuguesa de São Paulo, para alegria dos gremistas, nosso time sagrou-se campeão.

Desde a primeira vez que conduzi meu pai a Santa Cruz, até o dia de sua morte, sempre o acompanhei. Mas, infelizmente,

pouco se pôde fazer para melhorar suas condições de saúde. Eu me deslocava de Passo Fundo a Nonoai quase todas as semanas, e procurava auxiliar a tia Maria. Ele ficava muito feliz com minha presença, apesar de esquecer-se muito facilmente quem eu era.

O tempo foi passando. O tratamento o deixava menos agitado, tornando-se mais fácil lidar com ele. Mas, aos poucos, foi-se entregando, suas pernas foram atrofiando, devido à falta de exercícios, e a mente ia se extinguindo como uma vela. Logo passou a andar em cadeira de rodas, para facilitar sua locomoção. Dei de mão nas minhas ferramentas e, com o irmão Nativo, fizemos uma reforma no interior da casa. Trocamos de lugar as divisórias, modificamos todos os cômodos, para possibilitar o acesso da cadeira aonde ele desejasse ir. Depois, quando começou a ficar muito tempo no leito, tivemos que colocá-lo num colchão d'água, principalmente no verão. Seu estado foi ficando de doer e dar muita pena.

Nessa oportunidade, quero registrar um especial agradecimento a Terezinha Dalberto Ferron, que naquela época era assistente social da Prefeitura de Nonoai, e nos deu uma grande força e ajuda.

Papai viveu até a madrugada do dia 14 de maio de 1997, falecendo aos 78 anos e um mês de vida. Eu havia saído de lá à tardinha, para participar de uma reunião no Grupo de Escoteiros Os Cariris, no Clube Juvenil. Além de fazer parte do grupo, era também seu chefe.

No momento em que faleceu, além da esposa, dona Maria, estavam com ele o Nativo e a Raquel, sua filha mais nova, e a Luzia, também minha irmã, que segurou sua mão. O Nativo me comunicou por telefone a notícia de que o pai acabara de falecer. Foi muito forte a tristeza que senti naquele momento, embora soubesse que o desenlace estava para acontecer a qualquer momento. Tomei as providências necessárias antes de ir para Nonoai. Entre elas, fiz diversos contatos telefônicos, avisando os demais irmãos, pois alguns residiam longe.

Enquanto isso, as irmãs e os cunhados de Chapecó foram preparando o funeral. Por ironia do destino, Seu Octavio foi velado num dos salões comunitários construídos por ele, o do Faxinal dos Lopes. Seu sepultamento se deu no cemitério municipal da cidade de Nonoai, onde repousam também os restos mortais de nossa mãe,

Aurora, transladada do cemitério da Linha Fátima, no interior do município.

Como nessa localidade já não morava ninguém da família, achei por bem que o casal descansasse no mesmo jazigo, em local de fácil acesso para todos os familiares. A proximidade facilita tanto a conservação das sepulturas como também as visitas.

E assim, no alto de uma coxilha, no campo-santo de Nonoai, repousam os corpos (que são o invólucro das almas ou espíritos) de nossos progenitores. Do lugar onde estão, certamente acompanham nossos passos e velam por nós, a sua descendência.

Quero, novamente, agradecer à Terezinha por sua dedicação e zelo que teve em 1998/99, quando minha tia e madrinha Paulina, esteve naquela casa, sob seus cuidados e das demais pessoas que ali trabalham e zelam por aquelas criaturas. E, desde 2000, o tio Jair, aquele *arteiro*, está hospedado na mesma casa (Casa Assistencial Social Amor e Caridade), na cidade de Nonoai, sob os cuidados de Terezinha e de toda a equipe que com a mesma dedicação, zelo e carinho, tomam conta de todas as pessoas que ali estão, sob a proteção de Deus e das pessoas que não medem esforços para protegê-las. A todos os funcionários, direção e também à comunidade de Nonoai que mantém essa casa em pé. Meu abraço e meu carinho a todos.

Que estejam para sempre na luz e na paz do Senhor!

“Todos somos instrumentos do Espírito.”

XII

Capítulo



A VILA PLANALTINA E SEUS ANTIGOS MORADORES

A área que delimita hoje a vila Planaltina era habitada antigamente pelos moradores que seguem abaixo.

Nas proximidades do trevo que dá acesso ao Parque da Roselândia, extremo sul da vila:

- 1) A família de Pedro Diniz da Silva Vilela, nascido nesse local em 1921, onde sempre residiu com a esposa, Ana Lago da Silva. Seus filhos lá residem até a presente data.
- 2) Irmão de Pedro, Januário Diniz da Silva, residia com a família na parte mais central, próximo ao Instituto São Carlos, entre as ruas João Lângaro e Antônio Roani.
- 3) A família de um imigrante italiano, Antônio Funghetti e Maria Fieroní Funghetti. Em 1950, saiu com sua gente da Província de Ascoleno Piceno, da cidade de Montaldo Del Marche, no Norte da Itália, emigrado para o Brasil. Chegaram primeiro à Bahia, mas logo desceram para o Rio Grande do Sul, estabelecendo-se no município de Sarandi. Em 1957, vieram residir em Passo Fundo, com os seis filhos:

Santo, Maria, Anselmo, Emília, Bartolomeu e Basílio, todos italianos de nascimento. O casal residiu por muitos anos onde hoje é a vila, e muitos de seus filhos e netos ainda residem até os dias de hoje no mesmo local (Chácara dos Italianos), e também no lado sul do bairro, fazendo divisa com uma sanga.

- 4) No extremo Noroeste, junto a um riacho e à antiga estrada para São Roque, hoje Chácara dos Despachantes, residiu por mais de 50 anos, Jaci Almeida Guedes e sua família.
- 5) Walter Hagem, com a família, residiu por mais de 50 anos, bem na baixada, próximo ao potreiro do frigorífico Planaltina e a um bosque de pinheiros, na propriedade da Capasemu, nos fundos do Colégio Estadual Monteiro Lobato.
- 6) Bem próximo à mesma localização acima descrita, residiu também, há mais de 50 anos, a família de José Organtino Casseres.

Essas são as seis famílias mais antigas, que moraram no bairro ainda antes do seu povoamento.

Hoje, a Vila Planaltina se limita, ao Norte, com a propriedade do Instituto São Carlos e com o Colégio Monteiro Lobato; ao Noroeste, com a Vila Bom Jesus e a antiga estrada para São Roque; ao Sul, com a rodovia denominada Perimetral Sul.

NASCIMENTO E BATISMO

Área acima citada corresponde à atual Vila Planaltina. Quando foi loteada, era uma colônia, e passou a pertencer ao Bairro São Cristóvão. Isso ocorreu nos primeiros anos da década de sessenta, nas proximidades do então Frigorífico Planaltina, do qual se originou o nome do novo loteamento.

Nos anos de 1967/68, a Cohab/RS construiu ali um núcleo de 52 casas populares, as quais foram sorteadas entre as famílias inscritas, que precisavam de moradia. Eu era solteiro, mas também me candidatei a uma dessas casas. Tinha a intenção de trazer meus pais para Passo Fundo, e eles poderiam ocupá-la, caso eu fosse contemplado.

No início de 69, aconteceu o sorteio. Tive sorte, recebi uma das unidades. Nela fui residir em 12 de fevereiro de 1969. Hoje já não é a mesma casa, pois foi reconstruída.

A Vila Planaltina iniciou exatamente nessa época, povoada pelos moradores que seguem abaixo, considerados os fundadores do novo bairro: João Ferron (de Passo Fundo); Satílio Miguel e Antônio Laus dos Santos (Feijó), que foi o primeiro bodegueiro da nova comunidade (de Nova Prata); Milton Tor Ritter e Victor Batista da Silva (de Carazinho); Bernardino Alcântara Batista (de Dom Pedrito); Homero Marques Morales (de Cachoeira do Sul); Manoel Chaves Petito (de Camaquã); Manoel Chaves. Edino Bertóglgio (de Passo Fundo); Irineu Rossetto (de Ronda Alta); José Feijó de Assis e Jorge Altair da Silva (de Passo Fundo); João Marques, o Jango (de Santo Ângelo); Fernando de Lima Campos (de Portugal).

Mais tarde, foram aos poucos chegando novos moradores, provenientes de diversas localidades. Do interior de Passo Fundo, se instalaram na nova vila, os Rosso e os Previatti (de São Roque); os Tauffer (de São José); Os Franceschi, os Grando, os Anesi, os Censi, os Vanin (de São Valentim); os Mainardi, os Danieli, os Pelicioli, os Tauffer (de Nossa Senhora das Graças); também Manoel João Luzia e Rubens Capella.

De outras cidades: os Casagrande, os Casarim, os Guerra (de Pinhal/Soledade); os Bertoncello, os Rosseto (de Ronda Alta); Olimpio da Silva Assunção e Plínio Lopes (de Sertão); Antônio Orsato, Amirálio Luiz Vassoler, Gentil Scarparo (de Marau); Antônio Rissardo (de Casca); Hermínio Mânica (de Constantina); Jesus de Aguiar (de Panambi).

Atualmente, no ano de 2005, são aproximadamente duas mil famílias que compõem a população da vila.

PARTICIPAÇÃO NA VIDA DA IGREJA

*N*a década de 1980, a comunidade Nossa Senhora do Caravaggio, do Bairro Planaltina, permaneceu completamente estagnada, sem apresentar nenhum crescimento. O material que havia na capela era de dez anos atrás. As várias diretorias que comandaram, nesse período, os destinos da comunidade religiosa

do bairro, não se preocuparam em investir. Só realizavam as festas tradicionais. Não promoveram campanhas para angariar fundos e adquirir materiais e utensílios. Faltavam fogões, panelas, louças, talheres, mesas, bancos, espetos e tudo o mais necessário para que se pudesse realizar, na comunidade, jantares dançantes, festas de aniversário, chás e outros eventos, como os encontros da terceira idade.

Também era importante equipar o salão da capela com os materiais a serem empregados em situação de emergência, no socorro às famílias em dificuldades, como em casos de incêndio e doença grave, quando a comunidade se reunia e realizava jantares, para que a renda auferida amenizasse os problemas. Assim como deve agir uma comunidade organizada.

No período de 1984 a 1994, estive afastado das atividades paroquiais e comunitárias. Em virtude dos compromissos profissionais, durante todo esse período eu só vinha para casa nos finais de semana, e muitas vezes ficava ainda mais tempo ausente da comunidade e da própria família. Meus contatos com o pessoal do bairro era muito esporádico.

Já em 1994, quando me aposentei, um grupo de pessoas da comunidade me procurou, para que participasse de uma chapa que deveria concorrer à diretoria da capela. Relataram-me não ter havido nenhum progresso nos últimos dez anos. E que um determinado grupo estava se organizando para assumir a direção. Temiam que acontecesse o caos, se isso realmente se concretizasse.

Uma parcela da comunidade julgava que eu devia voltar à presidência da comunidade, da qual fui fundador e presidente por quatro anos, de 1979 a 1984.

Foi assim que a comunidade N.S. do Caravaggio se reuniu, juntamente com o Padre Ivo Barth, com o objetivo de eleger uma nova diretoria. Transcorreu a eleição sem contratempos e fui escolhido como presidente. Aceitei e agradei ao pessoal por ter confiado em mim mais uma vez.

A nova diretoria ficou composta dos seguintes membros: Presidente – João Ferron; Vice – Valdir Rosso. Na condição de presidente, cabia-me a escolha dos tesoureiros e secretários. Convidei para 1º tesoureiro – Antônio Carlos Xarão; e 2º Marcos Guedes. Para 1ª secretária – Maria Dieckel; e 2ª - Silvana Grando.

Para o Conselho Fiscal, a assembléia designou as seguintes pessoas: Osmar Lago da Silva e esposa, Vlademir Bernardi e esposa, Edemar Tauffer e esposa, Nara Casagrande e esposo, Lurdes Stieven e esposo, Lindomar Maschio, Luiz Eleis, Valdocirio Gregório, Darci Lubian, Nelso Pauletto, Jesus Aguiar, Domingos Giareta, José Airtton Dieckel e Idelário Dieckel.

Toda a equipe entrou na luta com entusiasmo e vontade de trabalhar. Permaneci na presidência dos trabalhos da capela de abril de 1994 a agosto 1996.

Nessa época era vigário da Paróquia São Cristóvão, o Pe. Ivo Barth, irmão do Pe. Adalberto e do Pe. Aldino, da Paróquia São Vicente, no Boqueirão.

Ao tomar posse, convoquei os demais colaboradores a vestir a camisa. Teríamos que programar, além das festas tradicionais, outras promoções importantes. Era urgente a aquisição de material para equipar a cozinha e o salão de festas, e para melhorar a igreja, a fim de motivar as famílias a participar e juntar-se a nós.

Depois de tudo isso, agora sim, a comunidade já podia pensar em partir para o projeto de construção de uma nova igreja que substituísse a velha igreja de madeira. A partir de 2002, quando estava na presidência do Conselho da capela, o senhor Valdemar Monteiro da Silva deu início à construção da nova igreja em alvenaria, a qual já está servindo à comunidade, mesmo não estando totalmente pronta.

ESCOTISMO

 Por essa época, levei meus filhos Silvana e João Octavio, ao Grupo Escoteiro Os Cariris, do Clube Recreativo Juvenil, para incorporá-los ao movimento escoteiro.

O grupo tinha como diretor de formação, Jéferson Kura. E como chefes: Iolanda Medeiros, Antônio L. Begotto, Diva Begotto, Colberto Thomé Saldanha, Valdir Oliveira, Fabiano Trindade (chefe monitor) e eu.

Na condição de chefe passei a participar do grupo, acompanhando a meninada em suas atividades e nos acampamentos, dando suporte aos chefes e ao monitor. Destaco aqui a presteza e o



Fonte: Foto do autor, 1996.

Grupo de escoteiros na sede campestre do Clube Juvenil, em Passo Fundo - RS.

trabalho do chefe de apoio, o Colberto, meu grande amigo e companheiro no escotismo.

Todos os sábados à tarde havia atividades na sede do grupo, junto ao clube. E também nos acampamentos e atividades extra, quando programados em finais de semana, nos matos da região. Muitas vezes na fazenda da Brigada, e outras na do Exército, e em muitos outros locais apropriados. Acampamos nas cidades de Marau, Serafina Corrêa, Lagoa Vermelha, Planalto, Palmeira das Missões. Participamos do Natal Som e Luz, na Praça Santa Tereziinha, onde montávamos acampamento, para dar suporte ao evento e colaborar com a segurança das crianças e a limpeza do local.

Como eu já fizesse parte do Clube dos Corredores de Rua de Passo Fundo (Corpasso), e da presidência da igreja, de repente me vi bastante envolvido em múltiplos compromissos. Sobretudo porque, no escotismo, o chefe era obrigado a realizar cursos, que eram programados em etapas e demandavam tempo. Participei

dos seguintes cursos: Acampamento Distrital, em agosto de 1994, em Lagoa Vermelha; Curso Informativo, em outubro, também em Lagoa Vermelha; XVI Elo Nacional de Escotismo, em comemoração aos 50 anos da ONU, em agosto de 1995, no município de Planalto; reunião do 6º Distrito de Passo Fundo, já em 29 de dezembro, no quartel da Brigada Militar, na Avenida Presidente Vargas.

ACAMPAMENTO INTERNACIONAL

Em 1996, fui designado como Diretor de Formação, em substituição ao diretor Jéferson, acumulando com o cargo que já exercia. E chefei uma Patrulha de Escoteiros, num grande acampamento internacional

Com a autorização do Juiz da comarca de Passo Fundo e dos pais de cada um dos escoteiros, saímos em 2 de janeiro de 1996, com destino a Tacuarembó, no Uruguai, a 130 quilômetros de Rivera. O trajeto de Rivera até o local do acampamento era para ser feito de trem.



Fonte: Foto do autor, 1996.

A patrulha, na estação do trem, em Rivera, Uruguai, em 3 de janeiro de 1996.



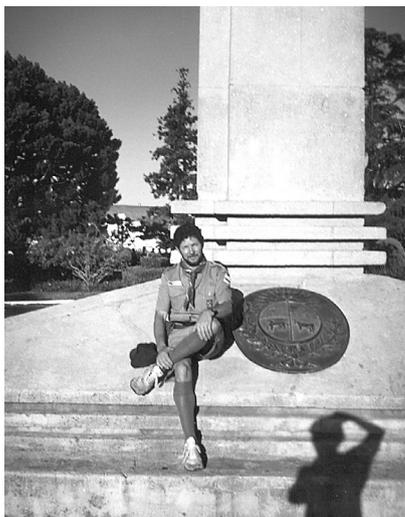
Fonte: Foto do autor, 1996.

O acampamento já montado, da patrulha comandada por mim e por Fabiano Trindade, no interior de Tacuarembó – Uruguai.

Quando lá chegamos, o pessoal da ferrovia estava em greve, e tivemos que seguir de ônibus. Os nossos jovens se saíram muito bem nas atividades lá desenvolvidas (jogos de competição, como a corrida do saco, culinária, cumprimento de horários), que foram ótimas.

No Uruguai se comemora o Dia do Índio em 6 de janeiro. Por isso, as atividades desse dia foram festivas.

A patrulha se compunha dos seguintes elementos: João Ferron (chefe), Fabiano Trindade (chefe-monitor). Escoteiros: João Octavio, Fabiano N. Salda-



Fonte: João Otávio, 1996.

O chefe de escotismo, João Ferron, sentado junto ao marco da divisa entre Brasil e Uruguai, em Rivera.



Fonte: Foto do autor, 1996.

Os chefes escoteiros de Passo Fundo, participando de um Indaba, na Assembléia Legislativa.

nha, Luiz Augusto B. Ractz, Marcelo Nazari, Fabiano de Souza, Luiz Guilherme de Lima Antunes, Luiz Daltro P. Morchaider.

Retornamos a Passo Fundo no dia 9 de janeiro, sem problemas, graças a Deus.

Depois dessa viagem, participamos de um Indaba Regional, no Parque Turístico da Roselândia, em 3 de março de 1996, em Passo Fundo. E de outro Indaba Regional, em 30 e 31 de março do mesmo ano, na Assembléia Legislativa, em Porto Alegre.

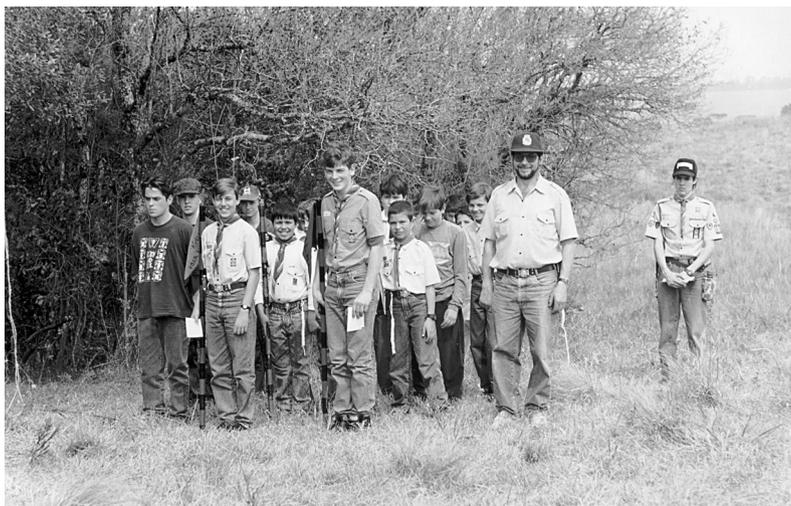
Igualmente, tivemos participação na Mostra de Pequenos Animais, de 4 a 7 de abril, na Efrica; no Curso de Monitores, no campo-escola, em 18 e 19 de maio; na Escoteriade, em Marau, em 27 e 28 de outubro; no Curso de CP e CTR (escotismo para dirigentes), em 30 de novembro e 1º de dezembro de 1996, no Parque Saint-Hilaire, em Viamão. De 12 a 14 de novembro de 1996, participei do 1º SETE-BOM (Seminário Técnico de Bombeiro), realizado no Hotel Itatiaia, em Passo Fundo; e de um acampamento de chefes, nos dias 7 e 8 de dezembro de 1996, em Guaporé. E de mais um curso no Colégio Barão do Rio Branco, em abril de 1997, em Erechim.

Por ocasião das feiras de pequenos animais, no Parque da Efrica, o grupo teve sempre participação destacada, sendo a última delas em abril e maio de 1997.



Uma torre, montada com varas de eucaliptos e taquaras, no Parque da Efrica, por ocasião de uma feira de pequenos animais.

Fonte: Foto do autor, 1997.



Fonte: Foto do autor, 1995.

O grupo Cariris na Fazenda da Brigada Militar, em Passo Fundo.

Para expor no recinto da feira, os escoteiros realizavam trabalhos com taquaras, produzindo torres, mesas, camas, prateleiras, isto é, os mesmos utensílios utilizados nos acampamentos montados no mato. O público visitante apreciava muito essa demonstração.

Para conseguir as taquaras, entrei em contato com o oficial responsável pela fazenda da Brigada Militar. Ele autorizou a retirada das taquaras de uma tronqueira, que ficava num dos bosques nos fundos da sede. Só que havia um senão: as colméias se alojavam ao redor do taquaral.

Em vista disso, o tenente ordenou que tivéssemos cuidado. E eu avisei a gurizada que ficassem longe do local e em silêncio.

Então me aproximei, calmamente, com um facão em punho. E comecei o corte. No entanto, como além de cortar ainda era necessário raspar as folhas e pontas, o trabalho foi lento. Metia o facão em uma ou duas taquaras, e dava um tempo para que as bichinhas se acalmassem. Eu sabia que, no momento em que o enxame se alvortasse, ninguém mais cortaria taquaras naquele lugar.

Foi o que aconteceu! Acho que houve comunicação entre todas as colméias. Acho até que elas disseram umas às outras: “queremos ver esse cara retirar daqui as taquaras cortadas!” Na verdade, o taquaral era a casa, a proteção das abelhinhas, e o intruso era eu.

Foi como um relâmpago! O enxame todo me atacou. Nem sei como consegui atravessar a cerca de arame farpado, me tapeando todo, como um doido. Só me lembro de ter me enfiado mato adentro, gritando para os garotos que se mandassem também.

Resultado: tivemos que esperar mais ou menos umas duas horas até os bichos se acalmarem. Depois desse tempo de espera, voltei ao local, pé por pé. Comecei a recolher as taquaras cortadas, uma a uma, e jogá-las do outro lado da cerca, onde estavam os guris. Eles iam juntando aos poucos e saíam correndo. Tudo estava indo bem, até que as laboriosas e destemidas donas do pedaço resolveram, de repente, sacanear nosso trabalho novamente. Em resumo, gastamos praticamente toda a tarde na maratona entre os bambus e as abelhas.

O oficial comandante da fazenda autorizou também a retirada de algumas varas de eucaliptos, que precisávamos para levantar uma torre, na parte externa da Feira de Pequenos Animais.

Esses fatos ocorreram em 1997. Todo o trabalho de transporte era feito por mim, em meu carro. Os meninos me ajudavam a amarrar os galhos na traseira do automóvel, e assim íamos arrastando até o destino.

Durante o período de escotismo, transportei também, muitas vezes, num Opala, uma patrulha inteira de escoteiros na região. Os ciganos passariam vergonha se nos encontrassem por aí. Era cômico, mas também muito gostoso e divertido, realizar esse tipo de trabalho com a gurizada.

Foi Baden Powel quem fundou o Escotismo, na Inglaterra, sendo por isso o seu patrono.

E o Dia Internacional do Escoteiro comemora-se a 23 de abril.

LEIS ESCOTEIRAS

- 1) O escoteiro tem só uma palavra: sua honra vale mais que a própria vida.
- 2) O escoteiro é leal.
- 3) O escoteiro está sempre alerta para ajudar o próximo e pratica diariamente uma boa ação.
- 4) O escoteiro é amigo de todos e irmão dos demais escoteiros.
- 5) O escoteiro é cortês.
- 6) O escoteiro é bom para os animais e as plantas.
- 7) O escoteiro é obediente e disciplinado.
- 8) O escoteiro é alegre e sorri nas dificuldades.
- 9) O escoteiro é econômico e respeita o bem alheio.
- 10) O escoteiro é limpo de corpo e alma.

PROMESSA ESCOTEIRA

“Prometo, pela minha honra, fazer o melhor possível; cumprir meu dever para com Deus e a Pátria; ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião; obedecer à Lei do Escoteiro. *Sempre Alerta!*”

AS MARATONAS

Como integrante do Clube dos Corredores de Rua de Passo Fundo, desde 1987, consegui, no período de 94 a 2000, conciliar minhas atividades e participação na igreja e no escotismo, com os treinos e corridas. E o fazia na cidade e na região, e até em Porto Alegre.

A *corrida maluca*, como foi intitulada pela imprensa da época, começou em Passo Fundo, às 5 horas do dia 21 de abril de 1995, com destino ao Parcão, em Porto Alegre.

Uma equipe de atletas corredores de rua, filiados à Corpasso, saíram da frente da Catedral N.S. Aparecida, correndo em sistema de revezamento. O objetivo da maratona era dar apoio ao Clube de Corredores de Porto Alegre (Corpa), e realizar a inscrição simbólica para a XII Maratona de Porto Alegre, que se realizaria em 28 de maio do mesmo ano.

Como eu não estivesse preparado para participar de uma maratona, com 42 quilômetros e cento e cinquenta metros, participei da rústica, com mais de setecentos e cinquenta corredores. Por ordem de chegada, fiquei colocado no 269º lugar, na classificação geral. A experiência me deixou muito feliz, com direito a um certificado de participação e uma medalha.

A seguir, transcrevo a relação de nomes dos atletas que participaram da *corrida maluca*: Jair Barbosa Vaqueiro (PM da Brigada Militar), foi o que iniciou a corrida, às 5 horas da manhã, e fez os primeiros 20 quilômetros, até as proximidades de Ernestina; Raul Antônio Barbosa de Mesquita; Gilmar Voloski; João Ribeiro Antunes e seu irmão Manoel Antunes (Maneco); Junior Mecca Barbosa



Fonte: Foto do autor, 1998.

João Ferron, em uma das corridas de rua.

(Matungo); Fernando Nicolau Bilycs Camargo e seu irmão, Carlos Augusto; Igor Segat; Marco Antônio; Márcio; Telmo Aita (64 anos); João Ferron (52 anos); Pedro Argemiro Soares, Marco do Nascimento (Zaffari); Adelar Rossini; José Oliveira Cavalheiro; Altair Zemieski; Celso (irmão do Chinês, motorista da Kombi); Odolir; Nelso Luza; Daniel da Silva e Carlos da Luz (Xodó). Ao todo, foram 23 atletas.

A equipe de apoio ao evento contou com a participação da Brigada Militar de Passo Fundo, na saída; Unimed; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Rodoviária Estadual; um ônibus da empresa Carrossel, contratado pela Corpasso, e uma Kombi de propriedade do corredor João Ribeiro Antunes, dirigida pelo Chinês. Também acompanharam a equipe as senhoras: Lizete, Clessi Antunes e Sônia, esposa do Nelso Luza.

Só deixei de correr ao ser impedido, por ordem médica, devido a um acidente de automóvel que sofri no dia 8 de fevereiro de 2000.

AS SANTAS MISSÕES

*E*m 12 de janeiro de 1999, conforme consta na Ata nº 137, assumi novamente a direção da igreja N.S. do Caravaggio, no Bairro Planaltina, junto com uma nova diretoria. Faziam parte da mesma: Presidente – João Ferron; Vice-presidente – Vilson Franceschi; 1ª Secretária – Laíde Tauffer Rissardo; 2ª Secretária - Sirlei; 1º Tesoureiro – Rubens Capella; 2º Tesoureiro – Rose Franceschi; chefe de cozinha – Solange Zanin; chefe de liturgia – Nara Casagrande.

Houve um acerto de que, posteriormente, seria formada uma equipe para supervisionar a catequese.

Do conselho Fiscal participaram: Honorino Zanin, Jaime Rissardo, José Amaral de Souza, João Amaral de Souza, Antônio e Ana Orsato, Ivan e Margarete Casagrande, Jéferson Stieven, João Octavio Ferron, Cléo Casarin Guerra, José Carlos e Suzana Machado, Clóvis Casagrande, Jorge de Paula, Valdecir e Vilma, Ney e Beatriz, Antônio Carlos e Helena Xarão, Olga de Lima, Edite C. Capella, Domingos e Dalva Giaretta, Idonal e Cecília Anesi, Maria Dieckel, Valdir e Fátima Mognon. O Pe. José Schnor passou a ser nosso conselheiro.

Foi um período de trabalho intenso, em que demos uma geral no salão de festas, construímos cozinha nova e promovemos diversos jantares beneficentes.

Nesse mesmo ano, aconteceram em Passo Fundo as Missões populares, envolvendo muita gente nos encontros preparatórios, em todas as comunidades, pois se realizavam por paróquia. No final do período de preparação, houve uma Missa na Paróquia, com grande participação de fiéis. Presentes todos os missionários, nessa oportunidade também nós fomos ungidos, pelos bispos da diocese, como *enviados* da palavra de Deus. O trabalho se estendeu por todo o segundo semestre de 99, envolvendo preparação e visitas.

Muitos leigos se dispuseram, voluntariamente, a ser missionários, para levar o evangelho a todas as famílias, da cidade e do interior. Como presidente, coloquei-me à disposição e dediquei-me com todo o empenho ao bom êxito das Missões.

Esse privilégio eu tive, graças a Deus, de poder levar a palavra divina a todas as famílias do bairro.

Ficamos conhecendo também os problemas e as dificuldades de cada um. Muitas das famílias que visitamos conviviam e convivem até hoje com doenças incuráveis. Algumas pessoas nem sequer conseguiam trabalhar, devido ao compromisso de cuidar de seus doentes. Mesmo assim nunca perderam a fé e a esperança de uma vida melhor.

As equipes eram constituídas de dois ou três paroquianos. Na nossa, participavam comigo Jucenir Francisco de Souza (Dudi) e a Neisi Lago. Visitamos casa por casa, do Bairro Planaltina, com horários agendados previamente. Como a população do bairro havia aumentado rapidamente, não se conhecia muita gente, tampouco de onde migraram. Nós, os missionários, tivemos a graça de conversar com todos e praticamente conhecê-los, levando-lhes, em nome de Cristo, uma palavra de conforto e amizade cristã. Muitas das famílias visitadas pediram-nos para repetir a visita.

O trabalho se prolongou durante todo o segundo semestre de 99, e o encerramento das Missões se deu no final do ano, no Parque da Gare, onde se encontraram e participaram todas as paróquias e comunidades envolvidas.

XIII

Capítulo

Viagens, passeios e contratemplos

TROPEÇOS NA VIDA AFETIVA

E uma colega de repartição da 17ª Coordenadoria, apresentou-me, em certa ocasião, um amiga dela, que morava em Erechim, de origem polonesa, tinha 27 anos de idade, era separada, com dois filhos, dois meninos.

Eu estava sozinho.

Passaram-se alguns meses e a colega me ligou, com a informação de que a amiga lhe dissera que “se eu ainda estivesse interessado nela, era para ir até lá, a fim de conversarmos”.

Pensei sobre o assunto e resolvi ir. Era dia 20 de março, uma quarta-feira. Sempre nesse dia havia baile no Clube Caixeiral daquela cidade. Para não ir sozinho, convidei um amigo meu, o Diogoslávio Balem, que me acompanhou. Encontramo-nos no clube, dançamos, conversamos muito, acertamos os ponteiros. Conclusão: dali em diante seríamos namorados.

Eu e o companheiro retornamos na madrugada. Foi providencial o convite que fiz a ele, pois, no retorno àquela hora, meu carro

(um Ford Escort, ano 1993), um fiel parceiro de estrada, começou a apresentar problemas. Levamos mais de quatro horas para chegarmos em Passo Fundo.

Na mesma noite, assim que entrei em casa, fui surpreendido por violenta cólica renal. Na manhã seguinte, fui parar no hospital, me contorcendo de dor. A mesma dor que já havia sentido dois anos antes.

Uma vez no hospital, fui atendido, inicialmente pelo Dr. Albino Gazzoni, depois pelo Dr. Dirceu Endres. Tratava-se de uma pedra alojada no aparelho urinário. Depois de um tratamento intensivo, consegui expelir a intrusa e o problema foi resolvido.

Esse foi também o período mais crítico da doença de meu pai. Eu viajava a Nonoai todas as semanas. A partir de 20 de março, muitas vezes mudava de rota, voltando por Erechim, para ver a namorada, que era enfermeira no Hospital Santa Terezinha.

Em abril desse ano, fiz um curso de Escotismo, também em Erechim, e fiquei hospedado na casa dos pais dessa namorada, onde ela morava com os filhos.

Em dezembro de 1997, fui com ela e seus meninos, fazer um passeio na praia de Quintão. Lá morava e mora até hoje um casal de tios dela. Permanecemos por uma semana na companhia deles, retornando antes do Natal. Como ela aniversariava no dia 25 de dezembro, naquele ano, quando completou 28 anos, comemoramos em minha casa. A passagem de ano foi na casa dela. Levei meus filhos Silvana e João Octavio, e meu amigo Diogoslávio com a namorada. Depois da meia-noite, fomos dançar no Clube Caixeiral.

No ano seguinte, minha namorada, eu e o filho mais novo dela passamos uns dias no Balneário de Piratuba, em Santa Catarina.

Nosso relacionamento durou apenas um ano e meio, aproximadamente. Sempre que tive de abrir mão de alguma coisa ou de alguém, eu o fiz. Mas isso não valia quando se tratava de meus filhos. Não foi diferente com a nova namorada. Ela pretendia que eu fosse morar com ela em Erechim, mas sem levar meus filhos, os quais ainda eram crianças e precisavam muito de mim. Desnecessário dizer que não concordei e o relacionamento acabou. Hoje, em dois mil e cinco, com certeza seria diferente.

PASSEIO NO ESTADO VIZINHO

No início de 2000, resolvi fazer um passeio pelo estado de Santa Catarina.

Estive em Chapecó, em visita a parentes e amigos. Também em São Carlos e Águas de Chapecó, onde passei o Carnaval daquele ano. Retornei na segunda-feira, 7 de fevereiro, aproveitando para passar na casa da tia Maria (minha madrastra), na Linha Faxinal dos Lopes, interior de Nonoai. Pernoitei e peguei a estrada na terça. Por volta das 9 horas da manhã (neste dia aniversariava meu neto Anderson e eu desejava chegar a tempo de participar da festa), vinha tranqüilamente, sem pressa, entre Ronda Alta e Encruzilhada Natalino, num trecho com a rodovia em construção.

Acerta altura, fui obrigado a parar no acostamento e aguardar as máquinas manobrem até completar a carga de um dos caminhões que ali aguardava. Assim que o veículo foi liberado, eu e meu parceiro de estrada também fomos. Segui o caminho, chegando a um trecho com muito cascalho espalhado pelo leito da rodovia em construção. Eu andava devagar, pois era impossível correr, já que o local não oferecia segurança.

De repente, tive uma visão muito forte. Visualizei em minha frente um grande painel branco que me chamava a atenção para algo que eu não sabia o quê. Aquela imagem ficou gravada em minha mente. Até hoje não consegui esquecê-la. Mesmo andando em velocidade moderada, dali em diante aliviei ainda mais o pé. Encontrava outros carros em alta velocidade naqueles cascalhos soltos. Chegava a me dar arrepios.

Um pouco adiante, numa pequena curva, faltavam uns 80 metros para chegar ao trecho asfaltado, deparei-me com um caminhão no sentido oposto. Assim que passei, sem mais nem menos, o carro fugiu do meu controle, ficando totalmente desgovernado. De início, saiu na contramão, em direção ao barranco. Senti que iria bater e tentava dominá-lo. Não consegui. Repentinamente, o veículo voltou para a pista, sem tocar as rodas no chão, atravessou para a direita, sentido Ronda Alta/Passo Fundo, desceu um aterro com mais de quatro metros de altura e caiu de bico, estourando o *airbag*. Em seqüência, seguiu rasgando uma capoeira, atravessou um lamaçal e, em determinado ponto, fez uma curva em 90 graus para a esquerda até parar.

Só então consegui me desvencilhar do *airbag* e do cinto de segurança. Abri a porta e saí do carro. Foi quando constatei que, após a queda, ele seguiu abrindo a mata, em direção a um grande tronco (um cerne chamado de mestre de cerca). Era o ponto onde faziam divisas as propriedades e lavouras, separadas por uma cerca de arame farpado. Quando o carro virou à esquerda, não fui eu quem evitou o choque. Devo mais esta à mão divina de meu mestre e protetor.

Toda essa escaramuça não levou mais de dois ou três segundos. Em acidentes, realmente não dá tempo para ajoelhar e rezar! No sentido contrário ao meu, trafegavam dois homens numa caminhonete. Eles viram quando rodopiei e caí. E pararam no local para ver se eu precisava de ajuda. Como já estivesse subindo a ladeira, perguntaram-me se estava bem. Respondi-lhes que sim. O fato de sair fumaça do capô dianteiro fez com que descessem comigo, a fim de desligar os cabos da bateria. E já que me sentia bem, eles seguiram viagem. Isso aconteceu às 11 horas da manhã, do dia 8 de fevereiro.

Segui a pé até a esquina Natalino, onde sabia existir uma lancheria. Liguei para casa e para a seguradora, em São Paulo, e fiquei aguardando o guincho até as catorze horas. Quando chegou o caminhão-guincho, colocamo-no em posição, e nós descemos o barranco, para amarrar o cabo no veículo. Em seguida, foi puxado para o leito da estrada e colocado sobre a máquina. Seguimos de carona para Passo Fundo, eu e o meu parceiro. Ah! Ia me esquecendo de contar. Essa foi a última viagem naquele veículo, um Corolla azul metálico, ano 19995, Placa ICX 7091. A seguradora considerou perda total. E, segundo informações que tenho, ele anda rodando pelas bandas de Porto Alegre.

Por determinação da companhia de seguros, o carro acidentado foi recolhido a uma oficina mecânica, para posterior vistoria e perícia. Eu tive que continuar, agora sem ele, as atividades do dia-a-dia.

Já na manhã seguinte fui para a academia de ginástica realizar meus exercícios de costume. Sentia dores nas costas, mas não dei importância. Continuei com os exercícios de musculação. Isso até sexta-feira, dia 11 de fevereiro, pela manhã. Fiz tudo normalmente e caminhei bastante. À tarde, sem mais nem menos, não consegui mais endireitar o corpo. Comecei a andar agachado e com muita dor. Só então decidi ir ao médico, o Dr. Sebastião G.M. Vidal Filho, que me examinou e prescreveu remédios e injeções para aliviar o

sofrimento. Fui para casa, e passei um final de semana de cão. A dor se tornava cada vez mais intensa e não me deixava dormir.

PRIMEIRA CIRURGIA

*N*a segunda-feira, dia 14, pedi a meu vizinho da frente, Plínio Lopes, que me levasse novamente até o Dr. Sebastião.

No consultório, o médico me examinou, chegando à conclusão de que eu deveria estar com hérnia de disco e infecção no nervo ciático. Só que não poderia me atender porque estava com viagem marcada e saindo de férias.

Pedi ao Plínio que me conduzisse ao pronto Socorro de Fraturas, no centro da cidade, próximo ao colégio Conceição, para consultar com qualquer médico que se encontrasse de plantão. Fui atendido pelas recepcionistas que mandaram aguardar a minha vez numa sala de espera. Quando fui chamado pelo Dr. Antero Camisa Jr., da porta do seu consultório, saí em direção a ele, agachado, quase engatinhando. Ao aproximar-me do médico, falei-lhe: “Tudo bem, doutor?” Ele respondeu: “Comigo tudo bem, mas contigo me parece que não.”

Durante a consulta, relatei o que havia ocorrido comigo. Ele mandou-me fazer alguns exames e aguardar em casa o resultado. Só então saberia dizer com certeza o que realmente acontecera. Também ele adiantou que poderia ser uma hérnia e os nervos enforcados. Se isso se confirmasse, teria de passar por uma cirurgia. Como havia levado uma sacola com roupas e objetos pessoais, re-truquei: Doutor, assim não volto para casa. Estou preparado para baixar. Pode encaminhar-me para o hospital. O médico atendeu meu pedido e me passou para o Dr. Francisco J.S. Neto, que no dia 21 realizou o procedimento cirúrgico. Dei alta no dia 24 de fevereiro de 2000. Graças a Deus, transcorreu tudo bem.

SEGUNDA CIRURGIA

*E*m 25 de abril do mesmo ano, após a celebração da Páscoa, fui internado novamente no Hospital São Vicente de Paulo, pelo Dr. Jorge Cansian. E no dia 28 do mesmo mês fui submetido a uma nova intervenção cirúrgica, agora no lado esquerdo do pescoço.

Dessa vez pareceu-me mais difícil o pós-operatório e a recuperação. Quando acordei da anestesia, desandei num choro convulsivo. Acho que fui acometido de uma crise nervosa. Quando me dei conta, as vagas para macas, no centro cirúrgico, estavam lotadas, e as enfermeiras não davam conta de atender todos que ali aguardavam em recuperação, uns até querendo apagar.

Era uma correria de enfermeiros e médicos, socorrendo, ora um, ora outro.

Finalmente, por estar tudo bem comigo, levaram-me para o quarto, recuperei-me rápido e meu médico me deu alta para eu poder contar esta história.

MICROCIRURGIAS

Fui submetido, pouco depois, a três microcirurgias. Duas no hospital São Vicente, e a última no Scipioni Day Hospital.

A primeira e a segunda foram efetuadas por acadêmicos de Medicina, supervisionados por um médico professor. Uma foi para extrair um corpo estranho (pedaço de cascalho), que havia penetrado logo abaixo de minha boca, no lado esquerdo. A outra, também realizada por acadêmicos, se destinava a uma limpeza, isto é, retirada de resíduos remanescentes do meu acidente, e que tornavam o local muito dolorido.

Passados alguns meses, como a dor continuava, com a formação de caroço muito desconfortável no local, fui recomendado, em março de 2001, pelo Dr. Carlos Alberto Lago, meu dentista, a procurar o Dr. Aristóteles Scipioni, da clínica do mesmo nome, na Rua Coronel Chicuta, 78A.

Ali passei por uma terceira microcirurgia, dessa vez uma plástica, reparatória, para extração de uma fibrose. Só assim o problema foi sanado.

Após a queda do barranco e a perda do primeiro Corolla, em 8/02/2000, adquiri outro, da mesma marca, ano 1996, de cor branca.

Depois de ter passado por duas cirurgias mais ou menos complicadas, houve um período de recuperação que me deixou de molho. Nesse tempo, em outubro de 2000, passei a diretoria da Igreja para o Wilson Franceschi, que era meu vice.

VIAGEM A PINHEIRO MACHADO

Depois do terrível acidente que aconteceu, confesso, estava com medo de largar na estrada sozinho.

Havia decidido fazer uma visita a uma de minhas irmãs, que residia próximo a Pinheiro Machado, na região Sul do estado. Antes da partida, deu-se um jeito. A Luciana, minha filha mais velha, manifestou vontade de ir comigo. O neto Anderson ainda estava em período de aula, não pôde ir. Mas a neta Amanda, com um aninho, nos acompanhou.

Saímos de Passo Fundo no dia 6 de novembro de 2000, passamos por Ibirubá, Cruz Alta, Santa Maria. Nessa cidade, levei as duas para conhecer a antigo e maior centro ferroviário do Rio Grande do Sul, hoje praticamente abandonado, pois tudo ali virou sucata. Tiramos fotos para a posteridade. Demos umas voltas na cidade, almoçamos, depois seguimos viagem em direção a nosso destino e, é importante dizer, dessa vez com ótima companhia no banco traseiro do carro. A presença da filha e da neta me deixavam mais tranqüilo e seguro.

Passamos por São Sepé e Caçapava do Sul, e chegamos num trevo, já perto de Bagé. Segui à esquerda, pela BR 293, como quem vai na direção de Pelotas. Mais ou menos à meia-tarde, cruzamos por Hulha Negra e, finalmente, alcançamos Vila Umbu, onde morava minha irmã. Só se encontrava em casa o cunhado, Valdomiro, que nos aguardava para irmos até o sítio, onde a Cecília se encontrava com um dos filhos.

De Vila Umbu até Pinheiro Machado, percorremos mais vinte quilômetros e paramos para fazer compras. Dali até o sítio eram mais dezoito quilômetros.

Retomamos a BR 293 e andamos até chegar ao ponto, entramos à direita, seguimos por mais ou menos uns 1500 metros até a casa. O lugar pertence ao município de Piratini. Na vila, só ficavam durante a semana meu cunhado e os sobrinhos que trabalhavam e estudavam. Mas nos finais de semana, iam todos para a morada do sítio. Precisava ver a felicidade de minha irmã, quando cheguei com a Luciana e a Amanda. Foi minha primeira visita e já fazia muitos anos que eles moravam na vila Umbu. Até então não tivera oportunidade de fazer um passeio por aquelas bandas da fronteira sul.



Fonte: Foto do autor, 2000.

João montado em um cavalo de seu cunhado Valdomiro que, acompanhado de um cão, observa a pose do cavaleiro.

Naquele 6 de novembro, de Passo Fundo a Pinheiro Machado, percorremos 610 quilômetros. Foi muito bom e saudável ficar lá uma semana, respirando ar puro, além de relembrar os tempos em que eu trabalhava no interior. Via com saudade a mana cuidar dos bichos, vacas, porcos, galinhas. Também aproveitei para cavalgar, pois já estava até desacostumado. Outra boa diversão foram as caminhadas e corridas até a BR. E por trilhas de chão arenoso.

Não poderíamos retornar da viagem sem conhecer melhor a cidade de Pinheiro Machado, a dezoito quilômetros do sítio de minha irmã. Por isso, no dia 9 de novembro, uma quinta-feira, fui com a filha e a neta passear pela cidade, onde tivemos a oportunidade de admirar seus casarões do século XIX, tão importantes e belos como os de Piratini.

No dia seguinte, fomos visitar um casal de amigos da Cecília, em uma fazenda próxima.

Após tomarmos chimarrão com seu Cláudio, dona Duda e o casal de filhos, assistimos à tosa das ovelhas. Foi um momento ímpar, principalmente para a Amanda, que nunca tinha visto um

animal daquele jeito, todo vestido de lã. É claro que tiramos fotos com a família anfitriã e também com as ovelhas. Foi tudo muito legal e inusitado para nós.

VISITA À CIDADE HISTÓRICA DE PIRATINI

Uma sexta-feira à tarde, a Luciana, a Amanda, a Cecília e eu fomos até Piratini, a uns quarenta quilômetros, para conhecer a cidade histórica que foi capital da República Rio-grandense, na Guerra dos Farrapos, proclamada pelos rebeldes, em 1836. Piratini foi elevada à categoria de município em 1930. Lá se encontram ainda, no alto da colina, na parte central da cidadezinha antiga, entre tantos outros casarões, o imponente Palácio da República Rio-grandense, construído em 1826; o Museu Histórico Farroupilha, no prédio onde fora o Ministério da Guerra dos Farrapos, com dois pisos; a Casa da Camarinha, primeiro prédio erguido na povoação, em 1789; o prédio construído para servir como cadeia pública, em 1855, e que nunca foi usado para esse fim, sendo adaptado para residências; a casa onde morou Bento Gonçalves; a Igreja Matriz N.S. da Conceição de Piratini; a casa de Giuseppe Garibaldi, onde residiu o revolucionário italiano, em 1838. Enfim, existem lá mais de dezoito prédios e casarões, e outros bens públicos tombados como patrimônio histórico da localidade.

Com as minhas três acompanhantes, passei a tarde toda naquela cidade, conhecendo seus lugares antigos e imponentes para a história gaúcha. Sou fascinado por essas coisas. Fotografamos, visitamos e passeamos nas principais vias e também, como não poderia deixar de ser, fomos à igreja agradecer a Deus e a Nossa Senhora por todo o enriquecimento que a viagem nos proporcionou e pelos inesquecíveis momentos vividos naquele ambiente de tão grande significado.

Em 17 de maio de 2005, ano em que se comemora os 170 anos da Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha, um grupo de passo-fundenses que se denomina *Cavaleiros do Mercosul*, chefiados pelo Dr. Jabs Paim Bandeira, saiu de Passo Fundo com destino a Piratini, a fim de reverenciar a cidade que foi a primeira capital da República Rio-grandense.

CONHECENDO PEDRAS ALTAS

Outra visita importante foi à cidade de Pedras Altas, a trinta e cinco quilômetros de Pinheiro Machado, onde conhecemos a famosa *Fazenda Pedras Altas*, e o castelo que foi construído por Joaquim Francisco de Assis Brasil, entre 1905 e 1913.

Ali funciona hoje um museu histórico, com características próprias: ele é todo construído de pedra, e os cômodos se interligam. Todos os objetos, mobílias, fotos, livros e tudo o mais que pertenceu a Assis Brasil, inclusive fotografias na companhia de Santos Dumont e outras personalidades da época, são preservados no museu.

Nesse castelo aconteceram muitos encontros políticos e tratados de paz e de guerra. É lá que se encontra também a maior biblioteca particular da América Latina.

Assis Brasil nasceu em 29 de julho de 1858, em São Gabriel. Cursou Direito em São Paulo, de 1876 a 1882. Pregou a organização de movimentos em prol da liberdade e da república. Foi deputado da Assembléia Nacional Constituinte e, em seguida, Ministro Plenipotenciário do Brasil na Argentina, e ainda representante do Governo brasileiro na China. Do presidente Prudente de Moraes recebeu a incumbência de reatar as relações diplomáticas com Portugal. Em 1898, transferido para os Estados Unidos, lá permaneceu por cinco anos, até o presidente Rodrigues Alves chamá-lo para atuar ao lado de Rio Branco, nas questões de limite entre Brasil e Bolívia. Ainda trabalhou como secretário geral, ao lado de Joaquim Nabuco, até pedir aposentadoria, em 1907. Dessa data em diante passou a dedicar-se exclusivamente à Granja de Pedras Altas, que se encontrava em fase de construção.

Mas o grande político Assis Brasil não abandonou de todo a vida pública. O fervor pelas coisas da pátria circulava em suas veias e o enchia de entusiasmo. Ainda fundou o Partido Democrático, com seu amigo Fernando Abott, do que resultou, em 1923, o término da Revolução de Vinte e Três, com a assinatura da paz.

Ao explodir um novo movimento revolucionário, no ano seguinte, Assis Brasil exilou-se no Uruguai, permanecendo na cidade de Melo durante quatro anos, até ser eleito deputado federal e fundar o Partido Libertador, em apoio a Getúlio Vargas, então presidente do estado.



Fonte: Foto do autor, 2000.

Parte frontal do castelo construído por Assis Brasil. Junto ao carro, eu, João, a irmã Cecília, a minha filha Luciana com a Amanda no colo, e o Valdomiro, meu cunhado.

Quando Getúlio assumiu o Governo da República, em 1930, Assis Brasil comandou a pasta do Ministério da Agricultura, e foi novamente enviado em missão especial, como Embaixador do país, na Argentina. Dois anos mais tarde, em missão extraordinária na Inglaterra, tomou parte na Conferência Mundial e ainda retribuiu a visita que o príncipe de Gales fizera ao Brasil.

Durante o tempo dedicado à pátria, Assis Brasil jamais esqueceu a vida campestre. Por todo lugar em que passava, procurava algo que pudesse contribuir para o progresso e desenvolvimento da pecuária e da agricultura.

Foi ele que introduziu as raças Jersey (gado de leite), Devon (gado de corte), a ovelha Ideal (produtora de lã), o cavalo árabe e inúmeras espécies botânicas, como o eucalipto. Naquela época, existia até um ramal ferroviário que passava pela localidade.

Assis Brasil faleceu em 24 de dezembro de 1938, no Castelo de Pedras Altas, hoje cidade de Pedras Altas, no Rio Grande do Sul. Ele foi um semeador, de progresso e de idéias. Que as futuras gerações sigam seu exemplo!

Conceitos deixados pelo homem que combinava dois grandes amores, a vida rural e a política:

É na água que se aprende a nadar, e é no exercício da liberdade que se aprende a ser livre.

(Joaquim Francisco de Assis Brasil)

Não louvo o que tenho, mas tenho o que louvo.

(Idem)

DESPEDIDA E RETORNO

A folga terminou e chegou a hora de pegar a estrada. Saímos da casa da Cecília pela manhã, com destino a Portão, próximo de São Leopoldo. Seguimos pela BR 293 até Pelotas e pela BR 116 até Tapes. Depois de uma pausa para o almoço, levei minhas companheiras a conhecer a cidade, a Lagoa dos Patos e uma área de *camping* junto à lagoa. Nesse local eu havia trabalhado em 1988.

Seguindo em direção a Porto Alegre, passamos pela ponte do Guaíba, seguindo até Scharlau, para tomar a RS 242, que

nos levaria a Portão, onde mora meu irmão Domingos, o Guete dos meus tempos de infância.

Permanecemos dois dias na companhia dele e da família, aproveitando para visitar também outras pessoas, entre as quais o Ênio e minha afilhada Rosângela.

Na manhã do dia 17, nova despedida. Era hora de voltar para casa. No trajeto até Passo Fundo, passamos por Montenegro, Estrela, Lajeado e Soledade. Desnecessário dizer que foi um passeio maravilhoso, que deixou saudade. Os 1750 quilômetros rodados valeram a pena. Até o novo parceiro de viagens se comportou muito bem.

○ MERCIDO DESCANSO

Em janeiro de 2001, fui com a Luciana e os netos, Anderson e Amanda, à praia de Santa Terezinha, entre Imbé e Capão da Canoa.

Ficamos hospedados num hotel da AFAFE (Associação dos Funcionários da Fazenda Estadual), da qual sou membro.

Durante dez dias fizemos novas amizades, conhecemos outros colegas e seus familiares. Aproveitamos para conhecer outras praias maiores, como Capão, Tramandaí e Cidreira, onde trabalhava, na Operação Golfinho, meu genro Miguel. Nós íamos até lá para passar o dia e almoçar juntos.

Também conhecemos Pinhal e Quintão. Nesse último balneário, moram Seu Aristides e Dona Rosa, tios de minha ex-namorada de Erechim.

Permanecemos na casa do casal amigo até o dia seguinte. E como Seu Aristides trabalhava com comércio de peixes e material de pesca, aproveitei para me abastecer e trazer para casa alguns quilos de pescado.

Na segunda-feira, encerramos o veraneio, voltando para Passo Fundo.

Um mês depois da viagem à praia, fui até Caxambu do Sul, em Santa Catarina, para visitar uma indústria de doces e outros produtos alimentícios. Ofereceram-me a oportunidade de trabalhar, abrindo um mercado, com os produtos industrializados lá, e efetuar vendas em toda a região.

Como, naquela oportunidade, não tivesse muitos compromissos, aceitei a proposta. Trouxe os mostruários e talões de pedido.

Em 28 de agosto, comecei a visitar os mercados de Erechim e, em seguida, os de outras cidades. Entre elas: São Valentim, Barão de Cotegipe, Getúlio Vargas, Sertão, Coxilha, Marau e parte de Passo Fundo. Também promovia vendas por telefone, em Vacaria, Lagoa Vermelha, Sanaduva, São João da Urtiga, Paim Filho, Severiano de Almeida e outros.

Nesse período, eu iniciava o trabalho de pesquisa sobre a família de meu bisavô Giovanni Ferron. As primeiras investigações me forneceram bons resultados. Encontrei pessoas que nem imaginava que existissem. Até então não sabia se meu avô havia nascido na Itália ou no Brasil.

Com as descobertas, fui me empolgando e avançando cada vez mais na pesquisa. Contudo, não estava me sobrando tempo para realizar novas buscas. Por isso, resolvi desistir das vendas e me dedicar mais intensamente a esse projeto.

XIV

Capítulo



O BRASIL DO SÉCULO XXI

Há certos setores da sociedade em que os brasileiros, principalmente os que trabalham na agricultura, estão revivendo, em pleno século XXI, as mesmas circunstâncias que os produtores italianos viveram em seu país de origem, naqueles tempos remotos, 130 anos atrás.

Num país imenso e rico como o nosso, deparamo-nos, cada vez com mais freqüência, com a organização chamada de MST, ou seja, com os *trabalhadores sem terra*, que vivem em grandes grupos perambulando de um lado a outro.

Uns conseguem assentamento. Outros simplesmente invadem propriedades particulares, ora aqui, ora lá adiante. Ainda um terceiro grupo vive nas estradas, em marchas que protestam contra a política do Governo.

Sabe-se perfeitamente que, por trás de todos esses movimentos, há grandes interesses em jogo, de pessoas que sustentam e patrocinam tais manifestações. E o que é pior, para atingir seus objetivos, usam a presença das mulheres e, principalmente, das crianças.

Na região onde me criei e vivi minha infância, a gente trabalhava e tirava da terra os meios de sobrevivência. Digo *sobrevivência*, porque naquela época (e não faz tanto tempo assim, somente 40 anos) a região era superpovoada e as famílias viviam praticamente uma ao lado da outra. Mas todos dispunham do seu pedaço de chão, seu sítio, sua colônia, onde trabalhavam e criavam os filhos, embora enfrentado muita dificuldade. Também os que não eram proprietários tinham trabalho garantido, como peões nas lavouras dos outros.

Além disso, convém destacar: naqueles tempos, os agricultores não tinham direito algum. Os colonos só valiam pelo que tinham no bolso. Não havia aposentadoria, nem assistência gratuita à saúde, nem educação para todos, como existe nos dias atuais. Mesmo assim, eles viviam felizes, por terem trabalho e mesa farta. O dinheiro não importava tanto.

Da mesma forma, nas grandes cidades não existia tanta miséria amontoada, tanta falta de emprego, tanta insegurança.

Alguns anos atrás e também mais recentemente, revisitei os lugares onde passei minha infância. O panorama é totalmente outro. Não existe mais ninguém. Sumiram os pequenos produtores que formavam uma grande comunidade, e que mutuamente se ajudavam. Tudo se encontra deserto. Todos ou quase todos venderam suas roças para aqueles que detinham maior domínio: os mais abastados, como na Itália do século XIX. Os grandes proprietários foram se adonando das pequenas propriedades. E as famílias, sem preparo em outras profissões, emigraram para as pequenas, médias e grandes cidades, tentando ganhar a vida de qualquer forma. Para a maior parte dessas famílias foi uma verdadeira desgraça. Por outro lado, os mesmos que se tornaram os *donos do pedaço*, ou seja, os senhores da roda e da máquina, condenam as grandes levas de *sem-terra*, de *sem-teto*, de *sem-qualquer-coisa*, e os poucos que ainda vivem da lida da roça, a situações de verdadeira miserabilidade.

No final do século XX, o quadro está sendo revertido. Há um grande número de descendentes de italianos correndo atrás de documentação, com o objetivo de requerer a dupla cidadania. Acalentam o sonho de que seus filhos possam fazer o caminho de volta, a fim de estudar e conseguir bons empregos na distante pátria dos antepassados.

Com base em estudos realizados pelo IBGE, sabe-se que, no Brasil e, principalmente, no Rio Grande do Sul, na faixa etária que varia entre os 14 e os 35 anos de idade, 71% das pessoas manifestam o desejo de ir embora para o exterior. E os que descendem de italianos optam, preferencialmente, pela Itália.

RECORDAR É VIVER

As três primeiras famílias de italianos foram assentadas no interior de Caxias do Sul, no ano de 1875. Por isso comemora-se em 2005 os 130 anos da chegada dessa laboriosa gente, no torrão gaúcho.

A família de meu bisavô, Giovanni Ferron, cujo desembarque se deu em outubro de 1883, após uma breve permanência em São Paulo, se dirigiu também ao Rio Grande do Sul, a fim de tomar posse de sua gleba, em Vila Isabel, que fazia parte da Colônia de Bento Gonçalves.

Não posso deixar de citar neste espaço, dedicado a reviver o início da imigração, o valioso trabalho do Padre Luizinho Sponchiado, um pesquisador das nossas raízes coloniais, em Nova Palma, região da Quarta Colônia.

Ele está hoje com 84 anos de idade, e talvez por isso vem demonstrando interesse em contar a história da sua própria e de outras famílias italianas.

Além dos prêmios recebidos dos governos italiano e brasileiro, a sua maior recompensa é continuar buscando novas informações, nos registros das igrejas e no arquivo nacional. Suas pesquisas têm revelado um número crescente de famílias que, no período imigratório, para cá vieram atrás da *cucagna*. Dos seus escritos, que são numerosos, destacamos o seguinte trecho:

“A colônia de Silveira Martins, elevada a esta categoria em 20.09.1878, por decreto provincial, assinado pelo plenipotenciário, Engenheiro José Thomé Salgado, foi emancipada entre 1882 e 1908, com apenas 672 famílias, que contavam com 2703 membros. Era o primeiro dos povoamentos, entre os quatro congêneres, que passava do regime colonial ao domínio da legislação comum às outras povoações do Império. Isso aconteceu em parte devido à estrada de ferro que tangenciava o complexo, mas bem mais porque

não havia terras devolutas circundantes, e o Governo se recusava a desapropriar glebas de particulares.

Estava em pleno vigor a recomendação de 1880: “*que os imigrados já estabelecidos convidassem parentes e conterrâneos, a quem dariam agasalho na chegada, já que o Parlamento vetara quaisquer despesas com a imigração.*” Para lá de vinte mil pedidos haviam entrado na diretoria de terras. Os imigrantes espontâneos vinham com endereço certo e não aceitavam outra colocação que não fosse próxima à sua parentela que os convidou, pois isso lhes dava a certeza de terem colocação na vizinhança.” (Fonte: Livro de Rovílio Costa, Stella Borges, Mário Gardelin e Paulo Bortolazzo – Edição do Correio Rio-grandense).

O mérito do trabalho do Padre Sponchiado reside no seu empenho em resgatar o passado de seu povo, sua memória, cultura e suas tradições. Em seu arquivo já constam mais de vinte mil famílias catalogadas. Desde os mais antigos, bisavós e avós, até os bisnetos e trinnetos, passando por tios, primos e sobrinhos, e formando imensas árvores genealógicas de inestimável valor histórico e cultural.

Trata-se de uma valiosa contribuição sobre o êxodo de uma etnia vitoriosa que, no decorrer dos séculos, vem perpetuando seu passado, ao projetá-lo na direção do futuro. No espírito de todos, vinga o desejo de resgatar as lições de trabalho, honestidade, coragem, religiosidade, valorização da família e do próximo, espírito vigoroso e desbravador, que seus antepassados semearam e ainda frutificam. Exemplos que devem ser preservados, custe o que custar.

Convém ressaltar também a necessidade de se recuperar o respeito pela natureza: o solo, as fontes d’água, as plantas, os animais, enfim, todas as formas de vida existentes sobre a terra. Tal procedimento que, por ignorância e despreparo, e pelas próprias circunstâncias extremas vividas pelos imigrantes, muitas vezes não foi valorizado por eles, precisava ser repensado na atualidade. O progresso não pode jamais conflitar com os princípios que norteiam a vida. Daí a relevância de manter uma postura ecológica frente às reservas naturais, que são bens universais. Tenho certeza de que a graça de Deus, nosso Criador, não permitirá que nossa descendência se extinga, mas fará com que continue viva e próspera, geração após geração.

Tudo o que aconteceu com as demais famílias, que não eram italianas, ou seja, com os outros ramos da família Ferron que para cá vieram – os espanhóis e portugueses – não foi diferente. Também eles vivem em paz e harmonia. Que Deus abençoe cada uma dessas descendências. A data que marcou a chegada dos primeiros imigrantes foi 20 de maio de 1875.

FESTIVIDADES

Em Passo Fundo, o Centro Cultural Ítalo-Brasileiro Anita Garibaldi realizou vários eventos comemorativos aos 130 anos de imigração, envolvendo a direção do Centro com os professores e alunos do curso de língua italiana, que ministra na cidade. Tenho orgulho em fazer parte desse grupo, pois também frequento o curso.

Precisamente no dia 20 de maio, às 18 horas, na Catedral Diocesana Nossa Senhora Aparecida, foi celebrada uma missa em ação de graças, pela vida e a obra de nossos antepassados. A celebração foi oficiada pelo Padre Dalci Debastiani, meu colega nas aulas de italiano. O Padre Dalci foi também quem celebrou a liturgia do II Encontro da Grande Família Ferron, no Seminário Nossa Senhora Aparecida, no dia 5 de setembro de 2004, igualmente em Passo Fundo.

Após a celebração eucarística, realizou-se uma confraternização entre professores, alunos, convidados e palestrantes, que destacaram a importância da imigração para a história e os destinos do Brasil. Na oportunidade, o Coral Ricordi D'Itália se apresentou, entoando belas canções no idioma de nossos avós.

Houve ainda uma exposição de objetos, ferramentas e utensílios que foram utilizados por nossos bisnonos e nonos, em suas lidas diárias. Todo esse rico material foi colecionado e apresentado pelo Sr. Santo Claudino Verzeletti, um apaixonado pela saga dos imigrantes italianos, dos quais é também um descendente convicto e preocupado em preservar a memória dos que nos antecederam na vida e na história.

A comemoração contou com o agradável acompanhamento de *um bono vino, pane, cucca, salame i formaggio*.

A Itália fazia parte do Império Romano, onde vigorava o regime monárquico. A maior parte de seu povo não era de italianos natos, mas formada por gente oriunda de todos os países do globo, que viviam numa verdadeira bagunça étnica e política. Após a 2ª Guerra Mundial, o povo resolveu, através de um plebiscito, dizer não à monarquia.

E foi assim que nasceu a República da Itália, em 2 de junho de 1946. Por essa razão, no ano de 2005, nessa mesma data, o acontecimento foi comemorado em Passo Fundo, com uma missa celebrada na Catedral N. S. Aparecida, homenageando os 59 anos da criação da verdadeira pátria de nossos avós.

A TERRA PROMETIDA

*M*eu bisavô Giovanni chegou no Rio de Janeiro, em meados de outubro de 1883, permanecendo por lá durante alguns meses.

No ano seguinte, com mais um número expressivo de famílias de imigrantes, se dirigiu para o Rio Grande do Sul, e se estabeleceu na colônia de Vila Isabel (Bento Gonçalves), localizada na Linha Geral.

Recebeu o lote de terra nº 4, onde ele e a família trabalharam, lutaram e progrediram, com a mesma perseverança e coragem que os trouxe até aqui. Neste local nasceu mais um casal de filhos: meu avô Florindo, em 14 de março de 1886, e minha tia-avó Helena, em 2 de janeiro de 1890.

Os familiares de Giovanni Ferron viveram em Bento Gonçalves durante vários anos, até se transferir para a 4ª Colônia, na região de Cachoeira do Sul, onde permaneceram até o final da vida.

Na nova morada, que se localizava em Silveira Martins, entre Santa Maria e Cachoeira do Sul, acabou de criar os filhos e criou inclusive os netos.

Dando prosseguimento à colonização, várias cidades se erguem na redondeza. A filharada e os netos foram casando, cada um pegando rumo diferente.

Dessa forma se iniciou um movimento migratório que, com o passar dos tempos, foi ocasionando a perda dos antigos contatos entre os próprios italianos, até chegar ao ponto de ninguém mais saber onde esse ou aquele se encontrava.

Os nove filhos de Giovanni e Luigia se dividiam entre cinco homens e quatro mulheres. Severina Juseppina casou com Nicodeme Tommasini e, ao viubar, com João Mariotto. Maria foi casada com Felício Donato, também natural da Itália. Elizabetha consorciou-se com Ângelo Donato, igualmente italiano e primo de Felício. Helena, a mais nova e única filha brasileira, contraiu matrimônio com Domingos Minetto.

Foi a partir de 2002 que, graças a Deus, comecei a juntar as peças do grande quebra-cabeça, isto é, consegui identificar pessoa por pessoa, desvendando o número da prole dos Ferron, que já somam mais de oito mil indivíduos. Ainda falta localizar muita gente, para que a gigantesca árvore genealógica esteja completa.

Dizia João Batista Scalabrini, o protetor dos imigrantes: “Pátria é a terra que lhe dá o pão”.

Deus seja louvado, de geração em geração, e o seu nome seja bendito, reverenciado e respeitado por todas as pessoas, qualquer que seja o vínculo que possuam com a grande Família Ferron.

XV

Capítulo



EXPERIÊNCIA EM TERRA DISTANTE

Quando meu avô Florindo (mais conhecido por Laurindo) se casou, em 4 de agosto de 1906, com Fortunata Previatti, morava em Vale Vêneto, a terra natal dos seus dois primeiros filhos: Ernesto João (1907) e Modesto (1909). Ali viveram até meados de 1910.

Como ainda eram jovens, o casal resolveu tentar a vida lá pelas bandas de São Paulo.

Saíram de mudança com os meninos, da região de Cachoeira do Sul para a localidade de Rio Preto/SP, no grande e promissor estado brasileiro.

Residiram lá por mais ou menos um década, trabalhando na agricultura.

Em terras paulistanas, a família aumentou. Vieram juntar-se, aos dois gaúchos, outros cinco paulistas: Artemizia ou Cezira (1911), Paulina (1913), Alexandre (1915), Acácio (1917), e Octavio (1919), o último da turma.

Durante o período em que permaneceu por lá, meu avô, além de ficar gravemente doente, também vivenciou diversos outros acontecimentos, que passaram a fazer parte de sua trajetória na-

quela terra. De alguns deles os bisnetos ainda lembram, ouvidos da boca de seus pais. Mais adiante, relatarei os mais interessantes.

A doença de que meu avô foi acometido em São Paulo, não sei caracterizar nem definir o nome, mas lembro que se tratava de algo relacionado com a febre amarela (malária ou maleita), ou coisa parecida. Ele passou pela mão de diversos médicos e curandeiros, sem melhorar ou curar-se. Finalmente, um dos médicos o aconselhou a voltar para o Sul, que o clima daqui poderia ser melhor para a saúde dele.

A doença estava deixando suas mãos deformadas, os dedos retorcidos em forma de ganchos, além de muita fraqueza que não lhe permitia trabalhar.

Foi em virtude dessa situação que Florindo, a esposa e os sete filhos fizeram o caminho de volta, vindo fixar residência no interior de Passo Fundo.

CAUSOS DE GAÚCHO E DE BAIANO

*E*m Rio Preto/SP (hoje, São José do Rio Preto), meu avô havia comprado uma área de terra, cuja dimensão a gente não sabe precisar. Sua destinação era o cultivo da cana de açúcar, do café, do milho, do feijão, e de todas as espécies de árvores frutíferas, como gostavam e ainda gostam de fazer os imigrantes europeus e seus descendentes.

Nas redondezas, morava uma família cujo chefe era conhecido por Baiano. A razão desse apelido devia ser sua procedência, o estado da Bahia. O tal Baiano residia a uma distância bem razoável da propriedade de meu avô. Na época já existiam lavouras, porém a maior parte da região era coberta por grande extensão de mata nativa.

Inicialmente, os dois, o Gaúcho e o Baiano, se tornaram muito amigos. Mas, com o passar dos anos, começaram a desentender-se, por motivos que os parentes nunca souberam direito. Florindo era descendente de italiano e ainda por cima, gaúcho. Tinha por lema o trabalho. Por isso se estabelecera nas terras férteis daquela região.

Nos primeiros anos, naturalmente, não foi fácil. A dureza da lida era total, e os filhos, ainda pequenos, pouco podiam cooperar. Os recursos também eram escassos. Só através de muito esforço eles foram se ajeitando, até começarem a ver algum progresso.

Surgiram então belos pomares, plantação de cana-de-açúcar, de milho, feijão e vários outros cultivares.

Enquanto isso, o Baiano, seu lindeiro do outro lado do mato, já morava no local desde muitos anos antes de meu avô chegar. E era o oposto de Seu Ferron que, destemido e lutador, não esperava as coisas caírem do céu. Com certeza foi por isso que o nordestino passou a não gostar do meu avô, a persegui-lo, ameaçá-lo, a provocar desavenças. O velho italiano, bem mais franzino que seu vizinho metido a brabo, foi ficando preocupado. Tinha que andar se cuidando, e já não conseguia trabalhar sossegado. Sentia até medo desse homem, que era um caboclo corpulento e muito forte. O gaúcho sabia que, se tivessem que se engalfinhar, taco a taco, a luta seria desigual.

Um amigo de meu avô avisou-o para que se cuidasse. Disse que o Baiano era perigoso e traiçoeiro, dos que tinha por hábito fazer tocaias e intimidar os outros.

Florindo, que não negava sua origem, gostava muito de caçar. Nos finais de semana andava pelos matos da redondeza, à procura de caça. Sempre bem armado, com uma espingarda de dois canos, calibre 24. Ele pressentia que estava prestes a ser atacado por aquele que antes se mostrava amigo, e morava do outro lado do mato por onde ele muitas vezes se obrigava a passar.

Contudo, enquanto o Baiano estudava como iria agredir Florindo, este fazia planos de como se defender. Projetava uma maneira de levar vantagem sobre o tal sujeito invejoso, e mostrar a ele que não era tolo como devia estar pensando.

O gaúcho não pretendia manchar seu nome, nem tampouco fazer qualquer maldade contra seu desafeto, que talvez agisse daquela forma por pura ignorância. E raciocinava com seus botões: “Vou levar a espingarda, como de costume, alçada no ombro, porém descarregada. Levo também uma garrucha que ele nem sabe que possuo. Essa sim bem municada, os dois canos, e escondida sob as roupas”.

E seguiu seu caminho mato adentro, andando com cuidado. De repente, o Baiano, que se escondera atrás de uma árvore, saltou, tomando meu avô de surpresa. Lutou com ele até arrancar-lhe a arma. De posse da mesma, engatilhou-a, dizendo: “Vou te matar, gringo, com tua própria arma”.

Mas ele não esperava pela reação do *gringo*. Quando se deu conta, meu avô já estava de garrucha em punho e com os dois

canos engatilhados. Olhando firme para o adversário, assim lhe falou: “Tente, puxe o gatilho! Eu sim vou lhe matar, seu vagabundo covarde!”

O homem se assustou tanto que largou a espingarda e saiu correndo. E nunca mais se meteu com o gaúcho, nem com esse, nem com qualquer outro.

Florindo, na realidade, não tinha intenção de liquidar o homem. Somente queria dar-lhe uma lição. Se pretendesse terminar com ele, teria acionado o gatilho da velha garrucha, apontada para o peito do sem-vergonha.

Depois desse fato, meu avô passou a se cuidar ainda mais de quem não gostava de pessoas que trabalhavam e conseguiam progredir.

DOIS PESCADORES E UMA JIBÓIA

*D*urante o tempo em que morou no interior de Ribeirão Preto, outros fatos insólitos aconteceram com meu avô Florindo.

Um deles foi num rio, em que ele e um amigo foram fazer uma pescaria, programada para ser abundante.

Havia uma espessa floresta nas proximidades, e o amigo, que conhecia mais a região, avisou que não se afastasse muito, porque tanto no rio como no mato existiam cobras gigantes, inclusive jibóias. Contou que elas se enrolavam nos animais e nas pessoas, apertando, até quebrar os ossos e matar por sufocação. É seu meio de conseguir alimento.

Os dois homens estavam entretidos, à espera da fígada dos peixes no anzol, sem nem lembrar das cobras. O tempo foi passando... meu avô se descuidou... e acabou por afastar-se do companheiro. De repente, uma jibóia de proporções enormes se jogou sobre ele, e repentinamente se enrolou em seu corpo. Já sentia o aperto do bicho, cada vez mais forte, quando resolveu gritar para o companheiro que corresse para o socorrer. Não conseguia sequer sacar do punhal que levava na cinta.

O parceiro chegou em seguida, apanhou o punhal e começou a cravar na bichana, cada vez mais fundo, até que ela afrouxou e desistiu da presa.

Uma vez livre do perigo, o pescador descuidado ainda ajudou o amigo a terminar o serviço: acabaram de vez com o traiçoeiro réptil.

A VOLTA DE TREM

Quando Florindo voltou de São Paulo para novamente residir no Rio Grande do Sul, dessa vez no interior de Passo Fundo, trouxe a família e as tralhas, de trem.

Ao passar na estação de Herval (Hoje Herval D'Oeste), lembrou que, justo nessa localidade, o irmão dele, de nome Tomaz, era chefe de estação e dirigia um pequeno comércio.

O vô Ferron aproveitou para descer, rapidamente, e dar ao irmão a notícia de que estava indo para Passo Fundo com a mulher e a filharada.

Acho que foi a última vez que se encontraram. Pois alguns anos mais tarde, em 1932, vovô se estabeleceu nas bandas de Nonoi e o irmão também se mudou para outro estado.

Tomaz residiu em Joaçaba até pelos idos de 1950. Tinha quatro filhos: três meninos e uma menina. Desapareceu com os quatro e nunca mais se teve notícias deles. Em Curitiba/SC, reside uma afilhada dele, a Amabile Donato Tagliari, nascida em 1917. Também ela nunca mais soube do paradeiro do padrinho.

Em Passo Fundo, mora Ivo Francisco Ferrão, nascido em 1931, em Campos Novos/SC. Ele é filho de Rodolfo e neto de Antônio Ferron, meu tio-avô. Ele (Ivo) também é afilhado de Tomaz e perdeu-o de vista.

Desde o ano de 2002, procuro por familiares desse parente (Tomaz ou Tomaso Ferron), que é o quinto filho de Giovanni.

Como estou montando a árvore genealógica da grande família Ferron, peço a quem tiver informações a gentileza de fazer contato.

A LIÇÃO DE UM MENINO

De volta ao solo rio-grandense, Seu Florindo se estabeleceu na localidade que hoje é conhecida como Vila Rosso, no distrito de São Roque. Foi em 1920.

De imediato, adquiriu uma área de terra coberta de erva-mate, e organizou uma pequena indústria, denominada barbaquá, onde se beneficiava o produto muito consumido e apreciado pelos gaúchos: a erva do chimarrão.

Uma vez colocado, meu avô tratou de refazer a vida. Entretanto, não se sentia totalmente curado. E por isso obrigou-se a procurar

recursos médicos, a fim de detectar o que realmente acontecia com ele.

Certo dia, quando se encontrava na cidade em busca de tratamento, já com certo desânimo pela doença que o incomodava e que desconhecia, resolveu sentar-se num banco da praça para um breve descanso.

Ali perto um grupo de meninos jogava bola. Repentinamente, um deles se dirigiu ao senhor que viu, triste e abatido, recostado num banco. E perguntou-lhe, sem nenhum constrangimento:

— O senhor está doente?

— Sim! — respondeu meu avô. O guri, sem pestanejar e com a maior segurança, acrescentou:

— Eu sei onde mora uma mulher que pode lhe curar.

— Então me leve até lá! — falou, mais que depressa, Florindo.

O piá pegou-o pela mão e o conduziu até a casa da senhora conhecida dele, a qual não ficava muito longe. Assim que chegou, foi logo informando:

— Eu lhe trouxe este senhor que está muito doente, porque eu sei que a senhora pode curar ele.

A mulher olhou fixamente para o homem à sua frente, admirando-se muito de sua cor desbotada. E afirmou, sem sequer tocar no paciente:

— Realmente, o senhor não está nada bem. O estrago que lhe fizeram eu não vou consertar, mas vou curá-lo do mal que lhe aflige.

E foi assim, com essas simples palavras que a mulher curou meu avô.

Dentro de pouco tempo, ele se mostrava bem disposto e em condições de trabalhar. As mãos e os dedos, porém, continuavam do jeito que o conheci quando criança, em Nonoai. Eu achava aquilo um horror. E raciocinava com meu botões: “Como podia alguém ter os dedos daquele jeito, rijos e retorcidos?” Nunca mais meu avô conseguiu ter as mãos normais como qualquer um de nós.

Mesmo assim, continuou na lida da roça, da colheita e indústria de erva-mate, na morada da Vila Rosso. *In questo lavoro, sono stati durante dodici anni, dal mille novecento e vinti al mille novecento e trentadue anni.*

Sentia-se forte para tocar a vida e também para aumentar a prole, com a chegada de mais cinco filhos: Orlando (1922), Alfredo

(1923), Alvino (1925), Santina (1927) e a caçula Palmira ou Palmina (1932). Esses são todos passo-fundenses.

UMA VILA DE ITALIANOS

A Linha Ferron, outrora situada no interior de Nonoai e hoje incorporada ao município de Rio dos Índios, ficou conhecida por esse nome em razão de seus primeiros moradores. Da mesma forma, a Vila Rosso, no distrito de São Roque, em Passo Fundo, recebeu essa denominação, por ser a identificação das famílias que ali se fixaram nos velhos tempos da colonização.

Vários grupos familiares descendentes de italianos, oriundos da Quarta Colônia, ou seja, da região de Cachoeira do Sul, se estabeleceram no lugar. Os principais foram os Tauffer, os Mainardi, os Casassola, os Previatti, os Venturini, os Donato e os Ferron.

A família Rosso veio em maior número, fixando-se o mais próximo possível umas das outras, pois a proximidade facilitava não só o convívio, como também a cooperação nas lidas diárias ou sazonais.

Com o passar do tempo, pelo expressivo número de indivíduos com este sobrenome, o lugarejo passou a ser chamado de Vila Rosso.

O ATAQUE INESPERADO

*O*s italianos gostavam de uma cachacinha e de jogar baralho, tanto nos sábados e domingos, como também no final da tarde, depois da capina, do roçado, do plantio e do trato dos animais.

Montavam em seus matungos lustrosos e bem cuidados e iam até São Roque, mais ou menos a três quilômetros de distância. Era o único local das redondezas, em que havia uma bodega.

Lá os gringos tomavam seus tragos, jogavam carta e *la mora*, e cantarolavam canções em dialeto italiano. Ao retornar para casa, muitas vezes tarde da noite, já meio embriagados, continuavam cantando estrada afora.

Uns caboclos, moradores das proximidades, que trabalhavam na colheita da erva-mate, não gostavam da algazarra da italianada. Não entendiam o palavreado deles e ficavam desconfiados.

Certa vez, como de costume, assim que o sol baixou, lá se foram os colonos para o povoado. Os caboclos, enfarados da cantoria, resolveram que atacariam os gringos e aplicariam neles uma boa sova.

Reunidos num dos galpões onde trabalhavam e, onde também tomavam seus goles, a indiada xucra combinou o ataque aos filhos dos estrangeiros. Naquela noite, eram o Guido Rosso e seu irmão João, avô de minha esposa, Ivone. Acompanhava-os também meu avô Florindo. Só que os peões não perceberam que ali perto se encontrava um menino de 11 anos, o Octavio Ferron. Esse menino era meu pai que, sem querer, escutou a conversa do grupo, tramando sua vingança contra os gringos.

O local combinado ficava próximo a uma sanga, onde os arrua-ceiros deveriam passar. O Octavio contou para Ernesto, seu irmão mais velho, o que acabara de ouvir. Este por sua vez, se preocupou com o que poderia acontecer a seu pai e aos outros companheiros, já que muitas vezes voltavam *mezzi ubriaconi*.

E não perdeu tempo, resolveu agir armando-se de um revólver, e escondendo-se numa moita próxima. Foram com ele o irmão Octavio e um senhor chamado Barufaldi. No maior silêncio, ficaram na espera.

Lá pelas tantas, quando ouviram seus parentes se aproximarem como de costume a plenos pulmões, se prepararam para atacar os atacantes. Do lugar onde o Ernesto se encontrava com seus companheiros, dava para divisar os caipiras, também escondidos. Os cavaleiros foram se aproximando e, assim que chegaram junto à sanga, os atacantes saltaram para fazer o combinado entre eles.

Mas, antes que acontecesse o ataque, Ernesto mandou fogo no grupo, baleou um ou dois, que caíram na hora, aos gritos. Os outros dispararam para o interior do mato. Também os feridos saíram se arrastando e perdendo os chapéus. Os que conseguiram chegar ao galpão onde acampavam, choravam e se lamentavam. O Ernesto ainda recolheu os chapéus extraviados e guardou-os por um bom tempo. Os atingidos pelos disparos não morreram. Também nunca mais maquinaram atacar ninguém. Nem ficaram sabendo quem os surpreendeu.

Dali a uns tempos, meu avô vendeu as terras com os ervais e o barbaquá.

A BERGAMOTEIRA PERSEVERANTE

Em 2004, visitei as antigas terras de meu avô, na Vila Rosso. E me surpreendi ao encontrar viva, uma bergamoteira plantada por ele naquela época. Eu estava a uns mil metros de distância do local onde deviam estar as benfeitorias dele, na época. Isto é, onde se localizavam a moradia e o barbaquá de Seu Florindo. A euforia foi tão grande que resolvi fotografar a velha árvore.

Este pé de bergamotas se encontra assinalado na foto com um círculo.

Por tratar-se de uma planta cultivada há quase um século por meu avô, a emoção me levou a voltar ao local, a fim de revê-la e fotografá-la novamente, alguns meses mais tarde. Mas, como nada é mais forte que a natureza, também nós, seres humanos, temos que nos curvar à lei natural. Caso contrário, pagaremos caro a agressão.

Imagina-se a fragilidade de uma planta assim isolada que, durante todos esses anos, se manteve firme no posto, e solitaria-



Fonte: Foto do autor, 2004.

No círculo que aparece na foto, a bergamoteira, plantada pelo avô Florindo, na década de 1920, onde era a sua moradia na Vila Rosso. Foto do autor, na distância de mil metros.

mente, pois não existiu nenhuma outra da mesma espécie, nas proximidades.

Infelizmente, essa planta que resistiu a tantas intempé-ries, ao longo de 80 anos, por falta de cuidados e por sua idade avançada, acabou não resistindo a um temporal ocorrido no início de 2005. Com a maior surpresa, constatei que não era mais aquela que encontrei na primeira visita.

De seu tronco, que se dividia em três galhos, um já se encontrava seco. O segundo, o vento, impiedosamente, obrigou-o a beijar o chão. E o terceiro galho, como por milagre, resistiu a mais essa fúria da natureza. Encontra-se ainda firme, produzindo frutos e demonstrando a força da vida.

A mim, particularmente, por acreditar que nada acontece por acaso, isso representa um valioso sinal, uma espécie de elo que ali permanece para unir o hoje com o ontem, e também para servir como ponte ao futuro da história.



Fonte: Foto do autor, 2005.

Foto tirada pelo primo Miguel Pavoski, na qual aparece só a parte da bergamoteira que restou após um vendaval. Em pé, o autor.

NOVOS DESAFIOS, NOVOS PROBLEMAS

Frequente e sempre desejoso de melhorar de vida, em maio de 1932, meu avô adquiriu uma gleba no interior da Vila Nonoai, no Município de Palmeira das Missões, tratando logo de deixar a Vila Rosso e mudar-se para lá com a família.

Tentava refazer sua vida, juntamente com os onze filhos. Foi ali que viveu até seus últimos dias, ao falecer em 28 de agosto de 1964. Os três filhos mais velhos já eram casados. O Ernesto e a Cezira decidiram permanecer em Passo Fundo, enquanto o Modesto, com um filho pequeno (o Hélio, nascido em 1931), acompanhou o pai e o restante da turma.

O pessoal e as bugiangas foram transportados, uma parte num pequeno caminhão; outra parte, numa carroça; e o restante foi a cavalo. Demoraram uma semana para fazer o trajeto entre Passo Fundo e Nonoai.

Assim que se estabeleceram, começaram a organizar a propriedade, a casa de moradia e a roça, convencidos de que dali em diante iriam trabalhar e viver em paz.

No entanto, logo logo o primeiro problema apareceu!

A DENÚNCIA

Os caboclos da região onde o Vô Florindo foi residir, radicados há bastante tempo naquelas bandas, passaram a desconfiar dos novos moradores, ao constatarem que se tratava de uma numerosa família de italianos, vindos de longe.

Para eles, o mais intrigante era o fato de meu avô ter um aspecto de doente, e as mãos deformadas pela enfermidade estranha que o acometera em São Paulo. O restante da história lhes era completamente desconhecida.

Um dos moradores do lugar, chamado João Almeida (o cano-eiro), que mais tarde se tornou sogro de *um neto do italiano*, fez uma grave denúncia às autoridades sanitárias de Nonoai. Deu queixa de que, nas proximidades, tinha vindo morar uma família de italianos com muitos filhos, procedente de Passo Fundo, cujo chefe era leproso.

É claro que Florindo se viu às voltas para explicar que não era essa a sua doença. Mesmo assim as autoridades o intimaram a se apresentar, e deram ordem para que viesse a Passo Fundo realizar exames com médicos especialistas. Exigiram que ele apresentasse ao órgão responsável pela saúde pública em Nonoai e Palmeira das Missões, um atestado comprovando não ser portador de lepra, para que pudesse permanecer residindo na sua própria terra.

Os familiares se assustaram muito com a notificação, principalmente os que moravam em Passo Fundo, o Ernesto e a Cezira. A notícia e a movimentação dos irmãos que acompanharam o pai para a perícia médica, levou Cezira, que era a mais velha das mulheres e paulista de nascença, a fazer uma promessa. Consistia no seguinte: se os exames dessem negativos, comprovando que seu pai não era portador da terrível doença, ela doaria uma imagem de São Lázaro, o santo protetor dos enfermos, para a capela da localidade, a qual ficaria exposta no altar, junto à imagem do padroeiro, São Sebastião.

Assim que saiu o resultado do laboratório, o velho recebeu um atestado dando conta de que *Florindo Ferron não era doente nem portador de lepra*.

A devota filha pagou a promessa. E a imagem de São Lázaro guarneceu o altar da Igreja São Sebastião até pouco tempo atrás.

Hoje, a estátua se encontra na casa de Santo Martin Fávero, filho mais velho de Cezira. Foi na casa dele, onde estive em 14 de maio de 2005, que recolhi os relatos da história descrita acima.



Fonte: Foto do autor, 14/05/2005.

Foto da imagem de São Lázaro, objeto de promessa pela saúde do avô Florindo, em meados de 1933, Nonoai.

A FUGA

Não bastasse tudo o que o velho italiano já havia sofrido, na sua tumultuada existência, aconteceu mais uma para encerrar a série.

Passou pela região, em certa oportunidade, precisamente pelas terras dele, uma tropa de baderneiros de mais uma revolução, entre tantas que já havia acontecido no Brasil daquele início de século. Dessa vez foi a chamada Revolução de 1930, que se prolongou até 1933. Os guerrilheiros vinham das bandas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Mais uma vez a vida de meu avô se viu ameaçada e metida em confusão. Ele foi convocado, melhor dizendo, forçado a acompanhar o bando em seu próprio cavalo e com suas próprias armas, e levar mais outro cavalo seu, além de alimentos.

Sem meios de se esquivar, teve que acompanhar a tropa, ele, que era um homem de idade avançada e debilitada saúde. Não lhe foi sequer informado o motivo de ter que lutar, nem qual o lado que iria defender ou atacar, nem a finalidade da disputa. Praticamente como um prisioneiro, acompanhou o bando, deixando mais uma vez a família em pânico, desconhecendo por completo o paradeiro para onde iriam conduzir seu pai.

Além de meu avô, foram recrutados também outros moradores do lugar. Viajaram vários dias a cavalo, em direção a Sarandi e Carazinho.

Felizmente, alguma coisa tinha que dar certo. E, numa noite, no maior sigilo, o italiano conseguiu fugir com outro companheiro. Mas teve que deixar com a tropa seus cavalos e armas. Durante a fuga, eles andavam de noite, e se escondiam nos matos durante o dia. Assim foi até chegarem de volta a seus lares.

Acontece que, mesmo protegido no seio da família, o velho desertor temia ser levado novamente por aqueles bandoleiros. Por um bom tempo, passava escondido nos matos ou nas roças, enquanto era dia claro, só voltando para casa ao anoitecer.

Esta história é uma das tantas narrativas sobre a vida de meu avô Florindo Ferron, contada em 14 de maio de 2005, em Nonoai, pelos primos Santo Martin, Otávio, Ângelo e Victor Fávero, moradores da Linha Fávero.

Agradeço a Deus pelo privilégio de ter conseguido, passadas tantas décadas, refazer e reconstituir, ainda que de forma bastante singela e sucinta, fragmentos de histórias e fatos vividos por nossos antepassados.

Tudo tem seu tempo. Há momento oportuno para cada coisa debaixo do céu. Tempo de nascer, tempo de morrer, tempo de plantar e tempo de arrancar o que se plantou; tempo de matar e tempo de curar; tempo de destruir e tempo de construir; tempo de chorar e tempo de rir; tempo de lamentar e tempo de dançar; tempo de espalhar pedras e tempo de as ajuntar; tempo de se abraçar e tempo de se afastar dos braços; tempo de procurar e tempo de perder; tempo de guardar e tempo de jogar fora; tempo de rasgar e tempo de costurar; tempo de calar e tempo de falar; tempo de amar e tempo de odiar; tempo de guerra e tempo de paz. (Eclesiastes, 3, 1-8)

A ORIGEM DO NOME

O sobrenome Ferron, segundo consta, tem origem espanhola e foi incorporado como apelido, há muitíssimos anos. A história conta que, numa aldeia da Espanha, (*conhecida como aldeia Ferrón*), morava uma família cujo ofício consistia em trabalhar o ferro, para fabricar vários tipos de utensílios: armas, ferramentas e artesanato. O negócio cresceu e se expandiu, até seus proprietários se tornarem notáveis industriais e comerciantes.

As autoridades que dirigiam a aldeia resolveram condecorar a família dos Ferrón com um belíssimo brasão de armas (também chamado escudo), dando a seus membros o nome que os caracterizava.

Passaram-se os anos e parte da família foi embora para a Itália e outra parte foi para Portugal.

No novo país, ao longo de muitos anos, os descendentes da família espanhola se tornaram agricultores.

As pesquisas e buscas realizadas, em virtude do presente trabalho, me conduziram a sete sobrenomes diferentes que, talvez por descuido de registro, tanto entre os italianos como entre os espanhóis, acabaram por incorporar-se à identificação dos troncos familiares. Atualmente, só aqui no Brasil, descobri inúmeros ou-



© The Historical Research Center 1994 

*Brasão que deu origem ao sobrenome Ferron,
na Espanha.*

tros, com certeza descendentes do primeiro sobrenome registrado. São eles: Ferrón (de origem espanhola), Ferron, Feron, Ferrão, Ferão, Ferron de Ferron, e Ferroni. Além desses, em assentamentos encontrados em igrejas, nos livros de casamentos e batizados, deparei-me também com Ferrone.

Os portugueses já chegaram ao Brasil com o sobrenome Ferron, de origem espanhola, o qual, por corruptela, foi alterado para a forma com til: Ferrão.

No período da imigração européia, vieram para as Américas: os Ferron italianos, espanhóis e portugueses, de modo que aqui entre nós nos deparamos com as três origens. Todos viveram e continuam vivendo na mais perfeita harmonia.

Neste momento, peço a Deus que abençoe a todas essas famílias, principalmente o nome Ferron, que nasceu de um humilde ofício executado pelos nossos ancestrais.

XVI

Capítulo

O resgate necessário

PESQUISAS E BUSCAS

Já fazia algum tempo que eu desejava saber mais sobre as origens da família Ferron. Principalmente, pretendia descobrir qual a região da Itália de onde veio meu bisavô, quantos filhos teria, e por onde esteve aqui no Brasil. Sabia apenas que tudo teria acontecido muitos anos atrás, e que seus filhos, após o casamento, se separaram e foram perdendo contato. Eram poucos os que conheciam a situação de uns e outros.

As pesquisas que realizei me levaram a inúmeras descobertas.

Meu pai nasceu no estado de São Paulo. Eu, por minha vez, nasci em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Mas cresci em outras localidades do interior, e quase sem informações sobre os antepassados, suas famílias e as paragens por onde andaram.

Em janeiro de 2002, comecei efetivamente a buscar dados e pesquisar sobre a família de meus bisavós. O trabalho se revelou extremamente difícil, porque somente alguns poucos parentes próximos conheciam a vida dos mais antigos. Praticamente, todos os meus tios, e também meu pai, filhos de meu avô Florindo (que eu conheci pelo nome de Laurindo), só souberam contar-me pequenos relatos. Um deles era que ele teria nascido na Itália.

No meu subconsciente havia uma vaga lembrança de que meu bisavô se chamava João Ferron, o mesmo nome meu, e que vivera e falecera na região de Cachoeira do Sul. Assim que comecei a descobrir fatos que se relacionavam com a família Ferron, fui me empolgando e interessando ainda mais pelo assunto. Conversava pessoalmente ou por telefone, com parentes próximos e distantes, sem lograr muito êxito. Até que um dia alguém me informou que a senhora Beatriz Ferron Bolner, residente em Porto Alegre, tinha em seu poder material e dados acerca de nossos antepassados, inclusive de meus tios-avós. Ela, assim como eu, havia começado um trabalho semelhante de resgate de suas origens, mas, em virtude das dificuldades com que se deparou, não levava adiante a pesquisa, parando no meio do caminho.

Meu primeiro impulso foi contatar com ela por telefone. Foi um achado. Ela prontamente enviou-me, via correio, farto material e todas as informações de que dispunha.

Juntando isso com as informações, nomes e dados que eu já obtivera em buscas anteriores, dei um grande passo em direção a meu objetivo e me entusiasmei ainda mais.

Aos poucos, ia encontrando novas pistas e dicas sobre locais onde poderia descobrir alguém vinculado à nossa família por laços de sangue.

Já fazia algum tempo que vinha me interessando pela descoberta de minhas origens, meu passado, e pela reconstituição da história de meus ancestrais, tanto na terra-mãe como depois de seu desembarque no Brasil.

Foi quando me surgiu a idéia de montar a árvore genealógica da família, a partir do casal Giovanni Ferron e Luigia (Luiza) Muraro.

I ENCONTRO DA GRANDE FAMÍLIA

 passo seguinte ocorreu em maio de 2002. Resolvi promover, em Passo Fundo, o I Encontro da Família Ferron, Feron e Ferrão.

Para isso, escolhi e reservei o local e a data, e convoquei o pessoal mais chegado para uma reunião em minha casa. Foi no dia 16 de junho. Coloquei-os a par do assunto. Todos se interessaram, achando a idéia importante.



Fonte: Arquivo de família.

Comissão organizadora do primeiro encontro da grande família Ferron, em 16/06/2002.

Formamos então a comissão organizadora, constituída das seguintes pessoas da família, todas residentes em Passo Fundo: João Ferron (idealizador), Eno Feron e esposa, Ivo Francisco Ferrão e esposa, Ari Emílio Ferrão e esposa, Vilmar José Ferrão (Pingo), Ancelmo Antonio Feron, Ansélio Feron, Anildo Bilini e esposa, Antonio Carlos Ferrão e esposa, Adriano Ferrão, Carlos Augusto Ferrão, Édio Feron, Selvino Adair Ferrão (Neco), Severino Antonio Ferrão (Libório), Dalva Maria Ferron, Laurindo Raimundo Ferrão e Alvenir Miguel Ferrão. Também tomaram parte na comissão, por estarem presentes no momento de sua formação, o casal Terezinha Beatriz Ferron Bolner, e seu esposo, Armin Lotar Lara, de Porto Alegre.

A partir desse dia começamos os preparativos para o evento que se realizaria em 29 de setembro do mesmo ano. Não foi nada fácil, pois recém estava começando a encontrar os descendentes de Giovanni. Assim que ia fazendo os contatos, já enviava convites com a programação da festa.

Realizamos diversas reuniões, cada uma na casa de um casal participante da comissão.

E o primeiro encontro da grande família Ferron, Feron e Ferrão, aconteceu no Ginásio de Esportes Ernesto Feron, do Esporte Clube Flamengo, na Vila Rosso, Distrito de São Roque, em Passo Fundo/RS, no dia 29 de setembro de 2002.

O evento se tornou possível graças ao intenso trabalho e dedicação da comissão organizadora e de todos os que colaboraram para que tivesse êxito. No I Encontro, estiveram presentes mais de 750 pessoas, oriundas de diversas cidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Reuniram-se no primeiro Encontro: descendentes de Giovanni Ferron e de sua esposa Luígia Muraro. Também uma grande caravana de outras famílias Ferron (todos imigrantes italianos). Representado a família Ferrão de origem portuguesa, esteve presente o médico Luiz Roque Lucho Ferrão, de São Borja/RS.

De Carazinho, estiveram presentes: José Ferron (84 anos na ocasião), filho de Emílio, com sua esposa e filhos; e Selvino Ferron, filho mais novo de Emílio, com toda a sua família.

De Ijuí e Bozano, estiveram presentes: Ari José Feron e esposa, filhos e netos de Demétrio Feron.

De Sobradinho, Arroio do Tigre e Segredo, estiveram presentes mais de 40 pessoas, familiares de Ricardo e Narciso José Feron.

De Casca, esteve presente Ilvo Feron, filho de Ricardo, com sua família.

De Canoas: familiares de Ricardo e de Laurindo Feron.

De Porto Alegre, Caxias do Sul, Vacaria, Bom Jesus, Lages/SC, São Joaquim/SC, Criciúma/SC: familiares de José (Josépim), de Arthur e de Ricardo. Mais de 45 pessoas.

De Chapecó/SC: familiares de Florindo Ferron (dos filhos Acácio, Octavio e Alfredo Ferron).

De Nonoai: a família Thomé (filhos, noras, genros e netos de Eliza Ferron (filha de Emílio Ferrão).

De Nonoai: a família Fávero (filhos, noras, genros e netos de Cezira Ferron (filha de Florindo Ferron).

De Nonoai: filhos, noras, genros e netos de Modesto, Octavio, Alfredo, Santina e Palmira Ferron (filhos de Florindo Ferron), mais de 60 pessoas.



Brasão que deu origem ao sobrenome Ferron, na Itália.

De Bela Vista/Passo Fundo: filhos, noras e netos de Ancelmo Ferron (filho de Emílio).

De Passo Fundo: representantes de Sylvio Antônio (Ancelmo, Ocrides, Alcides e Maria (filhos de Emílio).

De Passo Fundo: representantes de Rodolfo, Affonso, Eliza (filhos de Antônio Ferrão).

De Passo Fundo: familiares de Ezila e Eno Feron (filhos de Ernesto João Feron, filho de Florindo).

De Passo Fundo: familiares de Alvino Ferrão (filho de Florindo Ferron).

De Passo Fundo, David Canabarro, Itajaí e Florianópolis: familiares de Zeferino, Dionísio, Denésio, Maria e Iracilda Feron, descendentes de Antonio Giovanni Feron.

De Passo Fundo: as famílias Donato, Tagliari, De Marchi, Stefani e Martinelli (descendentes de Elizabetha Ferron, filha de Giovanni).

De Passo Fundo: familiares de João e Edite Ferron, filhos de Otávio e Netos de Florindo (10)

De Porto Alegre e de Palmeira da Missões: filhos e netos de Anselmo Ferron.

De Lagoa Vermelha e Porto Alegre: Luciano Donato (filho de Elizabeta Ferron Donato), com os filhos, noras e netos.

De Caçapava do Sul: Armelinda Donato, filha de Elizabetha Ferron Donato.

De São Luiz Gonzaga: Amauri Feron, neto de Narciso José Feron.

De Bela Vista/Passo Fundo: a família Guarienti, descendentes de Leonilda Maria Ferron.

De Passo Fundo, Porto Alegre e outras cidades: familiares de Rodolfo (Adolfo), Affonso Ferrão e Elisa Ferron Bolner.

Descendentes de outras famílias Ferron, de origem italiana: Francisco, Domenico (Domingos), Rodolfo e Valentim Ferron, de Nova Bassano, Nova Prata, Veranópolis, Charrua, Paraí, Nova Alvorada, Protásio Alves, Nova Araçá, David Canabarro (mais de 40 pessoas).

De São Borja: o Dr. Luiz Roque Lucho Ferrão, de origem portuguesa.

De Passo Fundo: Margarete Ferrão, de origem portuguesa.

CELEBRAÇÃO

A missa foi rezada pelo Pe. João Corso da Paróquia São José Operário na Vila Vera Cruz.

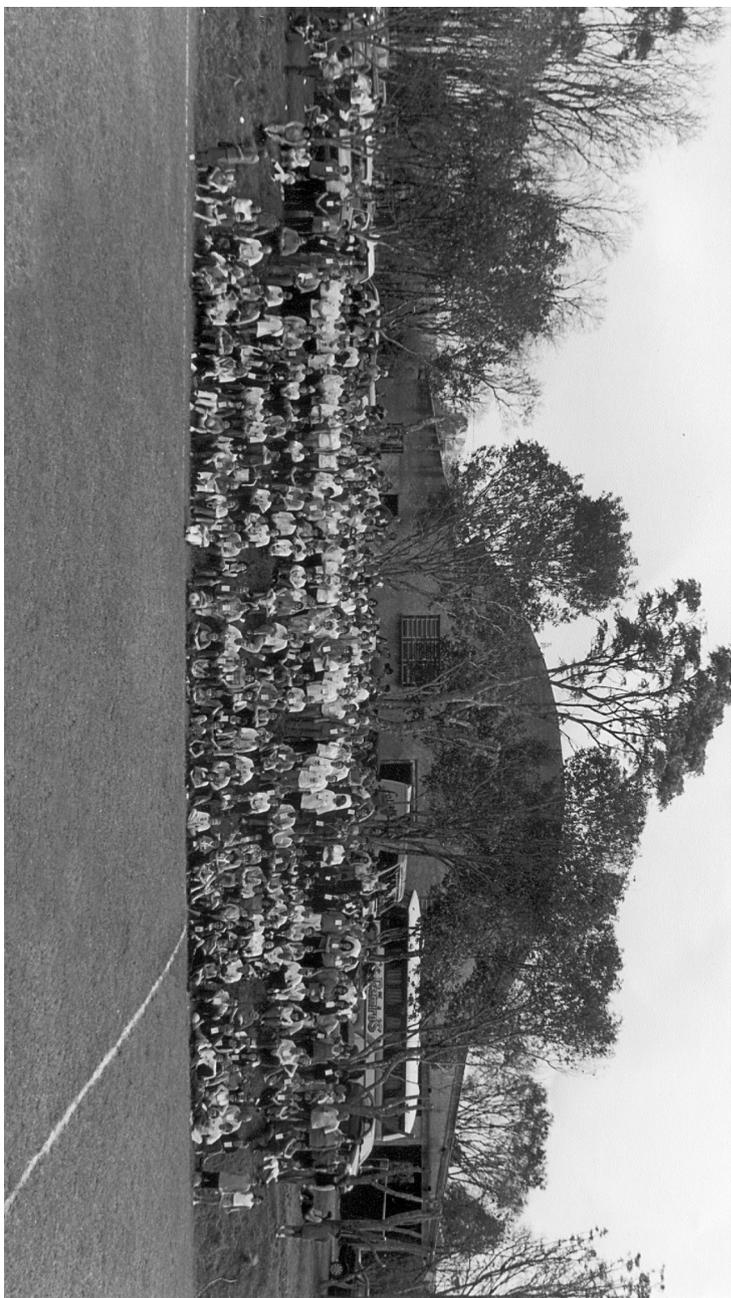
BANDEIRAS

Ivo Francisco Ferrão, de Passo Fundo, conduziu a bandeira do Brasil.

Ernesto Ferron, de Rio dos Índios/RS, conduziu a bandeira da Itália.

O Dr. Luiz Roque Lucho Ferrão, de São Borja/RS, conduziu a bandeira do Rio Grande do Sul.

Irineu Feron, de Passo Fundo, conduziu a bandeira do Município de Passo Fundo.



Fonte: Arquivo de família.

Foto geral do Encontro, em 29/09/2002. Total: 750 pessoas.

PECULIARIDADES

Na oportunidade estiveram presentes 3 netos de Giovanni e Luiza Muraro Ferron. São eles: os irmãos Luciano e Armelinda Donato, filhos de Elizabetha Ferron Donato; e Alvino Ferrão, filho de Florindo (Laurindo) Ferron.

A pessoa mais idosa presente no I Encontro foi o Sr. Ancelmo Ferron, com 90 anos de idade, na oportunidade, bisneto de Giovanni e filho de Emílio Luciano Ferron.

As pessoas mais novas presentes no I Encontro foram as gêmeas Betina e Livia Corazza Ferrão, nascidas em 16/08/2002, em Concórdia/SC, com 45 dias de vida, na oportunidade, e tetranetas de Giovanni.

AGRADECIMENTOS

Queremos, em nome da comissão organizadora, agradecer a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram e ajudaram na organização e no dia do evento. Não citamos os nomes para não incorrer no erro de deixar algumas pessoas de fora da importante relação.

Agradecemos especialmente à equipe do churrasco e da cozinha, que não mediu esforços para que todos os visitantes tivessem uma boa alimentação e também fossem bem servidos.

Ao Coral Ricordi D'Itália, nosso abraço e nosso carinho. Muito Obrigado!

Ao Pe. João Corso e às ministras da Eucaristia, Ilda Nazari e Iria Pierdoná Tauffer, nossa gratidão e nosso abraço.

A CONTINUIDADE
DO TRABALHO

No espaço aproximado de 2 anos, entre o I e o II Encontro da Grande Família, continuei realizando pesquisas e buscas, com a finalidade de encontrar mais e mais gente e famílias ligadas ao ramo familiar de Giovanni.

As intensas e incansáveis buscas que fiz foram muito produtivas, pois encontrei famílias que procurava há mais de um ano. Mas, depois de tê-las encontrado, ou de ter feito o primeiro contato,

levei mais outro ano para completar o trabalho de coleta de dados sobre a família.

Muitas das famílias e pessoas que participaram do II Encontro, sequer haviam sido encontradas ou descobertas antes da realização do I Encontro.

Toma, Pai santo, o barro que sou! Modela-me! Tu que és o divino.

II ENCONTRO DA GRANDE FAMÍLIA

No dia 5 de setembro de 2004, realizou-se, em Passo Fundo, no Seminário Nossa Senhora Aparecida (local das romarias diocesanas), na RST 153, saída para Porto Alegre, o II Encontro das famílias Ferron, Ferrão e Feron com a participação de mais de 550 pessoas.

A comissão organizadora foi a mesma que organizou o I evento, porém, desta vez, o almoço foi terceirizado, ficando a cargo da empresa Ciprioni, de Passo Fundo.

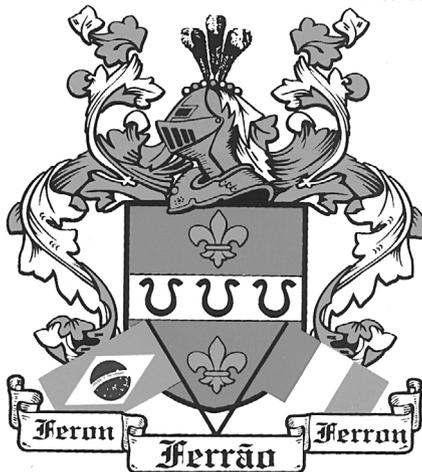
A santa missa campal foi celebrada pelo Pe. Dalci Debastiani. A ele nosso abraço e carinho.

Transcrevo abaixo a identificação dos representantes de cada delegação, com sua localidade de origem e número de participantes.

1. Ivo Feron – Pato Branco/PR (4 pessoas)
2. Carlos Ferron – Carazinho/RS (4)
3. Arlei Sbissegó – Turvo/PR (4)
4. Zefira e Claudete Stefani – Passo Fundo/RS (2)
5. Giovani Feron – Canoas/RS (5)
6. Edemilson Ferron (todo o pessoal da Bela Vista, descendentes de Ancelmo Ferron (in memoriam) – Passo Fundo/RS (22)
7. Domingos Ferron (Guete) – Portão/RS (4)
8. Gleyce Ferrão – Passo Fundo/RS (2)
9. Édio Feron – Passo Fundo/RS (3)
10. Elires e Antenor Minetto – Veranópolis/RS (7)
11. Carlos Alberto Ferrão – Passo Fundo/RS (5)
12. Edemar Lucca – Chapecó/SC (13)

13. Miguel Ferron (outras famílias Ferron) – Filho de Raimundo Luiz Ferron (neto de Adolfo Ferron) – Chapecó/SC (10)
14. Armelinda e Letícia Donato (duas irmãs religiosas) – Caçapava do Sul/RS (2)
15. Vilmar Antônio Ferrão – Itajaí/SC (18)
16. Nadir Ferrão – Passo Fundo/RS (02)
17. Domingos Ferron – Carazinho/RS (05)
18. Claudino Dalmolin – Bagé/RS (10)
19. Geni De Marchi – Passo Fundo/RS (01)
20. Ademir Ferron – Carazinho/RS (04)
21. Vilmar José Ferrão (Pingo) – Passo Fundo/RS (08)
22. Ivo Francisco Ferrão – Passo Fundo/RS (21)
23. Roberto Magno Ferron – Erechim/RS (06)
24. Natalina Ferrão – Passo Fundo/RS (02)
25. Celi Ferrão Azambuja – Ponta Grossa/PR (06)
26. Daltro Vieira - Porto Alegre/RS (05)
27. Ivan Ferrão – Florianópolis/SC (11)
28. Paulo Roberto Ferrão – Concórdia/SC (04)
29. Fátima Ferrão – Passo Fundo/RS (04)
30. Hélio De Marchi – Passo Fundo/RS (03)
31. Eliza De Marchi – Passo Fundo/RS (03)
32. Jair Garcia – Passo Fundo/RS (05)
33. Dinarte Ferrão – Passo Fundo/RS (08)
34. Selvino Ferrão – Carazinho/RS (08)
35. Lurdes Terezinha De Marchi – Passo Fundo/RS (01)
36. Nilza Garcia Guedes – Passo Fundo/RS (04)
37. Maritâneo Feron – Segredo, Arroio do Tigre e Sobradinho/RS (14)
38. Severino Ferrão – Passo Fundo/RS (09)
39. Ari Ferrão – Passo Fundo/RS (08)
40. Euclides Thomé – Nonoai/RS (02)
41. Marlene Busatta – Estação/RS (02)
42. Luiza Donato – Passo Fundo/RS (04)
43. Olina Ferron – Passo Fundo/RS (13)
44. Ernesto Ferron – Rio dos Índios/RS (04)
45. Alvino Ferrão – Passo Fundo/RS (02)

2º Encontro da Grande Família



05 de setembro de 2004
Passo Fundo - RS

O mesmo brasão, porém, com algumas alterações para o Brasil.

46. Antônio Carlos Ferrão – Passo Fundo/RS (02)
47. Anita Zambra Garbinatto – Pejuçara/RS (05)
48. Sérgio Tagliari – Curitiba/SC (02)
49. Antoninho Zambra – Pejuçara/RS (06)
50. Miguel Pavoski – Xanxerê/SC (05)
51. Leonora Paulina Ferron Mânica – Nonoai/RS (13)
52. Danilo Deolinda da Silva (serviço de som) – Passo Fundo/RS (03)
53. Laurindo Raimundo Ferrão (fotógrafo) – Passo Fundo/RS (06)
54. Honorino De Marchi – Erechim/RS (03)
55. Daniel Ancelmo Ferron – Passo Fundo/RS (02)
56. Diva e Eliza Ferron – Passo Fundo/RS (10)
57. Ilvo Feron – São Domingos do Sul/RS (02)
58. Olívio Ferrão – Passo Fundo/RS (04)

59. Luciano Donato – Lagoa Vermelha/RS (04)
60. João Stefani Donato – Passo Fundo/RS (05)
61. Selvino Adair Ferrão (Neco) – Passo Fundo/RS (07)
62. Nelson Flávio Ferraz – Gravataí/RS (06)
63. Iracema Ferrão (Mauro) – Passo Fundo/RS (04)
64. Edite Ferron – Passo Fundo/RS (03)
65. Eno Feron – Passo Fundo/RS (03)
66. Eva Ferron – Nonoai/RS (02)
67. Alvenir Miguel Ferrão – Passo Fundo/RS (04)
68. João Ferron – Passo Fundo/RS (05)
69. Ezila Feron Nazari – Passo Fundo/RS (08)
70. Anselmo Antonio Feron – Passo Fundo/RS (02)
71. Ofélia Donato Bortolin – Passo Fundo/RS (08)
72. Alceu Roque Feron – Passo Fundo/RS (04)
73. Ansélio Feron – Passo Fundo/RS (04)
74. Hélio Bolner – Porto Alegre/RS (02)
75. Nara Feron e Alessandro Risson – Passo Fundo/RS (02)
76. Ernesto Feron Neto – Passo Fundo/RS (02)
77. Sérgio Noro – Passo Fundo/RS (04)
78. Darci Baccin – Campinas do Sul/RS (06)
79. Pedro Ademir Ferrão – Passo Fundo/RS (03)
80. Anildo Bilini – Passo Fundo/RS (03)
81. Galo (Beto) – Passo Fundo/RS (03)
82. Maria Noro Raber – Passo Fundo/RS (05)
83. Acélio Guariente – Passo Fundo/RS (01)
84. Grupo de cantos “Canto Livre” (missa), Bairro Planaltina – Passo Fundo/RS (20)

Glória a Deus nas aturas e paz na terra aos homens de boa vontade!



Fonte: Arquivo de família.

Grupo Canto Livre, Capela Nossa Senhora do Caravaggio, da Vila Planaltina.

OBSERVAÇÕES

Os irmãos Luciano, Armelinda e Letícia Donato são netos de Giovanni e Luiza Muraro Ferron; Alvin Ferrão, com 79 anos de idade na ocasião, neto de Giovanni, é o único sobrevivente com o sobrenome Ferrão da 3ª geração do bisavô Giovanni.

Quero pedir a todos que nos desculpem por não serem nominados um por um neste trabalho. Assim procedemos para não cometer a injustiça de excluir alguém.

Também não ficamos com todos os nomes registrados em nossos arquivos ou registros de presença. Sendo assim, só foi possível nominar a pessoa que ficou responsável pela delegação, e sua localidade de origem, conforme está especificado acima.

A pessoa mais idosa presente no II Encontro foi o Sr. Luciano Donato (84 anos de idade), que ainda trabalha como alfaiate, em Lagoa Vermelha/RS. Ele é irmão de Armelinda (82), Otília Letícia (79 anos) e de Amabile Donato Tagliari (87 anos), residentes em Curitiba/SC. Eles são filhos de Elizabetha B. Ferron Donato, que veio para o Brasil com 3 meses de idade.

A pessoa mais jovem presente no II Grande Encontro foi o tetraneto de Giovanni: Diogo Barbosa Riffel (4 meses de idade), filho de Juliana Donato Barbosa e neto de Luiza Donato Barbosa, nascido em 26/04/2004, em Passo Fundo/RS.

Em nome da comissão organizadora, queremos agradecer a todos os que participaram de mais esse evento. Também queremos deixar aqui o nosso grande abraço e nosso agradecimento a todos os que nos ajudaram, de uma ou de outra forma, principalmente com a honrosa presença, para que o II Encontro acontecesse de fato.

Nosso agradecimento também à empresa de Ônibus Vitória, por nos ter cedido um ônibus de sua frota para conduzir os cantores até o local do evento.

Um especial agradecimento ao Grupo Canto Livre, da Igreja Nossa Senhora do Caravaggio, Bairro Planaltina, em Passo Fundo/RS.

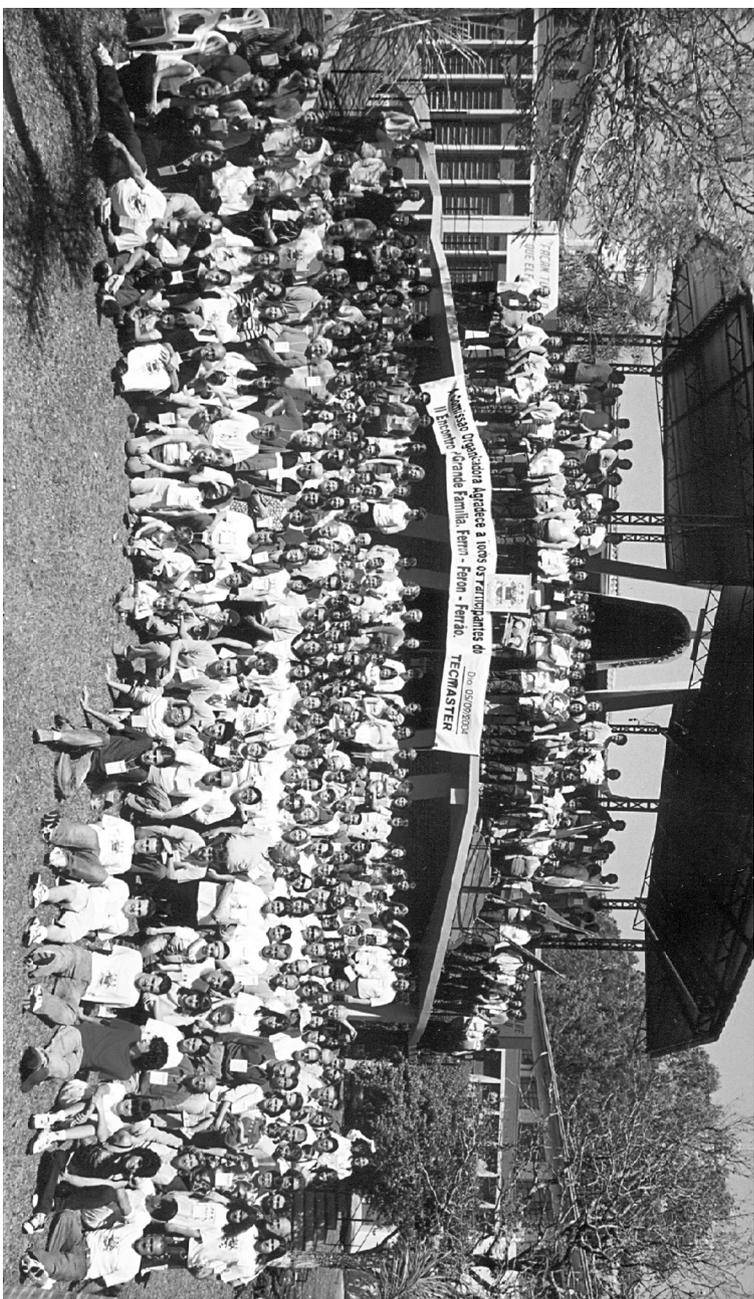
Seguem os participantes do grupo masculino: maestro Antonio Carlos Luzia (Carlitos), João Ferron, Valdemar Monteiro da Silva, Edino Bertóglgio, Edir Barbosa de Souza (Barbosinha) e Luiz Carlos Oro. Márcio Bonafé e Rodrigo Cunha, no teclado. Feminino: Maria Dieckel, Maria Vassoler, Tereza Previatti, Nelci Bertóglgio, Neisi Lago, Dacilda Casagrande (Tita), Jucelene Vassoler, Rosa Maria Monteiro da Silva, Leda Previatti, Lurdes de Souza, Liselene Maschio.

Ministros da Eucaristia: Olga de Mello, Maria Dieckel (Passo Fundo), Roque Bombana e Marlene Busatta Bombana (Estação/RS).

A verdadeira amizade deixa marcas positivas que o tempo não apaga.

COMO NASCEU ESTE LIVRO

Desde a morte da esposa, em outubro de 1985, quando eu ainda trabalhava em uma Secretaria do Estado do RS, até a aposentadoria em 1994, sempre procurei me envolver e atuar em questões da comunidade, na criação e educação dos filhos e nos afazeres domésticos. Realizei também algumas pesquisas e viagens em busca de dados. Com isso, sempre me mantive ocupado.



Fonte: Arquivo de família.

Foto 60: Missa celebrada no II Encontro, com a presença de 550 pessoas.

Os últimos quatro anos de minha vida solitária, passei entre faxinar a casa, lavar e passar roupas, cozinhar, de vez em quando participar de alguma festa ou sair na noite, para dançar e me distrair com os amigos. Tudo isso fiz de acordo com aconselhamento médico.

Em 2001, comecei uma nova profissão, a de representante comercial, numa empresa de Santa Catarina, onde permaneci até 2002. Foi justamente nesse período que comecei a me interessar e a pesquisar sobre a história e a vida da família Ferron.

Exatamente nesse ponto, senti-me em uma encruzilhada. Se continuasse viajando, não teria tempo para tratar dos assuntos que passaram a me interessar, com relação ao passado e à trajetórias da minha gente.

A decisão foi de não continuar no novo trabalho e seguir o desejo que despertara. Nascia dentro de mim uma forte e grande curiosidade de levar avante esse projeto. A ele, dedico ainda hoje todo o meu tempo disponível, ou seja, o que sobra dos trabalhos domésticos e da preparação à catequese, através da qual colaboro na evangelização das crianças de meu bairro.

Também participo da Pastoral dos Imigrantes Scalabrinianos, além, de ter organizado os dois encontros da grande família Ferron.

Continuo fazendo contatos e buscas, no intento de coletar dados e encontrar mais pessoas que façam parte dessa árvore.

Atualmente, ao finalizar o ano de 2005, eu também estou finalizando os relatos deste livro, que descrevem, passo a passo, a vida de seis gerações.

Se é verdade que sonhar é viver, que assim seja. Hoje estou certo de que foi um sonho o responsável por meu interesse em conhecer mais sobre minha gente e nossas origens.

No entanto, motivado por essa vontade forte de chegar à raiz da questão, revirei o baú do passado. Para isso foi preciso entrar na vida e na intimidade da cada família que tivesse qualquer vínculo ou ligação com o nosso passado. Principalmente, conhecer a grande trajetória da qual o casal Giovanni e Luigia foram os precursores e heróis, os principais responsáveis pela existência e crescimento do sobrenome Ferron, ao longo dos 122 anos de sua chegada ao Brasil e, principalmente, no Rio Grande do Sul.

Estou firmemente convencido de que este sonho não terá fim. E, se meu destino é fazer reviver o passado, para transformar o

presente em busca do futuro e colocar a história da grande família ao alcance de todos, que bom será!

Quero continuar sonhando e amando essa maravilhosa gente, com suas ricas e extraordinárias vivências.

No livro *A vida passo a passo*, só faz parte da história a família de Florindo (Laurindo) Ferron, nascido em Bento Gonçalves/RS, e oitavo filho de Giovanni e Luigia. Os demais irmãos dele, que vieram da Itália, bem como sua irmã mais nova, Helena, que nasceu aqui no Brasil, só serão inseridos na grande Árvore Genealógica da Família, quando estiver concluído o trabalho de busca e coleta de dados. Seria impossível relacioná-los todos no presente livro, pois cada uma das famílias tem sua própria história.

Dentro do possível, quero dar tudo de mim para encontrar o restante das pessoas que compõem essa querida e estimada família, da qual desejo me tornar o pai adotivo e do coração.

Durante o breve período em que Deus nos permite viver no mundo terreno, além da missão que temos a cumprir aqui, também acontecem muitas experiências, encontros e desencontros, e, se não forem documentados, certamente ao chegar a hora de atendermos o chamado do Senhor, tudo irá junto conosco para a última morada, sem que ninguém tome conhecimento. Eis mais uma razão que me motivou a enfrentar este desafio.

Considerações finais

*J*á se passaram 122 anos desde que meu bisavô Giovanni Ferron emigrou de Orgiano, província de Vicenza, Norte da Itália. Ele chegou ao Brasil com sua família, em outubro de 1883.

E no Rio Grande do Sul, no ano seguinte.

Em janeiro de 2002, com firme decisão, iniciei a grande caminhada em busca de nossas origens e de nosso passado, que até então não estava muito claro, nem para mim, nem para ninguém de nós. A nossa gente sabia muito pouco sobre a saga da grande família Ferron.

Não me considero um estudioso dos fatos da imigração italiana, mas, confesso, estou achando muito interessante esta volta no tempo.

Nesses 4 anos, entreguei-me a incansáveis pesquisas e buscas, por meio de telefonemas, correspondências, levantamentos em cartórios de registro e secretarias de igreja, por este Brasil afora. E fiz muitos contatos pessoais, aos quais dediquei e estou dedicando a maior parte de meu tempo disponível. Acho que posso afirmar que, efetivamente, avancei muito e estou num estágio bem adiantado, pois já conto com mais de 8.500 nomes fazendo parte da árvore genealógica da nossa família.

Descobri de onde veio nosso bisavô Giovanni, e data em que desembarcou no Brasil, e quais as duas colônias em que se assentou com a família, em terras brasileiras.

Mesmo sem ter nenhuma experiência em relatar e escrever histórias e fatos acontecidos, alguns deles há mais de cem anos, outros há mais de oitenta, e outros próximos de nós, chegando até os dias de hoje, espero ter realizado um trabalho capaz de mostrar a vida e as lutas de nossos antepassados, a fim de que possamos revivê-las no presente e preservá-las para o futuro.

Na minha imaginação, fico a pensar como seria o Rio de Janeiro

em 1883, por ocasião da chegada dos italianos; como se sentiram Giovanni e Luígia, ao descer do navio *La France*, acompanhados de seus sete filhos; como passaram os primeiros tempos, aproximadamente um ano, até a vinda para o Rio Grande do Sul; como conseguiram chegar até a Vila Isabel (Linha Geral), em 1884, e como suportaram tantas dificuldades.

A vida deles nesta terra, uma nova pátria, tão distante da original, não deve ter sido fácil.

Imagino também quanta saudade devem ter sentido e, quem sabe, quanta vontade de voltar atrás, e rever os amigos e parentes que lá ficaram.

Neste momento, ocorre-me o pensamento do quanto foi maior a coragem e a vontade de vencer os obstáculos, problemas e peripécias de toda ordem, do que o medo de enfrentar o desconhecido.

Revivo ainda a Vila Isabel daqueles idos, o seu interior, e a Linha Geral, bem como o primeiro assentamento, onde se localizava o Lote de nº 4, destinado à família de Giovanni, onde se criaram os sete filhos nascidos na Itália, e também onde nasceu mais um casal, Florindo e Helena, já com cidadania brasileira.

Nesse local, meus bisavós viveram e trabalharam até meados de 1893/95, quando se transferiram para a Quarta Colônia, em Silveira Martins, mais precisamente, em Vale Vêneto/São João do Polêsine. Ali prosseguiram a vida com os filhos, uns já casados, e os demais, que aos poucos foram casando e constituindo sua própria família.

Essa região tornou-se, posteriormente, o ponto de partida para as demais regiões do estado e também para Santa Catarina.

Assim foi ocorrendo a ramificação dos troncos familiares, tanto dos meus antepassados como dos demais colonos imigrantes estabelecidos em terras brasileiras. Sua contribuição à conquista e ao povoamento de novas colônias nas regiões centro e norte do estado foram de inestimável importância para o país.

Com certeza, meus bisavós e avós haveriam de sentir-se felizes, recompensados e orgulhosos, se conhecessem os frutos de sua ousadia e determinação.

Os descendentes que foram chegando, por tantos casamentos ao longo desse tempo, somam mais de oito mil e quinhentos nomes cadastrados, com previsão para, mais ou menos, doze mil até a conclusão deste trabalho.

Todos esses nomes, descendência por descendência, serão relacionados na grande árvore, que estou organizando e que, quando concluída, reunirá em um único volume, todas as pessoas descendentes de Giovanni e Luigia Muraro Ferron, para que todos possam, finalmente, conhecer sua história e a evolução da vida passo a passo.

Pois é, meus bisavós Giovanni e Luigia, meus avós Florindo (Laurindo) e Fortunata, meus pais Octavio e Aurora. Eu gostaria que vocês ainda estivessem presentes neste mundo terreno. Que vocês aqui se encontrassem para poderem ler e apreciar boa parte da sua trajetória de vida, e da história de trabalho que vocês plantaram. As famílias que descendem da raiz (que são vocês) representam hoje um legado que nos deixaram como herança, e servirá como luz a nos mostrar o caminho por onde deveremos seguir. A família sem história, sem passado, sem presente, não tem futuro.

Agora, queria fazer um último pedido a vocês leitores. Como já citei, algumas páginas atrás, estou preparando documentos para publicar um livro com toda a árvore genealógica da família Ferron, Feron e Ferrão. Aproveito então este ensejo para pedir a todos os descendentes de Giovanni Ferron interessados em divulgar a história e o passado de nossa família, que escrevam pequenos textos narrando fatos e datas de importância, que passem algum aprendizado para nossos descendentes, e enviem para mim. Certamente há muitas histórias para contar, com as quais poderemos acrescentar numa segunda edição deste livro ou mesmo editar um outro livro, para que, assim, se perpetue as histórias de vida de nossos antepassados.

Para o envio de textos, fotos e sugestões, deixo o endereço abaixo: João Ferron — Rua Prof. Matilde Mazzeon, 192, bairro Planaltina / CEP 99.062-200 / Fone: 54-3315-1979 / E-mail: <joaoferron@terra.com.br>.

Obrigado! Que Deus abençoe a todos!
João Ferron

Fontes e Referências bibliográficas

COSTA, Rovílio et al. *Povoadores das colônias, Correio Rio-Grandense*.

FERRON, João. Fatos e histórias relatadas. 2002/2005.

HASS, Mônica. *O linchamento que muitos querem esquecer*. Chapecó: Argos, 1950/1956.

MASOCATO, José. *Esboço histórico de Nonoai*. 1950.

PREFEITURAMUNICIPALDENONOAI. *Cartilha sobre a história de Nonoai*. 1997/2000.

*N*uma tarde de primavera, João Ferron procurava um primo no interior do estado, porém encontrou apenas os filhos deste, que, cismados, diziam não lembrar de parentesco fora daquela região, tendo o autor que contar várias histórias para ser entendido como primo de sangue do falecido. João sentiu no olhar daquelas pessoas a sensação de abandono que carregavam, o que fez com que buscasse mais conhecimento sobre sua origem para estabelecer um chão de explicação e conforto para os familiares e para ele mesmo.

O autor constrói uma linha de conduta evolutiva (um dos objetivos principais deste livro), remontando fatos, desde a vinda de seus bisavós para o Brasil, que longram a sorte sendo enviados para o Rio Grande do Sul para povoar novas colônias abertas pelo governo imperial, ao contrário de outros imigrantes italianos que foram recebidos como mão-de-obra escrava para os canaviais e cafezais de São Paulo e amontoados em senzalas.

Depois, conta causos da vida dos avós e pais que viviam de terra em terra buscando melhores lavouras, das quais tiravam o sustento e nas quais empenharam uma vida inteira de maneira auto-sustentável.

Então, evereda por sua própria vida, com coração aberto, contando tudo que viu e ouviu na sua trajetória profissional e em sua intimidade familiar, seus erros e seus acertos, expondo-se ao máximo da crítica e censura em nome dos descendentes, para que percebam a importância de contar histórias, de cultivar o ideal de progresso pela tradição, para que não pisem nas mesmas armadilhas da vida e avancem socialmente e em todos os aspectos do conhecimento e da educação, virtude essa que sempre esteve incrustada, consciente ou inconscientemente, no cerne dessa grande família.

Charles Pimentel da Silva
Editor

ISBN 85-89769-16-X



9 798589 769166

méritos
editora

www.meritos.com.br